UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ROBERTO MARTINS DE SOUZA

"NA LUTA PELA TERRA, NASCEMOS FAXINALENSES": UMA REINTERPRETAÇÃO DO CAMPO INTELECTUAL DE DEBATES SOBRE OS FAXINAIS

CURITIBA

2010

ROBERTO MARTINS DE SOUZA

“NA LUTA PELA TERRA, NASCEMOS FAXINALENSES”: UMA REINTERPRETAÇÃO DO CAMPO INTELECTUAL DE DEBATES SOBRE OS FAXINAIS

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Linha: Ruralidades e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva

CURITIBA

2010

Catalogação na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Souza, Roberto Martins de
"Na luta pela terra, nascemos faxinalenses": uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais / Roberto Martins de Souza. – Curitiba, 2010.
335 f.

Orientador:.Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva
Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Faxinalenses – identidade. 2. Sistema faxinal – Paraná. 3. Faxinais no Paraná - discussões e debates. I. Titulo.

CDD 307.72098162

ROBERTO MARTINS DE SOUZA

“NA LUTA PELA TERRA, NASCEMOS FAXINALENSES”: UMA REINTERPRETAÇÃO DO CAMPO INTELECTUAL DE DEBATES SOBRE OS FAXINAIS

Tese submetida ao corpo docente do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovado em 20/12/2010:

_____
Prof. Dr. Osvaldo Heller da Silva - Orientador
Depto de Ciências Sociais – Universidade Federal do Paraná/UFPR

_____
Prof. Dr. Jorge Montenegro
Depto de Geografia – Universidade Federal do Paraná/UFPR

_____
Prof. Dr. José Luiz Cerveira
Depto de Ciências Sociais - NIMAD/ Universidade Federal do Paraná/UFPR

_____
Profa. Dra. Liliana Porto
Depto de Antropologia – Universidade Federal do Paraná/UFPR

_____
Profa. Dra. Cimone Rozendo
Depto de Ciências Sociais – Universidade Federal do Rio Grande do Norte / UFRN

DEDICATÓRIA

À Luiza e Isabela, minhas filhas,

com todo amor e carinho de sempre, dedico essa tese.

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos,

que me dão a segurança para fazer o que faço.

Aos faxinalenses, sua luta e seus direitos,

porque a ciência sabe que

essa "terra" também pertence a vocês.

AGRADECIMENTOS

Muitas pessoas contribuíram para a elaboração dessa tese, mas destaco dentre todos, os faxinalenses da APF que me permitiram conhecer o mundo através de seu ponto de vista: com eles senti, chorei e sorri. As perdas sempre fizeram parte do quotidiano dos faxinalenses, que só recentemente se colocam no mundo através da afirmação de sua identidade, condição que ninguém mais pode tirar-lhes. Com ela colherão seus direitos pela luta, e contra qualquer argumentação permanecerão a existir, pois o mundo é seu também.

Nessa longa jornada de produção intelectual, agradeço a colaboração de pessoas do meu convívio familiar, pessoas do meu convívio profissional e militantes da REDE PUXIRÃO, CEMPO e IEEP, e pessoas do meu convívio acadêmico, como meu estimado orientador Prof. Dr Osvaldo Heller da Silva e o coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Prof. Dr. Alfio Brandenburg.

Agradeço também pessoas que me estimularam nesta produção, Prof. Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida e Prof. Dr. Joaquim Shiraishi, pesquisadores que tive o prazer de conhecer durante o percurso e em função da pesquisa e elaboração do trabalho, muitas vezes em momentos difíceis e de forma imprevista, também deram sua contribuição. As contribuições vieram das mais diversas formas: críticas, sugestões, indicação de bibliografia, ajuda no acesso à bibliografia, apoio financeiro, palavras de incentivo, sorrisos, olhares e palavras de apoio ou mesmo de reprovação, estímulos que me levaram a elaborar melhor minhas concepções. A todas essas pessoas, minha gratidão.

Especial agradecimento aos “mestres” da sabedoria faxinalense e da luta: Hamilton José da Silva, Acir Túlio, Ismael Kloster, Ivan Colaço, Dimas Gusso, Reginaldo Kuasnhaki, Tarcisio Maistrovicz, Amantino, José Carlos Vandresen, Dionísio Vandresen, Valeria e Geferson Prediger e Taísa Lewitiski.

EPÍGRAFE

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências; Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar.

(FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. p. 77)

RESUMO

SOUZA, R.M. **Na Luta pela Terra, Nascemos Faxinalenses**: Uma Reinterpretação do Campo Intelectual de Debates sobre os Faxinais. 2010. 335 f. Tese (Doutorado). – Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

Refletir acerca das noções cristalizadas no campo intelectual de debates sobre os faxinais, tendo como referência a releitura das situações do presente na ótica dos agentes faxinalenses, é o procedimento que adoto nesta tese para reinterpretar os faxinais. Sua noção atualizada objetiva contrapor os esquemas de pensamento, e afastar as tendências que apontam o "desaparecimento" dos faxinais no Sul do Brasil. Neste campo intelectual, onde predomina uma leitura de inspiração evolucionista, procedo a reflexões que têm como objeto de pesquisa as próprias produções intelectuais de referência, com destaque para seus fundamentos teórico-metodológicos e regras de interpretação, que operam na formação de um *habitus intelectual* (BOURDIEU, 1996), garantindo a reprodução continuada de distintas explicações que conduzem à "decadência" dos faxinais. Contrapondo-se a estas regras, tem-se a análise propiciada em um tempo recente – criação da APF em 2005 –, a deflagração de processos sociais de mobilização e territorialização pelos faxinalenses, um impulso à produção de novas interpretações focalizadas nos processos sociais de construção da identidade étnica, que colige diferentes formas de expressão territorial assumidas por este grupo social face a luta em torno da defesa das modalidades de uso comum dos recursos naturais. Por esta via, este trabalho procura mudar as regras de interpretação hegemônicas neste campo de debates, ao adotar os sentidos atribuídos aos faxinais pelos faxinalenses num esforço de ressemantizar o significado corrente atribuído aos faxinais num empenho de aproximação do "mundo real". Em razão disso, assevero que a recente "descoberta" da identidade é o "regresso" do sujeito faxinalense às análises empreendidas pelas produções intelectuais neste campo de debates. Hipótese que procuro comprovar através da apresentação das percepções dos agentes faxinalenses sobre a situação dos faxinais colhidas e sistematizadas no "Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná".

Palavras-chave: Faxinal; Identidade; Campo Intelectual.

ABSTRACT

Thinking about the well established notions in the intellectual field of debates over the faxinal, *i.e.*, fields penetrating into the virgin forest in Parana, having as a reference the new interpretation of the current situation in the view of the faxinal agents is the procedure that i take in this paper to reinterpret the faxinal. Its updated notion aims to oppose the thought schemes and to get rid of the trends that point out to the disappearance of faxinal in the south of Parana. In such intellectual field, in which a thought of evolutionist inspiration prevails, i resort to thoughts which have as research matter its own reference intellectual production, with a high spot to its theoretical and methodological fundamentals and the interpretation rules that operate in the making up of a *Habitus Intelectual* (BOURDIEU, 1996), assuring the continued reproduction of distinct explanations that lead to the decay of the faxinal. Contradicting these rules, there is a recent analysis – APF set up in 2005 – social process mobilization set off and territorialization by faxinal people, a boost to the production of new interpretations focused on social processes of the ethnic identity establishment that amalgamates different ways of territorial expression assumed by this social group related to the struggle around the defense of common use modalities of natural resources. Following this path, this paper aims to change the rules of hegemonical interpretation in this field of debates, by adopting the meanings assigned to faxinal by their inhabitants in an effort to assign a new meaning other than the current one assigned to faxinal in an effort to bring it close to the "real world". Due to this, i assert that the recent "discovery" of this entity is the "return" of the faxinal fellow to the analysis carried out by the intellectual productions in this field of debates, hypothesis that i try to prove through the presentation of perceptions of faxinal agents over the situation of faxinal collected and systemtized on the "Social Maping of Faxinal".

Key words: Faxinal. Intellectual field. Identity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1	-	LOGOMARCA INSERIDA - BANDEIRA DA APF	240
FOTO 1	-	MATA-BURRO E PORTÃO EM FAXINAL	252
FOTO 2	-	FECHO EM FAXINAL	252

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	-	FAXINAIS RECONHECIDOS COMO ARESUR E LISTA PARCIAL DE FAXINAIS AGUARDANDO RECONHECIMENTO (1998-2007)	182
TABELA 2	-	QUADRO DEMOSTRATIVO DOS DISPOSITIVOS PRODUZIDOS PELA AÇÃO DA APF DE AGOSTO DE 2005 À AGOSTO DE 2009	228
TABELA 3	-	RESUMO DOS PRINCIPAIS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS APRESENTADOS NO DOSSIÊ DE DENÚNCIAS DE 2007	235
TABELA 4	-	FAXINAIS POR MUNICÍPIO E DISTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS	270
TABELA 5	-	DISTRIBUIÇÃO DE FAXINAIS NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ, IBGE, 2000	274
TABELA 6	-	DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E FAXINAIS PELOS SETORES DA APF EM MAIO DE 2008	277
TABELA 7	-	CATEGORIA DOS FAXINAIS PELAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS, IBGE, 2000	279
TABELA 8	-	ESTIMATIVA DO NÚMERO DE FAXINALENSES	297

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	-	MESORREGIÕES VISITADAS PELA PESQUISA, IBGE, 2000	271
QUADRO 2	-	MICRORREGIÕES VISITADAS PELA PESQUISA, IBGE, 2000	272

LISTA DE SIGLAS

ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado Paraná

ACP's - Ações Civis Públicas

AMCESPAR - Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná

ANPEGE – Associação Nacional em Pos-Graduação e Pesquisa em Geografia

ANPOCS – Associação Nacional de Pos-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

ANPUR – Associação Nacional em Pós-Graduação e Pesquisa de Estudos Urbanos e Regionais

APA - Área de Proteção Ambiental

APF - Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

ARESUR - Área Especial de Uso Regulamentado

ASE - Área Técnica de Socioeconomia do IAPAR

AS-PTA – Assessoria e Serviços e Projetos e Tecnologias Alternativas

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CAOP - Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Direitos e Garantias Constitucionais

CEMPO - Centro Missionário de Apoio ao Campesinato

CEUC - Cadastro Estadual de Unidades de Conservação

CF – Constituição Federal

CNPCT - Comissão Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

CONAQ - Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

DIBAP - Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas

DSA - Departamento Socioambiental

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ETA - Escritório Técnico de Agricultura

FAEP – Federação da Agricultura no Estado do Paraná

FETAEP - Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná

FETRAF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

IAF - Instituto Agroflorestal

IAP - Instituto Ambiental do Paraná

IAPAR - Instituto de Pesquisas Agronômicas do Paraná

IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICMS - Imposto por Circulação de Mercadoria

ICMS Ecológico - Imposto por Circulação de Mercadoria Ecológico

IEA – Instituto de Economia Aplicada

IEEP - Instituto Equipe de Educadores Populares

IFT - Instituto de Florestas Tropicais

IICA – Instituto Internacional de Ciências Agrárias

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ING - Instituto Guardiões da Natureza

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ITCF - Instituto de Terras, Cartografias e Florestas

ITCG – Instituto de Terras, Cartografias e Geociências

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

MICI - Movimento Interestadual dos Cipozeiros e Cipozeiras

MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu

MMA - Ministério do Meio Ambiente

MMC – Movimento das Mulheres Camponesas

MONAPE - Movimento Nacional dos Pescadores Artesanais

MOPEAR - Movimentos dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MPE - Ministério Público Estadual

MPP – Movimento dos Posseiros de Pinhão

MPP - Movimento de Posseiros de Pinhão

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná

OIT - Organização Internacional do Trabalho

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PNCSA - Projeto Nova Cartografia Social

PNDPCT - Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POP - Procedimento Operacional Padrão

PRORURAL - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Paraná

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

RESEX - Reservas Extrativistas

RESUR - Reserva Extrativista de Uso Regulamentado

RPPN - Reservas Particulares do Patrimônio Natural

SEAB - Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Paraná

SEECRA - Secretaria Estadual Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária

SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SEPLAN - Secretaria Estadual de Planejamento

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

SPVS – Sociedade de Preservação da Vida Selvagem

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento do Sul

UC – Unidades de Conservação

UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 12
O OBJETO E O PROCEDIMENTO TEÓRICO 26
O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 39
O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DO TRABALHO DE CAMPO 46
SINOPSE DOS CAPÍTULOS 52
1 O CAMPO DE DEBATES DA PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE OS FAXINAIS 58
1.1 AS OBRAS E O CAMPO INTELECTUAL 60
1.2 OS AUTORES-FONTE E A FORMAÇÃO DO *HABITUS INTELECTUAL* 82
1.3 O CAMPO INTELECTUAL E SEU DOMÍNIO TEÓRICO 86
1.4 AS REGRAS DE INTERPRETAÇÃO 108
2 AS INTERPRETAÇÕES E AS INTERVENÇÕES NOS FAXINAIS 133
2.1 A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A AÇÃO GOVERNAMENTAL 139
2.2 A IDEOLOGIA DA DECADÊNCIA NA INTERVENÇÃO DOS FAXINAIS 149
2.3 O RECONHECIMENTO OFICIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS FAXINAIS 169
3 O CAMPO EM TRANSIÇÃO: A EMERGÊNCIA DOS FAXINALENSES 192
3.1 OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM DEBATE 195
3.2 DO OBJETO DA CULTURA PARA O OBJETO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL 199
3.3 CONTEXTO POLÍTICO E JURÍDICO DAS MOBILIZAÇÕES FAXINALENSES 214
3.4 A MOBILIZAÇÃO FAXINALENSE E A AFIRMAÇÃO ÉTNICA 228
4 MAPEAMENTO SITUACIONAL: UMA RELEITURA DOS FAXINAIS 244
4.1 O MAPEAMENTO SOCIAL DOS FAXINAIS NO PARANÁ 256
4.2 AS TERRITORIALIADADES ESPECÍFICAS 259
Faxinais com uso comum – “criador comum aberto” 260
Faxinais com uso comum – “criador comum cercado” 260
Faxinais com uso comum – “criador com criação grossa ou alta” 261
Faxinais sem uso comum – “mangueirões” e “potreiros” 262
4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS 265
Nomes de Faxinais 267
Município em que se localizam os Faxinais 270
Região da abrangência da APF 277
Categoria situacional dos faxinais e conflitos sociais 279
Número de Faxinalenses 296
CONSIRAÇÕES FINAIS 303
REFERÊNCIAS 312
ANEXOS 323

INTRODUÇÃO

"A sociologia tem a tarefa de restituir a essas pessoas o sentido de suas ações"
(BOURDIEU, 2002)

"Na luta pela terra, nascemos faxinalenses" traduz uma recente expressão criada no plano político de mobilizações organizadas por lideranças faxinalenses que resultaram, a partir de 2005, num período de reconstrução da identidade étnica de um grupo social culturalmente diferenciado presente no Sul do Brasil, em contraponto a visão hegemônica proposta pela "ideologia do desenvolvimento" em diferentes tempos históricos, ante os pressupostos que advogam o "desaparecimento"[1] das formas tradicionais de uso comum dos recursos naturais numa sociedade em ritmo de transformações da matriz econômica baseada na "modernização da agricultura" (VEIGA, 1991; HARDIN, 1968).

Contrariando essas projeções cristalizadas no senso comum da sociedade, bem como nas produções intelectuais de referência sobre o assunto, tem-se, após o surgimento do movimento social faxinalense, um impulso a recentes pesquisas que demonstram as novas formas assumidas pelos faxinais, segundo critérios e categorias adotadas na formação da identidade faxinalense.

Em que pese ter sido historicamente menosprezada pelo Estado e pouco conhecida pelas ciências sociais no Sul do País[2], essa realidade social manifesta-se nos meandros das lutas sociais agrárias desde o período colonial, ao envolver camponeses e indígenas em conflitos pelo uso dos recursos naturais e, em especial, o domínio das terras de apossamento, não reconhecidas em seu uso e ocupação pela burocracia governamental (CAMPOS, 2000).

---

[1] A "Tragédia dos Comuns" é a parábola pela qual o ecólogo conservador Garret Hardin (1968) pretendeu representar a problemática ecológica sob o paradigma da escassez resultante do fato de que os recursos como o ar, a água e a biodiversidade são de uso comum, não sendo, pois, objeto da propriedade privada.

[2] Os estudos sobre grupos étnicos e movimentos sociais conheceram no Brasil, a partir do final dos anos 70, sobretudo na região Norte do País, uma expansão considerável do ponto de vista da análise dos processos identitários. Desde aquele momento, discutiu-se, em especial, a aparição simultânea, em diferentes regiões do País, de novos atores cuja característica central foi a de orientarem a ação no quadro de institucionalização de direitos recriados, testemunhando outras formas de resolução dos conflitos. Sobre o assunto ver CASTRO, Edna; ACEVEDO, Rosa. Terra, etnicidade e representações sobre a natureza entre remanescentes de quilombos. In: **Negros do Trombetas**: Guardiães de Matas e Rios. 2. ed. Belém: Cejup, 1998.

No campo da produção intelectual sobre o campesinato, a omissão da diversidade sociocultural presente nas formas tradicionais de organização social deve-se, sobretudo, à insuficiência teórica dos esquemas de pensamento utilizados para caracterizar os agentes sociais classificados como camponeses. Tais perspectivas sempre impediram a percepção das diferenças culturais, inscritas nas formas de expressão territorial e identitária manifestadas por camponeses organizados em torno de modalidades de uso comum dos recursos naturais, delineando a formação de grupos étnicos[3], presentes desde a abertura das "frentes pioneiras" (WAIBEL, 1979) no processo de ocupação agrária e social da região Sul do País.

Nessa perspectiva, ao abordar o tema sobre o campesinato/agricultura familiar, a copiosa produção científica e literária, que sustenta as interpretações agrárias relativas às formas sociais de ocupação agrária no Paraná, tem de modo recorrente desconsiderado a diversidade sociocultural, ao acionar categorias sociais "universalizantes" para se referir a uma multiplicidade de "povos e comunidades tradicionais"[4], que não podem mais ser reduzidos a uma única forma social face à manifestação de distintas regras de organização social que convergem para "novas" identidades étnicas, hoje organizadas e em processo de mobilização, interessadas na implementação de políticas públicas voltadas ao atendimento de seus direitos étnicos e coletivos. No entanto, pensar essa diversidade pressupõe contributos científicos e técnicos vários, tornados indispensáveis ao processo de construção de novos objetos teóricos a partir da manifestação das novas identidades étnicas e culturais que emergem no cenário das lutas sociais no campo.

Desse modo, o interesse em desenvolver este tema deve-se à observação das divergências interpretativas entre as produções intelectuais acerca dos faxinais. Tal diferença analítica exigiu inicialmente reflexões do que chamo de campo de debates sobre os faxinais, onde seleciono e organizo produções intelectuais de

---

[3] Utilizarei a definição de grupo étnico como sendo uma forma de organização social em que seus membros se identificam e são identificados como tais pelos outros, constituindo uma categoria distinta de outras categorias de mesma ordem. CARNEIRO DA CUNHA, M. **Antropologia do Brasil**: mito, história e etnicidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

[4] Conforme o texto da Política Nacional para o Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais – PNDPCT, promulgada em 2007, entende-se por "povos e comunidades tradicionais": grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

variados gêneros e perspectivas teóricas buscando compreender as regras de formação de seus esquemas interpretativos, além das informações do próprio movimento faxinalense, o que contribuiu efetivamente na produção dos denominados "fascículos" da série "Faxinalenses no Sul do Brasil" e lança em 2009, juntamente, o livro "Terra de Faxinais"[5], em parceria com pesquisadores do Núcleo Guarapuava do Projeto Nova Cartografia Social – PNCSA. O conjunto dessas produções torna-se objeto de pesquisa desta tese, pela qual elaboro uma revisão crítica sobre os critérios utilizados visando as classificações e categorias atribuídas aos faxinais pela ciência, ao mesmo tempo em que me proponho ao exercício de compreender os sentidos atribuídos aos faxinais pelos faxinalenses em seu esforço de ressemantizar sua identidade, objetivos aos quais me dedico neste trabalho de reflexão crítica, circunscrita ao campo intelectual de debates sobre os faxinais, que tem nos recentes processos sociais e identitários, conduzidos pelos agentes faxinalenses, uma eminente fonte de novas situações sociais que relativiza as interpretações consolidadas sobre o tema. Delinear o processo de estruturação deste campo intelectual, mediante a compreensão das regras de interpretação formuladas pelos agentes sociais na sua produção intelectual, ou seja, suas escolhas e posicionamentos, é uma condição para a reinterpretação das categorias de percepção que se impõe sobre esse grupo social, contrapondo-as, no esforço de aproximação do "mundo real".

Em razão disso, minha hipótese é de que a recente "descoberta" da identidade coletiva pelos faxinalenses provoca a relativização e necessidade de revisão das interpretações, de processos e categorias sociais definidas e consolidadas pelo campo intelectual sobre os faxinais, permitindo liberar a autorrepresentação dos faxinalenses considerando seu capital militante referido aos processos diferenciados de territorialização observados por meio de um intenso

[5] A origem desta pesquisa resulta dos frequentes diálogos ocorridos no âmbito da APF quando ainda atuava como assessor político. Sua solicitação ganha força no decorrer do 2.º Encontro dos Faxinalenses em 2007. Na condição de doutorando em sociologia pela UFPR, fui instigado pela APF a assumir a coordenação dessa pesquisa e assumi-la como tema de pesquisa, visando a urgência em produzir conhecimento considerando o "ponto de vista" dos faxinalenses a respeito de sua situação social. Tendo esse conjunto de dados e informações, pude produzir essa perspectiva que nada tem de um relativismo subjetivista, visto que está fundado na própria realidade do mundo social pesquisado, e contribui para explicar grande parte dos processos e situações referidas aos faxinais. Daí para frente, tornou-se inevitável a análise do campo intelectual de debates sobre os faxinais e suas premissas básicas, a partir do confronto direto das diferenças, tendo como efeito favorecer a lucidez interessada e parcial da polêmica. Todo esse trabalho resultou inicialmente na publicação de um artigo no livro "Terra de Faxinais", publicado em 2009, que agora, por meio desta tese, ganha sua versão completa.

trabalho de campo designado de “Mapeamento Social dos Faxinais”, realizado inicialmente para fins desta tese, entre os anos de 2007 e 2008.

Cabe ressaltar que os faxinalenses, sujeitos analisados nesta pesquisa, surgem tardiamente na história social no Sul do Brasil, e enquanto categoria analítica são posteriores ao próprio objeto que lhe confere por derivação a identidade atribuída a esses agentes sociais. Assim, ao “nascer”, tal objeto de pesquisa já carrega interpretações que anunciam seu curto “prazo de validade”, ao carimbar à sobrevivência dos faxinalenses uma existência condenada, por conta da “desagregação” do objeto que o próprio grupo social luta por manter ou reaver, ou seja, as “terras de faxinais”[6].

No contexto literário ou científico que se investigue o agente faxinalense é sempre um figurante, a paisagem, o pano de fundo, ou uma sombra. Por isso, não admira que a ciência o tenha captado pela ausência, pela negação, pelo desvio ou pela exceção, na qualidade de um “contra-objeto” ou um “não-sujeito”. Sem que se negue o efeito de múltiplas mediações, esta dependência conceitual do sujeito ao objeto é o correlato da subordinação econômica, social e política dos faxinalenses nos estudos sobre a formação social do campesinato que tomam como referência central as teses sobre o desenvolvimento econômico do Estado.

Essa perspectiva conquista sua “comprovação” em interpretações amparadas nas noções de assimilação ou extinção das formas tradicionais de uso comum mediante a leitura sobre a contínua “desagregação”, o desapossamento da terra e a extinção das práticas de uso comum, mantida como explicação dominante nas obras sobre os faxinais. O que pode ser observado na breve análise da trajetória histórico-social, que demonstra restar um diminuto espaço ao debate sobre a permanência dessa forma tradicional de uso e acesso à terra praticada por grupos de camponeses, em especial, em vasta região do Paraná Tradicional (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988, GEVAERD, 1986; GUBERT, 1987). Aliás, até 1984, sobretudo a produção literária, faz menção aos faxinais comparando-o a uma tipologia florestal (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988). Outros autores associam sua existência a resquícios de uma sociedade camponesa “arcaica e rudimentar” (SAINT HILLAIRE, 1995), leitura que é reformada com a “descoberta” dos faxinais enquanto um problema de pesquisa (CARVALHO, 1984). Este autor tem o mérito de trazer ao

[6] Na representação social dos faxinalenses essa expressão designa as terras de pertencimento, inclusive aquelas que já não mais estão sobre o seu controle e domínio.

lume a persistência dessa forma tradicional de organização social frente ao dinâmico avanço do processo de “modernização agrícola”.

A alusão a tais padrões produtivos e tecnológicos, e sua posição hegemônica no desenvolvimento econômico, impôs o argumento de que estaríamos definitivamente vivendo a derradeira fase da “crise das formas tradicionais de organização da produção”. Neste contexto, a “descoberta” dos faxinais sinaliza para a compreensão dos fatores que determinam seu declínio econômico e social, causas de sua crescente “inviabilidade”, segundo matrizes ancoradas no pensamento evolucionista.

Em que pese a importância teórica e operacional das produções intelectuais para a visibilidade dos faxinais e sua inserção no debate do campo intelectual, o domínio explicativo dessa perspectiva omite as formas tradicionais de controle, acesso e uso do território pelos agentes faxinalenses num constante movimento de reorganização dessa realidade social, o que faz pensar a diversidade sociocultural ao aspecto exclusivamente econômico, a ação do sujeito coletivo ao indivíduo pré-determinado, e a “condenação” do ambiente natural à “degradação”, pela alta densidade demográfica combinada com a pressão de “técnicas rudimentares” e “insustentáveis” mantidas por grupos de camponeses. Tais pressupostos, e sua permanente reprodução, impõem obstáculos ao pensamento sobre os faxinais, e têm orientado de forma variável, desde a década de 1980, os produtores intelectuais e os planejadores públicos na modernização tecnológica dos sistemas tradicionais em planos e projetos “desenvolvimentistas”[7], na perspectiva de superação do “atraso técnico e social” via o alcance das políticas públicas agrícolas (SEAB/PR, 1980), num claro esforço de incluir estes “pequenos agricultores” ao processo de desenvolvimento econômico; situação em que gradualmente seriam emasculadas suas diferenças culturais.

Nesse domínio, o avanço científico consiste em evitar que as contingências históricas se transformem em pressupostos da explicação de que elas próprias carecem e, que por essa via, naturalizem a sua presença na história, com a consequente descaracterização dos processos sociais ao omitir sua presença.

---

[7] Vide artigo intitulado: **Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro.** ACSELRAD, Henri. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2005.

Por mais que se reconheça a necessidade dessa leitura crítica sobre o desenvolvimento, faz-se oportuno ler nas entrelinhas as dificuldades que essa perspectiva analítica impõe aos processos sociais em que estão em jogo as diferentes formas de expressão cultural e étnica, visto que lutar por elas é, afinal, lutar contra as evidências espontâneas e o senso comum, treinado na base dos conhecimentos sob os quais construímos as nossas competências técnicas e especializações científicas.

Visando a compreensão comum do significado utilizado nesta pesquisa para o conceito de faxinal, sobre o qual gravitam entendimentos semelhantes entre as diversas obras sobre o tema, agora colocadas em análise, proponho um conceito analítico elaborado durante o trabalho de campo que resultou no capítulo 4 desta tese, intitulado "**Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná**[8]", a fim de indicar o significado que adoto nesta pesquisa. Tal conceito busca relativizar as caracterizações atribuídas ao "criador comum", "criadouro comum", "sistema faxinal" e suas variantes, consagradas pelo campo intelectual e disseminadas como uma evidência inquestionável pelo senso comum erudito, sendo instituído como modelo cultural reificado[9]. Deste modo, quando faço uso da expressão "faxinal" ou "terras de faxinais", nesta tese, me refiro ao seguinte significado[10]: *terras tradicionalmente ocupadas que designam situações onde a produção familiar, de acordo com suas possibilidades, variavelmente combinam apropriação privada e comum dos recursos naturais, tendo o controle e uso dos recursos considerados comuns à existência*

[8] Este capítulo ganhou sua elaboração final e lançamento em agosto de 2009, antes da publicação desta tese, na forma do livro intitulado "Terra de Faxinais", num esforço conjunto de diversos pesquisadores, entre eles: Alfredo Wagner Berno de Almeida, Joaquim Shiraishi, Mayra Lafoz Bertussi, José Onesio Ramos, José Carlos Vandresen e Antonio Michel Kuller Meira. Na ocasião, reescrevi o capítulo 4, transformando-o em um artigo para essa publicação.

[9] Pela reificação, os faxinais e seus atributos são objetivados, assumindo, portanto, o estatuto de coisas. Neste sentido, a expressão faxinal foi inicialmente descrita por Carvalho (1984, p. 16): "[...], segundo o uso regional, quer dizer criador grande, provavelmente se referindo às pastagens naturais existentes na região e que facilitavam, pelas condições da vegetação, a criação extensiva de animais, em particular suínos e grandes animais". Para Chang (1988, p. 13), os faxinais constituem um sistema de produção familiar que incorpora para além das áreas de pastagens naturais utilizadas de forma comum, denominadas de criadouros comunitários, às áreas de lavoura, de apropriação individual. A autora vai diferenciar os faxinais de outros sistemas de produção pela forma de organização: "Ele se distingue das demais formas camponesas de produção no Brasil pelo seu caráter coletivo no uso da terra para produção animal. A instancia do comunal é consubstanciada nesse sistema na forma de um "criador comum", espaço no qual os animais são criados à solta".

[10] As diferentes denominações empregadas resultam da verificação de situações referidas a categorias utilizadas localmente pelos agentes sociais para designar sua condição social e territorial, sendo tais expressões territoriais referidas a distintas unidades sociais, decorrentes de diferentes níveis de organização e conflitos face antagonistas históricos e atuais, em que o controle e domínio dos recursos considerados básicos para a reprodução do grupo social é o centro das disputas.

física e social – especialmente pastagens naturais, cursos d'água e recursos florestais –, e exercido de maneira livre e aberta de acordo com normas específicas consensualmente definidas por grupos de pequenos criadores e agricultores que, circunstancialmente, denominam suas áreas de uso comum por expressões locais, a saber: "criador comum aberto", "criador comum cercado", "criador criação alta" e "mangueirão", presentes no Sul do Brasil.

Nesse "Mapeamento", sua presença foi detectada em aproximadamente 35 municípios do estado do Paraná, em diferentes contextos históricos e sociais que descrevem uma formação agrária, existente desde o período colonial à margem das medidas governamentais que organizaram o mercado de terras em áreas de ocupação agrária antiga[11]. Tal persistência nessas terras é explicada pelo processo de ocupação territorial de áreas marginais ao sistema econômico dominante, estabelecendo-se, de modo geral, em regiões periféricas onde a força política dos grupos dominantes encontrava-se fragilizada e enfraquecida ou em situações em que a ampliação da atividade econômica induzia a funcionalidade dos faxinais como áreas de concentração de camponeses controlados na condição de "estoque de mão de obra", mediante esquemas de repressão e imobilização de sua força de trabalho[12]. Tal modalidade de apropriação comum desenvolve-se como estratégia de reprodução social de camponeses que historicamente buscam por meio de sua organização social acesso e controle da terra, num cenário atravessado por conflitos sociais, em que está em jogo sua existência social. Não obstante, a fim de assegurar o "livre" acesso aos recursos básicos, submeteram-se e defrontaram-se

[11] As primeiras ocupações territoriais realizadas no 1.º Planalto Paranaense datam do século XVII, quando o criatório animal passa de meio de subsistência para uma atividade econômica, esta responsável por abastecer de gêneros alimentícios o ciclo da mineração no litoral do Paraná. Segundo Martins (s.d, p. 217), "Esse novo gênero de vida foi exigindo esforços sedentários, fixados em torno dos currais da criação e foram surgindo os sítios, e nas zonas deles os arraiais estáveis, nebulosas de aldeias, vilas e cidades". Entre os séculos XVII e XIX, a historiografia relata manifestações de conflitos sociais em que a terra é o fator de violenta e acirrada disputa de grupos camponeses, quilombolas e indígenas contra o poder político e econômico dominante. Desde o século XVIII a resistência dos Kaingangs demarca expressivos conflitos entre portugueses e indígenas em razão do intrusamento territorial nos campos de Guarapuava (MOTTA, 1994). Na região metropolitana de Curitiba, onde se inicia a ocupação em fins do século XVII por grupos de camponeses livres e escravos negros em busca de condições para sua reprodução social e física, motivados pela distância do controle da força de trabalho dos sesmeiros, registram-se diversos conflitos entre donos de sesmarias e camponeses (IANNI, 1962). Na nascente República, o acontecimento mais marcante envolvendo o controle e uso comum da terra no Sul do Brasil por grupos camponeses trata-se da Guerra do Contestado (1912-1916).

[12] Me refiro aqui a servidão por dívida, citada por Ianni (1962, p. 67), em sua análise sobre a formação da estrutura social e econômica durante o período colonial nos Campos de Curitiba.

sistematicamente com o avanço de antagonistas[13] históricos em diferentes tempos, tais como: fazendeiros de gado, ervateiros, madeireiros, durante um período que ultrapassa mais de dois séculos de disputas pelo controle e domínio dos recursos naturais.

Naquele período, como hoje, os agentes faxinalenses[14] permanecem enfrentando situações acintosamente desfavoráveis à sua existência social, marcada por conflitos e tensões pelo controle de bens e recursos básicos essenciais à sua reprodução social. Nestes contextos, denotam um estado de permanente e sistemático constrangimento[15] e coação contra suas práticas de uso comum, que se revelam com mais intensidade, na medida em que os agentes sociais reagem organizadamente às pressões sofridas contra seus bens e práticas tradicionais, dada a ação promovida por diversos agentes sociais interessados na apropriação privada dos recursos naturais subjacentes às "terras tradicionalmente ocupadas[16]" e destinadas ao uso comum. A saber, os faxinalenses têm conflitado com agentes e suas práticas produtivas diversas, bem como empreendimentos de lazer, identificados[17] como contumazes antagonistas, sejam eles agricultores familiares ou patronais: monocultivos de soja, milho, pinus, eucaliptus, criação intensiva de gado

[13] A expressão "antagonistas" não adquire aqui a conotação maniqueísta que opõe os faxinalenses a todos os outros grupos sociais que não se organizam socialmente da mesma forma, antes pretende identificar diversos agentes sociais que disputam o controle dos recursos tradicionalmente utilizados pelos faxinalenses, e assim são classificados por esta pesquisa por buscarem privatizar a terra e impedir o livre acesso aos recursos naturais. Nesse espaço social, encontramos também dinâmicas que revelam alianças entre grupos oriundos de distintas culturas que frequentemente reconhecem ou têm se aliado na defesa das "terras de faxinais". Como no caso de grupos de indígenas e quilombolas, lideranças ligadas aos STR's; agricultores circunvizinhos aos faxinais, que mesmo na condição de grandes proprietários, em alguns casos, são considerados aliados dos faxinalenses, entre outros.

[14] Importa ressaltar que este grupo social não é auto-evidente, assim como não é socialmente evidente, o que nos leva a compreender que os faxinalenses vivem, desde o momento da realização de seu 1.º Encontro Estadual em 2005, um processo social e identitário em construção, acionado a partir de diversas estratégias pelas mobilizações e produção de atos e dispositivos estimulados pelo movimento social que os representa.

[15] Visando fortalecer esta interpretação, o espaço social em análise recorda discussões produzidas por Bourdieu, considerando seus primeiros escritos na Cabília, quando se opôs a uma noção de "aculturação", enfatizando que a cultura dominante é fundada na relação de força pela qual o grupo dominante mantém o grupo dominado sob seu controle, enclausurando-o numa situação de "humilhação coletiva" por intermédio da dominação cultural (BOURDIEU, 2006). Combater o efeito desta dominação será um dos objetivos centrais das lutas simbólicas empreendidas no campo intelectual, no intuito de revisar as categorias, classificações e pré-noções inferidas a este grupo social.

[16] A categoria "Terras Tradicionalmente Ocupadas" expressa uma diversidade de formas de existência coletiva de diferentes povos e grupos sociais em suas relações com os recursos da natureza. Essa categoria foi instituída no texto constitucional de 1988 e reafirmada nos dispositivos infraconstitucionais (ALMEIDA, 2006).

[17] Estes registros foram colhidos nos fascículos da Série Faxinalenses no Sul do Brasil.

de leite e corte, empresas mineradoras, chacreiros, empresas integradoras – fumicultura, aves e suínos –; além de projetos governamentais de infraestrutura – estradas pavimentadas e hidrelétricas[18] que diretamente concorrem com áreas de pastagens destinadas ao criatório animal (TAVARES, 2008; SOUZA, 2009).

Porquanto, os faxinalenses travam lutas localizadas[19] desde tempos imemoriáveis, objetivando a defesa do uso comum dos recursos naturais, investindo seu saber tradicional associado a fortes laços de solidariedade, que possibilitam superar possíveis divergências internas para compor unidades de mobilização, narradas por agentes sociais em várias regiões visitadas pelo "Mapeamento Social". Estas acionam estratégias de reorganização social que objetivam a defesa do "livre" acesso aos recursos considerados básicos à sua existência social, como fontes d'água, pastagens e recursos florestais, visando mantê-los "abertos" ao uso comum de forma combinada com áreas de uso privado, onde desenvolvem cultivos agrícolas ou produções animais intensivas, como granjas de suínos e aves. Essas mobilizações desencadeiam historicamente "processos sociais de territorialização" (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999), que configuram territorialidades específicas[20] sob as quais procuram reproduzir suas práticas sociais. Em razão disso, os faxinais se apresentam hoje mediante formas diferenciadas de apropriação comum, resultado de conflitualidades recorrentes, cujo objeto em disputa contra seus antagonistas é o controle e domínio sobre os referidos recursos naturais.

Nessas condições, o desapossamento físico e simbólico dos agentes faxinalenses de suas possibilidades de existência social, efetivado por diversas formas de coação, produz e reproduz a estigmatização de sua condição social, em especial numa região em que desde a década de 1970 se expandem os monocultivos agrícolas e outras formas de mercantilização da terra. Não obstante, a

[18] Em 1997, o Programa Estradas Rurais implantado pelo Governo Jaime Lerner, desconsiderando a existência de áreas de uso comum, asfaltou estradas rurais que cruzavam faxinais, obrigando a retirada de portões e mata-burros que delimitavam fisicamente essas áreas, gerando em muitos casos, como no faxinal do Taquari, município de Rio Azul, mobilização da comunidade para que se desviasse seu trajeto, evitando passar por dentro do faxinal. Mais recentemente, a proposta de construção de hidrelétrica no Rio da Várzea, entre os municípios de Quitandinha e Mandirituba, levou os faxinalenses a questionarem tal empreendimento junto às prefeituras.

[19] Os relatos obtidos pela pesquisa de campo, registrados em narrativas sustentadas pela memória coletiva dos grupos entrevistados, informam conflitos territoriais especialmente contra o intrusamento de madeireiros, ervateiros e empreendimentos governamentais desde a década de 1940.

[20] Conforme Almeida (2006), o termo "territorialidade específica" assume o significado prático para nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados, e resultam de diferentes processos de territorialização ao delimitar dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território.

ampliação da intensidade dos conflitos sociais, condicionado ao aquecimento do mercado de terras e o aumento no preço das commodities agrícolas, à diferenciação interna promovida pela intensificação e especialização tecnológica, lhes esvanece as condições de existência física, submetendo os agentes faxinalenses, seus bens e saberes tradicionais, a toda forma de violência simbólica, observada no desprezo de suas formas de expressão social e territorial por parte significativa dos agentes públicos que operam as políticas agrícolas. Essa relação em que imperam as ausências sobre os agentes faxinalenses, os têm mantidos presos a uma identidade fundamentalmente heterônoma, carregada de categorias de percepção negativas, situação que os obriga a formar a sua própria subjetividade através do olhar e do julgamento social dominante.

Ante toda a forma de investidas contra seus territórios de pertencimento, desde o período colonial, o respectivo grupo social sempre constituiu estratégias diversas de reorganização territorial, visando a manutenção das condições que permitissem a realização de práticas tradicionais referidas às “terras tradicionalmente ocupadas” ou “terra de faxinais”, o desdobramento dessas formas tradicionais de apropriação comum dos recursos naturais por grupos faxinalenses enunciam, ainda hoje, processos de reorganização social que expressam diferentes formas de apropriação dos recursos naturais, em especial, de controle, domínio e uso da terra, não obstante intensos conflitos sociais tenham conduzido a processos de desterritorialização destes grupos.

É essa reflexão que nos remete à crítica de uma postura intelectual presa à substância de uma tradição de perfil essencialista e nos leva a pensar sobre a noção de faxinal segundo representações sociais captadas aos agentes faxinalenses visitados na fase de entrevistas desta pesquisa, permitindo condições de compreensão do fenômeno da identidade étnica, bem como de suas práticas que frequentemente são atualizadas ressignificando a noção de tradição e de território faxinalense. Tal noção atualizada tem deslocado a categoria social atribuída ao grupo de seu momento nascente para o seu significado no presente. Ou seja, a organização social ou produtiva pode ser formulada à luz de um tempo passado, mas elas são ressignificadas no presente em novos contextos que nos fazem pensar determinados grupos sociais pelo que são, e não pelo que foram no passado.

Essa mudança na percepção do significado dos faxinais guarda relação com inflexões que estão ocorrendo no plano teórico, mas também no plano concreto. No

plano teórico têm-se mudanças na redefinição do papel da produção intelectual, uma vez que de modo regular estas elegiam os critérios de definição para classificar os grupos sociais: a origem comum, as características produtivas, as regras de sociabilidade, o compartilhamento de uma mesma cultura, língua comum, laços de sangue, entre outros. Contemporaneamente, manifesta-se uma nova concepção, onde pesquisadores começam a perceber as formas de representação dos grupos sociais, sobretudo, na forma como eles se autodefinem, e a forma como vão construindo suas identidades mediante processos de mobilização em defesa de sua tradição. Essa forma de pensar, não somente substanciada em condições objetivas materiais, apresentadas de modo reificado, postula uma noção de tradicional construída no presente, informando uma percepção que permite também os produtores intelectuais livrar-se de certa linearidade histórica que reduz a busca de objetividade ao esforço positivista.

Por ora, observa-se que a busca do reconhecimento de grupos ou povos tradicionais implica em mudanças de percepção sobre o objeto de pesquisa, abordagens teóricas e esquemas analíticos, que estariam se tornando insuficientes para explicar esse "novo cenário" em que os agentes faxinalenses se autodefinem coletivamente, na busca de defender seus territórios de pertencimento, e suas formas próprias de inter-relacionamento, autorregulação interna e gestão compartilhada dos recursos naturais.

Concorre positivamente nesse processo a presença de políticas públicas afirmativas, que desvelam, desde 2003, um novo cenário político[21] a partir do plano nacional, onde grupos étnicos, até então na invisibilidade, já projetavam sua emergência de forma objetiva em movimentos sociais, mediados pela afirmação identitária, como elemento de distinção social positiva, sobretudo, quando acolhidas pela categoria social ampliada dos povos e comunidades tradicionais.

O espelhamento de sua força social e política em crescente acúmulo instiga interesse investigativo oriundo das ciências sociais, ao gerar oportunidades de reflexão sobre os significados atribuídos aos diversos grupos sociais, entre estes os faxinalenses, no campo da produção intelectual, bem como nas mediações em que as instituições públicas vêm-se impelidas a interagir, provocadas pela pressão da emergência de novos movimentos sociais.

[21] A Constituição Federal de 1988 prevê garantias às diferentes expressões culturais, especificamente em seu artigo 216.

Todavia, tem-se como fator limitante o fato de que o processo de reconhecimento dessa imensa diversidade sociocultural[22], e suas distintas formas de expressão territorial, é ainda pouco conhecido cientificamente e, mais ainda, pouco reconhecido oficialmente[23] pelo Estado brasileiro. Contudo, em que pese considerar avanços na produção de marcos legais sobre o assunto, sobretudo, desde 1988 com o advento da Constituição Federal, em 2004 com a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais – CNPCT[24], e 2007 com a promulgação do Decreto Federal n. 6040, as denominadas "comunidades ou povos tradicionais" ainda não foram capazes de lograr êxito em suas principais demandas, dentre elas destaco as relacionadas ao reconhecimento jurídico-formal, e as demandas territoriais fundamentais à sua reprodução física e social no interior da sociedade brasileira.

Entretanto, por detrás dessas conquistas garantidas pela força dos movimentos sociais, o cenário atual demonstra uma correlação de forças desfavorável a esses grupos sociais, principalmente se considerarmos as estratégias empregadas por seus antagonistas atuais, cujo objetivo anuncia a

[22] Utilizo o conceito de "cultura" no seu sentido sociológico, correspondendo ao conjunto de valores, normas e práticas adquiridas e compartilhadas por uma pluralidade de pessoas. Tal sentido remete à noção de pluralismo cultural. Assim, no seio de uma mesma cultura, podem existir grupos que não compartilham as práticas e representações dominantes. Aproveito para inserir neste debate o sentido produzido por P. Bourdieu para distinguir as diferenças culturais em uma sociedade, visto que o autor considera a cultura não apenas como acesso a um patrimônio artístico e cultural, mas também como uma hierarquia de valores e de práticas. Entretanto, o que importa na análise é que a cultura tem todas as propriedades de um capital, e como tal, ela é um móvel de lutas num campo que se autonomizou. No caso em estudo, explicito que tratarei os faxinalenses dentro do quadro teórico formulado por F. Barth.(1969) Desta maneira, como um grupo étnico em oposição à ideia de um grupo cultural, em razão de que os grupos étnicos não são formados com base em uma cultura comum, mas sim que a formação de grupos ocorre com base nas diferenças culturais, ou seja, a cultura é a base pela qual emergem os grupos étnicos.

[23] A inexistência de censos populacionais orientados à ocorrência e situação dos povos e comunidades tradicionais é uma das características primárias que levam ao desconhecimento desses grupos. Em 2007, a Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais determinou a realização de um censo com esta finalidade, proposta que naufragou em meados de 2009, em razão de divergências metodológicas de como executá-lo, bem como as implicações negativas de ordem política e técnica ao governo federal face à implementação de projetos ligados ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em grande medida impactantes aos povos e comunidades tradicionais. Vide Boletim Informativo elaborado pelo PNCSA referente ao caso do Complexo Madeira em Rondônia e a Transposição do Rio São Francisco.

[24] Esta Comissão é paritária e tem por finalidade elaborar e monitorar a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais - PNDPCT. Em sua composição há 15 representantes de povos e comunidades tradicionais e 15 representantes do Governo Federal. A partir de sua formação em 2005, realizou-se um esforço de mobilização a fim de elaborar a PNDPCT, que resultou na realização de 5 encontros em diferentes regiões do País para colher as propostas da sociedade civil.

constante ampliação[25] do controle e domínio sobre os recursos naturais, em especial sobre a terra, visando a expansão do mercado de commodities agrícolas, florestais e minerais, a criação de unidades de conservação de proteção integral e o investimento em obras de infraestrutura que afetam diretamente as terras e recursos dos quais dependem esses grupos sociais.

No caso do movimento faxinalense, incluído nesta análise, o momento histórico consiste na desconstrução da evidência do "desaparecimento" mediante mobilizações em torno da defesa das práticas tradicionais de uso e controle dos recursos considerados essenciais à sua reprodução social. O autorreconhecimento como faxinalenses indica uma nova fase no usual padrão de relações políticas com o Estado, razão pela qual passam a fazer parte das mesas de negociações com as instituições públicas, exigindo a elaboração de políticas específicas. Sem dúvida, essa tomada de posição coloca indagações sobre as previsões pessimistas, desautorizando as corriqueiras projeções sobre o fatal destino dos faxinais, que aos poucos perdem sua força explicativa.

Todavia, tal pensamento ainda encontra seus epígonos – artigos, monografias, dissertações de mestrado – na crescente produção intelectual sobre o tema, numa relação de pesquisa muitas vezes instituída num ambiente de dissimetria social e cultural estabelecido entre pesquisador e pesquisados, o que produz todo tipo de distorções inscritas em sua própria estrutura epistemológica e metodológica, ao derivar para conclusões reducionistas, quando não deterministas sobre o fenômeno social em destaque, efeito observado no foco dado à análise das principais obras sobre os faxinais e sua sequente reprodução, descrevendo por este viés a composição de regras de interpretação que se assemelham a um *habitus intelectual* adotado pelos esquemas analíticos examinados.

Portanto, trata-se, neste estudo, de identificar as regras interpretativas e em que condições se constituem no espaço social. Este exercício visa decompor estes esquemas até seus fundamentos, procurando as regras comuns que os sustentam, assegurando-lhe posições concorrentes no campo intelectual. A discussão empreendida busca relativizar a força explicativa da produção intelectual dominante sobre o tema, em razão de divergências conceituais e analíticas que produzem

[25] Os dados projetados para 2012 pela EMBRAPA, referem-se a ampliação dos monocultivos de soja (12%), milho (8%), cana-de-açúcar (24%), plantações de eucaliptus e pinus (22%) e pastagens (14%). Disponível em: <www.embrapa.br/mercadoagricola>.

sobre a realidade social, face representação adotada pelos agentes sociais faxinalenses. Essa contraposição expõe as lacunas deste debate, dado como encerrado por um conjunto de produções intelectuais, amparadas em fundamentos de inspiração evolucionista que induzem a pensar o "problema" dos faxinais via esquemas analíticos coadunados com os processos de desenvolvimento socioeconômico, sob o qual todos estão inexoravelmente submetidos, segundo arbítrios econômicos e sociais considerados incontestes.

Outrossim, informo que a familiaridade e o interesse com este assunto já completa mais de 10 anos, quando defendi dissertação de mestrado, tendo por objeto de pesquisa o Faxinal Saudade Santa Anita, localizado em Turvo-PR[26]. Posteriormente, a proximidade com os faxinalenses através da assessoria em seu processo formativo, a participação em negociações com órgãos públicos e o envolvimento em inúmeros conflitos explica o interesse direto em desenvolver este trabalho. Por estas razões, me parece indispensável tentar explicar as intenções e os princípios dos procedimentos colocados em prática nesta pesquisa, com isso o leitor poderá reproduzir na leitura do texto o trabalho de desconstrução, reconstrução e compreensão do objeto de pesquisa cujo objetivo permite espaço para uma teoria da ação social que considera os processos sociais acionados pelos agentes sociais faxinalenses. Ainda que a relação de pesquisa tenha por finalidade a produção de conhecimento, é inegável a afirmação de que ela torna-se simultaneamente uma relação social que exerce efeitos sobre os resultados obtidos, uma vez que, para além da aplicação de questionários e entrevistas, pude ao longo de 4 anos conviver com as lideranças da APF, participando de espaços de reflexão e momentos internos à coordenação em que se definiam estratégias políticas, o que propiciou minha aproximação do cenário social.

Da ocasião, permaneceu a percepção de que os faxinais não podem ser reduzidos a conteúdos culturais, categorias sociais e práticas produtivas reificadas como postulam os autores-fonte e o conjunto das *obras de referência*, além dos estudos ulteriores orientados por uma visão substancialista sobre o objeto de pesquisa. Tais esquemas analíticos sugerem um mundo social onde para existir os

[26] Na ocasião, utilizei-me de um estudo de caso para explicar, a partir de uma abordagem evolucionista, as transformações sociais e econômicas incidentes naquele faxinal. Posteriormente, minhas considerações teóricas foram objeto de reflexão, forçada pela atividade de assessoria exercida junto à Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, com a qual tive oportunidade de desvelar a realidade social observando os sujeitos sociais em ação.

povos se encontram separados em suas respectivas sociedades e culturas, podendo analiticamente ser isolados como se fossem uma ilha. Nessa perspectiva, a questão da continuidade dos grupos étnicos no tempo deixaria de ser considerada uma problemática, sendo suas diferenças explicadas pela condição de isolamento. Nesse sentido, pode-se conceber que comunidades originárias de faxinais mantivessem propriedades sociais e culturais herdadas, de modo praticamente contínuo, tanto no tempo, como no espaço, e as variações, passíveis de serem descritas a partir de situações de contato.

Portanto, considero, nesta tese, para efeitos práticos e em atenção aos referidos processos sociais, que os faxinais adquirem variadas expressões territoriais decorrentes de diferentes processos de territorialização como resultado da interação e conflito social entre a modalidade de apropriação comum da terra e a modalidade privada de controle dos recursos naturais, ou seja, mais do que um espaço físico caracterizado pela presença do "criador comum", os faxinais – lugar – podem ser definidos no tempo e no espaço por critérios de pertencimento e exclusão contidos na definição da fronteira social estabelecida pelo grupo em questão. O sentido prático dessa análise consiste em compreender que a produção da fronteira social – quem pertence ao grupo – se baseia em critérios que não podem ser fixados por agentes externos, visto que submetido a fluxos culturais permanentes que associam traços culturais definidores da identidade faxinalense, que nem sempre conferem com o conteúdo cultural reificado pelas interpretações correntes. Portanto, pode-se asseverar que superando os critérios classificatórios estabelecidos pelos agentes sociais para definir um grupo social, é na fronteira social delimitada pelos membros do grupo que se constroem os critérios que definem essa identidade étnica.

E é somente no contexto de emergência do movimento social faxinalense e do conhecimento de seu capital militante[27] que a pesquisa científica dispõe de uma nova fonte de explicações que precisam ser incorporadas pelas distintas propriedades presentes no campo intelectual, relativizando com isso as noções já cristalizadas sobre os faxinais, o que abre oportunidades para aproximação de

[27] Conjunto de percepções e conhecimentos adquiridos e acumulados pelos faxinalenses face aos enfrentamentos contra antagonistas na disputa pela conservação de seus territórios de pertencimento.

realidades sociais ainda não objetivadas pela produção científica, em especial pela insuficiência teórica das abordagens dominantes no campo intelectual.

O OBJETO E O PROCEDIMENTO TEÓRICO

O objeto do presente estudo é o espaço social formado por um restrito número de produções intelectuais selecionadas entre distintos agentes sociais envolvidos nas lutas simbólicas que objetivam interpretar a existência dos faxinais. Esse exercício analítico deriva da composição do campo intelectual, e será problematizado por meio da sociologia reflexiva, começando pelo exame crítico do que considero as regras interpretativas na análise do objeto de pesquisa intitulado "faxinal", proposto pelos autores-fonte e demais intérpretes aqui arrolados.

Para compreender esse fenômeno social faço uso da "teoria do campo" de Bourdieu, como ferramenta interpretativa do domínio de ação das produções intelectuais que constituem o campo intelectual de debates sobre os faxinais, cujo objetivo é refletir e revisar criticamente os esquemas interpretativos e sua conformidade com a realidade social.

Ainda que no campo intelectual analisado a verdade produzida sobre a realidade social dos faxinais tenha contribuído para seu conhecimento pela ciência e sociedade, detecto lacunas teórico-metodológicas produzidas pelas perspectivas que dominam o campo intelectual, em especial, quando se trata de empreender a objetivação dos agentes faxinalenses e suas formas de organização social face enfrentamentos e limitações físicas e políticas do presente.

Reflito sobre essas dissonâncias na revisão teórica dos textos de referência descrita no capítulo 1, ao apontar a fonte explicativa e os argumentos que se desdobram em virtude da escolha teórica e analítica dos intérpretes – determinismo econômico[28] – que redundam em teorias dualistas[29], interessadas em explicar as

[28] A teoria marxista amparada no determinismo econômico argumenta que as forças e relações de produção que definem os sistemas econômicos determinam as condições sociais.

[29] A ideia de dualismo opõe entre si as noções de "atrasado" e "moderno". Ao serem empregadas pelos autores de referência sobre os faxinais, confere à noção de tradição o sinônimo de passado, e os faxinais a uma substância que assume a síntese de condições pretéritas, explicadas pelos ciclos econômicos. As teorias dualistas subsidiam o debate no qual as formas tradicionais de organização da produção camponesa estariam fadadas ao desaparecimento em razão de sua inadequação às

razões “naturais” do “desaparecimento” desses grupos sociais, muito mais do que compreendê-los. Ao reproduzir esquemas analíticos padronizados por meio de interpretações que prenunciam o anacronismo das formas tradicionais, induzem o pensamento a perfilar-se com o sentido imposto pelos processos dominantes de desenvolvimento econômico em curso. Em geral, identificam e descrevem aspectos econômicos de seu funcionamento, elidindo os processos sociais e identitários que articulam uma variedade de territorialidades específicas, em torno da qual se instituem práticas tradicionais de uso comum dos recursos naturais identificadas como “terras tradicionalmente ocupadas por faxinais”, ou simplesmente, “terras de faxinais”. A persistência em argumentos técnicos sobre a improdutividade agrícola de tais sistemas e as frequentes referências à decadência dessas modalidades de uso comum denotam o sentido que tais intérpretes atribuem aos faxinais, produzindo argumentos que o aprisionam ao passado, de forma a “naturalizar” seus processos sociais.

Paralelamente ao senso comum das representações sociais dominantes na sociedade e no Estado, as produções intelectuais de referência refletem um esquema de pensamento que pretende tornar conhecidos os faxinais, como forma de organização econômica camponesa, tarefa absolutamente necessária na ocasião. No entanto, os fundamentos teórico-metodológicos, acionados em suas análises, resultam em conclusões fatídicas sobre seu destino, que desabonam continuamente a possibilidade de produção do capital simbólico dos faxinais. Ao conciliar a noção de tradição ao passado, anunciam a incompatibilidade dessa forma de organização social frente ao avanço das formas capitalistas de produção, restando aos faxinais o processo de assimilação ou aculturação guiado pelo padrão dominante de desenvolvimento no campo, como pode ser observado no capítulo 2.

Na contramão dessa forma de pensamento dominante no campo intelectual de debates sobre os faxinais, ganha força o fenômeno social da emergência de diversos grupos sociais portadores de identidade coletiva e étnica, objetivados em movimentos sociais, que buscam garantir e reivindicar direitos, que sempre lhes foram negados pelo Estado. A manifestação desses novos movimentos sociais expõe as interpretações científicas dominantes sobre o tema à revisão dos esquemas de pensamentos comumente acionados, ao postular reflexões em seus

---

condições objetivas de produção, orientadas pelo desenvolvimento econômico. OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003. 150p.

fundamentos e assertivas, uma vez que os sujeitos sociais mobilizados contradizem as teses que indicam seu desaparecimento, apresentando suas próprias estimativas populacionais e situações de ocorrência das unidades sociais organizadas sob diferentes territorialidades.

Pensar esse fenômeno sociológico sob novas bases conceituais amparadas na categoria de povos e comunidades tradicionais, bem como no conceito de etnicidade, proporciona mudanças de percepção sobre os faxinais, redesenhando uma nova fisionomia étnica desses grupos, com presença mais comum e abrangente do que se imaginava, no interior da sociedade paranaense[30], e quiçá no Sul do Brasil. Porquanto, se referem à emergência de "novas" classificações sociais auto-atribuídas, desta vez, pelos sujeitos faxinalenses que se estabelecem relativizando as classificações sociais dominantes produzidas pelo "olhar externo" dos pesquisadores, e sempre tendentes ao esforço de homogeneização da diversidade social reduzida a uma mesma categoria, e a um único padrão explicativo, estanque e cristalizado pelas classificações inflexíveis de outrora.

Importa sublinhar que o contraponto desse debate no campo intelectual está sendo impulsionado desde 2005 com o surgimento da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses – APF, cujo principal desafio consiste em conhecer e reconhecer a existência social e os direitos étnicos e coletivos[31] desse grupo social, demarcada por meio de contrastividades que permitem delimitar as fronteiras sociais[32] da identidade faxinalense, tendo como referência primária a memória

[30] Importante frisar que a despeito de se saber a existência de faxinais no Sul do País, esta pesquisa se restringiu somente a algumas regiões do estado do Paraná, por razões exploratórias e financeiras.

[31] O campo jurídico tem sido pressionado pelos movimentos sociais e produções intelectuais (SHIRAISHI, 2009; SOUSA SANTOS, 2005) que debatem uma "inversão metodológica" sobre o objeto do direito. Consideram que o centro das análises sejam os sujeitos sociais, e o critério, o atendimento de seus direitos fundamentais. É assim que o campo jurídico passa a compor entre outros campos um lugar de disputas no que se refere à aprovação de dispositivos jurídicos constitucionais e infraconstitucionais, que desde 1988 tencionam por uma reinterpretação sobre os direitos étnicos e coletivos vinculados a grupos culturalmente diferenciados no interior da sociedade brasileira, bem como a promulgação, a partir de 2003, por força do acúmulo das mobilizações sociais num ambiente político mais favorável, de uma nova "safra" de leis, decretos, instruções normativas e portarias promulgadas pelas instituições do Estado, que têm no seu ápice a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais – CNDPCT, por meio do Decreto Federal n. 10.884, em 2004, e posteriormente em 2007, a promulgação do Decreto Federal n. 6040 que instituiu a Política Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Tem nesse período a ratificação de Convenções internacionais pelo Congresso Nacional, tais como: as Convenções da OIT 169, da Diversidade Biológica e Expressões Culturais.

[32] A fronteira social é o limite que distingui um sistema ou grupo social de outro, segundo critérios de pertencimento e exclusão identificados pelo próprio grupo. A existência de um grupo étnico está ligada às fronteiras criadas e mantidas por relações de poder e processos de controle, silenciamento,

coletiva aliada ao sentido que os membros de determinada unidade social fornecem à sua ação.

Nesse cenário de mobilizações político-organizativas surgem novas interpretações focalizadas nos agentes faxinalenses que indicam um ato contínuo em seus discursos e ações, voltados ao investimento simbólico e político, que busca a afirmação étnica frente à homogeneização social das categorias universalizantes. Nessa direção, esta pesquisa denota o esforço empreendido pela APF na produção da distinção social do grupo frente às negociações com o Estado, reuniões comunitárias, encontros estaduais, dossiês, abaixo-assinados, entre outros, destinados a acumular força política, cujo objetivo pretende a mudança da posição social dos faxinalenses em relação aos seus antagonistas e aos planejadores de políticas públicas. Essa estratégia de ação se constituiu num campo de poder atravessado por lutas simbólicas e materiais, onde está em jogo, dentre várias formas de capital, a acumulação e a distribuição do capital simbólico, capital fundamental que convertido em capital político traduz possibilidades de reconhecimento e efetivação de direitos constitucionais assegurados ao grupo.

Tal perspectiva tem o efeito prático de produzir um tipo de conhecimento que, ao determinar aos agentes faxinalenses uma nova posição no espaço social, pretende revelar suas identidades, até por eles próprios "desconhecidas"[33]. Motivo pelo qual buscam o reconhecimento de sua legitimidade[34], como condição para

---

e apagamento das experiências pessoais que fujam ao modelo cultural reificado como definidor dele (BARTH, 2005, p. 15).

[33] Em algumas regiões do Paraná o termo faxinalense é estranho aos próprios agentes sociais, em razão do faxinal ser denominado de "criador comum" ou "mangueirão", entretanto, estas situações resultam de semelhantes processos sociais de territorialização e, ao olhar dos agentes sociais, convergem para uma mesma identidade étnica cujo fator de agregação é a organização social em torno da manutenção da modalidade de uso comum da terra. Por outro lado, o termo faxinal é comumente utilizado com frequência em alguns municípios da região Centro-Sul do PR, e pelo fato do movimento social ter origem nessa região, os agentes sociais se autoatribuiram a nomeação de faxinalenses. A primeira obra a apresentar essa expressão para designar os "moradores de faxinais" foi de Nerone em sua tese de doutorado, em 2000.

[34] A legitimidade que produz a "invisibilidade" e a "irrelevância" consolida-se, na medida em que o uso de tais categorias classificatórias transcende os debates acadêmicos e tornam-se orientações oficiais, manifestando a violência simbólica praticada pelo Estado contra o grupo social em questão. Afinal, reafirmam-se conclusões fundamentadas em estigmas e prognósticos negativos a respeito de sua permanência, sobretudo, quando prevalece a ausência, como nos casos identificados pelas categorias censitárias e cadastrais assinaladas pelo IBGE (estabelecimento) ou pelo INCRA (imóvel rural), que ignoram as formas de uso comum da terra existentes no país, ou quando produzem subestimativas, apontando tendências decrescentes sobre sua ocorrência, tal como em levantamentos preliminares elaborados por órgãos do governo estadual, levando à percepção de um senso comum com efeitos negativos aos faxinais, comparando-o a "resquícios" de uma sociedade que se moderniza de forma incompleta, relegando a noção de tradição ao passado.

alcançar a distribuição desta espécie de capital no interior do campo político e jurídico.

O confronto dessas posições esboça uma luta simbólica, em que estão em jogo as interpretações a respeito da realidade social dos faxinais, ou seja, uma luta em torno de significados expressos por diferentes representações sociais em disputa, referidas ao mesmo objeto de pesquisa. Se numa posição se impõe a tendência à aculturação ou assimilação dos faxinais pelo processo de desenvolvimento econômico, noutra, os faxinalenses procuram mediante suas estratégias simbólicas fazer "ver" as "terras de faxinais", mesmo em lugares onde o criador comum já não está mais presente. No entanto, ao mapear os agentes faxinalenses e suas atuais formas de organização territorial, desvelam a partir de sua memória coletiva os mecanismos desestabilizadores e as formas de usurpação dos territórios tradicionais e seus respectivos agentes sociais, alcançando as formas atuais de resistência e reprodução social, tendo em vista a manutenção dos conhecimentos e práticas tradicionais. Neste confronto busco relativizar os fundamentos que produzem a dominação simbólica e impedem que as regras discursivas definidas neste campo de poder possam ser transformadas. Se as regras discursivas não mudam, a estrutura de relações sociais objetivas permanece reproduzindo-se, concentrando cada vez mais capital simbólico[35] em algumas posições aproximadas no campo intelectual.

Ao retroalimentar esse debate pelo viés epistemológico, pretendo estabelecer o lugar das lutas simbólicas no interior do espaço social em exame, compreendendo que o mesmo tem uma lógica específica, que lhe confere uma autonomia real em relação às estruturas em que estão enraizadas, ou seja, seus autores e respectivas obras. Por esta razão, os agentes faxinalenses demandam[36] aos pesquisadores uma nova interpretação sobre sua condição social, inaugurando uma fase na produção acadêmica sobre o tema, em que se defronta com a correlação de forças entre distintas propriedades intelectuais, ao pretender provocar mudanças graduais nas interpretações, e por consequência na estrutura do espaço

[35] Considero, para efeitos teóricos, que o capital simbólico em disputa não é outra coisa senão o capital social ou cultural, quando conhecido e reconhecido segundo as categorias de percepção que ele impõe.

[36] Nos Encontros Estaduais dos faxinalenses, a APF tem convidado pesquisadores, bem como em eventos públicos diversos. O objetivo dessa aproximação deve-se à estratégia simbólica de recolocar a questão faxinalense em destaque na produção acadêmica, desta vez, sob a ótica da identidade étnica do grupo.

social onde se estabelecem os domínios do campo intelectual. Ou seja, a possibilidade de ressignificar o sentido atribuído aos faxinais pela via acadêmica e científica torna-se alvo dos interesses dos próprios faxinalenses.

Disso resulta uma interpretação em que os agentes faxinalenses aplicam, às estruturas objetivas do mundo social, estruturas de percepção que são provenientes de seu "ponto de vista" sobre os processos sociais produtores das estruturas objetivas, e tendem por isso a fazer e perceber os faxinais como uma evidência, apesar de sua não "aparência" nos registros, mapas, políticas e discursos; um mundo em que os faxinais que se encontravam reduzidos a um significado cultural, cristalizado no passado, passam a ser vistos pela lente do agente faxinalense, constituindo um novo roteiro explicativo, muitas vezes peculiar e inaparente, legado dos processos diferenciados de territorialização[37] vivenciados ou latentes na memória coletiva do grupo em questão, porém de modo rarefeito captado pelas produções intelectuais.

Para tanto, nessas lutas específicas investem sua força social em alianças que permitam viabilizar a produção do capital simbólico ao grupo, na intenção de transpor as barreiras da "invisibilidade social" em que estão submetidos, usando, para isso, estratégias de subversão que creditam capital simbólico a si no campo intelectual e, por consequência, aos planejadores públicos nas intervenções e relações estabelecidas com os agentes faxinalenses. Assim, o centro dos debates passa a ser a ressemantização dos faxinais e a identificação dos sujeitos qualificados como faxinalenses, segundo fronteiras sociais definidas pelo grupo, tema que será abordado no capítulo 3. Dessa forma, presume-se que os sujeitos históricos existam no presente e tenham como condição básica o fato de ocupar tradicionalmente uma "terra" que, por direito, garante sua reprodução social e física. Assim, qualquer invocação ao passado deve corresponder a uma forma atual de existência, que se pode realizar a partir de interações com outros sistemas sociais sem necessariamente perder sua identidade.

Tal aspecto presencial, focalizado pelo "Mapeamento Social", ampara-se no fato de haver diversos pressupostos legais referidos a um conjunto de agentes

[37] Segundo Almeida (2006), essa expressão tenta propiciar instrumentos para compreender como os territórios de pertencimento foram sendo construídos politicamente através de mobilizações por livre acesso aos recursos básicos. O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolvem a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face o Estado.

sociais organizados em conformidade com sua situação atual, permitindo a ressemantização do faxinal, pelos faxinalenses, ou seja, do grupo étnico, que existe ou persiste ao longo da história como um "tipo organizacional", segundo processos de exclusão e inclusão que permitem definir as fronteiras entre os considerados "de dentro" e os "de fora" (BARTH, 2000, p. 31). Isso sem qualquer referência necessária à preservação de diferenças culturais herdadas que possam ser facilmente identificáveis por qualquer observador externo, tampouco foram supostamente produzidas pela manutenção de um pretenso isolamento geográfico ou social mantido através do tempo.

É nessa conjuntura, acentuada por conturbadas disputas territoriais em torno da manutenção dessa modalidade de apropriação comum, que o movimento faxinalense obtém significativos avanços em sua afirmação e reconhecimento enquanto categoria social no estado do Paraná, bem como de suas demandas. Para tanto, o campo intelectual de debates sobre os faxinais é o inevitável caminho a ser investigado se desejamos uma releitura sobre o desenvolvimento do pensamento sobre o tema, numa tentativa de dessubstancializar os objetos e reformular suas construções teóricas, visto que sua sistemática reprodução tem impedido o conhecimento dos complexos processos sociais a que estão submetidos os agentes faxinalenses num permanente ofuscamento de sua existência social.

É nesse procedimento que procuramos um significado que liberte esse grupo social das pré-noções e do desconhecimento sobre suas realidades diferenciadas e localizadas; distanciamento este que tem constantemente encarcerado o foco da produção intelectual dominante num objeto de pesquisa factual e socialmente construído – "criador comum" – pelos agentes faxinalenses.

Tal diálogo objetiva explicitar, portanto, o descompasso entre os esquemas analíticos e interpretativos utilizados para definir os faxinais em oposição à força das realidades localizadas inscritas na trajetória de mobilizações dos faxinalenses, que desde a fundação da APF inaugura um novo padrão nas relações políticas no campo das interpretações, bem como no campo das intervenções relacionadas aos faxinais, sustentada pela luta simbólica induzida pelos agentes sociais mobilizados.

Em verdade, ao acatar tal debate, relativiza-se a representação imposta por uma suposta *ideologia da decadência dos comuns* produzida pelas abordagens evolucionistas para explicar o descenso da categoria mais ampla das terras de uso comum, abrindo o campo de disputas em torno de diferentes abordagens acionadas

para explicar sua existência a partir de uma leitura situacional da realidade social. Neste caso, coloca-se em segundo plano a noção histórica corrente, e chama-se a atenção para uma construção social como um ato deliberado dos que se empenham de maneira direta em extrativismos e cultivos agrícolas baseados em unidades familiares, afirmando-se socialmente pela identidade coletiva. Tal identidade mostra-se coextensiva a um conhecimento profundo de realidades localizadas e a formas de cooperação simples expressas principalmente por múltiplas práticas de uso comum dos recursos naturais. Tanto no momento atual, quanto na sociedade colonial, estes antagonismos e disputas se colocaram de maneira expressiva e não podem ser reduzidos a noções objetivas.

Operar essa revisão metodológica nos remeteu a um denso trabalho de campo, em busca de categorias de percepção até então submersas pela razão dominante – "criador comum aberto", "criador comum cercado", "criador criação alta" e "mangueirão" –, permitindo, com isso, condições para revisão do conhecimento científico acumulado, mediante a "tradução" do capital militante oriundo dos agentes faxinalenses, na ocasião em que estes encontram condições de explicitar e serem captados em seus processos de organização e reorganização social, referidos a situações de defesa e luta de suas práticas sociais[38]. Com isso posso afirmar que a reflexão empreendida nesta tese cumpre a finalidade de produzir uma mudança na base das relações sociais em proveito da pluralidade de perspectivas conhecidas e reconhecidas, possibilitando, sobretudo, aos agentes faxinalenses, manifestarem o sentido de sua ação no mundo social.

Nesse aspecto, o debate teórico com os autores de referência é levado ao limite da ruptura com os termos próprios de uma abordagem evolucionista, desalojando a teoria marxista ortodoxa e dominante da posição de principal quadro de referência para estudo dos conflitos sociais nos faxinais, por deixar de fora das análises das diversas mobilizações organizadas por grupos faxinalenses em defesa de sua territorialidade. Sua dominância como teoria explicativa traz como ponto frágil seu silenciamento sobre as diferenças étnicas e culturais, ao homogeneizar a diversidade das formas organizativas dentro de categorias universalizantes:

[38] Para P. Bourdieu (2005, p. 46), não existe sujeito ou ator, mas práticas sociais. Qualquer prática social não constitui, nem a expressão de uma estrutura, nem a manifestação de uma vontade consciente, mas a expressão de um "sentido prático" adquirido pelos agentes sociais e que lhes permite orientar-se na vida social. Para os faxinalenses a manutenção das práticas sociais, sejam elas produtivas ou culturais diversas, está relacionada diretamente com o controle do território de pertencimento, lugar de vínculos intrínsecos e "veículo" essencial à realização de suas práticas.

agricultura familiar; pequeno produtor, camponês, dentre outras, que promovem reducionismos dos termos fundamentais, e excluem as representações dos sujeitos e de suas modalidades de uso dos recursos, menosprezando as diferenças de concepções alternativas da dignidade humana, inscritas no sentido das ações fornecidas pelo grupo social em exame.

Contrariando tal premissa, o campo intelectual de debate sobre os faxinais é entendido aqui como um subcampo do campo simbólico, por ser também um lugar de produção das categorias de percepção sobre os faxinais, cujo alcance e reconhecimento possibilita a deflexão na relação entre os faxinalenses, a sociedade e o Estado. Dessa maneira, este campo se estrutura nas relações objetivas e subjetivas, ou seja, de um lado o debate instituído pelas produções intelectuais e formadoras de uma interpretação dominante, de outro lado, a emergência de recentes interpretações que têm como foco as representações sociais, interpretada pelo "ponto de vista" das categorias oriundas de entrevistas realizadas com faxinalenses.

Sem mister, pode-se asseverar que as distintas propriedades teóricas distribuem-se em posições diferenciadas no campo intelectual, anunciando interpretações que ora se assemelham, ora divergem sobre os faxinais. Tais propriedades comportam-se cada qual ao seu modo, e objetivamente como um sistema simbólico, que é organizado segundo a lógica do campo intelectual. Em uma das posições encontram-se as *obras de referência*[39], situadas em posição dominante neste campo, sendo sustentadas pelas *obras de reafirmação*[40], que têm garantido ao longo de várias produções ulteriores conservarem a percepção sobre os faxinais, numa eficácia capaz de transformar em senso comum o seu significado. Na condição emergente, em busca de uma "tomada de posição", desvela-se a perspectiva dos agentes faxinalenses interpretada pelo viés dos processos sociais

[39] As *Obras de Referência* compõem o conjunto de produções intelectuais que principiam o campo intelectual. Ao todo contabilizam 4 obras. Durante a análise darei um destaque especial aos denominados autores-fonte: Horacio Martins de Carvalho e Chang Man Yu, em razão de formularem conceitos básicos sobre os faxinais em consonância com uma análise delineada pela perspectiva histórica.

[40] As *Obras de Reafirmação* marcam a retomada das produções intelectuais sobre o tema a partir de 2000. A seleção de algumas delas para análise nesta tese justifica-se pela importância atribuída a essas produções intelectuais no campo em exame, pelo fato delas reabilitarem as *obras de referência* ao assimilarem as regras discursivas que orientam e estruturam o campo aqui analisado.

de territorialização, apresentada pelas produções denominadas de “Fascículos”[41] do Projeto Nova Cartografia Social, gênero científico elaborado pela APF e apoiadores.

Nessa posição dominada no campo, o capital intelectual acionado procura investir na objetivação das representações dos agentes faxinalenses, em especial buscando captar sua memória coletiva, relacionada aos processos sociais de territorialização históricos e atuais. Metodologicamente esta orientação possibilitou identificar diferenças sobre as categorias de percepção dentro do campo intelectual acionadas para explicar os processos e contextos referidos aos faxinais. Analiticamente esta operação permitiu encontrar explicações a processos sociais não devidamente interpretados segundo interações cambiantes entre o campo intelectual e o campo político, mediadas pelas ações – atos e dispositivos – engendradas pela luta dos faxinalenses mobilizados na APF. Conquanto, tal esquema estrutura o campo intelectual a partir das relações objetivas entre as diferentes posições ocupadas pelas produções intelectuais, sendo esta estrutura potencialmente determinante na posição entre as diferentes propriedades que formam o capital simbólico e, ao mesmo tempo, intelectual, dispostos no campo em análise.

Ao estabelecer uma compreensão relacional do campo intelectual, entendemos que ele mesmo é um território de lutas entre os diferentes significados atribuídos aos faxinais e faxinalenses, que visam conservar ou transformá-lo de acordo com suas propriedades intelectuais. Acumular o capital específico deste campo, e ao mesmo tempo tê-lo reconhecido, é o objetivo desta disputa, defendido em uma posição, pela interpretação relativa à luta de reconhecimento e legitimidade das práticas e representações sociais que fortalecem a afirmação da identidade faxinalense. Em outra posição, a interpretação do fenômeno social é estabelecida dentro do quadro teórico determinista, na qual o objeto focado é “o faxinal”, que independente da ação do sujeito se encontra destinado ao “óbvio desaparecimento” (GEVAERD, 1986, p. 36), conforme desígnios da ação do sistema econômico dominante. Nesta condição, busca-se mudar a lógica de funcionamento do campo intelectual, pela ação política, que tende cada vez mais a permear e impor suas categorias neste campo, ao reconhecer o sentido da ação fornecido pelos agentes faxinalenses.

[41] Me refiro aos fascículos nº 1, 2, 3 e 4 publicados em 2007 e 2008 pelo PNCSA e APF.

> A realidade social é também uma relação de sentido, e não somente uma relação de força: toda a dominação social sempre é reconhecida e aceita como legítima. Isto supõe a mobilização de um poder simbólico, poder que consegue impor significações e as impor como legítimas, dissimulando as relações de força que estão no fundamento de sua força. Desse ponto de vista, as relações sociais são também relações de concorrência entre arbítrios culturais. Como elas se referem ao campo simbólico, Bourdieu propõe que sejam chamadas "lutas de classificação" (BONNEWITZ, 2003).

Aliás, para as lutas empreendidas pelos faxinalenses, a reafirmação desse esquema de pensamento de inspiração evolucionista, por se tratar de conhecimento técnico e científico de fácil adesão intelectual, corrobora com a propagação da *ideologia da decadência* das "terras de faxinais" ao interpretar essa modalidade como atrasada e improdutiva.

Nesse sentido, o campo intelectual passa a ser o lugar de disputas em torno da definição deste significado, ou seja, como ele é produzido e em que condições esse processo social ocorre. Este cenário pode ser interpretado à luz da ação dos agentes faxinalenses, que se encontram em emergência no campo político, para reafirmar sua condição social de "grupo culturalmente diferenciado" (DECRETO FEDERAL 6040/2007), forma pela qual afirmam a identidade faxinalense. Essa trajetória é captada por atos e dispositivos que gradualmente configuram o modo como as lideranças faxinalenses[42] intencionam redesenhar as fronteiras sociais ao apontar os critérios de pertencimento étnico, construídos mediante relações políticas sempre conflituosas, que envolvem mobilizações locais e negociações com o poder público, como no interior do próprio grupo social ao "descobrirem-se" faxinalenses face a articulação de interesses comuns, que ganham força, sobretudo com a produção de abaixo-assinados de autorreconhecimento.

Tais relações objetivas operam mudanças nas relações que estruturam o capital simbólico dos faxinalenses. Ou seja, na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais exatamente, pelo monopólio da nomeação legítima, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e que pode ser juridicamente garantido – como no caso em que foram aprovadas, mediante

[42] Aqui me refiro às lideranças faxinalenses que compõem as diversas instâncias que organizam a luta faxinalense no âmbito da APF.

mobilização dos faxinalenses, em diferentes momentos, cinco leis municipais[43], bem como a Lei Estadual n. 15.673/2007. Assim, ser enquadrado na qualidade de "comunidade tradicional" e, por conseguinte, reconhecido como "faxinalense", mesmo que exteriormente essa percepção se defina por um conteúdo cultural explícito – "criador comum" –, restitui a esse grupo o direito de existir e ser protegido pelo Estado, considerando agora o seu "lugar" de direito na sociedade. Partindo dessa estratégia de reclassificação, reconhecimento e legitimação, os agentes sociais buscam promover a distribuição desta espécie de capital em outros campos onde desenvolvem disputas objetivas, tal como no campo jurídico.

Dessa feita, reafirmo, de acordo com Bourdieu, que o campo simbólico é o lugar onde se desenvolve a luta por reconhecimento e legitimidade, que somente pode ser entendido num contexto em que a percepção do mundo social é considerada produto de uma dupla estruturação: do lado objetivo, ela é socialmente estruturada porque as propriedades atribuídas ao conjunto de produtores intelectuais apresentam-se em combinações com pesos muito desiguais, a despeito das recentes publicações relacionadas às representações sociais dos faxinalenses consoantes às mobilizações políticas, à produção de estimativas populacionais e à produção de normas e documentos que amparam o autorreconhecimento. Do lado subjetivo, ela é estruturada porque os esquemas de percepção e apreciação expressam o estado de relações que definem o baixo volume de capital simbólico auferido ao grupo social em diferentes tempos e situações, o que, neste caso, para os faxinalenses, torna-se alvo da mudança via uma produção intelectual que reconheça sua distinção étnica e considere seu "ponto de vista" nos processos sociais em que está em jogo sua reprodução física e social. Tenta-se, dessa forma, mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, ou seja, as estruturas cognitivas e avaliatórias: os sistemas de classificação, que em essência se referem às palavras e aos nomes que constroem a realidade social, tal como a autodenominação referida aos sujeitos da ação na defesa dos faxinais. O poder de autonomear-se constitui um dos alvos, por excelência, da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítima, de uma sociedade pluriétnica,

[43] No período de novembro de 2007 a julho de 2010 foram aprovadas mediante mobilização dos faxinalenses 5 leis municipais, a saber: Antonio Olinto, Pinhão, Rebouças, São João do Triunfo e São Mateus do Sul.

reprimida permanentemente pela violência física e simbólica dirigida a grupos sociais historicamente desfavorecidos social e economicamente.

Esses dois mecanismos concorrem para construir um consenso mínimo, um sentido do jogo, que definia até então uma interpretação dominante sobre os faxinais, segundo seus principais produtores intelectuais, e no caso em análise, corresponde desde seu tempo inicial – autores-fonte – a um princípio explicativo inquestionável, não obstante distintos esquemas analíticos aplicados ao fenômeno relacionado.

Destaco que é justamente no confronto das distintas percepções sociais, e de acordo com suas condições objetivas, que serão empenhadas mudanças significativas nas relações entre faxinalenses, a sociedade e as instituições do Estado. Conquanto sua "frágil" evidência social o movimento faxinalense estabelece e gradualmente amplia seu poder político na medida em que estrutura sua ação e ressignifica positivamente o sentido atribuído à sua condição social, deslocando para o presente a noção de tradição e, por consequência, das práticas tradicionais, que passa a ser alvo das negociações com as instâncias governamentais que operam políticas agrárias e ambientais, bem como junto às instâncias do Estado responsáveis pela garantias constitucionais à expressão cultural e material desses grupos. Age-se, portanto, mediante a operação simbólica de impor ao aparato do Estado e à sociedade uma visão de si, ou seja, do significado que o movimento atribui à identidade faxinalense atrelando-a aos seus direitos fundamentais, visando a proteção e reconstituição de seu território tradicional.

Apresentada dessa maneira, a sociologia produzida por esta tese pretende-se tributária de uma sociologia da percepção do mundo social[44], que se encontra "encoberta", portanto dominada, ou seja, uma sociologia reflexiva interessada em compreender a construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo, sobretudo, nas dimensões simbólica e social, a partir do reconhecimento e conhecimento das formas tradicionais de "livre" acesso e uso dos recursos naturais praticados pelos faxinalenses no Paraná.

[44] Neste sentido, uma sociologia da percepção do mundo social (BOURDIEU, 1995) pode ser aproximada de uma sociologia comparada. Na pesquisa sociológica, a perspectiva comparada tem por base a ideia de que uma sociedade não pode ser inteiramente compreendida se não for comparada com outras sociedades ou sistemas.

O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O espaço social delineia-se em quatro capítulos desta tese, apresentando-se sob a forma de produções intelectuais dotadas de propriedades teóricas sistematicamente ligadas entre si, em razão de convergências e contraposições amparadas por duas distintas abordagens que denotam a preocupação em evidenciar os faxinais por caminhos paralelos e distanciados no tempo de sua produção. Tal como mencionado anteriormente, para organizar o campo intelectual delineamos o espaço social levando em consideração a dimensão simbólica da realidade social fornecida pelo campo de debates sobre a produção intelectual relativa aos faxinais.

O procedimento principia pela revisão dos esquemas analíticos apresentados pelos denominados autores-fonte e seus epígonos, incluindo a produção oficial no debate sobre os faxinais, qualificado como objeto de pesquisa, e se estende aos significados atribuídos pelos agentes faxinalenses, na qualidade de *sujeitos da pesquisa*, situação em que se estabelecem os "sinais diacríticos", oriundos das propriedades fornecidas pelo capital militante produzido pelo movimento social faxinalense. Tais percepções são consideradas na interpretação relativa ao trabalho de campo, da qual resulta a elaboração do "Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná", que aqui será descrito e analisado em contraponto às produções de referência e reafirmação, em especial aos "levantamentos oficiais" realizados pelos órgãos governamentais.

A rigor, a tarefa metodológica que se impõe é a revisão do processo de construção do consagrado objeto de pesquisa definido sobre várias nomeações, todavia incorporadas a um único sentido, dentre as denominações mais frequentes destaco: "faxinal", "criador comum" ou "sistema faxinal". No exame minucioso das fontes busco a identificação dos elementos que constituem seu aparato explicativo, tal como as produções intelectuais apresentadas pelos autores-fonte, que são organizadas e estruturadas a fim de definir conceitos, contextos e perspectivas a partir de um espaço social dominado pelas interpretações econômicas aliadas a uma perspectiva via de regra historicista[45]. Dessa maneira, procuro nessas obras

[45] O significado que atribuo à perspectiva historicista abrange a ideia de que a história pode ser contada em termos de princípios e regras fixas que explicam a mudança social. Nas produções

examinar o que considero as regras de interpretação que têm confinado os esquemas analíticos a explicações e invariavelmente apontam para a "formação" e o "desaparecimento" dos faxinais ao lume de modelos cíclicos relacionados a processos econômicos incidentes na sociedade paranaense a partir do século XIX. Tais limites se filiam a abordagens teóricas deterministas e podem ser identificadas pela exposição das regras interpretativas acionadas pelos autores-fonte para descrição dos fenômenos da "gênese" e "desagregação" dos faxinais, sendo posteriormente reproduzidas por um grupo de intérpretes que aderem de forma convicta às explicações apresentadas pelos autores-fonte tomando a mesma perspectiva interpretativa.

Ao observar o esquema de pensamento utilizado pela produção intelectual busco identificar os fortes vínculos com a tradição historiográfica contida na *História Regional do Paraná*, se impondo como força explicativa sobre os processos de ocupação da região denominada de *Paraná Tradicional* (MACHADO, 1962; BALHANA; WESTPHALEN, 1969), a partir da qual as *obras de referência* retomam sua interpretação sobre os processos sociais, tendo como matriz discursiva os processos econômicos, a fim de encontrar explicações, em especial para a "formação" e "consolidação" dos faxinais, em períodos que o atrelam ao ciclo da erva-mate e da madeira, respectivamente. Este cenário preconcebido pela historiografia regional estabelece dentro do campo intelectual referências fundamentais à compreensão acerca do debate que sustenta as produções sobre os faxinais.

Procedo, na sequência, a uma revisão crítica do campo da produção intelectual dos faxinais buscando debater os esquemas interpretativos apresentados pelos autores-fonte. Procuro concentrar-me com maior interesse nesta bibliografia pela necessidade de compreender que na sua origem os intérpretes dos faxinais baseiam suas explicações no substrato fornecido pela *História do Desenvolvimento Econômico do Paraná*[46]*.* Este amparo teórico sinaliza para o uso de esquemas de pensamento responsáveis por cristalizar um modo de pensar a história do Paraná, centrado nos "ciclos econômicos" como fenômeno balizador de todas as "outras

---

intelectuais sobre os faxinais a noção de ciclo econômico representa esse modelo. O conhecimento desses modelos permite-nos não só compreender o passado, mas também prever o futuro.

[46] Tais produções foram profícuas entre historiadores e geógrafos que se consagraram ao analisar os processos de ocupação do território paranaense entre a década de 1950 e 1970, tal como: Romário Martins, Leo Waibel, Brasil Pinheiro Machado, Cecília Westphalen e Altiva Pilatti Balhana.

histórias". Dessa maneira, esta abordagem teórica reafirma o sentido imposto por processos econômicos dominantes, descartando ou menosprezando fenômenos sociais diversos que atravessam a sociedade paranaense, sem registrar e descrever sua expressão.

No conjunto das respectivas *obras de referência* é possível identificar a reprodução de noções e argumentos, que integram o esquema de pensamento utilizado para explicar as fases de desenvolvimento econômico do estado em explícita consonância com as diferentes "fases" atribuídas aos faxinais pelas interpretações que se sucedem. De maneira resumida, pode-se dizer que usufruindo de posições relevantes na historiografia regional, visto que constituem referências obrigatórias para o conjunto dos trabalhos posteriores, que denomino de *obras de reafirmação*, tem-se um conjunto de produções intelectuais que podem ser aproximadas por convergirem a partir de diferentes esquemas interpretativos ao problema da "*formação e decadência dos campos gerais no Paraná*", utilizando-se da noção de "ciclos econômicos" como fenômeno explicativo das mudanças econômicas e sociais ocorridas na região. Do mesmo modo, reproduz-se este esquema para os faxinais ao explicar o problema da "*formação e decadência dos faxinais*", visto que o ponto de vista econômico e seus efeitos impõem-se da mesma forma aos sistemas tradicionais de produção.

Para fins de análise, recorro à revisão crítica de uma seleção de trabalhos arrolados, segundo o critério de reconhecimento dessas produções intelectuais, identificadas pelo número de vezes em que são citados nos trabalhos subsequentes; entre elas examinei monografias, teses, dissertações, artigos, relatórios de pesquisa e levantamentos preliminares dos faxinais, todos publicados entre 1984 e 2008. Nesse intento, busco analisar as regras de interpretação que definem o esquema de pensamento usado no debate sobre os faxinais, enfatizando as condições sociais em que foram produzidos. Tais documentos possuem a importância de revelar ao mundo científico e social a existência e ocorrência dos faxinais no Sul do Brasil, uma vez que os mesmos surgem como objeto de pesquisa dentro das ciências humanas somente na década de 1980, em um período que manifesta várias transformações políticas e socioeconômicas na sociedade brasileira, especialmente entre fenômenos que desestruturam o modo de vida camponês. Compreender como se institui este objeto de pesquisa e em quais condições históricas ele é construído é de fundamental importância para explicar o significado que lhe conferem.

Os agentes sociais selecionados nesse campo, denominados pesquisadores, pelo caráter científico de suas produções, são identificados como intérpretes nos estudos dos faxinais, na ocasião da produção de suas pesquisas encontram-se vinculados direta ou indiretamente a universidades públicas, Organizações Não Governamentais – ONGs, instituições executoras de políticas públicas – IAPAR, IAP e ITCF[47] –, numa relação que perpassam interesses diversos, de acordo com as circunstâncias próprias ao campo político ou intelectual. Posteriormente, emprego o mesmo procedimento metodológico para análise de uma remessa de produções, que retomam o tema a partir de 2000. Destaco que todas as produções incorporam aspectos específicos de suas áreas de conhecimento, todavia utilizando-se de esquemas de pensamento que reproduzem as noções de "*gênese*" e "*desagregação*" como principais categorias de análise dos faxinais, perpetuando as formulações dos autores-fonte.

Tais estudos sobre os faxinais, ordenados em diversos formatos acadêmicos, distribuem-se principalmente entre 5 áreas do conhecimento: sociologia, história, agronomia, direito e geografia. Apesar de haverem estudos em temas vinculados à área do turismo e da ciência florestal sobre os faxinais, estes foram desabilitados inicialmente, em função de não focalizarem os debates atinentes aos aspectos relacionados às transformações socioeconômicas.

Consoante à análise dos significados elaborados pela produção intelectual, nos interessa saber como os faxinais são objetivados e classificados pelos autores citados. Na esfera da ação promovida pelo Estado, destaco a reprodução das categorias elaboradas pelo campo intelectual nos documentos oficiais gerados a partir dos chamados "levantamentos de campo". Por esta razão, procedo ao exame de "levantamentos", denominados "cadastral" e "preliminar", elaborados em distintos tempos pelo governo do Paraná, por intermédio de suas agências responsáveis pelas políticas relacionadas à agricultura e meio ambiente. Estes documentos oficiais nos permitem compreender a forma como a burocracia do Governo Estadual tem concebido e se relacionado com essa realidade social, desde início da década de 1990 até o presente. Desta maneira é possível interpretar o que está no fundamento das relações entre os faxinais e o aparato do Estado, e como o campo

[47] IAPAR – Instituto de Pesquisas Agronômicas do Paraná, no qual prestavam serviço Carvalho e Chang, e ITCF – Instituto de Terras Cartografias e Florestas, onde se situavam Gevaerd e Gubert.

intelectual repercute e é repercutido em seus argumentos, conceitos e categorias pelas agências do governo.

Tal debate tem caráter cíclico e efêmero dentro do Governo Estadual e encerra-se por este viés, bloqueando inúmeras possibilidades de discussões a respeito de políticas públicas dirigidas ao campesinato, e posteriormente a este grupo social, como o dispositivo que institui as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR em 1997, sem que o Estado defina uma política para seu atendimento.

Observa-se, assim, que os esquemas interpretativos, pré-noções e significados definidos pelo debate intelectual são reproduzidos e assimilados como evidentes, dispensando qualquer demonstração crítica pelos agentes públicos, independente da frequência e intensidade apresentada por inúmeros conflitos territoriais nos municípios onde se detectava a presença de faxinais, descrevendo situações contenciosas que encontravam nas Comarcas de Justiça ou no gabinete das prefeituras arbitragens baseadas em legislações e interesses políticos distribuídos de maneira desigual entre os antagonistas e os faxinalenses.

Tais posições são observadas também na análise dos dados e representações captadas nas entrevistas coletadas por Gubert (1987) e Marques (2004), situadas entre um espaço de tempo separado por 17 anos de pesquisas de campo, sem que fosse possível captar mudanças significativas nos discursos e ações empreendidas pelas agências públicas. No entanto, seu exame permite compreender como são formuladas as interpretações sobre os faxinais pelos planejadores públicos[48]. Ao incorporarem as produções intelectuais dominantes como representações oficiais dos faxinais, assumem a visão fatalista que ampara as explicações sobre o desaparecimento dessas formas tradicionais de uso comum dos recursos naturais, considerado como um inevitável argumento que se consolida e esvanece quaisquer iniciativas governamentais, sendo somente questionadas pela recente reformulação teórica focada na ação dos agentes faxinalenses no campo intelectual.

O estabelecimento desse contraponto permite um diálogo crítico com os que instituíram e difundiram a perspectiva historicista como suporte a uma visão determinista da realidade faxinalense e, desse modo, ofuscam a possibilidade de

[48] Os planejadores públicos a que me refiro compõem o corpo funcional das instâncias do poder executivo em seus diversos níveis administrativos.

uma análise mais acurada, dificultando a própria percepção do problema na atualidade, e ao mesmo tempo indicando vias de acesso a uma superação possível das dificuldades e impasses demonstrados pelo esquema de pensamento dominante sobre os faxinais.

> É preciso renunciar a todos esses temas, que tem por função garantir a infinita continuidade do discurso e sua secreta presença no jogo de uma ausência sempre reconduzida. Estar pronto para colher cada momento do discurso em sua irrupção como acontecimento; nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido, bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância (FOUCAULT, 1972, p. 36).

Dada a preocupação de revisar e reformular as questões postas aos faxinais, selecionei as obras responsáveis pela formulação dos significados atribuídos aos faxinais, visando identificar o que está ausente na produção intelectual sobre o tema, ou seja, a omissão das representações sociais dos agentes faxinalenses sobre seus processos sociais e identitários que nos levam a conhecer as estratégias de resistência e defesa frente aos conflitos a que está submetido este grupo social na busca de conservarem suas expressões socioculturais nas referidas “terras de faxinais”.

Essa leitura crítica se manifesta organizadamente a partir de agosto de 2005, quando se configuram as condições objetivas que inauguram um período de mobilizações de agentes sociais faxinalenses, marcado por encontros, reuniões, intensificação da judicialização dos conflitos[49], negociações com o aparato do Estado, que pouco a pouco vão desenhando o contorno de um novo padrão de relações políticas engendrado pela nascente APF e suas alianças, sobretudo no campo intelectual. Neste contexto analiso o deslocamento do contumaz objeto de pesquisa referido aos faxinais, enquanto denominação de extensões territoriais, para objetivação dos sujeitos sociais autodenominados faxinalenses, sedimentando sua identidade face aos conflitos socioambientais.

[49] Importa sublinhar que os conflitos relativos aos faxinais desde sempre foram judicializados pelos faxinalenses como tentativa última de garantirem seu direito ao uso comum. Somente a partir de 2005 os argumentos técnicos e legais passam a atrelar os faxinalenses a grupos culturalmente diferenciados categorizados como povos e comunidades tradicionais conforme o que dispõe o Decreto Federal 6040/2007.

A partir dessa perspectiva procedo no capítulo 3 ao provimento dos atos e dispositivos[50] pelo qual o movimento social faxinalense investe na estratégia simbólica de afirmação étnica mediante ações políticas visando impor seu reconhecimento e direitos junto às instituições públicas. Como assinalei anteriormente, creio que a construção social da identidade coletiva, bem como dos territórios tradicionalmente ocupados no Paraná, se assenta na forma de percepção imposta pelo capital simbólico produzido por grupos sociais historicamente dominantes – fazendeiros, ervateiros, madeireiros –, que têm feito de suas formas particulares de apropriação e uso da terra a única forma possível e legítima. Isso implica que qualquer tentativa ou intenção de modificar esta concepção sobre os agentes faxinalenses e as formas de domínio da terra, consoante características específicas de uso comum dos recursos naturais, se apresenta como "ilegítima", como uma desordem à ordem natural das coisas e, portanto, como uma proposta "irracional", visto que se coloca "contrária" ao rumo definido pelo desenvolvimento econômico no rural. Por este motivo, a articulação de ambos os campos, intelectual e político, nos autoriza a compreensão do efeito prático obtido pelo investimento em seu capital simbólico, ao propor mudanças no sentido atribuído às categorias de percepção e apreciação, mediante a produção de dispositivos de reconhecimento e legitimação de suas práticas tradicionais.

O PROCEDIMENTO METODOLÓGICO DO TRABALHO DE CAMPO

A objetivação das representações sociais dos agentes faxinalenses aqui pretendidas tem por finalidade deslocar o "objeto de pesquisa" do "criador comum", enquanto objeto reificado, para o "sujeito da pesquisa", isto é, os próprios agentes faxinalenses. Esta postura assegura as interpretações, a predominância do sentido próprio fornecido pela ação do sujeito, que podem ser destacadas e classificadas mediante narrativas sobre os processos diferenciados de territorialização informados pelos agentes sociais. Estes passam a denotar interpretações que disputam de forma objetiva uma nova posição no campo intelectual, sendo apresentadas como

[50] Me refiro à produção, aprovação e publicação de documentos que têm por finalidade investir no capital simbólico do grupos sociais, tornando-os visíveis e reconhecidos.

categoria social específica no interior da categoria dos faxinais. Tem-se que, na medida em que estabelecem um novo padrão discursivo que ampara suas ações em defesa dos faxinais e promoção de políticas públicas específicas, o movimento social faxinalense cria possibilidades de reinterpretar o significado dos faxinais.

Tal procedimento é impulsionado pela ação do movimento social e ganha fôlego no campo intelectual mediante a interpretação dos dados relativos ao "Mapeamento Social", cuja reflexão produz a interação entre os conhecimentos científicos acumulados sobre o tema pelas *obras de referência e reafirmação*, ou seja, as referências bibliográficas das interpretações acadêmicas já produzidas a respeito, e os conhecimentos militantes disponibilizados pela percepção das lideranças faxinalenses[51] entrevistadas durante a realização dos trabalhos de levantamento preliminar do referido "Mapeamento Social".

Para a consecução desta tese[52], estabeleci contatos permanentes com pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social desde 2005, demandando oficinas de mapa e logrando um resultado significativo com a elaboração dos fascículos da coleção Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, que compõem a **Série Faxinalenses no Sul do Brasil,** que alcançou a publicação de seu quarto fascículo – Faxinalenses na Região Metropolitana de Curitiba – em 2009. Estas produções e contatos implicaram na capacitação simultânea de pesquisadores que trabalham diretamente junto aos faxinalenses e dos próprios faxinalenses que foram capacitados a manusear aparelhos de GPS e registrarem as coordenadas dos elementos considerados por eles relevantes para integrar os mapas. Essas informações foram sistematizadas durante as oficinas de mapas organizadas pelo movimento em conjunto com os pesquisadores do PNCSA.

Com base nas informações coletadas elaboramos o capítulo 4 desta tese, agora apresentado na forma de um estudo preliminar e exploratório, portanto não se pode inferir conclusões definitivas sobre a situação dos faxinais no Paraná. Entretanto, as informações contidas nele sobre os faxinais possibilitaram construir um mapa situacional (ANEXO) que objetiva mostrar dinamicamente a configuração de uma situação social de conflito num determinado momento. Os dados coletados e

[51] Assinalo que denomino de lideranças faxinalenses, tanto as lideranças políticas que compõe a APF no plano estadual, como as lideranças locais encontradas nos faxinais visitados, e que são consideradas nas "comunidades" como seus representantes quando o assunto a ser tratado se refere à defesa do faxinal.

[52] Em comum acordo com a APF e o PNCSA esta pesquisa pretendeu, desde sua concepção, compor o conjunto de informações a serem analisadas por esta tese.

transformados para uma base cartográfica nos dão a aproximada noção sobre as **terras tradicionalmente ocupadas** por faxinais nas regiões pesquisadas e sugerem o conhecimento dos processos sociais de territorialização correspondentes a diversas situações de conflitos enfrentados pelos agentes sociais face seus antagonistas históricos e atuais.

No preâmbulo dessa produção tivemos que pensar a região de abrangência desta pesquisa tomando como base a pesquisa exploratória ou *survey*, realizada na etapa inicial dos trabalhos de revisão da bibliografia referente ao tema faxinais. As fontes secundárias constituíram as primeiras indicações da ocorrência de situações sociais definidas como faxinais. Posteriormente, segundo indicações de alguns pesquisadores contatados e dos próprios agentes sociais, que se autodenominam faxinalenses, obtivemos informações diretas sobre a situação concreta dos faxinais e suas respectivas localizações. Com base nestes dados organizamos o itinerário que orientou o trabalho de campo. Percorremos em 3 unidades de pesquisa por nós organizadas mais de 12 mil km, visitando 227 unidades sociais[53] designadas como "terras de faxinais", "criadores comuns" ou "comunidades rurais".

No decorrer do trabalho de campo, daqueles 227 visitados, procedemos ao georreferenciamento de 191 faxinais, registrando uma tomada de ponto com GPS correspondente a cada um deles. A orientação inicial da pesquisa foi concentrar as investigações em regiões do Paraná onde havia poucas informações sobre os "faxinais", seja das fontes secundárias, seja dos contatos diretos com membros de movimentos sociais. A partir daí fomos nos dirigindo gradativamente às áreas de maior concentração deles.

Ao todo foram visitados, no período de novembro de 2007 a março de 2008, 39 municípios situados em 10 microrregiões[54] do Paraná, que correspondem a 4 mesorregiões, quais sejam: Centro-Oriental; Centro-Sul; Sudeste e Metropolitana de Curitiba. Contabilizamos 38 dias de incursões alternadas a campo, realizadas por

[53] As unidades sociais a que me refiro consistem em grupos familiares que mantêm no plano prático ou na memória coletiva a história e a consciência de sua condição social vinculada a um território tradicionalmente ocupado pelas práticas de uso comum. Em todos os casos as narrativas descrevem a constante luta para manterem suas práticas tradicionais relacionadas ao uso comum da terra.

[54] Segundo o IPARDES (2006) as microrregiões geográficas visitadas foram: Telêmaco Borba (3 municípios); Ponta Grossa (2 municípios); Pitanga (3 municípios); Guarapuava (7 municípios); Prudentópolis (7 municípios); Irati (4 municípios); São Mateus do Sul (3 municípios); Lapa (2 municípios); Curitiba (3 municípios) e Rio Negro (5 municípios).

mais dois pesquisadores[55] que apoiaram a fase de campo. A composição da equipe de pesquisa incluiu também um grupo de apoio, formado por faxinalenses ligados à coordenação da APF, que acompanharam os pesquisadores durante o trabalho de campo, entre eles podemos citar: Iones Noimann (Faxinal Saudade Santa Anita), Ivan Collaço (Faxinal do Salso), Acir Túlio (Faxinal Marmeleiro de Baixo), Hamilton José da Silva (Faxinal dos Ribeiros) e Ismael Kloster (Faxinal dos Kruger). A presença destes faxinalenses facilitou a relação de pesquisa, porquanto, havia uma confiabilidade mútua entre a equipe e as famílias visitadas nos "faxinais", que propiciavam informações e contribuíam na tomada de pontos e nas indicações dos conflitos socioambientais em jogo.

Constituído um núcleo básico de pesquisa investimos na qualificação, capacitação e treinamento da equipe e do grupo de apoio através de uma formação básica realizada de modo informal em reuniões específicas do grupo de pesquisa. Facultamos o acesso dos faxinalenses a noções elementares de GPS, e procuramos estabelecer orientações sobre como realizar os registros dos pontos e como utilizar um gravador digital. Além disso, foram explicadas algumas técnicas de entrevistas abertas e noções operacionais sobre os faxinais, já divulgadas através de referências bibliográficas conhecidas.

As informações básicas, que constam do quadro demonstrativo do "mapeamento social", em sua maioria, foram produzidas localmente por estes integrantes da APF. Cada um deles produziu informações sobre seus próprios municípios e nos faxinais onde atuam com ações da APF. Partimos do pressuposto de que as regras de residência nos faxinais contribuem para entender a dinâmica das relações sociais entre os residentes e entre estes e os que vivem nas proximidades de onde residem, quais sejam, seus vizinhos. Esta rede de relações sociais contribui para explicar os laços de solidariedade e as mobilizações em situações de conflitos sociais.

A região de abrangência da pesquisa foi então dividida em três sub-regiões para fins operacionais, em consonância com os critérios político-administrativos da APF, tendo por base uma cidade de referência: 1) Setor Centro (Guarapuava); 2) Setor Centro-Sul (Irati); e 3) Setor Metropolitano Curitiba (Quitandinha). Cada um dos pesquisadores ficou encarregado de uma sub-região e constituiu sua equipe

[55] José Carlos Vandresen (CEMPO/PNCSA), filósofo, e Antonio Michel Kuller Meira (IEEP/PNCSA), geógrafo.

para coletar informações durante o trabalho de campo. Pelas dimensões da região delimitada pelos 39 municípios pesquisados nossa estimativa é de que aproximadamente 1/5 da área do estado do Paraná tenha sido coberta pela pesquisa[56].

Contabilizamos 6 meses entre trabalhos de campo, reuniões de pesquisa, viagens, capacitação, tabulação e análise de dados; a elaboração da redação textual ficou sob minha responsabilidade. Para realização deste trabalho contamos com fundamental apoio do Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP e Centro Missionário de Apoio ao Campesinato – CEMPO, no empréstimo de veículos e equipamentos, e do PNCSA, na orientação da pesquisa e formação dos pesquisadores em diversos temas. As visitas a campo foram antecedidas por contatos com lideranças locais da APF e de outros movimentos sociais, além de Sindicatos de Trabalhadores Rurais, pesquisadores vinculados a universidades e técnicos da EMATER-PR.

Chamou-nos atenção, em todos os casos, o amplo desconhecimento por parte das autoridades municipais e agentes públicos de diversas instâncias sobre a existência de faxinais em seus municípios de atuação. Isto ocorreu desde os primeiros contatos realizados ainda nas sedes dos municípios visitados, o que nos conduzia ao campo com poucas informações concretas relativas às situações das referidas unidades sociais faxinalenses às quais nos dirigíamos.

Nessas incursões, as 'terras de faxinais" iam pouco a pouco se revelando, através da distinção entre a paisagem dos monocultivos e do típico ambiente dos faxinais, ou seja, a presença de "mato raleado por baixo", entremeado por pastagens naturais, além de estruturas materiais que iam prenunciando sua existência através da presença de mata-burros, portões e cercas de faxinais, mesmo em alguns lugares onde esses equipamentos permanecem apenas como "vestígios", perdendo sua função original. Uma descrição objetiva dessas características "vestigiais" pode ser lida sociologicamente a partir da noção da territorialização[57], o que implica em focalizar a análise nos processos sociais deflagrados pelos conflitos históricos e atuais travados entre os faxinais – narrados pela memória coletiva – e a modalidade de uso privado dos recursos naturais. Nos seus desdobramentos, essa abordagem

[56] No planejamento inicial da pesquisa previámos visitar 72 municípios, entretanto, a falta de recursos financeiros, adicionada ao acúmulo de outras tarefas demandadas pela tese, não permitiu que cumpríssemos a proposta original.
[57] Ver Almeida (2006).

privilegiou uma análise das representações, discursos e práticas produzidas por membros dos faxinais visitados.

Nessas visitas totalizamos 251 entrevistas, sendo 57 registradas em meio digital, com pessoas em idade acima de 60 anos. Porém, em todas as comunidades visitadas foram realizadas conversas com agentes faxinalenses em situações diversas, ou seja, em locais onde o "criador comum" ainda vigorava ou havia sido obstruído há mais de duas décadas. Em todas as situações, os faxinalenses narravam conflitos e tensões face antagonistas, descrevendo, assim, os processos relacionados à reorganização social do grupo, expressos nas reações dos agentes faxinalenses na defesa e manutenção da modalidade de apropriação comum sob diferentes formatos territoriais.

Como a identidade "faxinalense" não é autoevidente, os entrevistados variavelmente se autodefiniam como "agricultores", "fumicultores" ou "moradores de criador ou faxinal", em alguns casos como faxinalenses, dependendo das circunstâncias materiais e simbólicas em que o entrevistado estava submetido. Definir-se como faxinalense foi uma situação observada, sobretudo, em faxinais onde a APF acompanha as demandas do grupo local.

Registramos em cadernetas de campo muitas anotações até chegarmos aos informantes indicados pelo grupo como detentores do saber histórico da localidade. As entrevistas de campo iniciavam com interlocução de "moradores" da comunidade, que ao serem comunicados do interesse da pesquisa nos sugeriam contato com os que detinham a autoridade de reconstituir a história do lugar. Esse procedimento deixou claro que os informantes estabeleciam uma relação entre o fato histórico e a forma de uso comum tradicional, expressa num plano comunitário por uma tradição ameaçada em função de conflitos de natureza "externa" ao grupo, que muitas vezes traz consequências às relações "internas", isto é, no agastamento das relações que permitem a coesão social do grupo. Registramos, ainda, por inúmeras vezes reclamações[58] dessas lideranças relativas à perda da sua autoridade e de outros membros mais antigos, indicados como "moradores mais velhos", de que o afrouxamento, e consequente desrespeito das regras de uso comum, inicia com a intervenção sempre conflituosa de "gente de fora", ao adquirir áreas dentro do

[58] O passado foi por muitas vezes acionado como argumento, contrapondo-se aos antagonistas, responsáveis pela transformação das terras tradicionalmente ocupadas para uso comum em monocultivos agrícolas e florestais, além de empreendimentos imobiliários, representados pelas chácaras de lazer.

criador comum para fechá-las – caso dos “chacreiros” – ou quando obtêm terras de planta, já devidamente preparadas para lavouras, implantando monocultivos de soja, batata, milho, pinus ou eucalipto.

Foram recorrentes nas visitas queixas relacionadas ao desinteresse dos membros do grupo em participar de práticas comunitárias denominadas de “mutirão das cercas”, que objetiva a conservação do perímetro das áreas de uso comum, a fim de evitar danos às lavouras e fuga das criações, sobretudo, porque para tal tarefa não se dispõe de materiais – arames, palanques, grampos e telas – além do que os discursos das lideranças locais revelam, na maioria das situações, que sua autoridade política se encontra desgastada pelas sistemáticas tensões vividas contra os antagonistas, que até 2005 permaneciam reduzindo áreas de uso comum.

A importância da história oral e das técnicas de entrevistas abertas acionadas no trabalho de campo ainda pôde facultar o acesso às genealogias das famílias, os processos de territorialização, as extensões de terra correspondentes e os conflitos contemporâneos relativos ao uso da terra. Foi possível reconhecer que a forma de percepção coletiva dos conflitos, contraditoriamente, proporciona a coesão social que ultrapassa uma simples rede de parentesco e amizade, fortalecendo uma ideia de comunidade apoiada em critérios político-organizativos, que, inclusive, constrói socialmente o seu território. As narrativas permitem ainda a compreensão das relações com a natureza, as formas de acesso aos recursos essenciais e os elementos identitários e de representação da vida social, incluindo a categoria de autodefinição coletiva – “morador” de criador ou faxinal – socialmente construída, seja pela própria percepção ou pela imposição da ação governamental.

Os relatos dos entrevistados ainda expressam um passado comum, permeado de violência e disputas, no qual os faxinalenses resistem permanentemente lutando contra a “privatização” do uso comum da terra, desvelando interpretações que tendem a fazer passar por naturais os processos de mercantilização e transformação forçada de seus territórios, apontando para agentes sociais e suas construções sociais de dominação, entre elas as diversas formas de violência simbólica e física, sobretudo, as formas de imobilização da força de trabalho e domínio da terra. Há em decorrência disso uma politização da história que traz o passado para o momento das situações presentes, ao induzir explicitamente o confronto entre duas modalidades de uso e apropriação dos recursos básicos postos em conflito.

Em síntese, após revisar e estabelecer relações entre o conhecimento científico acumulado sobre os faxinais em suas diversas fases, em especial, com o acréscimo fornecido pelo trabalho de campo, assinalo que o procedimento metodológico acolhe, por ora, as distintas posições distribuídas no espaço social que compõe o campo intelectual de debates sobre os faxinais, enquanto objeto de estudo desta tese.

SINOPSE DOS CAPÍTULOS

Atendendo a um roteiro que pretende elucidar as propriedades intelectuais das obras que tratam do tema proposto, situando-as no espaço social, organizo uma breve sinopse dos capítulos a fim de facilitar a compreensão da leitura e organização do texto. No **Capítulo 1**, faço a análise das obras que se situam na posição dominante no campo intelectual de debates sobre os faxinais, dado a eficácia que este conjunto de produções intelectuais exerce sobre a percepção do objeto de pesquisa, corroborando o senso comum que o identifica e distingue enquanto forma tradicional específica de organização da produção, ao situar o faxinal como uma tradição localizada de modo anacrônico no presente, transbordando seu significado para o campo social e político. Portanto, o campo intelectual torna-se espaço social das formulações interpretativas[59] dominantes relativas aos faxinais. O que se pretende nesse capítulo é relativizar a perspectiva historicista e suas projeções deterministas, que tem na breve produção literária e acadêmica sua principal fonte descritiva e interpretativa.

Dessa maneira agrupo para fins de análise e denomino de *obras de referência* as produções elaboradas por: Carvalho (1984); Chang (1988); Gevaerd (1986) e Gubert (1987); reconhecidos pelo pioneirismo na abordagem do tema, condição inscrita nas múltiplas citações referidas a estes autores no universo das obras publicadas posteriormente. Desses destaco atenção especial à Carvalho e Chang, considerados na condição de autores-fonte. Num segundo momento, em

[59] Trata-se de analisar os princípios de regularidade que ordenam o conhecimento científico acumulado, expondo as regras de formação que possibilitam a existência de um discurso. **Arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

que se retomam novas produções intelectuais sobre o tema, especialmente a partir de 2000, dentre diversas publicações, arrolei e selecionei[60] quatro obras, em razão de suas proximidades interpretativas com as *obras de referência*, constatado o recorrente uso de citações, conceitos e categorias que reproduzem e reforçam as regras de interpretação anteriores sobre o assunto. Porquanto acrescentam novas informações, estas produções reafirmam os pontos de vista dos autores-fonte, motivo pelo qual as denomino de *obras de reafirmação*, elaboradas por: Nerone (2000); Souza (2001); Löwen Sahr (2005) e Tavares (2008). Tais autores objetivam os faxinais na perspectiva de suas áreas de conhecimento, orientando suas análises segundo temas previamente definidos, forma pela qual reforçam os mesmos esquemas interpretativos das *obras de referência*, amparando-se em três conceitos-chave – "criador comum", "gênese" e "desagregação" – utilizados nesta ordem para descrever a derrocada da estrutura física e material de uma maneira continuamente descensional e irrevogável, num contexto onde a ação dos agentes sociais faxinalenses é apresentada de forma tímida ou inativa. Tais esquemas de pensamento persistem em explicações sobre o "desaparecimento" dos faxinais, consignadas ao processo de desenvolvimento das forças produtivas indicadas pela história econômica do estado do Paraná. Nesse exame, se faz necessário explicitar as propriedades intelectuais acionadas pelas produções dominantes, imersas em esquemas analíticos de viés evolucionista.

No **Capítulo 2** analiso as relações históricas e atuais que orientam o pensamento e as intervenções do Estado dirigidas aos camponeses – muitos dos quais organizados em faxinais – e que em termos práticos operam notadamente nos meandros das iniciativas políticas governamentais destinadas aos faxinais quando da sua inclusão em ações que visam a "conservação dos faxinais". O pensamento dominante é replicado por meio de "projetos" de instituições públicas, ONGs, Redes, Associações e STRs que focalizam a partir da década de 1990 os faxinais como objeto de sua ação, em especial depois de 1997, com a instituição das ARESUR.

[60] Em que pese serem identificados até dezembro de 2008 – período em que finalizo o exame das produções intelectuais referidas aos faxinais para esta tese –, identifiquei ainda até 2009 a produção de 2 dissertações de mestrado, 4 monografias, 23 artigos publicados em congressos, 4 fascículos do projeto Nova Cartografia Social e a publicação de um livro " Terra de Faxinais". Tais trabalhos não puderam ser analisados em razão dos prazos para finalização desta tese, sobretudo, porque no universo dessas obras a hipótese de pesquisa já se encontrava contemplada com as obras examinadas.

Pode-se asseverar, após detida reflexão de documentos[61], a adesão incondicional aos termos propostos pela forma de pensar oriunda do campo intelectual, ainda que não possamos afirmar que tais propriedades intelectuais sejam assumidas da mesma forma por todos os agentes e suas instituições do mesmo modo. Contudo, observa-se a reprodução de visões deterministas oriundas de preceitos econômicos, biológicos, culturais ou geográficos incidindo na formulação de programas e ações ao longo de décadas, cuja finalidade propunha o desenvolvimento econômico das formas tradicionais de produção camponesa.

Sem escapar aos temas contemporâneos, os faxinais ganham alento em meados da década de 1990, quando o debate sobre o desenvolvimento sustentável os insere na pauta das discussões ambientalistas, através da polêmica associação entre os faxinais e a conservação florestal, que se materializa pela promulgação do Decreto Estadual 3.446/1997 e resulta na instituição das ARESUR no Paraná.

Há em todas essas medidas preconizadas a predominância do senso comum erudito sobre o que se denomina de "faxinal", erguendo obstáculos ao conhecimento específico de processos reais e de realidades localizadas, ao atualizar as interpretações dominantes que amparam as ações e intervenções dirigidas aos faxinais, concorrendo para o desconhecimento de suas principais demandas.

No **Capítulo 3**, exponho a abordagem teórica que sustenta a hipótese formulada nesta tese, na qual a "descoberta" da identidade faxinalense objetivada em movimento social induz a um processo de relativização e de ressignificação das interpretações tidas como de referência sobre os faxinais. Tal resultado atribui-se ao acolhimento das representações sociais dos agentes faxinalenses, propiciado pela adoção do conceito de etnicidade como fator explicativo dos processos sociais e identitários de organização dos faxinalenses nos faxinais. Saliento que o trabalho de reinterpretação dessa realidade social passa a ter como objeto a organização social segundo as percepções dos agentes faxinalenses e não o objeto da cultura, como produto da classificação dos produtores intelectuais. Justamente esta é a polêmica que introduzo num debate tido como encerrado dentro dos limites das produções sobre os faxinais.

Para tanto, busco no campo da sociologia comparada ou antropologia social as discussões que remetem à adoção de conceitos e noções que enriquecem e

[61] Me refiro a leis, decretos, resoluções secretariais, registro de reuniões sobre os faxinais de posse de membros do governo e atas de reuniões da APF.

liberam a compreensão de realidades sociais em que estão submetidos os faxinais e, em especial, na recente categoria de “povos e comunidades tradicionais”, e na forma como se manifesta a categoria faxinalense, apontando para o lugar em que sua fronteira social é produzida e reproduzida na interação de grupos de interesse conflitantes com a forma tradicional de uso comum dos recursos naturais. Ao abrir esse debate, procuro deslocar o foco sobre a cultura que tais fronteiras encerram, bem como relativizo o quadro de análise proposto pela abordagem evolucionista sobre este tema, que previa um processo de uniformização cultural, ou seja, de aculturação e de assimilação destes grupos sociais até seu iminente completo “desaparecimento”.

Interpor tais conceitos e categorias é de fundamental importância para desobstruir o debate sobre os faxinais nas ciências sociais, uma vez que esse fenômeno social atravessa com pertinência o cenário das lutas sociais no campo no Paraná, impondo à pesquisa a atualização desses termos para poder interpretar a realidade social que se apresenta, libertando-se de pré-noções que induzem à leitura reducionista sobre este tema, e fortalecem tão somente a conservação das relações de força que elidem no campo intelectual a categoria faxinalense ao ostracismo simbólico e social.

De modo contrário, busco descrever como a produção da autorrepresentação social transfere o foco do debate do objeto para o sujeito, sendo impulsionada pelo processo de formação do movimento social faxinalense, que ao afirmar sua identidade coletiva aciona novas estratégias políticas fundadas na defesa e luta pela manutenção de suas práticas sociais, em especial as relacionadas ao uso comum. Constata-se neste momento a interação entre domínios (teóricos e práticos) do campo intelectual e do campo político, iniciada em 2005, a partir da organização e atividades desenvolvidas pela APF.

Por fim, no **Capítulo 4**, objetivo o “ponto de vista” dos faxinalenses, na condição de interlocutores diretos dessa interpretação quando da realização do **Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná**. Nele desloco o foco da análise para as representações dos agentes faxinalenses e seus respectivos processos sociais de territorialização que possibilitam perceber “tipos organizacionais” diferenciados referidos aos faxinais, criando uma variedade de agregados e gradientes de unidades sociais, resultado dos conflitos socioambientais em que os faxinalenses

são historicamente submetidos, reagindo com mobilizações que visam a defesa de seus territórios tradicionais.

Tal como no debate empreendido sobre os esquemas de pensamento dos autores-fonte e as denominadas *obras de referência e reafirmação* analiso as representações sociais colhidas e sistematizadas pelo "Mapeamento Social", na qualidade de uma produção intelectual que visa a luta das classificações sociais provocada pelos faxinalenses mobilizados na APF. Tem-se, neste campo, a luta pela mudança no significado atribuído aos faxinais e, sobretudo, aos processos sociais relacionados à territorialização desse grupo étnico, como um fenômeno atual e dinâmico.

Nesse momento acionamos a noção de "processo social de territorialização"[62] para compreender a forma como os agentes sociais, ainda que em uma condição atomizada, portanto anterior à fundação da APF, persistem na defesa do uso comum da terra consoante laços de solidariedade que mantêm presente a unidade social. Essas situações, sendo variáveis e distintas, induzem à necessidade de refletir tais realidades amparadas no conceito de "processos diferenciados de territorialização", o que permite a compreensão do processo de reorganização social como um ato deliberado de agentes faxinalenses, cujo interesse se consolida na medida em que afirmam sua identidade pelo lema: ***"Na luta pela terra, nascemos faxinalenses".***

[62] PACHECO DE OLIVEIRA, J. Uma etnologia dos "índios misturados": situação colonial, territorialização, fluxos culturais. In: **A viagem de volta**: etnicidade, política, reelaboração cultural do nordeste indígena. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 1999.

1 O CAMPO DE DEBATES DA PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE OS FAXINAIS

Um dos objetivos desta tese é identificar os pressupostos teórico-metodológicos e as regras de interpretação, utilizados pelas produções intelectuais selecionadas na construção do objeto de investigação e reflexão intitulado “faxinal”. Portanto, aproximar e distinguir os esquemas interpretativos utilizados pelos agentes sociais identificados como produtores intelectuais de obras referidas a posições assemelhadas no campo de debates sobre os faxinais é a tarefa que nos propomos a desenvolver neste capítulo.

Para efeito de análise, organizo a construção do espaço social, fazendo uso do conceito de campo de Bourdieu, mais precisamente de campo intelectual da produção sobre os faxinais, entendendo este campo como qualquer outro, possuindo relações de poder próprias, que precisam ser estudadas e objetivadas para não serem transpostas arbitrariamente para o objeto de estudo. É esta reflexividade[63] dirigida ao campo intelectual a fonte de minha crítica acerca de uma pretensa unanimidade que reveste o significado atribuído aos faxinais, e o transforma numa verdade científica, obtida mediante um “ponto de vista”, e suas próprias limitações presentes nos esquemas de pensamento dominantes, como veremos na análise das produções intelectuais a seguir.

A preocupação inicial aponta para a necessidade sociológica na qual “compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra qual cada um se faz” (BOURDIEU, 1996, p. 40), o que significa dizer que uma das pretensões deste capítulo é refletir sobre um conjunto selecionado de produções intelectuais relativas aos faxinais, visando compreender e desvendar as regras de reprodução que perpassam os esquemas explicativos utilizados desde as primeiras obras até o momento atual, destacando para tanto certa rotina interpretativa que exerce domínio sobre a produção intelectual dirigida a este tema.

[63] O conceito de reflexividade extraído do pensamento de Bourdieu aponta para uma nova fase da modernidade onde se reinventa as suas formas. O que a reflexividade traz como elemento central é a ideia de que muitas modernidades são possíveis, em oposição à ideia fatalista de que só existe uma forma de modernidade (BOURDIEU, 1996).

Não obstante, nesse campo predomine posições intelectuais assemelhadas em sua abordagem, assiste-se a partir de 2006[64] a uma emergente produção intelectual amparada na representação dos agentes sociais denominados faxinalenses, expondo distinções inequívocas quando comparadas às recorrentes interpretações sobre os faxinais, que rompem com as estratégias simbólicas de conservação e reprodução das regras formuladas pelos esquemas interpretativos dominantes. Em termos analíticos há uma configuração de relações objetivas materializada nas interpretações fornecidas pelas produções intelectuais distribuídas em duas posições opostas no interior deste campo, podendo ser distinguidas teoricamente em duas perspectivas: "determinista[65]" ou "estruturalismo construtivista[66]". Estas diferentes abordagens sobre o tema traduzem a presença de distintos fundamentos e propriedades intelectuais em jogo no campo, cada qual em luta pela explicação mais aproximada da realidade social dos faxinais.

Dessa maneira, a reflexão que proponho fazer neste capítulo propõe-se à análise e discussão das produções intelectuais fundamentadas na perspectiva determinista, apresentadas a partir de meados da década de 1980, e estendem sua força explicativa de forma inabalável até 2005, data que marca a emergência dos agentes faxinalenses objetivados em movimento social, motivo pelo qual elaboram-se distintas interpretações sobre os faxinais.

Todavia as interpretações dominantes – de viés determinista – transparecem objetivamente nos esquemas analisados e orientam, em boa medida, os agentes no seu trabalho de produção intelectual sobre o objeto "faxinal", cristalizando interpretações ulteriores que refletem alhures o que Bourdieu chamou

[64] Ano em que é lançado o Fascículo n. 1 intitulado, *Povos de Faxinais*, no âmbito da coleção *Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil*, editado e publicado pelo *Projeto Nova Cartografia Social*.

[65] Em termos gerais me refiro a um modo de pensar que supõe que tudo é, de modo previsível, causado em função de algo. Neste sentido a teoria marxista se enquadra nesta crítica como sendo uma forma de determinismo econômico, ao argumentar que as forças e relações de produção que definem os sistemas econômicos determinam as condições sociais. Nesta perspectiva sociológica, o pensamento determinista é falho por sua própria natureza, uma vez que deixa de compreender a complexidade inerente à vida social, que a sociologia tenta abranger e descrever.

[66] Na acepção de Bourdieu o "estruturalismo construtivista" consiste numa abordagem que reconhece existir no próprio mundo social, e não apenas nos sistemas simbólicos, estruturas objetivas em interação com a gênese social. Ou seja, enquanto as estruturas agem de modo independente da consciência e da vontade dos agentes, sendo capazes de orientar ou de comandar as práticas ou as representações destes, de outro modo, os agentes sociais desenvolvem esquemas de percepção, pensamento e ação que os possibilita transformarem as estruturas sociais, mediante um sentido prático fornecido pelos agentes sociais.

de “efeito de campo”[67], e serão internalizados pelo poder público – capítulo 2 –, que valer-se-á dos mesmos procedimentos de análise definidos pelas *obras de referência.* Isto é, nas poucas vezes em que são citados ou colocados na condição de tema de investigação ou ações governamentais, percebe-se imediatamente a unanimidade interpretativa empreendida pelos produtores intelectuais de referência, que se distinguem tão somente pelo esquema analítico utilizado.

Por fim, todas as produções arroladas neste capítulo compõem uma série restrita de documentos distribuídos em artigos, dissertações e teses, apresentados pelos diversos agentes e agências atuantes no campo em exame, permitindo perceber o domínio da ação das posições identificadas na qualidade de posições dominantes no campo intelectual dos faxinais, como condição fundamental para compreensão de sua estrutura, contra qual se posicionam recentemente as interpretações de viés construtivistas. Para tanto, o presente capítulo visa examinar a representação dos produtores intelectuais perfilados às mesmas regras de interpretação elaboradas pelos autores-fonte: Carvalho e Chang.

1.1 AS OBRAS E O CAMPO INTELECTUAL

Inicialmente, retomo a classificação sugerida para fins de análise, listando os autores e suas respectivas obras selecionadas, independente da forma acadêmica de apresentação de suas produções intelectuais sobre o tema; utilizo um duplo critério para organizar esse agrupamento, ou seja, o período histórico em que escreveram e o lugar institucional onde se situavam na ocasião da elaboração de sua produção, denominando, então, para efeito ilustrativo, os primeiros como *Obras de Referência*, quais sejam: CARVALHO, 1984; CHANG, 1985; GEVAERD, 1986; GUBERT, 1987; contabilizando quatro produções qualificadas, por ordem cronológica: um estudo monográfico não publicado; uma dissertação de mestrado produzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola – CPDA/UFRRJ, publicada posteriormente pelo IAPAR em 1988; dois artigos

[67] Este conceito pode ser descrito como a sensação de pertencimento, as afinidades intelectuais e até pessoais, a adesão às regras formuladas pelos agentes e agências de um campo específico, contribuindo para a formação de um *habitus* que orienta as escolhas e posicionamentos dos agentes. BOURDIEU, P. **A ontologia política de Martin Heidegger.** Campinas: Papirus, 1989.

publicados na *Revista de Direito Agrário* (n. 1, 1986 e n. 2, 1987) produzida à época pelo então Instituto de Terras, Cartografia e Florestas – ITCF, agora intitulado Instituto Ambiental do Paraná – IAP.

Compõe esse campo um segundo grupo de produções que apresenta seus estudos a partir de 2000, para estes reservo a denominação de *Obras de Reafirmação*[68]: NERONE, 2000; SOUZA, 2001; SAHR, 2005; TAVARES, 2008; duas autoras (Nerone e Sahr) estão vinculadas respectivamente aos departamentos de História e Geografia de universidades estaduais do Paraná (UNICENTRO e UEPG), e o segundo autor subordinado, à época de sua produção, a uma Ong (IAF), que se propunha a assessoria na agricultura familiar. Tavares é servidor público vinculado ao IBGE desde 1978. Estas produções intelectuais resultaram, em ordem cronológica, numa tese de doutorado defendida pelo Programa de Pós-Graduação em História Social pela UNESP em 2000, uma dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável da UFSM em 2001, um artigo, publicado nos Anais do 1.° Encontro dos Povos de Faxinais em 2005 e uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na USP em 2008.

A reflexão, em seu momento inicial, objetiva as *obras de referência* mediante investigação e análise crítica relativa às explicações produzidas sobre as representações dos faxinais elaboradas na ocasião de sua "descoberta" enquanto objeto de reflexão, e que de forma unânime se cristalizaram na vida intelectual. Sem pretender se restringir à resenha ou a comentários de tais intérpretes e suas respectivas versões, numa ordem de classificação por gênero, o presente estudo visa examinar a representação oriunda dos referidos produtores intelectuais e sua eficácia na reprodução das regras de interpretação. Esta última pode ser entendida como a reprodução de noções e argumentos, que integram o seu esquema de pensamento, nas diversas interpretações que lhes sucedem. Os autores selecionados neste primeiro momento publicaram seus trabalhos sobre os faxinais entre 1984 e 1987.

Uma análise mais acurada nas produções de Carvalho e Chang permite perceber que estas interpretações ocupam posições dominantes neste campo, não

[68] Os *autores de reafirmação* buscam ocupar posições dominantes neste campo, mas em que pese seus esforços teóricos, apenas sustentam esquemas interpretativos que os aproximam das posições dominantes produzidas pelos autores de referência.

obstante as demais obras estarem firmadas num conjunto de argumentos e articulações comuns, expressando sutis divergências e ajustes ao longo desta exposição. Os elementos de distinção somente são identificáveis na medida em que assinalam traços heterogêneos sobre as versões fornecidas ao objeto de pesquisa denominado “faxinal”, efeito este que podemos atribuir aos diferentes esquemas analíticos empregados.

Esse procedimento possibilita inicialmente identificarmos a formação de um *habitus intelectual*[69] dado à congruência apresentada pelas disposições analíticas, o que torna indubitável um consenso sobre os significados atribuídos aos faxinais, não obstante encontrarmos ajustes entre as referidas explicações relativas aos processos sociais. Tem-se, desse modo, uma grade de leitura pela qual os autores percebem e julgam a realidade. Este é o caso do debate em torno das explicações sobre a formação social, ou seja, a “gênese” dos faxinais, bem como a justificação de situações sempre conflituosas que elidem sua territorialidade, ao que os autores atribuem sinônimos que podem ser ajustados ao termo designado por Chang, e conhecido por “processo de desagregação”.

Para melhor compreendermos os fundamentos práticos desse debate, estabeleço uma relação entre a posição social dos designados autores das obras analisadas e as circunstâncias na ocasião em que produziram suas pesquisas. Com isso busco apresentar e descrever brevemente o contexto local em que foram elaboradas, ou seja, o autor, o lugar, o momento e a finalidade em que tais obras são pensadas e produzidas. Esta disposição facilita a compreensão dos esquemas de interpretação produzidos segundo condições objetivas de existência dos produtores intelectuais situados em espaços sociais e tempos diferenciados.

Dessa maneira, o que pretendo denotar desde já é a proeminência das produções destes autores na produção intelectual sobre os faxinais, bem como pelo fato de inaugurarem o tema no interior do campo de debates sobre o campesinato no Brasil. Reafirmo, assim, que os textos aqui analisados antes de manifestarem um

---

[69] Segundo Bourdieu, o *habitus* consiste em sistemas de disposições duradouras e transponíveis, estruturas estruturadas dispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a visada consciente de fins e o controle expresso das operações necessárias para atingi-los, objetivamente “reguladas” e “regulares”, sem ser em nada o produto da obediência a regras e sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizada de um maestro. BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 1996. p. 88-89.

mesmo tipo de produção intelectual, expressam uma interpretação colada às práticas efetivas de cada um dos seus autores.

Inicio citando Horácio Martins de Carvalho, formado em agronomia e especializado em ciências sociais. Ressalta-se que o autor é reconhecido e legitimado na qualidade de especialista em questões agrárias relacionadas ao campesinato, o que lhe confere os requisitos para atuar como consultor nesta área desde fins da década de 1960, tarefa que realiza prestando serviços a diversos órgãos nacionais e internacionais ainda hoje.

No que se refere aos faxinais, o autor realiza seu trabalho entre os anos de 1981 e 1984, quando conclui seu estudo monográfico[70] intitulado: ***Da aventura à esperança: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra***. Na ocasião, Carvalho gozava de relativa independência funcional, atuando no serviço de consultoria ao Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR, tendo como uma de suas tarefas a produção de estudos encomendados pelo órgão. Estudar os faxinais, naquele momento, não era objeto da demanda específica do órgão estadual, mas, ao que parece, haviam possibilidades políticas e operacionais na instituição para que o autor pudesse empreender sua pesquisa, uma vez que, como veremos mais à frente, as políticas agrícolas demandavam estudos sobre as condições socioeconômicas da "pequena produção" no Paraná, trabalho que se apresenta possível quando o IAPAR desencadeia pesquisa intitulada "*As transformações tecnológicas no processo de trabalho da pequena burguesia agrária"* (CARVALHO, 1984, p. 6). Segundo o autor, este estudo lhe permite empreender a pesquisa sobre os faxinais, em que pese o tema não contemplar essa forma organizativa como objeto da pesquisa. Assim, Carvalho, na condição de consultor, explicita que sua produção foi iniciativa pessoal realizada de maneira independente, o que diminui seu grau de subordinação ao órgão que o contratou.

A obra de Carvalho (1984, p. 4) é autoclassificada em seu prefácio como uma *"crônica sobre uma viagem de campo", do que pretendia ser um relatório de pesquisa sobre o processo de trabalho para criação de animais denominado de criador comunitário*. O autor se utiliza de um estudo de caso localizando sua análise no Faxinal do Rio do Couro situado no município de Irati-PR, buscando nas condições objetivas do "criador comunitário" as explicações relativas às origens,

[70] Este estudo não foi até hoje publicado, e não há registro do mesmo em bibliotecas, sua circulação ocorre por meio de cópias emprestadas entre os pesquisadores.

normas de organização e mecanismos de controle e transferência da propriedade privada, sobretudo das terras destinadas ao uso comum. Trata, num segundo momento, utilizando-se de uma perspectiva histórica, das transformações socioeconômicas incidentes naquela comunidade no período que inicia em 1910, momento marcado pela chegada dos imigrantes europeus nesta localidade, e alcança o início dos anos de 1980, intervalo de tempo em que o autor capta mudanças substanciais na organização da produção e nas relações de trabalho no interior do "criador comunitário". O objetivo central de sua obra é, portanto, explicar a origem, os mecanismos de organização interna e as transformações que acarretam na "iminente dissolução" da forma de uso comum da terra face o desenvolvimento do capitalismo no campo.

O autor narra no prefácio de sua obra que enfrentou dificuldades em concluir sua produção sobre os faxinais, em razão do surgimento de "forças ocultas e explícitas" em sua vida que parecem ter retardado a conclusão da monografia para meados de 1984; 3 anos após sua elaboração inicial em 1981. Aliás, as condições de independência estatal em que foi escrita justificam a abordagem utilizada para interpretar o tema, contudo, por razões ainda não devidamente asseguradas, Carvalho nunca teve sua obra publicada, em que pese constar em quase todas as obras sobre o tema, o que faz da citação sua única forma de reconhecimento, o que o qualifica como autor-fonte, ganhando exposição e legitimidade somente após a publicação da obra de Chang em 1988, que ao citá-lo divulga sua produção no meio científico, revelando com isso Carvalho como seu possível autor-fonte[71].

Carvalho não mais retomou nenhum estudo específico sobre os faxinais. Porém, em 2005, a pedido da Via Campesina, organiza e publica o livro intitulado: ***"O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil"***. Neste livro o autor busca entender, por meio de diversos textos consagrados por intérpretes do campesinato no Brasil, de que forma vivem os camponeses no capitalismo, suas controvérsias, suas raízes históricas e suas contradições. Sua análise volta-se à compreensão da diversidade camponesa, seja ela do ponto de vista econômico, sociológico, cultural, étnico, entre outras, assim como sua relação com a natureza, seu modo de ser e de viver. Ao

[71] As obras de Chang e Carvalho foram produzidas quase em paralelo, e em especial sob os auspícios da mesma instituição – IAPAR. Contudo, Carvalho teve o mérito de concluir seu trabalho praticamente um ano antes.

mencionar (CARVALHO, 2005, p. 68) uma série de autodenominações atribuídas aos camponeses regionais, o autor parece ceder à compreensão na qual:

> Tudo leva a crer que parte significativa dessas categorias sociais, sejam elas autodenominadas sejam denominadas pelo outro, estejam de certa maneira contempladas nas estatísticas que identificam os estabelecimentos rurais. Isso não significa que essa diversidade de categorias sociais são passíveis de serem envoltas pela expressão camponês (CARVALHO, 2005, p. 69).

Apesar de não citar os faxinais nesse trabalho, é possível perceber que sua interpretação sobre o termo camponês abre-se numa miríade de categorias sociais que buscam contemplar a diversidade camponesa em seus vários aspectos. Observa-se, portanto, que após quase 20 anos de ter inaugurado o campo intelectual com sua obra, fundamentada na perspectiva que apontava o fim do campesinato nos faxinais, Carvalho recobra sua posição ao indicar que a recriação – no caso, da identidade faxinalense – é a forma de resistir como camponês.

Chang Man Yu, com formação em economia, à época de sua produção atuava como pesquisadora da área de socioeconomia do IAPAR, realizando pesquisas relativas, entre outros temas, à análise da economia camponesa, tipologia sobre os sistemas de produção, evolução dos sistemas agrários e estudos de antropologia econômica de organizações camponesas no Paraná. Seu trabalho de pesquisa, intitulado ***"Sistema Faxinal: um modo de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná"***, foi resultado de uma dissertação de mestrado em desenvolvimento rural, na área de economia, iniciada em 1980 e defendida em 1985 pelo Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da UFRRJ. Este trabalho foi publicado[72] pelo IAPAR em 1988 na coleção Boletim de Pesquisa (n. 22), tornando-se, dessa maneira, o material mais divulgado entre todos os relacionados. A publicação de uma obra por uma iniciante num campo em formação, como o analisado, é considerada uma forma de legitimidade e reconhecimento, o que transforma a autora numa personalidade e figura tutelar do pensamento sobre os faxinais, em que pese não produzir posteriormente mais nenhuma obra sobre o tema.

Em sua produção aprofunda a análise relativa à "gênese" que sustenta o processo de formação dos faxinais, associando esse momento ao "ciclo econômico"

[72] Um estudo prévio denominado "Faxinais no Paraná" foi publicado pela autora em 1980 na Coleção Informes de Pesquisa do IAPAR sob o n. 80.

da erva-mate, para em seguida concentrar sua pesquisa nos processos que conduzem à "desagregação" pela qual passa o "sistema faxinal". Este foco acaba se tornando o objetivo central sob o qual a autora investe o desenvolvimento de sua obra. Tal intenção é ressaltada no título de sua dissertação, o que leva seus leitores à sensação de que o fim dos faxinais já está determinado:

> Para responder a essa questão foi necessário buscar na formação econômica do Paraná Velho, a gênese de organização. Assim, foi possível compreender o que vem a ser um sistema faxinal, suas especificidades, e quais as fases já percorridas antes de atingir ao estágio atual de desagregação (CHANG, 1988, p. 12).

O destaque fornecido ao tema com essas produções, nesse primeiro período, influenciou outros dois autores a elaborar, a partir de suas experiências profissionais envolvendo os faxinais, a produção de artigos sobre o assunto: Jair Lima Gevaerd Filho, advogado, e Francisco Adyr Gubert Filho, agrônomo, publicam artigos na *Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente*, editada pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas – ITCF, órgão à época vinculado[73] à Secretaria de Estado Extraordinário de Coordenação da Reforma Agrária no Paraná – SECRA. Na ocasião, ambos os autores eram funcionários deste órgão. O primeiro atuava como assessor jurídico do ITCF, no atendimento à regularização fundiária de posses, muitas das quais reivindicadas como áreas de faxinais, através de ações de usucapião especial, trabalho este desenvolvido na região Metropolitana de Curitiba em um convênio com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Paraná – FETAEP. Seu artigo, intitulado ***Perfil histórico-jurídico dos Faxinais ou Compáscuos: análise de uma forma comunal de exploração da terra,*** resulta da experiência profissional do autor, especialmente em sua atuação no atendimento de conflitos motivados por "cercamentos de pastos comunais" promovidos por "latifundiários". Gevaerd (1986, p. 45) sente-se estimulado a abordar esse tema em função das *condições de deterioração* em que estão submetidos grupos de modestos "trabalhadores rurais" que vivem desta "forma comunal de exploração da terra" na região Metropolitana de Curitiba.

Seu artigo se propõe a traçar um perfil histórico e jurídico do "compáscuo" como "forma comunal de exploração da terra". Para tanto, dedica a primeira parte de

[73] Quando da publicação do artigo de Gubert na *Revista do ITCF*, este órgão já havia sido incorporado pela SEAB, na gestão do Secretário Osmar Dias.

seu estudo a aspectos históricos relativos a origens do uso comum da terra enquanto instituto jurídico na “história da civilização ocidental”. Numa segunda parte, o autor busca focalizar o fenômeno do “compáscuo” segundo categorias do direito, submetendo-o a uma dissecação a partir do tratamento a ele dispensado pelo ordenamento jurídico português e brasileiro (GEVAERD, 1986, p. 47).

O último autor a encerrar esse contexto social é Gubert. O mesmo exercia função de agente do ITCF desde o início da década de 1980, em Irati-PR, atuando diretamente na resolução dos conflitos entre faxinais e as “lavouras mecanizadas”, decorrentes da “modernização da agricultura”. Dessa “vivência”, publica seu artigo sob o título de ***“O Faxinal”***, onde analisa o caso do Faxinal da Barra dos Andrade, Município de Rebouças. Na introdução o autor apresenta argumentos amparados em uma leitura situacional do faxinal analisado, recorrendo a explicações sobre o processo que gerou a divisão entre faxinais e terras de lavouras, no que denomina “ocupação diferenciada das terras” em função da fertilidade natural dos solos na época do “desbravamento”.

Em seguida, mediante um estudo de caso, demonstra pretensões de contemplar aspectos sociais, econômicos e políticos observados empiricamente, destacando de maneira introdutória a complexidade dos fatores a serem levados em consideração para o conhecimento dos faxinais, buscando articulá-los entre si, na tentativa de reconstruir um cenário edificado por depoimentos colhidos junto a diversas autoridades locais. Com este artigo, o autor intenciona explicar como se estruturam os diferentes aspectos que influenciam na “desorganização do criador”. Partindo dos depoimentos colhidos junto às autoridades locais, o esquema de análise busca revelar o julgamento social que sobressai localmente por uma visão classificatória que tem em seu perfil estigmatizante o principal argumento de oposição à sua permanência, cujo obstáculo seria superado pela necessária “modernização do campo”.

Sem intencionar lançar mão de uma análise amparada em um procedimento teórico-metodológico relacional, Gubert esboça o que poderia ser aproximado à estrutura das relações do campo de poder sobre os faxinais, que se estabelece no espaço social das principais instituições presentes no município de Rebouças, explicitando os argumentos que compõem o discurso das autoridades locais, indicando deste modo a percepção destes agentes sociais relativa ao tema dos faxinais. Olvida-se, contudo, de interpretar as representações dos agentes sociais

faxinalenses. Obtém, por consequência, a partir dos depoimentos das autoridades, a possibilidade de compreender como se estruturam as relações sociais que de maneira concreta resultam na reprodução do senso comum que advoga contra a existência dos faxinais neste município, que será "combatida" via ações de "desenvolvimento econômico".

Após essa breve exposição sobre o objetivo e as condições sociais em que as denominadas *obras de referência* foram elaboradas*,* aduz-se que elas devem ser tratadas como resultado de relações sociais próprias à estrutura de um campo de produção intelectual em determinada contingência histórica em consonância com as práticas efetivas dos seus produtores intelectuais. Estas relações assinalam que o campo intelectual em que são produzidas consiste num *lócus* onde se confrontam diferentes forças com variados graus de autonomia face os poderes políticos e econômicos na ocasião de sua constituição. Com este recorte criam-se condições para a análise do complexo de relações sociais que envolvem os referidos intérpretes na ocasião da elaboração de suas produções sobre os faxinais.

Assim, considero como pressuposto que compreender o espaço social das produções intelectuais e as relações de poder atuantes sobre o mesmo é condição básica para entender as interpretações sobre os faxinais, visto que conhecer as condições a que estavam submetidos seus autores na ocasião da elaboração de suas obras é de fundamental importância para entender as circunstâncias teóricas e políticas que pressionavam as referidas produções, na medida em que os próprios autores se encontravam de alguma forma subordinados às instituições que planejavam ou operavam as políticas que intervinham nas realidades sociais aqui analisadas, ao mesmo tempo em que, no campo intelectual, o tema despertou o interesse de intérpretes alinhados com os esquemas interpretativos marxistas. Pode-se afirmar que suas obras têm posições mediadas em maior ou menor grau de subordinação, pelas circunstâncias políticas sob a qual estão submetidos como "funcionários" ou "prestadores de serviço", qualificados como produtores intelectuais, o que possibilita agrupar estes autores que se supõem de estatuto equivalente.

O problema da objetividade centrada na "pequena produção", "desenvolvimento econômico", e em especial no "criador comum", quando colocado em relação a estas produções intelectuais, exige que sejam situadas estas pressões sociais feitas sobre as interpretações, confinando-as no lugar estreito das pré-noções e visões preconcebidas. Esta marca é iniludível e essencial para que se

entendam os fundamentos ideológicos e o contexto político em que emergem essas produções. Procedo, dessa maneira, à análise da estrutura das relações objetivas no campo político em dois conjuntos de produções aproximadas pelo período histórico e ao lugar em que se situavam na ocasião de sua elaboração.

Do ponto de vista político em que as *obras de referência* são concebidas, é inevitável levar em consideração o momento histórico em que o País se encontrava, e como este influencia os autores e suas obras. A posição social dos autores se mescla em tempos similares no cenário dos debates e ações que conduziram à redemocratização do País, e ao período imediato à Nova República, momento que possibilitou tensas, graduais e "controladas" mudanças no plano político estadual e, sobretudo federal, lugar político em que se realizavam ajustes na agenda governamental visando o acatamento de demandas políticas e sociais contingenciadas ao longo de mais de duas décadas pelos movimentos de base camponesa.

Da posição em que se encontravam tais autores, é possível compreender a expressão dos pontos de vista dos grupos sociais que representavam. A preocupação neste momento político em que produziram suas obras coaduna com as intensas discussões sobre o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA em 1985. Nessa ocasião, as análises sobre a denominada "Questão Agrária" demonstravam um predomínio no campo intelectual das teorias marxistas que, entretanto, não alcançam força política capaz de fazer frente aos distintos interesses que irão se materializar na Constituição Federal de 1988.

Na esfera estadual, observa-se que as condições intelectuais de produção das referidas obras só torna-se possível em razão de mudanças políticas no governo do Paraná, que desde 1982[74] desfruta de circunstâncias proporcionadas pela lenta abertura democrática, o que possibilitou a franca retomada pelos intérpretes do campo intelectual e das agências governamentais em torno do debate relativo ao campesinato[75]. Tais produções adquirem consonância com a lógica desenhada pelo

[74] Nesse ano foram eleitos de forma direta pela primeira vez depois de quase 20 anos os governadores estaduais no País. No Paraná, o PMDB obteve uma histórica vitória com a eleição do Governador José Richa. Na formação inicial de seu secretariado um dos nomes indicados foi Claus Germer, intelectual afinado com o pensamento marxista, que ocupou a Secretário de Estado da Agricultura (1983-1986). Sua atuação permitiu abrir novas possibilidades de reflexão sobre a ação governamental, sobretudo na formulação de programas dirigidos ao campesinato.

[75] Há uma forte retomada da questão agrária a partir da leitura dos textos de Lênin e Marx no meio acadêmico. No plano da produção intelectual nacional se resgatam as obras clássicas relativas à formação social e econômica do País: Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda, além de obras

campo político naquela conjuntura sustentando, de um lado, posições assumidas pelo governo na promoção de políticas ao "pequeno produtor rural", de outro, sofrendo todo tipo de restrições em função dos limites impostos pelas tensões internas vividas no interior do recente governo estadual eleito pelo sufrágio universal, que em plena transição democrática encontrava no confronto político e intelectual entre a elite agrária tradicional e o surgimento de novos movimentos sociais no campo as condições para incluir na pauta do planejamento estadual as demandas do campesinato.

Nesse contexto, as *obras de referência* podem ser compreendidas como respostas às disputas internas no campo político, as quais seus autores bem conheciam em razão das pressões vivenciadas no interior das agências que atuavam. Isto lhes permitia identificar as relações objetivas que estruturavam o discurso e a ação do governo na produção de políticas para o campesinato. De posse deste capital de relações, os autores investem suas estratégias no campo intelectual, ao produzir suas obras sobre os faxinais, objetivando, com isso, mudar a percepção sobre as intervenções estatais, especialmente das instâncias em que atuavam, estimulando a evidenciar a existência do campesinato na condição de uma realidade social presente no Paraná, caracterizada pela sua invisibilidade social e política. Para tanto, transformam suas práticas efetivas em objeto de reflexão, no intento de romper com noções já cristalizadas a respeito de um modelo de desenvolvimento econômico assentado em dois pilares centrais, quais sejam: as *plantantions* tradicionais e a industrialização. Dessa forma visam influenciar os processos de formulação e planejamento público, sobretudo, em programas na esfera estadual dirigidos ao público dos "pequenos produtores rurais".

Esse debate justapõe-se no momento da retomada do pacto federativo, tendo no retorno dos direitos e garantias constitucionais suas expressões mais contundentes. Isto porque, até 1988 – portanto, antes da promulgação da Constituição Federal –, as instituições estaduais e municipais eram delegadas a uma reduzida participação no processo de produção de políticas públicas, até então, competência predominante das agências federais, cabendo-lhes pouco espaço para

---

mais recentes onde o campesinato ganha evidência, como nos textos de Octavio Ianni, Paulo Sandroni, Geraldo Muller, Bernard Sorj, José Gomes da Silva, Maria Nazaréth Wanderley Baudel e José de Souza Martins.

planejamento e formulações para o rural[76], sobretudo nas instituições de pertencimento dos intérpretes arrolados – ITCF e IAPAR. Estas passam por um momento de redefinição de suas ações, portanto uma fase transitória, em que colhem oportunidades políticas, donde emergem possibilidades de estruturação[77], produção e implementação de uma "nova" relação com a sociedade, não obstante permanentes e acirrados conflitos e tensões contrárias às orientações políticas originárias de grupos sociais vinculados à ideologia dominante no rural, tal como os denominados "empresários agroindustriais" e "latifundiários" (CARVALHO, 1984, p. 76; GEVAERD, 1986, p. 46).

É importante ressaltar que tal postura coaduna com perceptíveis mudanças na ação do governo, especialmente o IAPAR, mas também ITCF e ACARPA[78], que passam à condição de agências fundamentais na produção de informações e ações voltadas à elaboração e execução das políticas públicas dirigidas ao "pequeno produtor rural"[79]. Essas circunstâncias políticas e administrativas, por sua vez, também influenciavam os autores e suas obras em consonância com o volume de capital político e intelectual que cada um dos intérpretes comporta no momento da elaboração de suas produções, tendo em vista as relações sociais de poder que pressionavam suas reflexões.

A princípio considera-se o fato dos autores situarem-se dentro da estrutura do governo – compõem o corpo de funcionários do governo –, caso de Gevaerd e Gubert, estando subordinados politicamente à Secretaria de Estado Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária – SEECRA[80], bem como Carvalho e Chang pelo IAPAR – vinculada à SEAB –, no tempo em que elaboram suas respectivas

---

[76] O PRORURAL, criado em 1980, foi uma das primeiras iniciativas de planejamento agrícola elaborada pelo Governo do Paraná, todavia dentro dos marcos da política federal de desenvolvimento agrícola. A partir de 1988, a Constituição Federal amplia a participação dos Estados e Municípios na formulação de políticas públicas, momento em que intensificam-se programas para o meio rural.

[77] No início da década de 1980, a ASE – Área Técnica de Socioeconomia do IAPAR assume uma nova postura científica, onde adota a Teoria Geral dos Sistemas (KAPRA, 1980), dirigida aos sistemas agrícolas de pequenas propriedades, para explicar a existência das diversas correlações envolvidas na análise da produção. Essa posição busca descrever a pequena propriedade escapando da análises funcionalistas e dualistas que marcaram a década precedente.

[78] Desde 1988 a ACARPA – Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado Paraná, passa a ser designar EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

[79] Vide PRORURAL – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural do Paraná, lançado em 1980.

[80] A Secretaria Estadual Extraordinária de Coordenação da Reforma Agrária – SEECRA foi extinta em 1987, na gestão do Governador Álvaro Dias, seu último Secretário foi Walter Alberto Pecoits. O ITCF, que então estava vinculado a esta secretaria, foi transferido para a SEAB, perdendo sua função estratégica para Reforma Agrária. Essas decisões seguem o rumo das definições em âmbito nacional explicitadas pelo abandono do Plano Nacional de Reforma Agrária e a desestruturação do INCRA.

obras, tendo em seguida suas produções publicadas em boletins e revistas organizadas pelas próprias instituições de pertencimento.

Destarte, todas as produções de referência desse momento serem elaboradas por agentes vinculados de alguma maneira às instituições de governo, não impediu que seus respectivos autores mantivessem um relativo grau de autonomia face a burocracia estatal. Essa condição fica visível, por exemplo, na produção intelectual de Carvalho, ao revelar um baixo grau de subordinação à instituição – IAPAR – em que se vinculava ao dedicar-se a serviços de consultoria eventuais, porquanto não atuava como funcionário do quadro permanente do Governo, no momento da produção de sua obra sobre os faxinais. Esta, inclusive, não compunha o elenco de "produtos" demandados pelo órgão que lhe solicitava o serviço, permitindo classificar sua produção como independente dos interesses do governo. Todavia, a convergência ideológica entre as posições oferecidas pela Secretaria de Estado da Agricultura – SEAB e o autor, naquele momento, tem como premissa a visão crítica do "desenvolvimento do capitalismo no campo", e, consequentemente, o foco de seu estudo nos efeitos desse modelo sobre o campesinato, demarcando por esta via teórica certo alinhamento ideológico ao refletir os interesses de uma das posições políticas em disputa na SEAB e SEECRA naquela ocasião – entre 1983 a 1986[81].

De certa maneira, essa posição, manifestada dentro desse curto período, garante a legitimação e reconhecimento de suas produções por meio de publicações no âmbito da SEECRA e SEAB, como no caso de Chang – Boletim IAPAR[82] –, Gevaerd e Gubert – *Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente*[83], o que constitui um aval imprescindível à circulação de suas obras, num meio intelectual que desconhecia a especificidade do assunto.

Quanto a isso não há duvidas de que tanto a obra de Carvalho como a de Chang, Gevaerd e Gubert tenham sofrido influências desse efervescente período político no governo do Paraná. Tal postura se manifesta na posição teórica

[81] Todavia, as condições de abertura intelectual fornecidas por aquela administração persistem até janeiro de 1987, quando Álvaro Dias assume o governo estadual, encerrando uma conjuntura favorável a estas produções intelectuais, momento que culmina com a derrocada no plano nacional dos debates em torna da Reforma Agrária.

[82] Apesar de ter sido publicado somente em 1988 pelo IAPAR, portanto na gestão do Governador Álvaro Dias, esta obra já se encontrava empenhada na Imprensa Oficial desde o fim do Governo Richa, o que lhe garantiu a impressão.

[83] Essa coleção deixou de ser editada na Gestão do Governador Álvaro Dias em razão da extinção da SEECRA e divergências políticas com a linha editorial.

assumida dentro de um governo de transição para democracia, marcado pela instabilidade política gerada pela tensão entre grupos de interesse antagônicos na disputa pelo poder. Contudo, dada a posição social de agentes públicos, investidos da condição de intelectuais que descrevem os mecanismos de dominação sobre o campesinato, em determinado tempo, suas produções não escapam à pressão que atravessa as posições políticas em jogo no interior do governo. Para além da unidade teórica, percebe-se que a aproximação com o governo estadual revela-se como um aspecto que permite agrupar estes trabalhos baixo uma mesma classificação. Expressam um fundo comum que perfila as concepções e que estabelece os limites gerais das formulações e sugestões apresentadas em suas obras.

Nesse viés, a reflexão crítica sobre as *obras de referência* revela como interlocutores o "Capitalismo" e o próprio Estado, o que nos permite inferir que há exigências sobre a produção intelectual que se situam no campo de poder e as pressionam em seus aspectos intrínsecos. Os autores dialogam com seus interlocutores e os criticam dentro de marcos ideológicos claros, prefixados pelo conhecimento intelectual e assegurados por critérios de competência e saber que articulam por meio de um discurso científico mantido dentro de limites pré-estabelecidos, seja na área da sociologia, da economia, do direito ou da agronomia.

Em que pese existir toda uma praxe de demonstrar autonomia em relação ao Estado no processo de produção intelectual – regra interpretativa entre intelectuais situados nesta perspectiva teórica – encontramos nas obras de Chang e Gevaerd de forma explícita menções a programas governamentais e seus efeitos positivos sobre os faxinais. Chang, de forma especial, faz uso do recurso de citação mencionando a "proposta de associativismo" e seus "tutores", para se referir aos responsáveis diretos por estas iniciativas estatais. Com isso menciona os titulares da Secretaria Estadual e do Governo numa clara postura de reconhecimento de sua posição em face da hierarquia governamental:

> A pronta reação da população local, além de responder a uma necessidade premente é também reflexo da proposta de associativismo dos pequenos produtores rurais do Governo Richa e do Secretário da Agricultura Claus Germer. Há uma clara intenção nas diretrizes da Secretaria, não só de permitir como incentivar o pequeno produtor a se organizar livre e automaticamente para que, através de suas lutas e mobilizações, possam atingir melhores condições de produção e comercialização (CHANG, 1988, p. 110).

Gevaerd, por sua vez, de modo breve, narra a ação do ITCF junto aos faxinais na região Metropolitana de Curitiba, demonstrando a posição e os procedimentos do órgão na questão:

> No campo jurídico, temos tido a oportunidade de assessorar várias associações de moradores de compáscuos ou faxinais na luta pela manutenção do criador comum (GEVAERD, 1986, p. 66).

Do ponto de vista ideológico, percebe-se que esses autores estão inclinados à mesma matriz de pensamento que encontrava guarida na SEAB e SEECRA naquele tempo. De sua posição consigna aval a atuação das agências governamentais, a partir de parâmetros técnicos e jurídicos disponíveis na época para a proteção dos faxinais.

Interessa lembrar que, considerando as afinidades ideológicas entre autores e parcela das referidas secretarias estaduais, tem-se uma mudança significativa na estrutura do modelo vigente em curso, redirecionando a ação desses órgãos para os faxinais, porquanto o planejamento do governo se resumiria à inclusão dos "pequenos produtores" ao "modelo de desenvolvimento rural" em voga, tendo como proposta a resolução das demandas territoriais via questão fundiária, fortalecendo a visão da propriedade da terra mediante a adoção da figura do compáscuo. Além disso, a percepção de que os faxinais carecem da tecnificação e da especialização produtiva induz sua inclusão nos programas de desenvolvimento rural[84].

> O pequeno produtor e o camponês de um modo geral jamais contou com qualquer tipo de apoio ou assistência para o incremento da sua produção, tanto no aspecto qualitativo, quanto no quantitativo. É fato notório que a política agrícola adotada sistematicamente pelos governos privilegia um modelo de desenvolvimento que favorece grandemente o proprietário dotado de capital para a implantação de técnicas de plantio ou criação calcadas numa tecnologia mecanizada e sofisticada, [...]. O pequeno não chega se quer a ser desprezado, posto que sua existência é sumariamente ignorada pelos mentores da política agropecuária (GEVAERD, 1986, p. 65).

Nessa perspectiva, explicitam suas pré-noções ao objeto de estudo, ao creditar o problema à falta de tecnologia e assistência técnica, ou como propõe Chang, ao indicar a necessidade de "propostas alternativas de intervenção",

[84] Vide PRORURAL – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, lançado em 1980 (SEAB, 1980).

deixando antever os argumentos de que trata-se de um conflito assentado em bases técnico-produtivas, dirimidas por ajustes visando a inclusão ao modelo dominante. Com isso alcançam um impasse teórico que reverbera na direção de uma ação política voltada ao associativismo, tendo em vista o imperativo da "desorganização social" desses criadores no que tange à produção e comercialização agrícola.

Pode-se asseverar que os intérpretes, ao se depararem com uma *"forma de organização da economia camponesa"* diferenciada pelo uso comum da terra, lançam mão de um enquadramento teórico que reduz suas especificidades ao campo econômico; situação que leva os autores no limite de suas interpretações a explicar o referido fenômeno segundo categorias analíticas que reduzem as diferenças socioculturais à organização da produção e à tecnificação, uma vez que seria uma das principais fontes de sua "desagregação" (CHANG, 1988, p. 38). Tem-se como proposta de inclusão o acesso ao desenvolvimento tecnológico como forma de superação dos limites práticos enfrentados pelos faxinais, tais como os "problemas" relacionados à baixa produtividade agropecuária (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988; GEVAERD, 1986; GUBERT, 1987).

Cabe ressaltar que, nesse momento de transição política para a democracia, os referidos intérpretes compõem um grupo diminuto e difuso de agentes públicos que tencionam por mudanças no planejamento de políticas públicas, tendo em suas produções científicas argumentos que contradizem o suposto triunfalismo do Estado no desenvolvimento da agricultura. De sua posição emergente no campo intelectual, Chang, e posteriormente Gevaerd e Gubert, alinham suas produções a de Carvalho, para num mesmo foco encetar fortes críticas à "ideologia do desenvolvimento capitalista" e seus efeitos negativos sobre o campesinato, sobretudo nos faxinais. Razão pela qual os autores se encontravam envolvidos, cada qual em sua instituição, em disputas relativas a definições a respeito das ações de assistência técnica, de pesquisa e de modo geral dos planos de desenvolvimento agrícola e agrário a serem encampados como políticas públicas.

O sentido prático da ruptura que os autores propõem, naquele momento de formação do campo intelectual de debates sobre os faxinais, filia-se no âmbito nacional às propostas[85] que reclamam mudanças no foco do desenvolvimento

[85] A redemocratização do País, teve nas formulações políticas que originaram o Plano Nacional de Reforma Agrária seu momento mais exitoso. Dentre as figuras intelectuais mais emblemáticas que impulsionaram esse debate temos José de Souza Martins, Plínio de Arruda Sampaio, José Gomes da

agrícola governamental, da “grande propriedade” ou dos “empresários rurais”, para ações voltadas a pensar e produzir políticas para a “pequena produção”, incluindo aí os faxinais. Todo esse esforço ideológico e político se inscreve no campo intelectual sobre o campesinato, em que inúmeras produções científicas descrevem a forma como os esquemas dualistas aplicados no rural sustentam modelos desenvolvimentistas, e persistem desde a década de 1950, até meados de 1980, impulsionando as mazelas sociais no campo.

Reconhece-se, portanto, que naquele momento, onde perpassam disputas políticas sobre o rumo que o governo estadual deve adotar, suas produções intelectuais contribuem para um novo tratamento teórico da histórica marginalização do campesinato no Paraná, indicando a necessidade de propor alternativas que considerem as peculiaridades dessa “forma de organização da produção” (CHANG, 1988, p. 14).

Para além das alternativas, que encontraram para sua realização obstáculos políticos impostos pelo novo governo – 1987 –, os autores das *obras de referência* limitam-se a escrever sobre o tema somente as obras supracitadas, gerando uma descontinuidade inoportuna, que manteve o tema dos faxinais em voga graças à circulação da produção de Chang no meio técnico-científico.

Após longo período de silêncio sobre o assunto, novas produções se apresentam no campo intelectual somente a partir de 2000, com as *obras de reafirmação*; assim classificadas por esta tese, pelo fato de corroborarem os esquemas interpretativos fornecidos pelas *obras de referência*, configurando um novo ciclo de produções sobre o tema. Situá-las em suas condições sociais também é necessário para que fiquem manifestas suas posições no campo intelectual em exame.

Diferente das *obras de referência*, essas produções foram publicadas no período entre 2000 a 2008, portanto, em um novo contexto social, e por autores situados fora das instituições planejadoras e executoras das políticas públicas, garantindo, assim, uma produção menos subordinada, do ponto de vista político. As produções desse período pertencem a autores vinculados ao quadro de professores de universidades públicas estaduais – UNICENTRO e UEPG – uma ONG – IAF –, e servidor público lotado no IBGE. Portanto, esses autores parecem gozar de maior

---

Silva, José Graziano da Silva, José Eli da Veiga, dentre outros nomes de expressão acadêmica em todo País.

grau de autonomia política que os primeiros autores. Além disso, no tempo que escrevem – entre 10 a 15 anos após a produção de Gubert – os faxinais já deixaram de ser uma "descoberta" inédita, motivo pelo qual haviam sido objeto de inúmeros debates e temas de seminários realizados por ONGs e o governo do Paraná, sendo posteriormente identificados pelo "cadastramento" denominado "Levantamento Preliminar" realizado pela EMATER em 1994, além de disporem desde 1997 do reconhecimento como ARESUR.

Por esse motivo, seus estudos vão se caracterizar por reafirmarem as produções dos autores-fonte, considerando uma mesma base conceitual sobre a qual se ajustam acréscimos teórico-conceituais e esquemas analíticos por vezes distintos, apesar da adoção das mesmas regras interpretativas.

Buscando compreender a importância dessas produções intelectuais, analiso as condições sociais em que foram empreendidas, bem como sua vinculação aos autores-fonte e a eficácia de suas interpretações no campo intelectual. Inicio por Maria Magdalena Nerone, que na qualidade de Professora Assistente vinculada ao Departamento de Ciências Humanas da Unicentro realiza seu doutoramento em História na UNESP, na área de concentração de História e Sociedade. Sua Tese é defendida em 2000, sob o título: ***Terras de Plantar, Terras de Criar – Sistema Faxinal: Rebouças – 1950-1997.*** Em sua investigação historiográfica a autora selecionou *a região de Marmeleiro, no município de Rebouças, Paraná.* O objetivo de sua análise pretendeu compreender a gênese e a formação do "sistema faxinal", dentro de uma conjuntura nacional e internacional interessada em desvelar uma suposta herança europeia nos faxinais, bem como desenvolve um detalhado estudo sobre a *importância da cultura, da jurisprudência e do papel do Estado* no processo de "desagregação do sistema" (NERONE, 2000, p. 22-23).

Uma das hipóteses defendidas pela autora sobre a gênese dos faxinais é de que:

> O sistema faxinal, como uma das formas de uso comunal da terra no Brasil, não se constituiu como um modelo originalmente brasileiro. Foi decorrente de um arcabouço cultural, transplantado via colonizador, cujas raízes podem ser encontradas na Península Ibérica, notadamente, nas Reduções Jesuíticas espanholas (NERONE, 2000, p. 23).

Ao analisar as práticas sociais que compõem a cultura dos faxinais, Nerone procura informar e descrever os "traços culturais" considerados significativos no processo de organização do espaço e da sociabilidade dos faxinalenses. Por fim, procede com a análise da gradual "ruptura do sistema faxinal" e de como esse processo se manifesta através de conflitos, envolvendo aspectos ambientais, jurídicos, sociais e culturais, que caracterizam a "desarticulação do faxinal" com suas consequentes implicações.

Nerone ressalta, ainda, o perfil de uma intelectual engajada ao se envolver em reuniões e mobilizações em torno da defesa dos faxinais situados em Rebouças, por vezes até coordenando ela mesma tais iniciativas junto às comunidades e ao poder público. Seu legado para o campo intelectual, entretanto, parece ter findado com a produção de sua tese, visto que não publicou mais nenhum trabalho, dedicando-se apenas à orientação de pesquisas acadêmicas no curso de graduação em história, para em 2000 assumir vaga de vereadora em Guarapua[86]va-PR.

Em tempo semelhante, Souza, cuja formação é em Engenharia Florestal, desenvolve sua produção intelectual na região de Guarapuava, município de Turvo, tendo defendido sua dissertação de mestrado pela UFSM, no ano de 2001, na área de Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável, dentro da linha de pesquisa: Agricultura Familiar e Sustentabilidade. À época, Souza atuava na função de assessor técnico em agroecologia e agrofloresta pelo Instituto Agroflorestal – IAF, ONG com atuação na região de Guarapuava, que tinha por missão promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Na condição de técnico de campo, diretamente em relação com as comunidades faxinalenses, Souza detecta em sua ação de assessoria inúmeros conflitos em torno da manutenção do uso comum da terra, ressaltando o aspecto da "desagregação" do faxinal Saudade Santa Anita, para o qual busca explicações na interpretação sócio-histórica visando desenvolver argumentos sobre o derradeiro destino que prenuncia o término daquele faxinal.

Sob o título ***Transformações econômicas e sociais e trajetória na agricultura familiar: estudo de caso sobre a desconstrução da autonomia da agricultura familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo-PR***; o autor analisa o

[86] Nerone foi eleita vereadora pelo PHS para o mandato 2000 - 2004 e, posteriormente reelegeu-se para o mandato 2004-2008. Em sua legislatura não foi registrado nenhum ato que diretamente beneficia-se a questão dos faxinais.

processo de “formação, consolidação e desagregação” do referido faxinal examinando as “fases do desenvolvimento” econômico que incidiram naquela região, impactando diretamente o “sistema faxinal”. Seu trabalho procura investigar as estratégias de reprodução social dos “agricultores familiares” em reação às investidas das formas capitalistas de produção. O título de sua produção por si só é elucidativo do percurso analítico que envereda o autor, em razão de principiar suas “considerações iniciais” informando de forma antecipada a “dissolução” do objeto de pesquisa:

> A questão central, que é perseguida ao longo do texto, está ligada às razões e às especificidades da falência do sistema tradicional de organização camponesa denominado faxinal e suas conseqüências no desenvolvimento local da região (SOUZA, 2001, p. 1).

Sua produção intelectual não poderia seguir rumo diferente, uma vez que é influenciada em sua primeira parte pela obra de Carvalho, ao analisar as transformações socioeconômicas incidentes no Faxinal Saudade Santa Anita, para logo em seguida descrever as estratégias de reprodução daquele campesinato (WANDERLEY, 1985). Por este viés, o autor constata as fases que permeiam a existência do faxinal – formação, consolidação e desagregação –, anunciando, por fim, alternativas tecnológicas pautadas na agroecologia e a necessidade de organização da comunidade em torno da defesa do criador.

Na sequência, examino o artigo de Löwen Sahr (2005), geógrafa, com mestrado e doutorado na área de geografia humana, e pós-doutorado na área de Planejamento Urbano e Regional. Atualmente a autora é Professora do Departamento de Geociências e do Mestrado em Gestão do Território pela UEPG. Seu artigo intitula-se: ***Faxinalenses: populações tradicionais da mata com araucária?***. Este trabalho compõe um denso repertório de obras organizadas em diversos artigos e resumos publicados[87] pela autora em periódicos, bem como resumos e artigos publicados em congressos, ou na forma de capítulos de livros, entre o período de 2002 e 2009.

[87] A autora possui uma vasta produção bibliográfica sobre os faxinais entre o período de 2002 e 2009, que pude contabilizar: 9 artigos completos publicados em periódicos; 3 capítulos de livros publicados; 35 trabalhos completos publicados em anais de congressos; 22 resumos expandidos publicados em anais de congressos e 34 resumos publicados em anais de congressos. Vide Cicilian Lowen Sahr, CV Lattes. <www.cnpq.br>.

O referido artigo foi apresentado inicialmente nos anais do 1.º Encontro dos Povos de Faxinais, realizado em Irati-PR, em 2005, publicado pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP. A escolha deste artigo se deve ao fato da repercussão que obteve, proporcionada pela publicação de mais de 3.000 exemplares que circularam de modo difuso em vários segmentos sociais e instituições, como universidades, prefeituras, escritórios da EMATER e IAP, além de dezenas de faxinais da região, corroborando com sua consolidação enquanto obra, e referência da autora como produtora intelectual sobre o tema.

No artigo, Lowen Sahr preocupa-se com a classificação dos faxinais, trazendo como objetivo central de sua investigação a preocupação em conhecer *"os elementos de identificação dos faxinais que os permitam caracterizá-los como povos tradicionais e territórios sociais"* (LÖWEN SAHR, 2005, p. 53).

O título apresentado, na forma de uma indagação, reflete a ocasião em que o artigo foi escrito, ou seja, no advento do 1.º Encontro dos Povos de Faxinais, momento de "redescoberta" do grupo social pelos pesquisadores, para além da categoria que a reconhecia como um sistema de produção específico. Essa circunstância permite aderência às noções de "cultura" e "território" referidas ao que a autora denomina de "identidade" e "territórios sociais", distingue-se das análises sócio-históricas, relacionadas às transformações econômicas apresentadas pelos autores precedentes. Submeter os faxinais a esse conjunto de conceitos teóricos implica na geração de uma nova fase das interpretações sobre este grupo social, que passam a ser lidos pelas características identitárias e não mais por categorias universais. Entretanto, o avança se encontra na atualização do tema ao acionar novos conceitos, por outro lado, a autora permanece classificando os faxinais a partir das mesmas definições propostas por Chang, sobretudo, o conceito de "sistema faxinal", sua ocorrência e caracterizações produtivas.

Por outra via, a inclusão na categoria ampliada de "povos e comunidades tradicionais" deve-se, em especial, ao fato de localizar os faxinais na área de abrangência do bioma da Floresta com Araucárias, o que justifica a associação dos sujeitos faxinalenses e suas práticas tradicionais à existência e conservação do referido bioma florestal. Essa forma de pensar é construída, segundo a autora, numa relação de dependência entre a natureza e os faxinalenses, sendo, por isso, considerados "povos tradicionais" (LÖWEN SAHR, 2005, p. 61).

Considerando um campo intelectual marcado por um número reduzido de autores e produções, Löwen Sahr tornou-se referência acadêmica sobre o tema dos faxinais na área das ciências sociais, em função de dezenas de publicações e apresentações de trabalhos em congressos decorrentes de atividades de pesquisa e extensão universitária junto aos faxinais a partir de 2005. Entretanto, diferente dos outros autores mencionados, a autora alcança eficácia simbólica em suas produções, ao "agregar" ao seu redor "novos" produtores intelectuais admitidos e orientados como bolsistas de iniciação científica, alunos de especialização e mestrado, em especial, na UEPG, garantindo com isso o fortalecimento de sua posição no campo intelectual em debate, aproximando-se da posição social e intelectual dos autores-fonte pela importância que suas produções alcançam dado o número expressivo de citações de suas obras.

Tal estratégia simbólica suscita, conforme Bourdieu, a criação de uma "escola de pensamento", que dispensa um aprendizado formal e metódico a certas maneiras de pensar a realidade social dos faxinais, que transmitem os preceitos dos autores-fonte e seus aspirantes, por adesão inconsciente, sem vislumbrar possibilidades de escolhas aos seus epígonos no ambiente de influência[88] em que se situam. Vale frisar, que o reconhecimento alcançado neste campo intelectual por Löwen Sahr resulta de sua significativa produção intelectual, sustentada pela formação de um "grupo de pensadores" vinculados academicamente ao Departamento de Geociências e o Curso de Mestrado em Gestão do Território na UEPG, bem como em sua relação com outras universidades (UNICENTRO/UFPR) na área da geografia. Esse dado pode ser atestado pelo número de convites e coordenação de bancas sobre o tema, a partir de 2007: defesa de doutorado (01) e dissertação de mestrado (09). No mesmo período, a autora orientou quatro dessas dissertações, além de cinco monografias de conclusão de curso de graduação, e sete trabalhos de iniciação científica.

Por último, examino a obra de Tavares (2008), geógrafo, com mestrado em Geografia pela UFPR e doutorado em Geografia Humana pela USP. É, desde 1972, servidor público do IBGE. Sua tese de doutorado intitula-se: **"*Camponeses e os***

[88] A influência a que me refiro se estende para além da UEPG dada a estratégia de publicação de suas obras em inúmeros eventos na área de geografia, bem como pelas articulações que agregam grupos de pesquisadores, como no caso da Rede Faxinal de Pesquisadores, organizada pela autora em 2007 e cuja finalidade busca o intercâmbio de conhecimentos sobre o assunto, envolvendo pesquisadores que estudam os faxinais pertencentes a UEPG, EMBRAPA, IAPAR e UNICENTRO.

Faxinais no Paraná: as terras de uso comum". Nela o autor objetiva a interpretação da trajetória histórica dos faxinais e seus territórios no Paraná. Usando um esquema analítico semelhante à Nerone (2000), o autor vai buscar a origem das práticas de uso comum das terras na Península Ibérica, e na experiência das Reduções Jesuíticas, as terras comunais presentes no estado do Paraná. Seu trabalho procura investigar a evolução dos faxinais a partir do desenvolvimento econômico do Paraná, utilizando como referência faxinais localizados na região Metropolitana de Curitiba, em especial, o faxinal do Salso, localizado no Município de Quitandinha, onde o autor realizou muitas de suas entrevistas. No entanto, apesar dos fundamentos teórico-metodológicos que lança mão – e que o leva a ler os faxinalenses como uma "fração de classe" no interior da classe camponesa – suas expectativas contrariam as previsões deterministas relativas ao fim do campesinato, ao captar em sua pesquisa justamente o momento em que emerge o movimento social faxinalense (APF). Essa oportunidade permite ao autor compreender os faxinais na contemporaneidade mediante a análise das lutas faxinalenses – "sujeitos políticos" – face os conflitos sociais que envolvem o controle dos recursos naturais, fornecendo-lhes lugar cativo na "história dos faxinais".

A obra de Tavares cumprirá a condição de reposicionar os agentes faxinalenses no interior das análises sobre os faxinais, juntamente com as produções oriundas do Projeto Nova Cartografia Social – PNCSA, o que permite o fortalecimento dessas interpretações que concorrem contrariamente as previsões sobre o "desaparecimento" dos faxinais.

1.2 OS AUTORES-FONTE E A FORMAÇÃO DO *HABITUS INTELECTUAL*

Visando facilitar a compreensão de como se estruturam as relações objetivas das posições acima relacionadas no campo em exame, procuro organizar metodologicamente a exposição das produções intelectuais, iniciando pela análise das obras, cujo objeto de pesquisa alcançou sua forma explicativa dominante ao consolidar esquemas interpretativos semelhantes, o que confere e enfatiza a

formação de um *Habitus Intelectual*[89], cuja presença regula a conduta interpretativa no campo intelectual de debates sobre os faxinais.

Esse campo intelectual tem como autores-fonte Horacio Martins de Carvalho e Chang Man Yu, porquanto a presença de noções e categorias explicativas propostas por suas produções intelectuais são amplamente acionadas pelos autores interessados em compor o campo de debates. Observamos que a simples reprodução de um trecho de tais obras, especialmente quando se refere ao conceito-chave como "criador comunitário", ou "sistema faxinal", confere ao iniciante neste campo intelectual o reconhecimento de seu domínio sobre o tema, ao mesmo tempo em que se retribui aos autores-fonte, reforçando sua posição social no campo.

A presença de um conjunto de argumentos explicativos sobre o fenômeno descrito compõe a unidade discursiva sobre os faxinais, sendo aferida pelas regras de interpretação reproduzidas pelos autores ulteriores à obra. O uso regular desse mesmo esquema explicativo explicita as regras de interpretação das produções intelectuais posteriores, denotando sua filiação a autores-fonte, quais sejam: menção direta ao nome do autor-fonte; citação e uso de suas categorias e conceitos; reprodução do esquema interpretativo; e acionamento da mesma fundamentação teórica.

Ao pioneirismo de Carvalho nesse tema, soma-se o reconhecimento de seu capital intelectual no momento de sua produção, tornando sua obra referência indispensável aos pretendentes a ingressar no campo. Não por menos, ao compor esse campo de análise, Chang, Gevaerd e Gubert vão mencionar sua produção, e reproduzir seus argumentos, difundindo sua maneira de pensar, ao estruturar suas versões relativas à noção de "criador comum", ao processo de "formação" e à denominada "desagregação", mediante explicações que podem ser assemelhadas entre si ao reafirmarem o sentido dinâmico e inevitável de seu "desaparecimento", caso não seja deflagrada as condições que levem os "proprietários de terra" a se

[89] Segundo Bourdieu (1996), em seu livro **Razões Práticas**, "o *habitus* é o princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unitário, isto é, um conjunto unitário de pessoas, de bens, de práticas". No campo intelectual o *habitus* pode ser entendido como princípios geradores de práticas discursivas perfiladas em argumentos, conceitos, opiniões, teorias e metodologias que definem um modo comum de expressão do pensamento, mas são também esquemas classificatórios, princípios de hierarquização, visão e divisão do mundo social.

mobilizarem evitando transformarem-se em “trabalhadores para o capital” (CARVALHO, 1984, p. 76).

Sua interpretação cumpre, nesse sentido, um papel de referência e mediação na via de acesso à compreensão sobre os faxinais, sendo reproduzida com maior ou menor aproximação dependendo do gênero de produção científica disponibilizado. Ou seja, essa propriedade intelectual acionada por Carvalho será incorporada pelas demais produções enquanto modelo interpretativo, não obstante a forma esquemática adotada em cada obra.

Não obstante o legado de Carvalho, todas as obras mencionadas fazem uso da obra de Chang, como referência teórico-metodológica inquestionável. Ao publicar sua produção a autora passa a partilhar essa condição de autora-fonte com Carvalho. Os epígonos[90] desses autores recorrem invariavelmente à mesma fonte autorizada, mediante informação insuspeita. Por intermédio dela avalizam a procedência dos dados e adequam seus esquemas interpretativos, buscando reafirmar uma competência indiscutível para tratar assuntos relativos aos faxinais.

Nesse campo intelectual, demonstrar que se leu e citou simultaneamente Carvalho e Chang – produções consideradas “maiores” dentre as *obras de referência* – é considerada uma atitude tida como legítima e autoexplicativa aos significados e fenômenos atribuídos aos faxinais. A menção explícita atribui autoridade inquestionável aos autores-fonte, investindo de autoridade o próprio autor que demonstra ter lido, por meio de citações, ou de outro modo, pela reprodução do esquema de interpretação utilizado pelo autor-fonte.

Os trabalhos de Carvalho e Chang são sempre citados e constituem a principal fonte de apoio na produção intelectual dos faxinais nos momentos que seguem à conformação deste campo. Uma das modalidades do hábito de citação à Carvalho e Chang consiste em afirmar que se citou o autor ao longo do texto. Isto faz com que ele seja lembrado geralmente na introdução ou nas notas prévias aos leitores, como no caso de Chang em seus agradecimentos à Carvalho:

> À Horacio Martins de Carvalho, cuja sensibilidade à justiça social e prática política muito contribuíram para minha compreensão da relevância e riqueza do tema (CHANG, 1988, p. 123).

[90] Os epígonos se referem aos pesquisadores que ingressam no campo intelectual mediante a reprodução dos fundamentos teórico-metodológicos apresentados por Chang e Carvalho.

Gubert, por sua vez, cita Carvalho com ênfase, acatando sua definição geral sobre o objeto pesquisado ao reproduzir e destacar com aspas o uso dos conceitos e categorias instados pelo autor-fonte, ao qual recorre de modo frequente:

> Como bem frisou Horácio Martins de Carvalho em seu trabalho sobre o "Faxinal do Rio do Couro", esta forma de organização camponesa vem a ser uma "experiência auto-gestionária no uso comum da terra", sendo fruto da "criatividade do trabalhador direto na condição de pequena burguesia agrária, sob determinadas condições de produção (GUBERT, 2009, p. 143).

Gevaerd procede ao reconhecimento da legitimidade dos autores-fonte ao representar a realidade que pretende descrever sob o ponto de vista histórico-jurídico, entretanto recorre à menção mais explícita de Chang, ao acentuar a explicação da autora no que considera o período de formação dos faxinais:

> Não obstante, podemos traçar, com auxílio de trabalhos científicos recentes sobre o problema um esboço da evolução histórica dos compáscuos ou faxinais no âmbito do Paraná (GEVAERD, 1986, p. 59).

A obra de Chang torna-se desde esse momento, juntamente com a obra de Carvalho, a matriz explicativa para o que se denomina de "processo de formação dos faxinais". Sua perspectiva histórica de inspiração evolucionista consolida a interpretação inicial produzida por Carvalho, reforçando com isso a noção "essencialista" sobre uma possível origem dos faxinais, transitando pela fase de "consolidação" e "desagregação", de tal maneira a periodizar suas explicações para confirmar a tese sobre as distintas "fases" que percorrem entre a origem e o "desaparecimento" dos faxinais.

Por se tratar de uma dissertação acadêmica destinada à obtenção do Título de Mestrado, a produção de Chang tem como característica ser uma pesquisa organizada segundo regras próprias das produções científicas desse gênero, sendo, portanto, mais rigorosa do ponto de vista analítico e teórico. Esse mérito, sem dúvidas, foi uma das razões que levou sua produção a ser publicada e difundida no final da década de 1980. Permitindo de modo inconteste os autores precedentes assegurarem estar em dia com uma "tradição" intelectual, com uma proveniência de dados considerada a mais segura quando acionam os autores-fonte.

Nerone (2000), que não faz menção à Carvalho, nem nas referências bibliográficas, a despeito disso, filia sua tese explicitamente ao esquema explicativo

de Chang, a qual cita por sete vezes ao longo do texto, para reafirmar conceitos referentes à "formação e desagregação dos faxinais", anunciando desde a "introdução ao tema" as categorias formuladas por Chang: "sistema faxinal" e "criadouro comum". Neste caso, reproduzindo conceitos e categorias, sem acrescentar ajustes ou ponderações, porquanto a simples citação manifesta a explicação sobre o fenômeno em estudo, desmerecendo maiores comentários sobre seu significado:

> Nessa ocasião, tornou-se evidente a problemática que envolve os faxinais no Paraná, e constatou-se através de observações e entrevistas realizadas, um conflito latente na localidade de Marmeleiro, desencadeado pela **desestruturação** de uma das suas características mais peculiares, **o criadouro comum**, cuja extinção resulta na **desarticulação do Sistema Faxinal** (NERONE, 2000, p. 17, grifos nosso).

Tal regra de interpretação fica visível nas considerações iniciais apresentadas por Souza (2001), em que o autor não somente aciona conceitos e categorias empregados de forma intercalada entre Carvalho e Chang, ora mencionando o termo "sistema faxinal", ora "criador comunitário", assim como se apoia em um esquema interpretativo que reproduz a suposta evolução dos faxinais em "fases" até seu momento derradeiro:

> A semelhança dos **processos de formação e desagregação** descritos e analisados nos faxinais (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988) na Região Centro-Sul do Paraná (2º planalto), **os criadouros comunitários** localizados no terceiro planalto paranaense, vivenciaram ciclos econômicos com características e períodos aproximados, todavia passaram por processos de colonização diferenciados (SOUZA, 2001, p. 1, grifos nosso).

Por outro caminho, Löwen Sahr (2005) demonstra sua adesão às explicações de Chang sobre os faxinais, ao propor classificar os faxinalenses como "populações tradicionais". Para tanto menciona, dentre um rol de "elementos de autoidentificação dos faxinalenses", a forma como os faxinais organizam a produção, reproduzindo a definição proposta por Chang, para caracterizá-la como tal:

> O Faxinal é uma forma de organização camponesa singular. A organização das Terras de Faxinal apresenta-se dividida em dois espaços principais (CHANG, 1988b): as terras de criar e as terras de plantar. **No criadouro se desenvolve a criação extensiva de animais e a extração vegetal. Nas terras de plantar desenvolve-se, sobretudo, uma policultura de subsistência** (ANAIS 1.º Encontro dos Povos dos Faxinais, 2005, p. 57, grifo nosso).

Tavares (2008) filia-se ao *habitus intelectual* mencionado ao descrever metodologicamente em seu esquema analítico o modelo explicativo de fases, próprio à perspectiva evolucionista empregada por Carvalho, Chang, Souza e, sobretudo, Nerone, ao orientar sua produção pela "*trajetória histórica dessa fração do campesinato e seu território"* (TAVARES, 2008, p. 10), pelo que denomina de instrumental teórico ancorado no materialismo histórico e pelo método do materialismo dialético (TAVARES, 2008, p. 30). Diferencia-se, no entanto, dos demais autores mencionados pelo fato de tratar os faxinais tendo como referência o campesinato, não isolando-o de seu território. Todavia, o esquema explicativo que domina as percepções e representações sobre os faxinais basear-se-á nas transformações sobre o sistema de produção peculiar dos "criadores comuns" – "gênese" a "desagregação". Desde a elaboração da obra de Carvalho e, posteriormente, da produção de Chang, essa será a interpretação dominante fornecida às análises dos faxinais, sendo oficialmente acatada pelas agências públicas e privadas que atuam com a temática dos faxinais desde 1985[91]. Dessa maneira se pode perceber a força deste argumento e sua eficácia, demonstrada pela exclusividade, ao longo de mais de 25 anos, de produções acadêmicas sobre o tema.

Para entender como essas produções intelectuais foram estruturando a fase inicial do campo em análise, exponho minha reflexão sobre os esquemas interpretativos começando pelo debate que resultou na construção do objeto de pesquisa, buscando identificar semelhanças e as diferenças entre as *obras de referência e reafirmação*, para posteriormente dialogar com as noções teóricas e respectivos autores-fonte que sustentam as referidas produções.

1.3 O CAMPO INTELECTUAL E SEU DOMÍNIO TEÓRICO

Do ponto de vista intelectual, na ocasião de sua formação, o campo de debates sobre o campesinato passava por um momento em que a distensão política fomentava reflexões sobre a "questão agrária" que assumia a condição de

[91] Esse ano é marcado oficialmente pela publicação do IAPAR da Circular Técnica que resume a defesa de dissertação de mestrado de Chang.

abordagem central nas análises sobre o rural. Isso é verificado pela profusão de obras apresentada pelas ciências sociais que naquele momento reencontram uma forte aproximação com as abordagens marxistas clássicas como fonte interpretativa dos conflitos sociais em evidência na sociedade, sobretudo, na busca de compreensão das transformações socioeconômicas ocorridas no campo brasileiro. Os dados oficiais descreviam, nesse período, uma inversão radical na relação população urbana e rural decorrentes do processo de "modernização conservadora" no campo (GRAZIANO DA SILVA, 1982). Essa orientação teórica é confirmada pelas referências bibliográficas[92] citadas por Chang, na condição de autora-fonte ao informar o amparo que sua produção obtém em copiosas obras orientadas por esta perspectiva teórica.

Não obstante, a obra de Chang, pela sua consagração, seja reconhecida como principal produção relativa aos faxinais, a qual todos outros autores recorrem impreterivelmente, inauguro a análise teórica do campo em exame com a produção intelectual de Carvalho, em razão de sua obra principiar o debate ao estabelecer a interpretação dominante no campo. Este autor-fonte interpreta os faxinais tendo como abordagem teórica a perspectiva marxista da "questão agrária". Seu domínio sobre essa teoria é demonstrado em suas análises, desde o início da década de 1970, resultando na produção de inúmeros trabalhos[93] de pesquisa na temática do campesinato.

A trajetória intelectual de Carvalho não deixa dúvidas sobre seu procedimento teórico-metodológico no estudo dos faxinais. O autor filia-se e é um dos principais promotores dessa vertente intelectual à época, capitaneado pela leitura dos marxistas clássicos e seus debates sobre a questão agrária, fato que pode ser observado em suas outras produções sobre o campesinato. Com isso, o seu estudo de caso reproduz as regras de interpretação, segundo categorias sociais e econômicas predefinidas pela teoria social geral a qual se associa. Dessa maneira, ao "regionalizar" essa teoria à situação dos faxinais, sua obra forneceu visibilidade analítica ao tema, até então submerso em interpretações que não evidenciavam sua

[92] Compõe suas citações um grupo de teóricos do recente debate sobre a "questão agrária" surgido na década de 1970, sobretudo na USP e na UFRJ, dentre eles: ABRAMOVAY, R.; CARVALHO, J. J; GUEDES PINTO, L. C.; MARTINS, J. S.; MOREIRA, R. J.; MULLER, G.; RANGEL, M. I.; SANDRONI, P.; SCHOR, S. M.; GRAZIANO DA SILVA, J.; SORJ, B., WANDERLEY, M. N. B.

[93] Carvalho publicou 3 livros sobre a teoria do planejamento do Estado (1976, 1978 e 1980), além de diversos artigos e relatórios de avaliação na qualidade de consultor do IICA e PNUD, cujo tema versava sobre os impactos do desenvolvimento capitalista sobre o campesinato no Brasil e América Latina.

existência, tal como em diversas produções[94] que tratavam da formação da sociedade paranaense, elaboradas por historiadores, geógrafos e economistas. Essa constatação se repete da mesma forma posteriormente com as obras de Chang, Gevaerd e Gubert, em razão desses autores desenvolverem esquemas de pensamento tributários de Carvalho, diferenciando-se num primeiro momento, pelas condições em que as produções foram elaboradas, visto que suas obras ocupam posições sociais aproximadas no campo em debate.

Tais autores objetivam os faxinais na perspectiva de suas áreas de conhecimento, tendo em vista o aprofundamento do debate segundo sua especificidade, a saber: história, sociologia e geografia. Cada qual procura interpretar os faxinais entranhando suas análises na exploração de áreas centrais do debate: a "formação" dos faxinais e seu processo de "decadência". Todavia, reforçam os mesmos esquemas interpretativos dos autores-fonte, amparando-se em três conceitos-chave – "criador comum", "gênese" e "desagregação" – acionados para descrever a formação e a derrocada da referida estrutura física e material de uma maneira continuamente descensional.

Por esse procedimento, a perspectiva historiográfica torna-se lugar comum nestas produções, em que *as obras de referência* entregam-se a este esquema acentuando o recorte nas análises sobre os processos de diferenciação social do campesinato promovidos pela expansão do capitalismo no campo. Esse esquema de pensamento de inspiração evolucionista domina o campo da produção intelectual sobre o campesinato, donde emergem os autores-fonte, visto que elaborado segundo esquemas interpretativos de caráter predominantemente histórico-econômico, com incidência sobre os sistemas de produção camponesa:

> Poder-se-ia afirmar que um ciclo no modo de produção local se completa e ressurge sob novas bases: de 1920, onde há exclusivamente a presença da força de trabalho familiar, até 1958, onde o assalariamento é a relação de trabalho praticamente absoluta. Da produção simples de mercadoria na década de 20 se passou para o processo de acumulação de terras e de capital nas décadas de 30, 40 e 50, atingindo-se a década de 60 com um processo de diferenciação acentuado da pequena burguesia agrária (CARVALHO, 1984, p. 55).

[94] Nesse tempo, as discussões sobre o campesinato eram tratadas no interior das análises elaboradas por historiadores (MACHADO, 1967; BALHANA, 1977; WESTPHALEN, 1978, WACHOWICZ, 1981), geógrafos (WAIBEL, 1979) e economistas (PADIS, 1981; GUEDES PINTO, 1979; NAKANO, 1981), todos interessados em desenvolver explicações regionais para os fenômenos sociais e econômicos predominantes no cenário paranaense.

Essa forma de interpretar remete os autores ora a uma busca indefinida pela “origem” atrelada a uma contingência histórica, ora, ao acionar a noção de desenvolvimento econômico, apresentada em fases pela corrente noção de “ciclo econômico”, como indutor “natural” da tendência à “formação” e, posteriormente ao “desaparecimento”, tomando essas noções como evidências ao entendimento do tema, presentes em todas as explicações de modo irretorquível.

Para compreendermos os fundamentos que sustentam as produções intelectuais defendidas pelos autores-fonte, verificamos, para além da unidade temática que conformam as regras de interpretação, uma convergência teórica que apoia as obras de Carvalho e Chang, de modo semelhante, ou seja, suas filiações teóricas revelam-se como um aspecto que permite agrupar suas obras. Ambas expressam um fundo comum que aproximam as concepções e que estabelecem os limites gerais das formulações aventadas tendo como fundamento a perspectiva histórica e o enfoque das classes sociais.

Não é mister o imperativo dessa noção como resultado da influência das formulações teóricas relativas ao campesinato produzidas nesse período, visto que Carvalho e Chang se afiliam notoriamente a pensadores marxistas clássicos (LENIN, 1981; KAUTSKY, 1980), bem como seus homólogos brasileiros (IANNI, 1962; MARTINS, 1983; GRAZIANO DA SILVA, 1982) que se baseiam, por sua vez, nas interpretações econômicas[95] de Caio Prado Junior e Celso Furtado, ao dissertarem sobre a história e formação econômica do Brasil a partir da instituição da noção de “ciclos econômicos”.

Tais produções intelectuais ocupam posições dominantes na estrutura social do campo intelectual relativo ao campesinato brasileiro em debate naquele período, e propiciam aos autores elementos teórico-metodológicos para análise dos processos de transformação socioeconômica desencadeados pelo “desenvolvimento do capitalismo” no campo via “modernização da agricultura”. Não por menos que Chang reproduz essa leitura focalizando sua incidência na “região dos faxinais”, analisando o momento em que esse processo marca sua dinamização no Paraná.

O exame minucioso da produção de Carvalho expõe esses parâmetros muito bem amparados pelos textos clássicos da produção marxista, porquanto sua

[95] Aqui me refiro às seguintes obras: PRADO JUNIOR, C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo. Martins, 1942; FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1956.

monografia não economiza conceitos e categorias muito próprios a essa vertente teórica, sem que o autor manifeste o conjunto de seus autores-fonte, visto que aciona o recurso da citação somente duas vezes: a primeira, para referir-se ao livro intitulado: *"Dominação e desigualdade: estrutura de classe e repartição de renda no Brasil"*, escrito por Paul Singer, e publicado em 1981; e, na segunda citação, faz uma referência ao processo de produção de erva-mate descrito por José Maria Orreda, historiador erradicado em Irati, município onde desenvolveu seus trabalhos. Entretanto, Orreda serve à produção de Carvalho somente como "guia" histórico do processo de transformações sociais e econômicas em curso na região desde o período de sua colonização, em início do século XX. Ao que parece, seu intuito é reforçar o esquema analítico relativo à formação social da estrutura de classes no interior do campesinato, num ambiente social marcado pelo avanço das forças produtivas capitalistas.

Afora essas escassas citações, Carvalho assevera seus critérios de classificação e interpretação, visando inicialmente explicar a gênese social do "criador comunitário": *como o óbvio a serviço dos trabalhadores diretos da pequena burguesia agrária* (CARVALHO, 1984, p. 7). Para o autor, a diferenciação social motivada pelo fator econômico impulsionada pelo "desenvolvimento do capitalismo" no campo é a razão do processo que leva à "desagregação" dos faxinais, em favorecimento de um grupo internamente mais capitalizado disposto a individualizar as relações de produção, a quem denomina de "proprietários capitalistas da terra". O uso de conceitos teóricos pré-definidos e categorias sociais de enquadramento da realidade descrita têm como base a autoridade de Carvalho em domínios bem próprios e exclusivos da supracitada teoria.

De fato é o que sucede, porquanto Carvalho se especializa numa interpretação determinista sobre o "criador comunitário" recorrendo a explicações fornecidas pelos efeitos do desenvolvimento econômico dominante, situação que descreve mediante análise das inevitáveis e substanciais mudanças no processo de produção e de trabalho incidentes sobre os faxinais, na direção de sua "desarticulação", até seu derradeiro "desaparecimento" (CARVALHO, 1984, p. 76).

Contudo, ao enquadrar esse modelo teórico aos faxinais, deforma a realidade social, reduzindo todas as outras dimensões da análise aos termos econômicos prefixados. Dessa forma, a objetividade sob a qual gravita visa descrever *"o significado do criador comunitário"*, remetendo o autor à análise da

perspectiva histórica, e sua busca por identificar o momento da formação desta "forma organizativa de produção", constituída e controlada pela "pequena burguesia agrária", que encontra seus limites de reprodução face o avanço do desenvolvimento do capitalismo sobre a organização produtiva dos "criadores comuns". Em síntese, esse processo descaracteriza sua substância, ou seja, as "propriedades em uso comum", "as cercas" e as "normas consuetudinárias", ao mesmo tempo em que corroem e dissipam os laços de coesão social, fazem com que o "comum" se dilua no "individual".

Nesses casos, estão presentes de modo explícito os elementos de uma abordagem que se propõe a explicar este fenômeno social utilizando do recurso metodológico, na qual as transformações econômicas determinam a história daquela experiência de uso comum da terra, desde a sua "formação" até a "dissolução" dos referidos "criadores comunitários". Essa forma de interpretar conduz a finalizações desesperançosas sobre o objeto de pesquisa, evidenciadas na falta de perspectivas sobre o tema:

> O criador comunitário como forma de produção dos produtores rurais no uso comum da terra, para criação de animais, se constituiu, e se constitui em parte da história da agricultura do Paraná (e de Santa Catarina) (CARVALHO, 1984, p. 76).

Dado a todos os entraves e limites para sua reprodução social enunciados pelo "desenvolvimento do capitalismo", têm-se na inevitável diferenciação interna e no fortalecimento dos antagonismos sociais, especialmente descrito pela expansão de monocultivos agrícolas, os limites objetivos que acentuam o infausto destino dos "criadores comuns". Resta, ao mesmo, ser entendido como "parte" de um passado onde as condições sociais, ambientais, políticas, econômicas que propiciavam sua existência se encontram indisponíveis no presente.

De modo similar, Chang elabora sua dissertação que difere de Carvalho em seu esquema interpretativo, ao aprofundar sua leitura nos estudos da história regional do Paraná para justificar sua hipótese sobre a origem dos faxinais. Nesse caso, apoia-se inicialmente na interpretação de um grupo de historiadores conhecidos como *Paranistas*[96] (MACHADO, 1963; BALHANA, 1976; WESTPHALEN,

[96] Essa nomeação se refere ao grupo de historiadores ligados à UFPR, que a partir da década de 1960 desenvolveu estudos sobre a história regional do Paraná, focalizados na temática do desenvolvimento histórico e econômico do Estado.

1977; WACHOWICZ, 1981) para explicar a relação da estrutura socioeconômica presente na sociedade paranaense no processo de formação dos faxinais, associando-a aos eventos que assinalam os “ciclos econômicos” responsáveis pelo desenvolvimento do Paraná, desde seu período colonial:

> Nesta perspectiva pressupõe-se que é através das atividades econômicas que se enxerga as determinantes mais gerais das formas de ocupação dos espaços econômicos e, que por sua vez, as atividades sucessivas são influenciadas pelas atividades predecessoras. O retorno aos primórdios da formação econômica do Paraná, mostrou-se fundamental para compreensão do quadro geral das diversas forças econômicas e sociais que confluíram para a formação das organizações rurais do tipo faxinal (CHANG, 1988, p. 16).

A perspectiva historicista como recurso interpretativo usado por Chang, fornecido na descrição elaborada pela historiografia regional do Paraná, aborda com ênfase os processos econômicos que determinam a ocupação do território paranaense em função da ótica das relações dominantes de produção, levando à “formação” e “consolidação” dos faxinais, diferente da análise empreendida por Carvalho, que estabelece como ponto de partida o surgimento do “criador comunitário” e, a partir disso, descreve a trajetória de transformações socioeconômicas. Chang, de outro modo, persegue no tempo os fundamentos históricos e econômicos do estado do Paraná, buscando as condições que levam à “formação” dos faxinais como resultado exclusivo de interesses subordinados a uma dinâmica de relações do poder econômico e político vigente em fins do século XIX e início do século XX.

Dessa maneira, Chang, que é tributária de Carvalho, aperfeiçoa o emprego da abordagem teórica inicializada por este autor, buscando em seu esforço intelectual enquadrar os faxinais no escopo da teoria proposta, cujo “destino” do objeto de pesquisa já se encontra determinado, ou seja, descaracterizar-se frente às transformações socioeconômicas e, por consequência, desaparecer. Neste quesito os estudos de caso são incontestáveis, ao demonstrar a derrocada gradual do uso comum da terra. Tais esquemas analíticos estão inclinados de forma impreterível em fornecer explicações, a via de acesso que conduz ao processo de “desagregação / dissolução / descaracterização” dos faxinais.

Essa conduta interpretativa denota antecipadamente o interesse em descrever o potencial impacto produzido pelas políticas públicas sobre os sistemas

de uso comum da terra, representados pelos faxinais, no que Carvalho denominará de “dissolução” e, Chang, de “desagregação”, Gevaerd de “descaracterização” e, Gubert, de “desorganização” dos faxinais ou “criadores comunitários”. Quando os autores descrevem o papel das políticas agrícolas “modernizantes”, incidentes na região de ocorrência dos faxinais, elas já se encontram em operação de forma variada há pelo menos 20 anos, produzindo as condições objetivas que conduzirão aos conflitos sociais mais dramáticos, pois atuarão direta e indiretamente na fragmentação dos sistemas de uso comum, ou seja, nos fenômenos relacionados ao aquecimento do mercado de terras na região, corroborado pelo investimento em políticas de assistência técnica e, principalmente, a ampliação significativa de migrantes, especialmente “gaúchos”, oriundos do Norte do Rio Grande do Sul, Sudoeste e Oeste do Paraná, adotando as tecnologias “modernas” disponíveis e, consequentemente, provocando conflitos entre as modalidades de uso da terra em disputa.

Ou seja, a “descoberta” e o interesse motivador da pesquisa somente vêm à tona mediados pelo conflito social envolvendo os agentes sociais e novas práticas produtivas baseadas na privatização dos recursos naturais e no arrefecimento das relações sociais, segundo Gubert, que capta com ênfase a análise da estratégia dos agentes sociais “moradores do faxinal de Barra dos Andrade”, na mobilização da comunidade com vistas à judicializar, por meio de um contrato de uso comum da terra a defesa de sua territorialidade. De outro modo, os autores comumente não destacam a mobilização dos agentes sociais, mas focam suas análises na descrição e interpretação das vicissitudes incidentes no sistema tradicional, considerando haver apenas um movimento dirigido ao processo de “desagregação”. Aí fica nítido o viés objetivista que subtrai as relações do campo social de análise. Por isso, assinalam em suas produções de forma recorrente os antagonistas, que ao se estabelecerem provocam mudanças que o curso “natural” das transformações socioeconômicas iria impreterivelmente promover sobre as práticas sociais do grupo:

> A partir de 1965, com a introdução da cultura do fumo na localidade do Rio do Couro, estabeleceu-se novas condições de subordinação dos pequenos proprietários de terra às grandes empresas agroindustriais (CARVALHO, 1984, p. 75-76).

Tal percepção é observada em Chang, que dedica todo um capítulo a esse assunto, ao relatar os impactos negativos da “modernização agrícola” sobre o sistema faxinal; Gevaerd, ao citar o avanço dos monocultivos promovidos pelos “latifundiários”; e Gubert, ressaltando a presença dos “gaúchos” e suas “lavouras mecanizadas”, indicando o que denominamos de antagonistas, responsáveis pela desestruturação sempre conflituosa, e muitas vezes litigiosa, incidindo sobre as relações sociais que sustentam o uso comum da terra, tal como, a capitalização das empresas integradoras na década de 1970, denotando mudanças nas relações de trabalho e produção no interior dos faxinais, sobretudo os processos produtivos ligados à fumicultura e à suinocultura, além de empresas madeireiras e a intensificação dos monocultivos de soja, batata e milho, que por meio de “aquisição” de grandes extensões de terras estabelecem a consolidação com os mercados agrícolas regionais e nacionais.

Soma-se, nesse quadro demasiadamente caótico, a citação de Chang à expansão do mercado de produtos florestais baseada na implantação e exploração de monocultivos de *pinus e eucaliptus*, tragando de forma intermitente a mão de obra oriunda da produção familiar sob condições de trabalho precárias, para suas atividades produtivas, agindo desse modo como válvula de escape das tensões relativas ao domínio e uso dos recursos básicos para reprodução dos “moradores dos faxinais”.

Fica nítido, portanto, em suas análises, que o elemento motivador de suas produções tem como ponto de partida a presença de conflitos sociais que acarretam a visibilidade das formas tradicionais de uso comum da terra num cenário de aberto confronto com a expansão das modalidades privadas impulsionadas por políticas públicas que aceleram os processos de “desagregação / dissolução / descaracterização” dos faxinais, como afirma Chang (1988, p. 14) em sua proposição de pesquisa:

> A nossa hipótese inicial é de que a desagregação dos faxinais traz no seu bojo, profundas implicações sociais, tanto a nível de produtor como a nível de região. Nesse sentido, o primeiro passo de nossa proposta de intervenção foi a de conhecer as causas da desagregação dos faxinais.

As produções que sucedem sua obra irão consolidar essa perspectiva com reflexões que reforçam a tese da “decadência” dos “criadores comuns”. Para tanto,

as obras que seguem a Chang preocupam-se em citá-la, reproduzindo inicialmente suas explicações para o fenômeno da "gênese social" e das condições que propiciaram a existência dessa "forma de organização camponesa" (CHANG, 1988[97]), cuja característica central se assenta sob várias designações que comportam significados semelhantes, a saber: *uso comum/comunitário/coletivo /comunal de exploração da terra para criação de animais* (GEVAERD, 1986; GUBERT, 2009[98]; NERONE, 2000; SOUZA, 2001; LÖWEN SAHR, 2005).

Esse exercício de objetivação dos faxinais nos "criadores comuns" permite materializar o sistema econômico tradicional dos camponeses, condição fundamental para conhecer as condições históricas de seu surgimento, bem como identificar o itinerário que descreve a desagregação e o "desaparecimento". Metodologicamente, os autores-fonte empreendem seu esforço analítico na investigação dos processos de ocupação agrária na região e Paraná. Estes, por sua vez, apoiaram-se em grande medida na literatura descrita pelos "viajantes" e "naturalistas" do século XIX, em especial nas historiografias oficiais, assim como, nos estudos de uma recente geografia agrária interessada em descrever as características socioeconômicas da sociedade tradicional.

Invariavelmente esses textos descrevem a existência de povos indígenas dispersos e em deslocamentos permanentes, além de camponeses na condição de "pequena produção" atrelada a condições de precariedade social, numa situação quase "irremediável" marcada pela "fragilidade econômica" e o "atraso cultural" (WAIBEL, 1979, p. 265). Tais noções carregadas de estigmas foram reiteradamente reproduzidas pelos produtores intelectuais e, posteriormente, incorporadas às justificativas de programas governamentais, ao que parece reproduzindo a mesma lógica dos "cronistas" do século anterior, que percorreram, sobretudo, o 1.º Planalto Paranaense, informando por meio de suas narrativas, classificações relativas a grupos aparentemente dispersos, caracterizados pela sua "pobreza" e vivendo em "isolamento social" em semelhança com os "selvagens" (SAINT-HILARIE, 1995, p. 128). Essa linguagem pode ser aproximada a noções de "agregado" e "caboclo"

[97] Para fins de análise adotei a publicação de Chang de 1988 e não sua dissertação de 1985, em razão da primeira diferir da segunda por conter um adendo "pós-pesquisa", e por ter sido amplamente divulgada servindo de material de consulta básica para todos aspirantes ao campo intelectual de debates sobre o faxinal.

[98] Faço uso da reedição do artigo de Gubert reproduzido no livro "Terras de Faxinais" em 2009, por este conter as entrevistas do autor, distinguindo-se, portanto, da publicação de 1987, em que o autor suprimiu algumas entrevistas.

atribuídas com frequência à condição social dos grupos que Chang (1988, p. 21) informa como “formadores dos faxinais”:

> Eram famílias pobres mais ou menos independentes, que se agregavam à fazendas. As famílias formavam suas moradas em lugares convenientes e trabalhavam na terra por contratos verbais de foro ou parceria agrícola, além de eventuais serviços de jornada. A categoria dos agregados constituía o grosso dos trabalhadores na coleta da erva, inclusive afluindo para a região das matas mistas do Centro-Sul, estabelecendo-se nos ervais com sua economia de subsistência; constituindo comunidades rurais as quais mais tarde dariam origem aos faxinais.

A recorrência dessas categorias e conceitos transmitidos pela historiografia com mais vigor até a década de 1980 demonstram a eficácia da reprodução intelectual ao elidir a realidade social e suas diferenças socioculturais. Por mais das vezes, esse pensamento encontra-se abrigado por arbítrios econômicos e culturais que os remete a tempos passados, sendo aceitos como “naturais”, e internalizados como esquemas de percepção pelo senso comum, alvo de uma cultura estigmatizada que se propaga e consolida no imaginário social.

A interpretação elaborada por Chang, e posteriormente Nerone, no que se refere ao processo de ocupação do *Paraná Tradicional*, obedece a essa tradição historiográfica e geográfica relativa a contextos sociais, econômicos e naturais produzidos e reproduzidos numa sequência de períodos e acontecimentos cronologicamente organizados que coligem para uma mesma interpretação, considerando alguns ajustes léxicos contemporâneos às áreas de conhecimento de cada autor.

Nesse sentido, a tradição iniciada por “consagrados” naturalistas do século XIX (TAUNAY, 1890; AVÉ-LALLEMENT, 1995; SAINT-HILAIRE, 1995; BIGG-WITHER, 1974), ao descrever noções sobre a cultura das populações locais, são reafirmadas em alguns aspectos pelos historiadores *Paranistas* (MACHADO, 1969; WESTPHALEN, 1969; BALHANA, 1969; LINHARES, 1969; WACHOWICZ, 1982), que por sua vez servem às historiografias que sustentam a discussão dos faxinais sofrendo apenas ajustes classificatórios dentre categorias mais atualizadas à época, não se modificando o sentido negativo atribuído às expressões culturais dos sujeitos sociais e suas práticas tradicionais.

Dessa maneira, detecta-se uma herança interpretativa referida às populações locais, que domina os esquemas de pensamento examinados, em que

pese o esforço dos autores citados em empreender investigações e descrições minuciosas sobre o processo de ocupação territorial do denominado *Paraná Tradicional*, como no caso de Chang e Nerone.

Essa referência fica nítida nos relatos sobre a presença de grupos sociais nos "sertões" daquela região, ao descreverem o processo de colonização e desenvolvimento econômico predominantes. As denominações genericamente apresentam a forma de organização social enquadrada em categorias – "posseiros," "indígenas", "caboclos", "mestiços", "negros" e "ex-escravos" –, que descrevem os sujeitos por critérios raciais, cromáticos, físicos e econômicos. Na interpretação dos historiadores *Paranistas* reproduz-se essas designações, acrescentando-se posteriormente a essas populações os imigrantes, além do incremento proporcionado pelo debate sobre as mudanças econômicas e sociais geradas pelos processos de desenvolvimento econômico no estado do Paraná.

Tal linearidade histórica é condicionada a toda forma de pressão social e econômica no tempo e no espaço, característica que identifica uma semelhança marcante na abordagem teórica acionada por Carvalho, Chang, Gevaerd, Nerone, Souza e Tavares: cada qual a seu modo lançou mão da perspectiva historicista, para nela buscarem correlações com as distintas "fases" da existência dos "criadores comuns". Acionam, dessa maneira, como regra interpretativa a teoria dos "ciclos econômicos" para explicar as "fases" vinculando-as às transformações econômicas na economia do Paraná. Com esse plano metodológico associam diretamente tais momentos econômicos às "fases" em que classificam as transformações nos "criadores comuns", *a priori* dentro da escala evolutiva organizada da seguinte forma: a "gênese", a "consolidação" e a "desagregação".

Os autores reafirmam ainda a noção de "ciclos econômicos" como razão fundadora da ocupação do território, dentro de um esquema interpretativo que se reproduziu no tempo, excluindo das análises as formas diferenciadas de domínio, ocupação e uso da terra que não são reconhecidas legalmente pelo Estado. Suas interpretações tornam-se por este caminho alinhadas de forma recorrente aos fatos econômicos dominantes descritos na literatura e historiografia regional:

> A análise dos ciclos econômicos ocorridos no Paraná, ao longo dos séculos, seus auges e declínios, muito nos auxiliou na interpretação do processo evolutivo dos faxinais; suas primeiras conformações, seus estágios de desenvolvimento e de sua eventual desagregação em decorrência da

> adoção de uma nova estratégia de desenvolvimento rural a partir de meados dos anos 60 (CHANG, 1988, p. 15).

Por mais que essa forma de pensar seja factual e concreta, visto que essa organização social encontra condições e interesses apropriados na sua formação, com ênfase no período denominado de “ciclo ervateiro”, bem como, de outro modo, o mais agudo processo de fragmentação inicia com a “modernização agrícola”, é imprudente delinear uma regularidade em sincronia com os “ciclos econômicos” como fator explicativo geral, antes deve-se identificar tais eventos pela sua função catalisadora de processos sociais agrários, onde reserva-se aos agentes faxinalenses a capacidade de agir, com relativa independência dos fatores externos. Aliás, o equívoco dessa interpretação é atrelar a existência dos faxinais a condições e critérios, gestados e determinados exclusivamente pelo campo econômico dominante.

Tal modo de refletir leva os intérpretes a reduzir o campo social – espaço multidimensional – constituindo, assim, as relações de produção econômica em coordenadas da posição social. Ou seja, este preceito atribui um único sentido para o social, sendo este definido pelo padrão cíclico de desenvolvimento econômico dominante. Este fundamento induz os intérpretes a reproduzirem em suas obras um harmônico consenso, ajustando fatores políticos, sociais, culturais ao controle do fator econômico (PACHECO DE OLIVEIRA, 1979, p. 102).

A análise do “ciclo econômico” se propõe a representar um todo social. Essa noção visa articular solidariamente os fatos econômicos, políticos e culturais, estabelecendo de forma compulsória uma unidade pela imposição às outras dimensões da sociedade, o que é característico a apenas uma delas, levando tal noção a funcionar como mecanismo de filtragem e incorporação de fatos a uma forma pré-definida, excluindo sistematicamente de consideração os fenômenos sociais que podem relativizar a pretensa realidade descrita, em que a produção intelectual dos faxinais reduziu o objeto de pesquisa descrito por um modelo produtivo em oposição a outro (PACHECO DE OLIVEIRA, 1979, p. 104).

Essa constatação fica evidente na força explicativa que a noção de “ciclos econômicos” alcança, na medida em que os faxinais são tomados como objetos de pesquisa. O efeito teórico é examiná-los pela lente da dissimetria social que visa comparar e opor racionalidades econômicas e práticas sociais para constatar a inadaptabilidade das formas tradicionais ao imperativo das condições sociais e

econômicas dominantes, determinando, desta maneira, tanto a “formação”, como seu inevitável “desaparecimento” face o avanço dos elementos que configuram o desenvolvimento agropecuário no estado (CARVALHO, 1984, p. 23).

Esse argumento é comprovado empiricamente pela análise dos estudos de caso, e ganha expressão nas entrevistas e observações a campo de todos os autores citados, em especial, Carvalho, Gubert e Souza, que analisam a partir da década de 1970 os impactos da adoção de modelos tecnológicos pautados no uso intensivo de insumos químicos e maquinários agrícolas, e sua investidura sobre os recursos naturais e “criadores comuns”, dizimando inevitavelmente suas características, como se estivessem irremediavelmente condenados à decadência pelo anacronismo.

A análise de Chang clarifica essa afirmativa, visto que concentra sua argumentação em indicar dentro de uma periodização histórica bem definida a relação entre os “ciclos econômicos” e a “gênese”, bem como, posteriormente, relaciona a “consolidação” do “sistema faxinal” ao surto de desenvolvimento do setor madeireiro na mesma região. Depreendem-se de seu esquema interpretativo análises que apresentam um caráter estagnado e uniforme, partilhando explicações que desempenham uma função social objetiva, mas esterilizam as análises históricas provenientes das ações dos agentes sociais faxinalenses na composição da estrutura do campo de ação onde se movem reproduzindo-se ou transformando-se.

Dessa forma, o modelo explicativo baseado nos “ciclos econômicos” remete a uma forma explicativa que delineia uma periodização ortodoxa, em que os determinantes econômicos em diferentes tempos, diretamente, constituem ou destituem gradualmente as condições em que se sustentam os “criadores comuns”. Quando se trata de explicar a “formação” dos faxinais, os argumentos dos autores dão conta de determinadas condições que propiciam a ocupação e uso da terra segundo necessidade de mão de obra vinculada ao começo do “ciclo da erva-mate”, externando uma explicação funcional para este acontecimento. Para estes autores o aquecimento das atividades econômicas dominantes desempenharia um papel marcante na formação dos faxinais, organizada por “caboclos” e “camponeses”, em sua maioria na condição de “trabalhadores do mate” ou “agregados”, mas também de grupos de “pequenos proprietários ou criadores”, bem como “colonos imigrantes europeus”, estes últimos confiados ao abastecimento de gêneros alimentícios, mas

sempre disponíveis para as tarefas de “limpeza”, “poda” e primeiros beneficiamentos antes de sua industrialização em barbaquás e soques de erva-mate (LINHARES, 1969; CARVALHO, 1984; CHANG, 1988).

Nesse sentido, a obra de Chang empreende esforços para examinar as relações de trabalho instituídas entre grandes proprietários de terra e “trabalhadores do mate” ou “agregados”, o que induz a pensar a formação dos faxinais como consignação dessa condição. A despeito de esse argumento ser historicamente comprovado, em razão da necessidade do referido ciclo em manter grupos de “agregados” sempre disponíveis no interior das fazendas para a safra da erva, assim como para produção de gêneros de subsistência – sem os quais não haveria possibilidades de manutenção das fazendas e dos próprios “agregados” – não se pode novamente afirmar que os faxinais resultam tão somente de uma relação de subordinação, o que os tornaria tributários diretos dessa atividade econômica, retirando seu protagonismo na formação e articulação de conhecimentos e práticas de uso dos recursos naturais de modo comum, que culminaram na formação dos faxinais. De fato, o que se pode depreender é que estes agentes sociais compõem em grande medida, e dinamicamente, seus territórios tradicionais, consoante um contexto agrário marcado pelo período escravocrata cuja característica central é a concentração da terra, sustentado por uma relação de poder que utiliza mecanismos de imobilização e repressão da mão de obra camponesa em seus domínios fundiários, consentindo aos “trabalhadores do mate” o usufruto parcial dos recursos naturais que não pudessem ser monetizados.

Outro argumento que demonstra a força do esquema interpretativo utilizado por Chang e Carvalho no uso da mesma perspectiva é a ênfase dada ao processo de diferenciação econômica interna no campesinato, que age no “criador comunitário” como promotor de sua inevitável “desagregação”. Aqui a análise dos autores, por força da teoria, desconsidera fatores culturais, sociais e ecológicos que articulam a unidade social sobre a qual se ampara o uso comum da terra, garantindo a manutenção do mesmo entre os grupos familiares que detêm a propriedade da terra, permitindo que grupos de faxinalenses “sem-terra” permaneçam a utilizá-lo.

Essa explicação compõe um elenco de quatro fatores que se estabelecem com o processo de “modernização da agricultura”, onde Chang sintetiza esse momento a partir da década de 1970: a tecnologia, a valorização da terra, o

esgotamento dos recursos naturais e o papel do Estado, levando a um processo de diferenciação social:

> O que se pretende ressaltar neste ponto é que, a modernização tecnológica crescente de parte dos produtores familiares não os levou à utilização crescente do trabalho assalariado no estabelecimento, e ao mesmo tempo, levou a parte restante dos pequenos produtores não modernizados à pauperização e à marginalização econômica. A pauperização tende a levar esses pequenos produtores à proletarização (CHANG, 1988, p. 72).

Isso não significa negar que os processos de diferenciação interna entre os agentes sociais não promovam a privatização de áreas de uso comum, porém não explica situações em que tal diferenciação não resulta necessariamente na "desagregação", conforme situações observadas no capítulo 4. Nestes casos, observamos a presença de atributos simbolicamente utilizados para garantir a unidade social e territorial pelo grupo referido, sendo capazes de gerar mobilização em defesa da modalidade de uso comum, como, por exemplo, nos embates que agregam proprietários e não proprietários de terra na luta pela manutenção dos portões, cercas e "mata-burros"[99]; situação conflituosa corriqueira, em que os agentes sociais inegavelmente denotam quais as regras que permeiam o sentido comum entre os membros do grupo.

Como mais tarde iremos refletir, essa visão fatídica decorre principalmente da falta de um instrumental analítico adequado para captar os processos sociais[100] e identitários locais que fazem reverberar expressões de resistência na defesa e luta pela manutenção da territorialidade específica dos agentes sociais "moradores dos faxinais", anunciando conflitos e tensões em torno da permanência de áreas de terra em uso comum. O alcance das análises, vinculados a categorias e conceitos oriundos da abordagem acionada, enquadra os faxinais dentro dos limites de compreensão que suas teorias permitem, porquanto, seus esquemas se orientam

[99] O termo "mata-burro" designa um dispositivo artesanalmente produzido com trilhos de trem ou vigotes de madeira colocados transversalmente sobre um fosso (2,0 m de fundo) na entrada da área do criador comum, evitando assim que os animais transitem das "áreas de criação" para as "áreas de lavoura". Os veículos motores, por sua vez, têm facilitado seu trânsito, sem que seja necessário abrir ou fechar os portões. Essa estrutura é uma recente caracterização dos faxinais, uma vez que foi criado a partir da década de 1980, quando o tráfego de veículos motores intensificou-se nos faxinais.

[100] As referidas obras permitem perceber ações mobilizatórias promovidas por agentes sociais designados como "moradores dos faxinais" pesquisados, entretanto, a forma como manifestam suas demandas escapa ao padrão de relações políticas compreendidas pelos autores como derivadas de um processo de "tomada de consciência" de sua condição de classe, fundamental para transformar as relações sociais e econômicas na sociedade.

pela mão única dos fatores que desencadeiam o duplo processo, inicialmente relacionados à “gênese”, e posteriormente à “desagregação”, de maneira contínua e descensional, sejam eles oriundos de fatores externos, como o avanço das forças produtivas, ou internos, como descrito no processo de diferenciação social via fatores econômicos, tornam-se fonte eminente de conflitos dada a “evolução” das condições produtivas de membros da unidade social.

Ao apresentarem a dissolução do uso comum da terra em áreas de “criador comum” como resultado de uma disfunção do próprio sistema, colocam na condição de protagonistas dessas mudanças os próprios “moradores dos faxinais”:

> A diferenciação dos pequenos produtores em dois grupos distintos, segundo o grau de tecnificação da produção, acaba por formar dois blocos de produtores com interesses e posicionamentos opostos com relação ao criadouro comum (CHANG, 1988, p. 81).

De outra forma, as unidades sociais aqui referidas não representam totalidades homogêneas e de caráter igualitário, como se poderia imaginar pelo suposto emprego constante da noção de “uso coletivo” ou “cercas coletivas”. Pelo contrário, estão atravessadas por um grau de diferenciação interna bastante forte, mas não o bastante para fazê-los eclodir em antagonismos insolúveis. A desigualdade no acesso aos recursos básicos existe no interior dessas unidades, não se podendo revelar os aspectos apenas comunais da cooperação. Estes servem como elementos contrastantes aos antagonistas que visam usurpar seus domínios com pretensões de concentração da propriedade fundiária através de grilagens ou pressões de toda ordem para que disponibilizem suas terras no mercado.

Todavia, a relevância dada à diferenciação técnica-econômica, como fonte explicativa da “desagregação”, tenta sobrepor a capacidade político-organizativa do grupo social numa tensão que nem sempre decorre em perca do território de modo imediato, sobretudo quando o litigante historicamente compõe o grupo via relações de parentesco. Essas disputas não raras vezes se estendem à elaboração de contratos de cunho jurídico[101] onde os membros do grupo se comprometem em permanecer participando do sistema de uso comum.

[101] Em vários faxinais na região Centro-Sul do PR, foi verificada a prática de elaborar em cartórios “contratos de uso comum da terra” entre moradores dos faxinais. Um dos exemplos mais conhecidos ocorreu no ano de 1991 no Faxinal Marmeleiro de Baixo, município de Rebouças, onde os “proprietários de terra” subscreveram a “Escritura Pública de Instituição de Criador Comum”.

Essa maneira de pensar implica em “naturalizar” o que se prenuncia como “inevitável” numa conjuntura em que fatores econômicos têm proeminência tornando-se entidades incontroláveis e superiores aos desejos dos membros do grupo social, inviabilizando a capacidade de manter a “autogestão coletiva” do “criador comum”. Dessa maneira, os intérpretes justificam este argumento pela disfuncionalidade produtiva do sistema aos interesses do capital, bem como pela inviabilidade tecnológica de manter essa racionalidade econômica camponesa dada às condições de esgotamento dos recursos naturais, como os manifestados pela baixa produção nas terras de lavoura, a escassez das pastagens naturais; os autores atribuem em grande medida os aspectos produtivos à dificuldade em assegurar a permanência dos laços de solidariedade essenciais à manutenção das práticas de conservação das cercas, e da unidade social que garantia a coesão da comunidade e dos proprietários, em manter parcela da propriedade “aberta” para o uso comum.

Consoante os autores adotarem distintos esquemas analíticos, isso não significa diferenças interpretativas sobre o destino dos faxinais face o “confronto” com as formas que representam o “desenvolvimento do capitalismo no campo”, de certa maneira expressam estilos literários, normas acadêmicas e de publicação exigidas pelas instâncias editoriais e científicas a que estão submetidos.

De forma unânime o que se depreende é que todas as *obras de referência* assim como as de *reafirmação* tenderão ao fatalismo sobre os faxinais em suas interpretações. Pode-se asseverar, deste modo, a força da matriz teórica perpassando a formação do campo, o que assinala à produção de Carvalho posição dominante até a publicação da obra de Chang, em 1988.

Detecta-se uma forte aproximação interpretativa acionada pelas citações e conceitos, culminando na cristalização de uma forma de pensar os faxinais em consolidação e profunda afinidade com os autores-fonte no momento inicial de formação do campo que consagra a explicação assentada sobre a história econômica do Paraná, como assertiva central e condutora do debate sobre os faxinais, ou seja: o modelo dos “ciclos econômicos” torna-se via de interpretação obrigatória aos pretendentes a ingressar neste campo intelectual. Esse fato fica comprovado com os trabalhos que seguem, de Gevaerd e Gubert, além das produções posteriores, em especial Nerone (2000), Souza (2001) e Tavares (2008).

De modo geral, as obras examinadas constituem-se em torno de uma unidade discursiva que tem por finalidade explicitar os processos que levam inicialmente a "gênese" para explicar a razão da hipótese, ou seja, a "decadência" do sistema de uso comum da terra representado pelo "criador comum[102]". Em síntese, o nexo entre causa e efeito, atribuído pelos intérpretes ao fato econômico, reserva à análise histórica a identificação de fenômenos econômicos, relacionando-os a "fases" ou "etapas" de sua trajetória, cuja funcionalidade explicaria sua "consolidação" justamente com o triunfalismo do "ciclo ervateiro", bem como sua "decadência", que logo mais tarde passa a ser assumido pela ascensão da "modernização da agricultura", colocando em lados opostos, tradição e modernidade.

Nesse campo intelectual, parte-se dessas interpretações gerais para formulação das produções intelectuais, mesmo sob quando comparados distintos esquemas analíticos em diversas áreas de conhecimento, quais sejam: economia, história, geografia, agronomia e direito. Em geral, com dissonâncias, as obras examinadas encontram-se aproximadas e ajustadas aos mesmos autores-fonte, possuindo fundamentos teóricos similares, não importando o local e o tempo onde elaboraram, a centralidade de Carvalho ou Chang é asseverada a cada nova produção intelectual que aspira sua presença neste campo de debates. Os autores posteriores arrolados nesta pesquisa incluindo os mais recentes (NERONE, 2000; SOUZA, 2001; LÖWEN SAHR, 2005; TAVARES, 2008) reconhecem invariavelmente, desta maneira, em seus textos, a autoridade de Carvalho ou de Chang.

A representação dos autores-fonte é, dessa forma, como examinado, reproduzida por distintos esquemas analíticos posteriores, esboçando um roteiro explicativo responsável por inaugurar uma unidade discursiva amparada por regras de interpretação dominantes neste campo intelectual, atendendo ao que se esperava de sua posição, ou seja, um "ponto de vista" articulado, basicamente, em versões assentadas em duas perspectivas teóricas, por mais das vezes

[102] Utilizarei o termo "criador comum" enquanto sinônimo para as diversas denominações acionadas pelos autores para definir o objeto de pesquisa. Tal expressão resume o significado imputado pelas obras de referência independente da denominação atribuída: faxinal, sistema faxinal, criador comunitário, terras de criar, terras de uso comum, criadouro comum e compáscuo. Conforme apontam as definições utilizadas nas produções intelectuais, todas estas nomeações convergem em termos analíticos para a noção de "criador comum", ou seja, área de uso comum de pastagens delimitadas por cercas em seu perímetro.

indissociáveis: o histórica e o determinismo econômico; próprios da abordagem principiada pelo autores-fonte, ao definir um modelo típico de faxinal, caracterizado por elementos culturais objetivos que se encontram em crise, portanto, em situação de dinâmica “desestruturação social”, face a correlação de forças desfavoráveis impostas pelo sistema econômico dominante que os leva inexoravelmente ao “desaparecimento”.

Ou seja, a construção do objeto de pesquisa doravante denominado faxinal se sustenta teoricamente numa história da cultura, cujo método pretende ver os faxinais como entidades objetivamente definíveis por suas características culturais ao introduzir um expediente à análise, que recai no que seria a sua essência e substância. Tal essência reflete o caráter primordialista da exposição, ao justificar a busca indefinida de uma origem comum indicando em “tempos imemoriáveis” seu surgimento, o que denota uma existência somente possível em situações de isolamento cultural, econômico e geográfico. Por outro lado, a noção de “substância cultural”, em que pese ter o mérito de elencar e reconhecer os vínculos materiais e históricos que diferenciam os faxinais de outras formas de organização camponesa, é inadequada para descrever e interpretar os critérios que compõem a identidade e o território faxinalense na contemporaneidade, o que nos leva a pensar a possibilidade de fluxos culturais, sobretudo em sociedades complexas.

Por isso, a necessidade de um exercício crítico da teoria social até então apresentada, dada a insuficiência de suas explicações, num contexto de não realização das tendências indicadas, desconhecimento da ação dos agentes sociais, e das distintas realidades localizadas sobre as quais os faxinalenses agem num processo de constante reorganização social transformadas em lacunas que se apresentam entre as realidades localizadas e as afirmações científicas dispostas no campo intelectual sobre os faxinais.

Os limites interpretativos sobre a realidade social devem-se, em especial no meio acadêmico, ao fato de que desde a década de 1980 os teóricos estavam concentrados em classificar os movimentos sociais organizados, segundo critérios de classe, raça e gênero, motivados pela crescente evidência da luta pela reforma agrária, pelos direitos previdenciários e trabalhistas ocorridos nesse período. A dificuldade de enquadrar os faxinalenses nos critérios “classistas” os afasta da condição de objeto de pesquisa na pauta dos produtores intelectuais. A isso se deve considerar a força explicativa das interpretações ancoradas nos processos

econômicos como eixo de análise dos processos sociais. Esse “ponto de vista” tem sobreposto possíveis paralelos no campo intelectual sobre o campesinato no Sul do Brasil, que o efeito da evolução histórica e econômica menosprezou, por não apresentar *a priori* os critérios identificadores da polarização de classes sociais objetivamente definidas pelas condições econômicas e materiais. Essa mesma formulação é encontrada nos trabalhos de Marx (1986), onde a tradição encontra-se associada a formações econômicas pré-capitalistas, ao tratar o fundamento da evolução pela reprodução das relações entre o indivíduo e sua comunidade aceitas como dadas, podendo ser *“mais ou menos primitivas, mais ou menos produtos da história, porém fixadas na tradição”*, o que implicaria em uma existência objetiva, definitiva e predeterminada seja quanto ao relacionamento com as condições de trabalho, como quanto às relações de cooperação etc. Sobre essa condição, Marx sentenciaria: *“tal evolução é, pois, limitada de início e se os limites forem transpostos seguir-se-á a decadência e a desintegração”* (MARX, 1986).

Essa incompreensão de algumas leituras teóricas sobre as distintas realidades sociais que constituem o mosaico de lutas sociais e formas de organização social no campo não permitiu possibilidades, no plano analítico, de perspectivas de continuidade dos faxinais em consonância com as mudanças promovidas pela modernidade tecnológica no campo, predestinando os faxinais à “extinção”, enquanto resquício de sociedades camponesas tradicionais. Talvez essa seja uma das razões que tenha levado a despertar pouco interesse nas produções científicas sobre o tema nos anos subsequentes à década de 1990, retornando a pauta de tema de pesquisa acadêmica com força somente a partir de 2005. Porquanto, mesmo entre as produções científicas, cujo interesse pauta-se sobre o estudo dos movimentos sociais no campo, recorrentes na década de 1990, o assunto não parece promover o mínino interesse.

Por sua vez, o explicitado uso da perspectiva determinista, organizando períodos e afirmando tendências, implica na crítica ao argumento que as forças e relações de produção que definem os sistemas econômicos determinam sobremaneira as condições sociais. Essa visão teórica deixa de compreender a complexidade inerente à realidade social dos faxinais, e se manifesta de modo constante nos esquemas interpretativos, preocupados em comparar, por oposição, os processos de desenvolvimento econômico e seus respectivos impactos sobre os faxinais. Daí surgem as análises cognominadas “etapistas” ou em “fases” que da

mesma forma que as análises empreendidas pela história cultural delineiam por intermédio das teses assimilacionistas e da aculturação o “derradeiro” destino dos faxinais.

1.4 AS REGRAS DE INTERPRETAÇÃO

Como descrito no tópico anterior, a preocupação primeira que envolve os autores-fonte em suas produções é construir o objeto de pesquisa tomando o “criador comum” como objeto central das análises. Esta é sempre a etapa inicial das obras examinadas, posteriormente sucedida pelo esforço em situar sua ocorrência e distribuição geográfica, para na sequência elucidar sua “gênese”, racionalidade e funcionamento e, por fim, explicar as razões que provocam a sua “desagregação”. Todas estas discussões orbitam ao redor do “criador comum”, considerado “peça” essencial na configuração do “sistema produtivo” que se propõe apresentar.

Dessa forma, em sua monografia, fonte inicial de informações, Carvalho demonstra perplexidade pela ausência de produções científicas sobre o tema, o que o leva a estimar sem muitos critérios a abrangência dos “criadores comunitários”, considerando sua presença em uma vasta região de modo indeterminado:

> [...] a experiência dos “criadores comunitários” se realiza há mais de setenta anos, em mais de um terço dos municípios do Estado do Paraná, e em espaço geográfico similar no Estado de Santa Catarina (CARVALHO, 1984, p. 5).

Tanto Carvalho como Chang vão indicar a existência de comunidades com presença de faxinais sobrepostas a áreas de ocorrência de erva-mate, estendendo sua distribuição, por conseguinte, a áreas situadas no Sul do Brasil (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988).

Não há, portanto, uma fronteira delimitada especificamente para sua ocorrência, uma vez que nesse tempo não há se quer referências bibliográficas sobre o assunto, como mesmo frisa o autor, tão pouco elementos de

caracterização[103] que permitam identificar essa forma de organização camponesa na literatura. Pela semelhança, é possível supor[104] que tal projeção parece ter sido formulada pela sobreposição com áreas de ocorrência das "Matas Mistas"[105] informadas no Mapa Fitogeográfico do Estado do Paraná elaborado pelo geógrafo Reinhard Maack, na década de 1950 e publicado em 1968.

Essa mesma referência, só que desta vez com citação ao mapa de Maack, foi utilizada por Chang, ao apresentar área de ocorrência de ervais nativos em consonância com a distribuição geográfica dos faxinais no Estado, no 2.º Planalto Paranaense, região onde situou seu estudo:

> Para se ter uma idéia da importância dos faxinais no Paraná, pode-se avaliar a partir do presente estudo, que aproximadamente um quinto do território do Estado foi marcado pelos faxinais como forma predominante de organização da produção do rural, particularmente na primeira metade do século (CARVALHO, 1988, p. 14).

Posteriormente, a autora vai delimitar esse "território" ao afirmar que sua ocorrência é marcante na região Centro-Sul do estado do Paraná, local onde realizou seu trabalho de campo. Dada a importância atribuída ao estudo de Chang, essa região concentra, posteriormente, outras pesquisas sobre o tema, o que lhe confere a fama de "região dos faxinais" (FERNANDES, 2007).

Todavia, antes da publicação da obra de Chang, a produção de Gevaerd já mencionava a ocorrência dos faxinais, na abrangência de sua pesquisa, ou seja, a denominada "Região Metropolitana de Curitiba", que abrangia à época 24 municípios periféricos à Capital do Paraná, local onde o respectivo autor concentra sua atividade de assessoria jurídica pelo ITCF.

Gubert, por fim, circunscreve sem precisão, e de forma ampla, a "Região Sul do estado do Paraná" como de ocorrência dos faxinais. Considera como critério para

---

[103] Os viajantes e naturalistas do século XIX fazem referência da presença de áreas de faxinais na região do 1.º Planalto Paranaense, como sendo locais de pastagens nativas em meio à floresta com araucária. MOTTA, L. T. **Guerra dos índios kaingang**: história épica dos índios kaingang no Paraná. Maringá: Editora da UEM, 1994. Além disso, a Lei de Terras do Paraná de 1892 faz inúmeras referências de áreas de faxinal, comparadas a logradouros ou áreas de pastagens comuns.

[104] O autor não faz citação sobre essa mencionada dimensão geográfica de ocorrência dos faxinais, o que leva a crer no fato do mesmo associar a presença dos faxinais ao ambiente florestal onde a erva-mate e o Pinheiro do Paraná se apresentam à semelhança com a paisagem identificada em Irati-PR.

[105] A denominação de Matas Mistas surgiu da constatação da presença simultânea de espécies angiospermas e coníferas num mesmo ecossistema florestal. Tal proposição foi oferecida por Reinhard Maack por ocasião da publicação em 1950 do Mapa Fitogeográfico e Geológico do Paraná. A mesma foi substituída na década de 1960 por Floresta Ombrófila Mista em razão da adoção de uma nova classificação da vegetação brasileira pelo IBGE (IBGE, 1992).

essa localização as características edáficas, vegetais e produtivas presentes na formação florestal predominante como definidoras dessa forma de exploração da terra baseada na agricultura de subsistência:

> [...] alicerçada no binômio milho-feijão, onde mais recentemente se introduziu a cultura do fumo [...] Nas áreas de relevo suave ondulado e plano, se concentraram os faxinais, que vem a ser áreas contínuas de matas de araucárias degradadas pelo pastoreio extensivo, realizado em criadores comuns. Estes criadores comunitários podem abarcar grandes áreas com algumas centenas de hectares e são cercados em todo seu perímetro com cercas de arame com até oito ou nove fios (GUBERT, 1987, p. 78).

Por sua vez, em seus trabalhos, Nerone e Souza limitam-se a mencionar a ocorrência segundo dados do levantamento oficial desenvolvido pela EMATER-PR em 1994, quando foram identificados 118 faxinais no Estado, grande parte deles na região Centro-Sul e Metropolitana de Curitiba. Da mesma forma, Löwen Sahr se baseia no "Levantamento Preliminar" realizado pelo IAP em 2004, para descrever a ocorrência dos faxinais, situando sua existência apenas no Paraná. Todavia, ao delimitar as extensões geográficas "originais" dos faxinais, os autores recorrem à Chang:

> O sistema Faxinal é uma das modalidades do uso coletivo da terra existente no Paraná, de forma expressiva como organização rural, na primeira metade do século XX, quando aproximadamente um quinto desse território era faxinal (NERONE, 2000, p. 82).

Tavares se reserva a citar os estudos já mencionados acima para descrever estimativas diversas e a distribuição espacial dos faxinais. Além disso, o autor indica haverem dados ainda não publicados – no prelo – oriundos do trabalho de campo desta tese[106] em parceria com a APF, que apontam para a existência de 227 faxinais no Paraná, distribuídos em três categorias nomeadas por Tavares segundo seus próprios critérios, da seguinte forma: "Faxinal Ativo"; "Faxinal Parcialmente Ativo"; e "Faxinal Paralisado" (TAVARES, 2008, p. 576).

Nessa ordem, quando se trata de explicar a ocorrência e distribuição dos faxinais, seja em seus "primeiros" tempos, ou contemporaneamente, é possível

[106] Tavares estava concluindo sua tese quando nos solicitou e nós prontamente atendemos seu pedido de informações sobre o mapeamento social, no momento em que estávamos concluindo a tabulação dos dados elementares colhidos em campo, em razão disso o autor não pode inferir maiores discussões sobre a pesquisa.

identificar em operação a principal regra de interpretação elaborada pelos autores-fonte, qual seja: as caracterizações referidas ao objeto de pesquisa – “criador comum”.

Numa primeira aproximação, os intérpretes indicam os elementos preliminares usados para situar o contexto em que se reconhece o objeto de pesquisa. Informam em comum critérios de definição, a fim de localizarem a distribuição geográfica dos referidos faxinais ou suas variações nominativas propostas, desenhando uma correlação direta com critérios físicos, biológicos e produtivos, como referência inicial e básica ao reconhecimento dos faxinais, isto é, o objeto de pesquisa é gradualmente composto pela descrição das características peculiares de sua ocorrência: relevo, formação vegetal, produção para subsistência e pastoreio extensivo. Esses elementos convergem, posteriormente, para a formação do conceito do “criador comum” em suas respectivas obras:

> O sistema faxinal, objeto central deste estudo, é uma forma de organização camponesa característica da Região Centro-Sul do Paraná que ainda se apresenta de forma marcante. Sua formação está associada a um quadro de condicionantes físico-naturais da região [...] (CHANG, 1988, p. 13).

Ou, como descrito em Carvalho (1984, p. 15): *No faxinal ocorria a presença das espécies florestais pinheiro (araucária) e erva-mate, além de apresentar razoáveis condições de pastagens naturais.* Considerando esses critérios como pré-concepções acionadas pelos intérpretes em sua objetivação, tem-se, assim, uma definição que confunde a paisagem da floresta de araucária e ervais nativos com os chamados faxinais[107], ou seja, buscam determinar um “tipo organizacional” pelos critérios biológicos. Outrora, são as ações antrópicas transformando essa natureza que os identifica, como “pastagens degradadas” pelo pastoreio intensivo e “lavouras de subsistência” visando balizar entre os aspectos ambientais e produtivos as caracterizações primárias dos referidos “criadores comuns”. Dessa maneira, dão margem à associação entre a presença dos faxinais à degradação ambiental e a mazelas sociais, interpretação cara aos faxinalenses quando comparadas a diversas noções de desenvolvimento empreendidas pela ação do Estado.

[107] Chang faz a distinção entre os termos Faxinal e Sistema Faxinal: “Faxinal é uma terminologia dada a um tipo de vegetação. Já o Sistema Faxinal é uma forma particular de organização econômica, onde há um aproveitamento econômico integrado desta mata às áreas circunvizinhas” (CHANG, 1988, p. 13).

A composição desses critérios viabiliza a definição do "criador comum", dando forma e substância ao objeto de pesquisa pelos intérpretes citados. Seus procedimentos de objetivação são centrados no que se consideram as características externalizáveis do objeto, recurso metodológico próprio ao funcionalismo para dar destaque ao que é essencial e objetivo no fato social que se observa (DURKHEIM, 2002, p. 12)[108]. Essa leitura consigna os processos sociais a serem examinados, conforme se apresentam os elementos produtivos e materiais identificados em função da regularidade com que se apresentam externamente, em oposição à modalidade de apropriação individual da terra. Portanto, os faxinais passam a ser compreendidos, exclusivamente, enquanto espaço social fisicamente representado dentro dos limites que o "ponto de vista" dos autores, ou seja, seu referencial teórico, lhes permitiu objetivar. Por isso, o conceito sofre poucas variações ao definir o significado atribuído aos faxinais: a presença de "cercas coletivas", para separar "terras de plantar" de "terras de uso comunal", estas disponíveis para "criação comunitária de animais".

A exigência em delimitar fisicamente essa forma diferenciada de "organização da produção camponesa", naquilo que apresenta externamente como específico, tem como efeito a classificação do objeto de pesquisa segundo as caracterizações mencionadas. Tal procedimento prescinde das relações sociais, que porventura mantém imperceptível uma relativa unidade social para além dos limites físicos estabelecidos e nominados como áreas de "criadores comuns", e que não se expressam na atualidade somente por estas características objetivas.

Entretanto, em todas as produções prevalece a classificação externa dos pesquisadores pelo "criador comum" e, não *a priori*, pelos processos sociais[109] que mantêm organizados socialmente os grupos de faxinalenses, dada as condições de possibilidades encontradas por estes grupos para manterem relativa estabilidade face os conflitos com a modalidade privada de uso dos recursos.

---

[108] **As regras do método sociológico.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

[109] Não é novidade para as ciências sociais e, sobretudo, a economia, que o mercado de terras que funda juridicamente a propriedade privada somente iniciou sua organização com a promulgação da Lei de Terras de 1850. Todavia essa medida não lograria êxito em sua implantação no período Imperial, sendo organizado morosamente após a implantação da República em 1889, quando os estados da federação passam a legislar sobre as terras devolutas, propriedades privadas e pastagens comuns, também conhecidos como logradouros. Portanto, como os camponeses de modo geral não possuíam condições de adquirir propriedades privadas, mantinham suas práticas de uso comum da terra sem reconhecimento legal, sobre terras devolutas, propriedades privadas e pastagens comunais. Estas últimas foram gradualmente sendo incorporadas ao mercado de terras até tornarem-se inexpressivas. Vide: Nazareno (2000).

O procedimento que conduz a composição do objeto de pesquisa torna-se viável na medida em que privilegia as relações de produção e trabalho. Estas fornecem os termos da oposição que os autores-fonte principiam para classificar o objeto de pesquisa como “criador comum”: propriedade privada ou comunal, uso individual ou coletivo, e entre práticas legais ou fundadas em costumes. Extrai-se dessa polarização a lógica de classificação que congela os faxinais num único modelo:

> [...] a sua permanência, embora de forma menos expressiva hoje, a nosso ver, traz consigo um conteúdo de persistência grande. Isto porque a reprodução das formas de organização da produção, que permite o exercício da socialização do uso da parte dos meios de produção é extremamente contraditório ao atual contexto do desenvolvimento de capitalismo na agricultura (CHANG, 1988, p. 14).

Em síntese, na perspectiva das produções examinadas, o “criador comum” é colocado num dos lados da oposição entre o “tradicional” e o “moderno”. Logo, tem-se no “criador comum” a figura do “tradicional”, num mundo em que o “moderno” fragmenta ou “desagrega” seus elementos constituintes, leitura que induz os intérpretes a recorrerem à noção de “desagregação” na medida em que o Estado promove “ações de desenvolvimento”. No primeiro caso, busca-se a “gênese” para explicitar as origens atreladas a uma conjuntura passada, portanto o tradicional assume um significado pretérito, reportando o “criador comum” a uma condição histórica específica do passado, persistindo num tempo atual ditado por exigências econômicas racionais, segundo padrão dominante. E a “desagregação” como efeito da oposição dos “criadores comuns” à “modernidade”, que explica sua gradual incompatibilidade às transformações econômicas.

O objeto de pesquisa constrói-se dessa maneira, e de tal forma, que um dos polos se dilui no outro, ou seja, o uso comum dos recursos é superado de forma gradual e progressiva pelas forças do desenvolvimento econômico, representadas pela apropriação privada da terra, apagando as diferenças do grupo social em questão. Para obter esse efeito, os intérpretes precisam isolar o objeto no contexto de suas relações objetivas, demarcando suas características dentro de marcos teóricos prefixados, sob os quais incidem as transformações em curso, sustentadas pela descrição analítica de seus efeitos na “desagregação” do sistema.

Essa centralidade que assume o objeto de pesquisa desconsidera a ação dos sujeitos e seus processos de territorialização, ao omitir que na realidade trava-se permanente luta em defesa de seu modo de vida, mediante o acionamento de suas respectivas formas de cooperação e reciprocidade[110].

Por esta via, delineia-se o que considero a principal regra de interpretação acionada pelos autores-fonte e reproduzida de forma incontestável pelas obras ulteriores: a apresentação do espaço físico "criador comum" como objeto de pesquisa, nomeando-o, para em seguida instruir os leitores sobre suas características.

A relação com as áreas de conhecimento donde se situam os autores abre possibilidades criativas para expressar de modo distinto outras nomeações ao "criador comum", o que é motivo de falta de clareza e demasiada confusão para os neófitos leitores, considerando o conjunto de designações atribuídas: **"faxinal"** (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988; GEVAERD, 1986; GUBERT, 1987; NERONE, 2001; SOUZA, 2001; LÖWEN SAHR, 2005; TAVARES, 2008); **"terras de faxinal"** (GUBERT, 1987; LÖWEN SAHR, 2005); **"sistema faxinal"** (CHANG, 1988; GEVAERD, 1986; NERONE, 2000; SOUZA, 2001; LÖWEN SAHR, 2005); **"criador comunitário"** (CARVALHO, 1984; GUBERT, 1987; SOUZA, 2001, TAVARES, 2008); **"criadouro comum"** (CHANG, 1984; NERONE, 2001; LÖWEN SAHR, 2005); **"criador comum"** (GEVAERD, 1986; GUBERT, 1987); **"sistema agrossilvopastoril"** (GEVAERD, 1986; GUBERT, 1987; NERONE, 2001; LÖWEN SAHR, 2005); **"condomínio"** (GEVAERD, 1986) e **"compáscuo"** (GEVAERD, 1986; NERONE, 2001).

A despeito dessa diversidade, a análise socioeconômica prepondera em grande parte das obras, ao predominar características produtivas: "sistema faxinal"; "criador comum"; "criador comunitário"; "forma comunal de exploração da terra"; a disciplina do direito se refere ao faxinal por categorias jurídicas: "compáscuo" e "condomínio"; e a agronomia por características produtivas e biológicas como elementos característicos: "sistema agrossilvopastoril", "criador comum", "criador comunitário".

A diferenciação entre as nomeações pode ser entendida, então, como um recurso de linguagem que visa incorporar ao objeto terminologias que cada autor

[110] Informações registradas em dezenas de entrevistas com lideranças faxinalenses em mais de 150 faxinais visitados (SOUZA, 2009).

considera pouco destacado pelos autores que os antecedem. O que parece em princípio ser inicialmente uma falta de consenso entre os intérpretes, expressa tão somente diferentes nomeações que podem ser reduzidas a um mesmo significado atribuído ao objeto de pesquisa. Por vezes, dentro da mesma obra os autores atribuem diferentes designações, em que pese estarem se referindo ao mesmo objeto: “criador comum”. Este esforço culmina ao longo dos textos na adoção de um significado habitual, que pela prevalência dos argumentos econômicos expostos vão ajustando seu conceito até coligirem para uma nomeação corrente, ou seja, seu uso passa a ser convencionado pela força explicativa das noções econômicas, sobretudo, as usadas para expressar o funcionamento do “sistema de organização da produção”, somente viável pela objetivação do “criador comum” que assume, depois da obra de Chang, a nomeação de “sistema faxinal”.

Dentre essas designações indicadas pelos intérpretes, a noção de faxinal parece ser a matriz donde derivam todas as demais, conquanto seja abandonada ao longo dos textos[111], ao perder o sentido descrito por Carvalho, que somente a apresenta em sua introdução, sem pretensão de objetivá-la:

> Faxinal quer dizer criador grande, provavelmente se referindo às pastagens naturais existentes na região e que facilitavam, pelas condições da vegetação (mato denso, pastagens naturais, áreas de taquaral servindo de cerca natural, etc.), a criação extensiva de animais, em particular suínos e grandes animais (CARVALHO, 1984, p. 16).

Fica evidente nessa citação a diferença espacial entre o que os autores denominam de “criador comum”, suas variações, e o significado da noção de faxinal[112], inicialmente descrita por Carvalho como uma paisagem regional utilizada para prática produtiva extensiva de animais, no que o autor diferencia do significado atribuído ao “criador comunitário”:

> [...] a expressão faxinal possui um significado mais amplo do que a de criador comunitário. Este é uma forma de organização da criação de animais em terras de uso comunal que se dá em áreas de faxinal. Assim,

[111] A noção do faxinal seria a antítese do “criador comum”. No primeiro, as formas de organização da produção camponesa seriam incipientes ou inexistentes, tal como Chang assevera ao informar que o sistema estava em formação. Já no “criador comum”, o sistema está formado ou consolidado e a presença de cercas coletivas permitiriam estabelecer as normas consuetudinárias apontadas por Carvalho.

[112] Segundo Carvalho (1984, p. 16), a expressão faxinal tem origem nos camponeses que habitavam a região antes da chegada dos primeiros imigrantes.

> num faxinal pode-se encontrar área que é destinada a criador comunitário e outra(s) para uso privado (CARVALHO, 1984, p. 15).

A despeito de fazer menção inicial a essa extensão territorial sem limites físicos definidos, o autor concentra sua análise no que denomina "criador comunitário" relegando a noção de faxinal a uma manifestação da natureza em processo de ocupação inicial. Considerando essa definição o autor trata a noção de "faxinal", por ele próprio atribuída, como um "estágio" anterior ao "criador comunitário".

Ao mesmo tempo em que caracteriza a noção de faxinal, a obra de Carvalho abandona esse conceito na história, e inaugura o termo "criador comunitário". Ao fazê-lo, o autor afirma que não se trata de um estudo sobre os "faxinais", situação que segundo ele antecede a fase de "criador comum", a qual pretende analisar:

> Criador comunitário é uma forma de organização consuetudinária que se estabelece entre proprietários da terra para sua utilização comunal tendo em vista a criação de animais. A área de um criador comunitário é constituída por várias parcelas de terras de distintos proprietários, formando, uma ao lado das outras, um espaço contínuo (CARVALHO, 1984, p. 12).

Aliás, é importante ressaltar a estreita vinculação entre o surgimento da propriedade privada com a instituição dos "criadores comunitários", período em que o estado do Paraná passa a aplicar a legislação[113] agrária sobre suas terras, em aberto conflito com as extensões disponíveis ao uso comum da terra por grupos faxinalenses, sem que, após mais de um século de espoliações, a forma "faxinal" descrita por Carvalho tenha desaparecido[114].

Mais recentemente, Tavares é quem vai apresentar novos argumentos fundiários, que indicam as diversas situações fundiárias que associam-se na composição territorial dos faxinais, lembrando que o "livre" acesso à criação de animais e outros recursos naturais ocorre não somente em terras privadas, mas também em terras consideradas "não reclamadas", devolutas ou públicas[115]:

---

[113] A partir da instituição da República Federativa do Brasil em 1889, a Constituição Federal transferiu para os Estados a responsabilidade sobre a legislação agrária. No Paraná, a mesma foi promulgada em 20 de dezembro de 1892.

[114] Vide Capítulo 4, onde estão registrados 11 faxinais com formato semelhante ao descrito por Carvalho.

[115] Os códigos de postura do período provincial do Paraná, bem como do início do Estado, registram a existência de normas relativas ao uso de logradouros ou pastagens comuns. O Mapeamento dos

> No Estado do Paraná existiam, em 2003, 1.433.926 ha de terras devolutas. Desse total 420.284,62 ha se encontravam nos municípios onde estão localizados os faxinais, dados em que se destacavam os municípios de Prudentópolis com 80.014,00 ha, – que possui o maior número de faxinais – seguido de Pinhão – onde se encontra o maior número de conflitos sociais no campo – com 34.760,23 ha, e Turvo com 27.104,63 ha (TAVARES, 2008, p. 299).

Desse modo, o foco sobre a propriedade privada como componente explicativo do "criador comunitário" limita a compreensão sobre a real dimensão territorial dos faxinais, tanto histórica como atual, uma vez que é a modalidade de uso e não de propriedade que define a territorialidade específica que comporta os faxinais. Nesta acepção, Almeida (2006), em seus estudos sobre as terras tradicionalmente ocupadas, informa que as normas camponesas de modo variável articulam e combinam as noções de propriedade privada e apossamento através do uso comum:

> Tais noções se realizam indissociadas em diferentes domínios da organização social. Não representam elementos destacáveis ou propensos à separação. Conjugam-se e se complementam dentro de uma lógica econômica específica. A noção de propriedade privada existe neste sistema de relações sociais sempre marcada por uma diversidade de obrigações para com os demais grupos de parentes e vizinhos (ALMEIDA, 2006, p. 128).

No entanto, o conceito de propriedade privada prevalece no cenário de uma realidade empírica observada em campo pelos autores-fonte e as obras procedentes, sem que se verificasse a composição da estrutura agrária sob a qual se mantêm os faxinais. Por isso, na forma como se apresenta, estabelece os critérios utilizados por Carvalho para classificar o "criador comunitário", quais sejam: o conjunto ou agregação de propriedades privadas em uso comunal que delimitam fisicamente um "criador comunitário", e a existência de "normas consuetudinárias" que regulam, em especial, a organização da produção neste espaço físico. A partir dessa definição, o autor focaliza os componentes que estruturam o "criador comunitário", isto é, a área denominada de "áreas de criação", e externamente ao seu perímetro, delimitado pela cerca, as "áreas de lavoura ou de planta".

Ao acionar esses critérios como definidores do "criador comunitário", o intérprete desloca do centro de uma possível análise as práticas de uso comum dos

---

Faxinais efetuado pela APF indicou a existência de práticas de uso comum das terras públicas ou devolutas em muitos faxinais ainda hoje (SOUZA, 2009).

recursos naturais, portanto, todas as extensões territoriais onde estas práticas sociais e produtivas se realizavam independente da forma jurídica que se sobreponha à terra não assumindo a *priori* a condição de elemento definidor, visto que a forma de uso comum não é tributária exclusiva da existência da propriedade privada, em que pese sua importância nessa composição.

Nesses casos, as obras examinadas deixam transparecer que a noção de "criador comum" aparece sobreposta à estrutura fundiária com base nos limites dos imóveis rurais, confirmados pelos títulos de domínio das terras, sem haver, no entanto, colisão com a legislação vigente.

Em que pese não ser analisado pelos autores aqui referidos a presença de faxinais sob as mais diversas categorias fundiárias definidas e normatizadas pelo Estado – posse, propriedade privada, terra pública ou terras devoluta –, isso não impediu combinações entres as categorias fundiárias mediadas por acordos e interesses comuns que permitiram ao longo da história manter o "livre" acesso aos recursos considerados essenciais à existência do grupo. Neste caso ganham força as explicações que indicam os laços de solidariedade em torno de determinadas práticas sociais e produtivas, os motivos que asseguram as respectivas unidades sociais, mesmo em situações em que pressões técnicas e de mercado se fazem presente.

Prova disso pode ser vista na história da colonização de imigrantes de origem europeia em terras onde o uso comum já era praticado por "posseiros", "pequenos proprietários" dispersos, como citam Chang, Souza, Carvalho, Nerone e Tavares. Isto é, a disposição em "lotes" ou "colônias", a título de uso privado concedidas pelo governo, cuja finalidade determinava a prática de cultivos agrícolas e a ampliação de áreas de lavoura voltadas ao abastecimento regional, não efetivou-se como tal, permanecendo em grande parte como áreas de uso comum para criação de animais, no que Chang (1988, p. 40) denominou de aculturação dos imigrantes no momento da "gênese" dos faxinais :

> As novas condições de produção forçaram-nos a abandonar muitas práticas que estavam acostumados e assimilar as locais, induzindo-os ao que muitos autores convencionaram chamar de "aculturação" dos imigrantes europeus.

Essa, aliás, é razão de destacarmos outra regra de interpretação assumida como senso comum no campo das produções intelectuais sobre os faxinais, qual

seja: afirmar a “consolidação” do “sistema faxinal” como resultado das condições propiciadas pela imigração europeia (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988; SOUZA, 2001). Aqui, vale destacar que a imigração localiza-se geograficamente em apenas algumas regiões, não cobrindo, portanto, toda a região de ocorrência dos faxinais. Por isso, onde não se registrou a presença de imigrantes, pode-se afirmar que os faxinais permaneceram por mais tempo com suas extensões “ilimitadas”, afora intervenções de outra natureza. De fato, o que resulta da colonização de imigrantes é a “transformação” do “faxinal” em “criador comunitário” / “criadouro comum”, visto que a organização do faxinal passa a ser delimitada pelas cercas e lavouras, em razão da importância econômica desses cultivos agrícolas. Ao demarcar arbitrariamente este momento como marco da consolidação, condena-se os faxinais a serem compreendidos pelo momento em que encontram sua consolidação, ou seja, o modelo do “sistema faxinal”. Pode-se dizer, assim, que as produções intelectuais encerram os faxinais em territórios reduzidos ao perímetro das cercas, segundo períodos históricos pretéritos, onde as condições de existência conjugavam-se de modo menos ameaçadores.

A escolha desse formato ao objeto de pesquisa induz Carvalho e Chang a apresentarem outra regra de interpretação baseada no que se convencionou denominar de “normas consuetudinárias”. Os autores centram suas análises nos mecanismos internos de funcionamento do “criador comunitário” regidos por normas que organizam a produção, bem como as relações sociais presentes na comunidade, designando tal fenômeno como “sociologia da cerca”:

> A solução encontrada para se economizar material, dentro das condições objetivas dos meios de trabalho existentes, dará relevância para compreensão do que chamo de “sociologia da cerca”, ou seja, o conjunto de normas de comportamento econômico, social e político que a manutenção da cerca do criador comunitário determinou (CARVALHO, 1984, p. 17).

Essa forma de pensar, em que a “cerca” é fator determinante das relações sociais, dificulta o entendimento sobre a complexidade das relações sociais articuladas em torno do uso comum da terra e de seus antagonismos. Por isso, pode-se asseverar que o que determina o comportamento não é somente a manutenção da cerca, mas sim o conjunto de pressões, na forma de ameaças, tensões e alianças que os faxinalenses estabelecem visando a manutenção do uso

comum; deste modo seria mais propício pensar, noutro sentido, numa “sociologia das modalidades de uso comum da terra”.

Na mesma direção analítica de Carvalho, Chang distingue os termos que perfazem a oposição entre distintas modalidades de apropriação da terra ao concentrar sua análise na organização da produção, do que classificou como “sistema faxinal”, cujo expoente maior se traduz na presença do “criadouro comum”. Com isso a autora consolida a perspectiva de Carvalho e elabora outra regra de interpretação que passa a ser usada para identificar os faxinais. Chang vai proceder à caracterização pelo sistema produtivo, apresentando-o na forma de uma organização econômica camponesa, que se distingue das demais formas de produção no Brasil pelo seu “caráter coletivo” no uso da terra para produção animal:

> Uma forma de organização camponesa característica da região Centro-Sul do Paraná [...]. A semelhança dos demais sistemas de produção familiares, o sistema faxinal apresenta também os seguintes componentes: **produção animal –** criação de animais domésticos para tração e consumo com destaque às espécies eqüina, suína, caprina, bovina e aves; **produção agrícola –** policultura alimentar de subsistência para abastecimento familiar e comercialização da parcela excedente, destacando as culturas de milho, feijão, arroz, batata e cebola; **coleta de erva-mate –** ervais nativos desenvolvidos dentro do criadouro e coletados durante a entressafra das culturas, desempenhando papel de renda complementar (CHANG, 1985, p. 13).

Diferente de Carvalho, a autora não se refere diretamente à propriedade privada ou outras categorias fundiárias. Para ela isso já está explicado, por isso sua análise concentra-se numa definição amparada nos aspectos produtivos. Assim, reporta-se exclusivamente a aspectos econômicos, o que permite a expansão do significado do “criador comum”, ao recuperar analiticamente a produção agrícola como componente no “sistema faxinal”. Pode-se afirmar que Chang expande o conceito dos faxinais por meio do conceito de “sistema faxinal”. Este acréscimo faz reconhecer as “terras de plantar” como parte fundamental à existência e funcionamento do sistema. Assim, ao dar ênfase à complementaridade entre “terras de criar” e “terras de plantar”, e ao destacar a prática do extrativismo em seu conceito, a autora reaproxima-se da acepção de faxinal, pensada inicialmente por Carvalho, ou seja: produção animal, produção agrícola e extrativismo de erva-mate.

No entanto, esse modo de classificar busca evidenciar critérios objetivos, que não permitem compreender as diferenciações entre as formas pelas quais os faxinais se apresentam, e criam obstáculos ao conhecimento dos processos sociais

que envolvem os faxinalenses, sobretudo, na atualidade. Dentre esses inicio pelos critérios de classificação do "sistema faxinal", definidos segundo observação de aspectos produtivos tradicionais: extração erva-mate, produção animal em pastagens naturais e agricultura de subsistência. Estas atividades foram diagnosticadas pelo trabalho de Chang, em seu trabalho de campo, no início da década de 1980. A partir delas a autora descreve e fixa os componentes dos sistemas produtivos característicos do "sistema faxinal".

Com relação aos "sistemas de produção tradicionais" pode-se asseverar que desde os "primórdios" do processo de organização social dos faxinais até a contemporaneidade as características produtivas definidoras da forma tradicional se modificaram, foram recriadas ou se exiguiram, especialmente pela drástica redução das áreas de uso comum, bem como as áreas de lavoura, em função da presença de atividades econômicas induzidas pelo mercado ou Estado, em flagrante e sistemático intrusamento da territorialidade das "terras de faxinais".

Considerando o sentido prático e visando sua reprodução social, os faxinalenses têm adotado desde muito tempo inovações tecnológicas aos sistemas produtivos sem que isso signifique renúncia de suas práticas produtivas tradicionais ou a desconfiguração do faxinal, antes tem-se o interesse de conservar o uso comum da terra. Da mesma forma, os denominados faxinalenses integram-se às agroindústrias, dada as necessidades financeiras e pouca exigência em terra, recorrem à implantação de granjas de aves e suínos ou estufas de fumo[116], não obstante essas atividades interfiram nas relações que sustentam a unidade social.

De outro modo os faxinais persistem pressionados por limites territoriais cada vez menores, o que os obriga a situações onde a predominância de trabalho assalariado na lavoura, no comércio ou na indústria, torna-se regra, abrindo lacunas na caracterização defendida por Chang, no momento em que a renda que mantém as famílias em parte dos faxinais tem sua origem em subsídios públicos ou no assalariamento externo – temporário ou permanente –, sendo somente complementada pela renda agrícola obtida na produção agrícola ou animal, oriunda no "sistema faxinal" ou pelo extrativismo, quando esse está disponível. Todavia, a

[116] A fumicultura representa um dilema para os faxinalenses, uma vez que economicamente lhes garante a renda, de outra forma afrouxa os laços de solidariedade do grupo, além de provocar desmatamentos e contaminação dos recursos naturais considerados básicos à sua existência, e por essa razão encetando conflitos internos.

persistência nos fatores produtivos permanece em destaque, como pode ser percebido em Nerone (2000, p. 83):

> Sistema Faxinal, é uma forma de organização rural que apresenta os componentes produtivos: **produção animal** (no espaço coletivo, criadouro comum), **produção agrícola** e **extração da erva-mate**.

A regularidade em que essa regra de interpretação reproduz-se nos textos de Nerone, Souza, Lowen Sahr e Tavares, além dos levantamentos oficiais produzidos pelo Governo do Paraná, reforça essa percepção, o que leva os classificadores após cada ano detectarem menos faxinais consoante a caracterização referida ao "sistema faxinal".

Na obra de Souza, percebe-se que a aproximação com a produção de Carvalho é manifestada pelo destaque dado ao "criador comunitário". Porém, para fins de classificação, o autor reproduz a caracterização fornecida por Chang ao citar a definição de "sistema faxinal", na introdução de sua tese, a fim de apresentar a base conceitual donde parte (SOUZA, 2001, p. 13).

Por fim, Löwen Sahr adota como objeto de pesquisa o "criadouro comum", sem preocupar-se em construí-lo teoricamente, somente alude à Chang e Nerone, ao fazer uso das mesmas expressões:

> Presentes no bioma da Mata com Araucária estão os povos e as terras de faxinais. Trata-se de comunidades caboclas que praticam, sobretudo ao longo dos vales dos rios, um **sistema de uso integrado da terra que abrange a atividade silvopastoril comunitária, a extração de madeira e erva-mate e também a agricultura de subsistência.** Esta forma de organização composta por terras de criar e de plantar, separadas por valos/cercas, é conhecida no sul do Brasil como faxinal ou **sistema faxinal**. Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul **os faxinais já há muito tempo pertencem ao passado**. No Paraná, segundo Marques (2004), existem ainda hoje 44 faxinais (LÖWEN SAHR, 2005, grifos nosso).

A autora tem objetivos muito bem definidos em sua proposta, delineando um novo percurso analítico no qual deseja explicar a inclusão dos faxinais na categoria social de povos e comunidades tradicionais[117], escapando por esta via do roteiro

[117] A autora faz uso de conceitos de povos tradicionais sugeridos por Little (2002) e características de culturas e sociedades tradicionais apontadas por Diegues (2000) para listar o que denomina de elementos de "autoidentificação". Sua proposta oferece um quadro classificatório externo aos domínios dos sujeitos sociais a que se refere, o que, portanto, deixa dúvidas sobre o sentido da autodefinição como sugere a Convenção da OIT 169 em seu artigo 1.º (Sobre o tema consulte: Convenção 169 Organização Internacional do Trabalho - OIT, 1989, Genebra, Suíça).

interpretativo estabelecido pelos autores-fonte e reproduzido pelos autores subsequentes. Contudo, a base de sua interpretação se ancora de forma explícita no momento em que define o objeto sob o qual pretende investigar.

Por fim, Tavares (2008, p. 574) em seu recente estudo propõe uma combinação entre as definições utilizadas pelos autores-fonte ao considerar que a característica dos faxinais forma-se pela tríade: as terras de uso comum; as cercas em terras de uso comum e as terras agrícolas.

Em síntese, pode-se asseverar que a força explicativa alcançada pela definição do "criador comum" ultrapassa todas as produções intelectuais examinadas. Para efeito de análise, classificar os faxinais segundo as características físicas e materiais descritas pelos autores-fonte, bem como pela presença de atividades produtivas tradicionais, é uma maneira de investigar no presente – portanto, diminuir as chances de identificar sua presença – utilizando critérios e características pretéritos. Visto que, ao descrevê-lo, "congelam" ou produzem sua reificação, no tempo e no espaço, desconsiderando as dinâmicas e diferenciadas formas sociais de territorialização assumidas pela unidade social que comporta os territórios de pertencimento indicados pelos faxinalenses. Portanto, consagrar as mencionadas regras de interpretação tem sido uma prática recorrente dos pretendentes ao ingresso no campo intelectual, motivo pelo qual se explicita a eficácia simbólica das percepções dominantes ao reproduzirem-se no presente sem contestações que a abalem.

As obras dominantes no campo intelectual podem ser aproximadas de modo paralelo por uma miríade de regras de interpretação que compartilham. Dentre elas, as mais reproduzidas se caracterizam pelo modo como classificam os sujeitos "residentes no faxinal", utilizando-se de termos universalizantes para defini-lo. Dessa forma, a posse dos meios de produção, ou seja, sua condição econômica, é o critério básico que leva a cognominar o sujeito, a saber: "camponês" (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988; GEVAERD, 1986; TAVARES, 2008), "camponês faxinalense" (TAVARES, 2008), "pequena burguesia agrária" (CARVALHO, 1984), "pequeno agricultor/criador" (GUBERT, 1987; CHANG, 1988), "pequeno proprietário de terras" (CARVALHO, 1984), agregados (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988; GUBERT, 1987; NERONE, 2000), "assalariados" (CARVALHO, 1984; GUBERT, 1987; TAVARES, 2008), trabalhador rural (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988; GEVAERD, 1986; GUBERT, 1987; NERONE, 2000; TAVARES, 2008), agricultor familiar

(SOUZA, 2001) entre outros; ou por denominações genéricas que atribuem ao grupo uma condição social estigmatizada[118], tal como, "caboclo" (CARVALHO, 1984; GUBERT, 1987; CHANG, 1988; NERONE, 2000; SOUZA, 2001; LÖWEN SAHR, 2005; TAVARES, 2008), e "posseiro" (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988; NERONE, 2000; SOUZA, 2001; TAVARES, 2008). Essa visão corrobora para reforçar a ideia de "atraso cultural" e "primitivismo econômico" como características originárias dos faxinais, e ainda hoje é francamente associada a uma cultura predominante nessas áreas:

> Vamos ver que o elemento caboclo, grupo étnico numericamente considerável na estrutura social nas comunidades do tipo faxinal, são descendentes, miscigenados ou não com lusos e imigrantes europeus, dos primeiros escravos índios (CHANG, 1988, p. 18).

Gubert intensifica essa percepção ao afirmar que,

> Toda esta população, em geral é predominantemente cabocla, passou a ser expulsa das áreas de faxinal, que bem ou mal habitavam há décadas, vindo a engrossar o contingente de favelados que passaram a habitar, em condições ainda mais miseráveis, a periferia das sedes municipais (GUBERT, 1987, p. 2).

O uso dessas categorias universais denota a força dessa regra de interpretação pelas mencionadas *Obras de Referência* e apresenta dificuldades ao processo de construção identitária, ao reduzir a análise às diferenças econômicas e/ou aos traços culturais classificados como pertinentes pelos autores. As pré-noções embutidas nas categorias de nomeação tornam o ato de nomear os agentes faxinalenses uma ação compulsória à teoria, cujo resultado obscurece a compreensão sobre seu real significado em diferentes tempos e espaços, sobretudo na atualidade.

Importante ressaltar que um novo ponto de vista é incorporado ao debate no campo intelectual pela produção mais recente oriunda da geografia agrária. Löwen Sahr será a primeira autora a classificar os sujeitos sociais mediante enquadramento

[118] Ainda cabe ressaltar que em todas as obras analisadas é recorrente o uso do termo "caboclo", para referir-se a parte significativa dos "moradores dos faxinais". Sabe-se, no entanto, que o sentido atribuído pelo senso comum a essa "cultura" denota e reforça o estigma fortemente associado a um tipo social marginal e economicamente destituído de bens, em estado de permanente carência material. Tal descrição se encontra involucrada no pensamento social e caracteriza-se de modo diverso como uma identidade que resulta da "mistura de raças nacionais", culturalmente e socialmente difíceis de situar-se, visto que tal denominação é sempre atribuída externamente a grupos sociais marginais na sociedade.

teórico-conceitual na categoria de “populações tradicionais”. A autora aduz este significado em consonância com o conceito de “território social”, o que permite associar a especificidade do grupo social diretamente vinculado a uma determinada *forma de ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela do ambiente físico* (LÖWEN SAHR, 2005, p. 54). Tavares também aciona a noção de território ao cunhar a expressão “território comunitário camponês faxinalense” para definir as terras de uso comum. A noção de território, enquanto acréscimo conceitual ao debate, suplanta o conceito de propriedade privada e comum, corroborado pelos intérpretes anteriores, indicando uma saída ao “velho” problema interpretativo sobre a melhor forma de designar a área ocupada pelos faxinalenses para realização de suas práticas tradicionais. O uso deste termo suplantará os conceitos jurídicos convencionados para definir o criador comum: “compáscuo” (GEVAERD, 1986) e “propriedade privada da terra” (CARVALHO, 1984; GEVAERD, 1986; GUBERT, 1987; CHANG, 1988; NERONE, 2000; SOUZA, 2001).

A acepção “território tradicional” começa a ser introduzida como nova regra interpretativa por essas obras, e seu uso permite compreender, baixo uma mesma unidade social, o modo como os faxinalenses organizam socialmente os faxinais ao agrupar os fatores ambientais, políticos, culturais e jurídicos, num espaço físico delimitado e específico pela modalidade de uso comum dos recursos naturais.

Em seu esforço teórico de classificação, Lowen Sahr procura caracterizar os faxinais como “sociedades tradicionais”. Para tanto, relativiza o conceito atribuído à noção de “tradição”, permitindo compreendê-la como uma “realidade social moderna”, afastada de concepções de “imobilidade histórica” e “atraso econômico”. Contudo, define os faxinais por um modelo ideal típico, assentado em características objetivas atreladas ao passado, conforme os mesmos critérios produtivos e pretensamente étnicos, formulados por Chang:

> Trata-se de comunidades caboclas que praticam, sobretudo ao longo dos vales dos rios, um sistema de uso integrado da terra que abrange a atividade silvopastoril comunitária, a extração da madeira e da erva-mate e também a agricultura de subsistência (LÖWEN SAHR, 2005, p. 53).

Esses critérios podem ser observados em sua discussão sobre os elementos de identificação dos faxinais; neles a autora se limita em reproduzir o “Levantamento Preliminar dos Faxinais no Paraná” organizado pelo IAP em 2004. O

mesmo estudo caracterizou os faxinais utilizando como base conceitual os estudos de Carvalho (1984), Chang (1988) e Souza (2001), em que a ocorrência de um faxinal é definida fisicamente pela presença do “criador comum”. Neste caso a noção de “território social” reduz-se, por sua vez, também, a de um “criador comum”.

Desse modo, Löwen Sahr produz um paradoxo conceitual, conquanto por um lado inova com a adoção de um significado que induz a contemporaneidade à noção de “tradição”, de outro reproduz os esquemas de percepção que “congelam” no passado a noção de faxinal, ao recorrer a categorias sociais e econômicas tidas como correntes no campo intelectual.

No que se refere aos elementos de autoidentificação dos faxinalenses, fio condutor que os classifica na categoria geral de “povos e comunidades tradicionais”, a autora sintetiza em uma lista[119] os aspectos que os caracterizariam como tal. Todavia, é preciso frisar que os elementos apresentados constituem caracterizações dos faxinais, observadas pela pesquisadora segundo critérios conceituais prefixados pelo campo de debates em questão, portanto, amparados em conteúdos culturais definidos externamente pelo ato de classificar, tão somente preocupado em contabilizar as diferenças ditas objetivas, e não as diferenças que os próprios faxinalenses consideram como significativas, enquanto critério de autoidentificação, especialmente num ambiente social atravessado pela diversidade de interações sociais em que estão submetidos no presente, grupos de faxinalenses.

É com essa diversidade de categorias e conceitos, e tendo por cenário a “modernização da agricultura”, que os autores citados buscam explicar a presença dos faxinais, sempre os reduzindo às suas “características originárias”, momento em que os “criadores comuns” eram facilmente identificados pela presença e separação de “cercas coletivas” e “terras de plantar”. Ao destacar esses elementos de um contexto mais complexo, porém pouco conhecido, omite-se diversas articulações dinamicamente construídas nas disputas pelas terras tradicionalmente ocupadas para o uso comum, situação que leva às formas diferenciadas de manifestação dos faxinais.

Outra regra de interpretação que domina as obras desse campo decorre da inspiração evolucionista que orienta as obras examinadas. Ao recorrer à leitura da

[119] Conforme a autora menciona em seu artigo, esses elementos de autoidentificação foram elaborados durante o 1.º Encontro dos Povos de Faxinais, realizado em 2005. Todavia, não há indicação sobre a forma como foram produzidas tais caracterizações.

perspectiva histórico-econômica para explicar os faxinais: “gênese – consolidação – desagregação”; essas obras evidenciam a regularidade do uso das análises deterministas, porquanto a atividade econômica dominante associada a condições naturais disponíveis torna-se a razão que comanda os desígnios dos “criadores comuns” desde sua formação até seu inexorável destino ao desaparecimento. As interpretações não permitem dúvidas, a “gênese” resulta da atuação dos “ciclos econômicos”, especialmente o da erva-mate e da madeira, bem como as explicações indicativas de sua decadência e “término” são atreladas, posteriormente, aos processos econômicos motivados pela “modernização agrícola”.

Carvalho estabelecerá uma periodização ortodoxa em seu recorte de pesquisa, classificando o momento em que identifica como sendo a “instituição do criador comum”, segundo as narrativas de seus interlocutores – por volta de 1910 – e sua “fase de desarticulação” – 1980. Nesse período, em que decorrem cerca de 70 anos, o autor associa as mudanças no cenário econômico agrícola regional como responsáveis imediatas das distintas “fases” que recaem sobre o “criador comum”, subdividindo-as em: “fase de implantação” (1910-1920); “fase de crescimento” (1920-1958); e “fase de desarticulação” (1958-1981):

> Todavia, mesmo com profundas transformações econômicas na produção agrícola as normas de organização do criador comunitário permaneceram as mesmas até 1981, apenas se observando a ampliação ou redução do número de animais em pastoreio (CARVALHO, 1984, p. 40).

A persistência dessa regra interpretativa é identificada na dissertação de Souza ao utilizar esquema analítico semelhante à Carvalho para descrever as transformações socioeconômicas, em seu estudo de caso sobre os faxinais. Nele importa o modelo de “fases” de “formação”, “consolidação” e “desagregação” como fenômeno explicativo, como se pode observar desde a apresentação de seu objetivo:

> Realizar um estudo de caso relativo aos processos sociais agrários decorrentes das transformações econômicas e sociais incidentes na especificidade de um sistema faxinal localizado no município de Turvo-PR, buscando desenhar a trajetória dos agricultores familiares, partindo de seu momento de relativa autonomia, propiciado pela conjuntura econômica e social construída à época da formação dos faxinais, até sua subordinação na esfera do desenvolvimento das relações capitalistas no rural da região, que no limite de suas estratégias, resultaram na desagregação do sistema e na acentuação da diferenciação social no ambiente social da agricultura familiar (SOUZA, 2001, p. 7).

O autor, em seu estudo sobre o Faxinal Saudade Santa Anita, procede sua análise ampliando o número de "fases" para cinco, quais sejam: "fase de colonização da comunidade" (1850-1920); "fase de implantação do grande faxinal" (1920-1935); "fase de consolidação do faxinal" (1935-1950); "fase de desarticulação do faxinal" – 1.º momento (1950-1972); e "fase de desarticulação do faxinal" – 2.º momento (1972-2000). Neste caso, é interessante perceber que os argumentos que sustentam o modelo de "fases" proposto principalmente por Carvalho e seguido por Souza são definidos com extrema exatidão em períodos que explicam um pretenso ciclo evolutivo do "criador comum".

Muito antes Chang já havia acionado modelo explicativo similar, porém a autora alargou sua perspectiva histórica para além do marco estabelecido pela análise de Carvalho, buscando na história econômica do Paraná o fenômeno dos "ciclos econômicos", desde seu período colonial até as recentes mudanças econômicas e sociais, como fatores fundamentais para explicar a "gênese" e a "desagregação" do "sistema faxinal", forma pela qual estabelece um sólido eixo de análise que dominará esse debate dentro do campo intelectual em questão:

> Historicamente, há uma sucessão de ciclos, primeiro a mineração, depois a pecuária que tiveram grande importância na fixação do homem e nos desenvolvimentos iniciais da Província. O processo continua em seguida com a erva-mate sobrepondo, a partir da segunda metade do seu ciclo, ao ciclo madeireiro. [...] após este, o "boom" da soja na década dos anos 70, envolvendo várias regiões do Estado (CHANG, 1988, p. 16).

Nessa regra a periodização ortodoxa impreterivelmente se apoia nos "ciclos econômicos" para explicar as "fases" numa perspectiva funcionalista, que aduz a pensar o problema dos faxinais exclusivamente pelo viés das transformações econômicas macrorregionais.

O efeito dessa regra é tão evidente que sua força explicativa transpõe as áreas de conhecimento, motivo pelo qual Gevaerd, ao traçar o que denomina de perfil histórico e jurídico dos faxinais ou "compáscuos", reproduz a perspectiva histórica na análise jurídica, ao percorrer desde a construção do instituto do "compáscuo" na história da civilização ocidental, passando, na segunda parte de seu trabalho, ao exame jurídico desta categoria no ordenamento jurídico português e brasileiro, até encontrar os faxinais, momento em que procede enquadramento do

objeto às normas jurídicas vigentes no momento da produção de sua obra. O autor cita Carvalho e Chang ao traçar esse paralelo, enrijecendo o esquema de pensamento utilizado para explicar o processo de “formação” e “desagregação” dos faxinais:

> O período de formação dos faxinais se situa na virada do último século, entre o período da dependência da pecuária e a ascensão do mate (GEVAERD, 1986, p. 59).

A preocupação em situar os períodos históricos e sua relação direta com a “gênese” e a “desagregação” dos faxinais passa a ser uma forma de reforçar as explicações dos autores-fonte, razão pela qual se busca a citação para mencioná-los sem precisar validar os argumentos, tidos como consagrados. É assim que Gevaerd e Gubert apenas mencionam os períodos que caracterizam as diferentes fases do “sistema faxinal” elaboradas por Chang e Carvalho, para depois demonstrar sua hipótese a respeito da “desagregação” dos faxinais.

Gubert não utiliza em seu esquema de análise a perspectiva histórica ligada à busca pela gênese, mas sim ao fenômeno da “desagregação”, em razão de produzir um breve artigo, que busca captar a realidade social *in loco* visando a descrição de situações empíricas que evidenciam o conflito pela permanência do faxinal Barra dos Andrade, mas representativa da tendência que assola os faxinais daquela região. Assim, de modo parcial, reproduz noções e argumentos que fortalecem o modelo de pensamento estabelecido pelas interpretações de cunho evolucionista de Carvalho e Chang. Ao captar a “fase final” da existência de um faxinal reproduz a lógica das “fases” do desenvolvimento econômico. Tal perspectiva fica explícita em sua conclusão:

> As circunstâncias atuais são fortemente desfavoráveis a coexistência dos criadores comunitários com agricultura mecanizada e, se nada for feito, a desagregação dos faxinais e a desestruturação de sua malha social e cultural serão inevitáveis (GUBERT, 1987, p. 78).

Gevaerd, no entanto, é quem principia e aprofunda historicamente sobre as remotas origens europeias das terras comunais e dos “compáscuos”, utilizando-se do conceito de “terras imemoriais”, mais tarde adotado por Nerone e Tavares para explicar os traços de semelhança que estabelecem vínculos dos faxinais como fragmentos de uma cultura, por vezes normatizada pelos estados nacionais, e

praticada em diversas partes do mundo, conforme uma ancestral tradição camponesa.

Essa periodização estendida é perceptível, em especial, na obra de Tavares, quando da localização de terras de uso comum por diversos grupos sociais formadores do campesinato marginal na sociedade brasileira, tal como indígenas e negros. O autor aponta esses grupos como formadores dos faxinais, motivo pelo qual os menciona para explicar a *"trajetória dessa fração histórica do campesinato"*, que denomina de faxinalenses, e que se forma em determinado período histórico da sociedade no Sul do País.

O argumento adotado por Gevaerd, Nerone e Tavares estabelece uma nova regra no campo intelectual ao advogar a hipótese do "modelo importado" pelos colonizadores em períodos remotos da história do Brasil:

> O Sistema Faxinal, como uma das formas de uso comunal da terra no Brasil, não se constitui como um modelo originalmente brasileiro. Foi decorrente de um arcabouço cultural, transplantado via colonizador, cujas raízes podem ser encontradas na Península Ibérica, notadamente, nas Reduções Jesuíticas espanholas (NERONE, 2000, p. 23).

Com esse sentido, Nerone e Tavares, por vias distintas, buscam explicações que sustentam a noção da "gênese", reforçando a tese essencialista que defende a ideia de uma "origem comum" aos faxinais. Tavares, no entanto, em que pese utilizar esquema analítico semelhante ao analisar a trajetória histórica das transformações da "fração do campesinato faxinalense", preocupa-se em objetivar o "campesinato", visto que busca compreender os sujeitos, a formação de sua identidade e território.

Essa regra é mantida em Löwen Sahr, para reafirmar uma noção reificada de história e cultura dos faxinais, ao reafirmar o argumento da "origem" e da "população" formadora dos faxinais. A despeito disso a autora adota o esquema explicativo das "fases", e faz menção à "população originária" – caboclos –, bem como reproduz as razões concernentes à "desarticulação" dos faxinais, segundo a interpretação dos autores-fonte, ou seja, adere indiretamente à abordagem dominante para argumentar sua compreensão sobre a "gênese", bem como o processo de "desagregação":

> Sahr e Löwen Sahr (2005) reforçam a argumentação de Nerone (2000), salientando o papel cultural dos jesuítas. Atribuem, entretanto, a origem dos Faxinais a uma população autóctone que passa a fazer parte do cenário cultural da região no século XVIII: os caboclos. É esta população que desenvolve na Floresta com Araucária este tipo de sistema agropecuário, os Faxinais, paralelamente ao desenvolvimento das grandes fazendas vinculadas ao Tropeirismo na região de Campos. Quando chegam os colonos imigrantes, nos séculos XIX e XX, eles assimilam o modo de vida dos caboclos, dando origens a faxinais ucranianos e poloneses (LÖWEN SAHR, 2005, p. 60).

Um resumo dessa breve exposição correlacionando as produções intelectuais entre si permite perceber a reprodução de regras de interpretação no campo intelectual e sua persistência no tempo, mesmo frente a ajustes léxicos e conceituais observados nos textos recentes: Nerone (2000), Souza (2001), Löwen Sahr (2005) e Tavares (2008). O exame desse agrupamento de produções mais recentes permite refletir sobre a eficácia da representação dos autores-fonte na atualidade, percebendo por mais das vezes o incremento de um novo léxico de termos, sem que se modifique a interpretação dominante a respeito dos faxinais.

Os autores citados estabelecem, mediante essa regra interpretativa, um vínculo que endossa o poder explicativo dessa forma de pensar, filiando-se a uma genealogia intrínseca dentro desse campo intelectual, na medida em que convergem para o sentido da inevitável “decadência”, dada a fragilidade das condições estruturais em que se sustentam as áreas de “criador comum” em franca oposição com o modelo de apropriação privada dos recursos naturais estimulado pelo crescente avanço das forças produtivas no campo, levando a uma tendência fatalista e inexorável:

> É fora de dúvida que a situação dos chamados sistemas faxinais, se considerados tal como hodiernamente se apresentam no Centro-Sul do Paraná e na região Metropolitana de Curitiba, aponta para sua paulatina e inevitável dissolução (GEVAERD, 1986, p. 65).

Chang, por sua vez, ao deparar-se com os efeitos ocasionados pelo processo de “desagregação”, arrisca a prever um prazo para este fim:

> Finalmente, cremos que podemos sugerir que, se mantido esse ritmo de transformação analisado e desenvolvido nesse trabalho, cremos que dentro de 10 a 12 anos, o sistema faxinal não mais fará parte do setor produtivo rural do Paraná, e sim será lembrado, como parte da história da agricultura desse Estado (CHANG, 1988, p. 109).

Finalmente, com relação ao padrão formulado por essa forma de refletir os faxinais, as regras de interpretação que dominam o campo intelectual não permitem dúvidas: citar nominalmente os autores-fonte; reproduzir conceitos e categorias; reprisar esquemas analíticos; e o perfilamento à mesma abordagem teórica, é a forma pela qual as produções intelectuais examinadas reafirmam a posição dominante da abordagem de inspiração evolucionista e seus fatalismos. Ao excitar reconstruir ou reinterpretar as representações sociais produzidas pelos agentes faxinalenses, este esquema de pensamento e suas vicissitudes fomentam, na acepção de Bourdieu, as propriedades que operam o *habitus intelectual* que domina o campo de debates sobre os faxinais desde seus primórdios, mantendo quase incólume sua força explicativa e, de forma indiscutível, segue irradiando seus efeitos sobre outros campos onde este assunto é requerido.

Em que pese considerarmos a emergência de novas propriedades intelectuais propensas a indagações que contradizem esquemas e argumentos firmemente posicionados, o campo de debates exige das novas produções mais que uma arena para o confronto de ideias e interpretações teóricas distintas, é necessário revisitar minuciosamente a realidade social para conhecer e contrapor os limites de cada interpretação.

2. AS INTERPRETAÇÕES E AS INTERVENÇÕES NOS FAXINAIS

Para efeitos desta exposição interessa sublinhar que a forma de pensar os faxinais consolidou-se, sobretudo, nas classificações deterministas e suas variações, como elemento central e soberano das interpretações ortodoxas, em comum aliança com perspectivas historicistas. Sem querer trivializar as interpretações, pode-se reiterar que a ênfase desmedida nos elementos, ora culturais, ora geográficos e/ou econômicos inviabilizou os próprios critérios objetivistas que identificavam o objeto de pesquisa pela sua substância, declarando-o "condenado" ao "desaparecimento", de forma semelhante a outros grupos sociais, como quilombolas, indígenas, ciganos e pescadores artesanais, que foram colocados no limbo da historiografia regional, das ciências sociais e econômicas, restando-lhes espaços em museus e antigas obras literárias. Representariam, sob este prisma, anacronismos mais próximos de crônicas históricas acionadas pelo imaginário popular presentes em localidades rurais sem acesso às políticas de desenvolvimento (ALMEIDA, 2006).

Importa saber neste capítulo qual a eficácia dessas versões sobre os programas e ações desenvolvidos pelas agências dirigidas aos faxinais. Como demonstrado anteriormente, os fundamentos do modelo explicativo produzem obstáculos epistemológicos a serem removidos por esta leitura crítica. Considero, além disto, que eles devem ser submetidos à crítica porque eles se encontram hoje derramados disciplinadamente nas explicações científicas, foram transmitidos por um inconsciente coletivo, próprio de um campo intelectual em formação, e teceram uma camisa de força para se pensar os faxinais, que vige notadamente nos meandros das iniciativas políticas governamentais, nas ações de ONG's, Redes, Associações e STR's. Este senso comum erudito sobre o que se denomina de "faxinal" ergue, assim, obstáculos ao conhecimento específico de processos reais e de realidades localizadas, que é objeto da elaboração de levantamentos e programas governamentais no estado do Paraná, bem como de projetos de agências Não Governamentais – ONG's.

As categorias sociais e significados atribuídos às formas de uso comum dos recursos naturais de maneira invariável acusam desde o período colonial[120] até o

[120] Consulte-se as obras referidas à Ave-Lallement, Bigg Witter, Saint Hillare e Taunay. Suas descrições sobre a população local e as condições de vida na Comarca de Curitiba, informam

presente um padrão dominante da análise científica relativa à ocupação territorial e formas de expressão cultural na produção historiográfica e literária sobre o Paraná. Entretanto, a força explicativa desses esquemas interpretativos começa a perder força com o advento das referidas mobilizações dos faxinalenses a partir de 2005, num ambiente propício ao fluxo de reflexões e abordagens intelectuais relativo aos povos e comunidades tradicionais propagados com intensidade em eventos acadêmicos[121], em especial, na área de ciências humanas. Somente para efeito de exemplo, o processo mobilizatório empreendido pelos faxinalenses levou a produção acadêmica a questionar suas fontes e considerações prefixadas sobre o tema. A ruptura com essas premissas é acentuada pelo advento da identidade faxinalense, situação em que o sujeito da ação, organizado em representação política, é percebido, portanto, como agente social, relativizando a condição de "sujeito biologizado" e "passivo" indicado pelo esquema interpretativo dominante.

De maneira sumária passo a descrever os componentes dessa análise crítica ao determinismo em suas distintas vertentes, sobretudo as contemporâneas, em razão de sua grande influência nos estudos regionais e, mais ainda, nas intervenções destinadas ao campesinato. Inicialmente focalizo seu viés biológico que domina o discurso ambientalista, e entende a questão ambiental como uma questão sem sujeito. Ao priorizar a descrição de ecossistemas pretende uma forma de classificação que atrela a organização social dos faxinais a um bioma específico, como observado nas descrições que incorporam paisagens e ambientes florestais, em Carvalho, Chang, Nerone, Souza e Sahr. Para tanto, recorrem a explicações inspiradas no evolucionismo ao descrever a "formação" e "desaparecimento" por meio de termos passivos, oriundos das ciências naturais, tais como "população", "gênese" e "desagregação"[122]. Deriva daí a tão difundida ilusão do faxinalense como

---

situações de isolamento de grupos sociais, técnicas rudimentares que aproximariam as populações dos "sertões" a condição de primitivismo. Essa premissa não considera que o abastecimento alimentar da Província e, mais tarde, do Estado do Paraná, foi garantido em grande medida por esta forma de produção, muito antes dos imigrantes europeus aportarem em Paranaguá.

[121] Uma consulta aos sítios na internet que hospedam eventos organizados a partir de 2005 por associações de pós-graduação em ciências sociais (ANPOCS), geografia (ANPEGE), história (ANPUR), denotam uma sensível ampliação do número de trabalhos relativos à categoria de povos e comunidades tradicionais.

[122] Os termos empregados para explicar a existência dos faxinais carregam consigo forte conotação emprestada da biologia como modelo de interpretação de grupos sociais tradicionais em contextos de comunidades rurais isoladas ou com baixa relação de interdependência com a sociedade ampliada. As expressões "gênese" e "desagregação", cunhadas por Chang, são aproximadas à ideia de "população" organizada segundo critérios de funcionamento próprios à raça "cabocla" como elemento

"sujeito biologizado", definido genericamente na figura do "caboclo" como uma "raça" desprovida de história e ação, adaptada em seus primórdios a uma natureza "selvagem" e sem regras, dominada pelo ambiente biológico, tomado de "naturalistas" do século XIX, especialmente em Chang, Nerone, Souza e Löwen Sahr.

A influência dessa forma de pensar em sua versão atualizada pode ser encontrada, como veremos mais adiante, na formação discursiva contida no corpo do Decreto Estadual n. 3.446/1997, bem como das propostas de desenvolvimento colocadas em prática por meio de projetos de ONG's e grupos de pesquisadores[123], que pensam os faxinais como "comunidades caboclas", originalmente organizadas em domínios onde prevalecem imagens aludidas a formações florestais específicas, sob as quais passam a viver em conjunto nos limites internos do "criador comum". Se constrói uma figura de linguagem que faz compreender o surgimento dos faxinais e sua persistência como advinda de circunstâncias fortemente sustentadas no ambiente florestal. Tanto se manifesta dessa forma que o esgotamento das florestas de araucárias nos faxinais é usado como argumento para indicar a debilidade do "sistema faxinal" e, em muitos casos, é fator que "sinaliza" o estágio avançado de "degradação do sistema". Desconsideram com esses argumentos a permanente ação ambiental deliberada por vários processos sociais e econômicos que pressionam acintosamente a ampliação das diferenciações internas e fortalecem os antagonismos sociais, e sistematicamente tencionam pela desorganização das formas tradicionais de uso dos recursos, impelindo ao desconhecimento as constantes lutas por diversos outros recursos naturais em que está em jogo sua reprodução física e social, no esforço de resistência pela manutenção dos laços solidários do grupo, conforme reafirmem alianças, acordos, leis, instituições e práticas sociais na defesa de sua territorialidade específica.

Tem-se ainda a crítica às diferentes formações discursivas pela relevância dada aos fatores geográficos físicos, tal como a topografia, tipo de solo, vegetação, localização, assim como no conteúdo cultural que "marcaria" a persistência do grupo desde a sua formação até sua derradeira existência. Todos os aspectos formulados

---

central na formação dos faxinais. Para essa formulação, a autora considera que os costumes originários e suas vicissitudes são motivos da "desagregação".

[123] Os pesquisadores arrolados nesta tese compõem em seus locais de trabalho grupos de pesquisa e redes de pesquisadores que funcionam como espaços de produção e reprodução do conhecimento acumulado sobre os faxinais.

por esta tendência ao determinismo geográfico são em certa medida encontrados em Carvalho, Chang, Gubert, Nerone, Souza e Löwen Sahr, sendo acionados como sinal da “ocorrência” de faxinais. Comumente incorrem na ilusão do “isolamento” em regiões de baixo desenvolvimento social e econômico, e em condições naturais propícias para sua existência, conforme descrições de situações anteriores ao processo de colonização, associadas a práticas “primitivas” que marcariam sua passagem para a “fase” de “criador comum”. Este discurso leva a crer, num primeiro momento, no mito de que a interação social com outros processos sociais ou sociedades descaracterizaria os faxinais promovendo sua aculturação ou assimilação como já visto anteriormente, ou seja, a equação é simples, quanto mais “modernidade”, menos “criadores comuns”.

Da mesma forma, esse determinismo condiciona lugares e elementos constitutivos onde provavelmente a existência dos faxinais é viabilizada. A ausência ou escassez dessas situações geográficas e culturais implica em pensar os territórios de faxinais reduzidos aos “criadores comuns” em sua forma atual, numa obsessiva preocupação em identificar seus elementos constitutivos, que ao não serem encontrados permitem a desclassificação da condição de faxinal. Essa compreensão é notadamente observada nos chamados “levantamentos” e/ou “cadastramentos” elaborados pelas agências públicas vinculadas ao serviço de ATER e meio ambiente do Governo do Paraná em 1994 e 2004, respectivamente pela EMATER-PR e IAP.

Por último, essa análise concentra-se na crítica à visão dual oriunda de certo determinismo econômico que estabelece a oposição especulativa entre “natureza” e “cultura” e pretende suas explicações, distinguindo o “tradicional” do “moderno”, caracterizando a “racionalização” como uma substituição de processos “tradicionais” por processos obtidos por meio de uma análise técnica, racional e adequada a um fim determinado. Sua fonte indutora subjaz nas ideologias da “modernização e desenvolvimento”, contra as quais os faxinais representam-se em decadência contínua e fatal, explicado por esquemas analíticos organizados em “etapas” ou “fases” que demonstrariam seu implacável descenso face o “avanço da modernização”. Os praticantes desta modalidade de apropriação comum dos recursos naturais são apresentados em histórias preconcebidas, em que a organização social e a ação coletiva são desalojadas de categorias de análise evitando-se explicações sobre suas estratégias de reprodução social em meio a

narrativas sobre os processos produtivos. Na década de 1960, esses esquemas enrijecem a oposição entre "tradição" e "desenvolvimento", associando o primeiro termo a "subdesenvolvimento", isto é, ao "atraso" que teria de ser superado. Esta clivagem contribuiu para produzir no plano das percepções e classificações sobre os faxinais a formulação que assevera a apologia com situações onde se apresenta a miséria, a pobreza e, por conseqüência, a degradação ambiental e social. Na identificação dos "fatores de atraso", as produções intelectuais analisadas induzem, juntamente com os planejadores e burocratas, e assinam o obituário dos "criadores comuns". O fizeram considerando que a profunda crise do sistema tradicional não poderia ter maiores alternativas e que as principais ações governamentais ligadas a ATER e dirigidas aos "pequenos produtores" convergiriam para o desenvolvimento de monocultivos de grãos, para produção leiteira, a integração com agroindústria – suínos, aves e fumo – e incentivos diversos atrelados à produção de monocultivos de pinus e eucaliptus, visando ajustar a produção da agricultura camponesa ao abastecimento de cadeias produtivas fortemente apoiadas pela ação do Estado. Esta prioridade política é definida desde a década de 1960 nos governos militares, sendo reformulada na década de 1980 com o PRORURAL, o Programa de Microbacias, e retomada com o "Projeto Paraná 12 Meses"[124] (SEAB, 1998) em fins dos anos 90, não obstante o reconhecimento dos faxinais como ARESUR[125] já fosse uma realidade normatizada.

Seriam três, portanto, os pilares que fundamentam essa interpretação monótona, de pretensão racional, que foi produzida pelo campo intelectual e assimilada pelos planejadores públicos nos anos subsequentes. Em suas considerações teóricas e práticas o consequente é tomado como inapelável "destino" e o "desaparecimento" dos faxinais, consoante à visão determinista, é considerado como "consequência". É atribuído ao próprio faxinal e seus "moradores" o poder causal, sobretudo, com constatações ou previsões sobre a ampliação da densidade demográfica nos "criadores comuns" como fator de "degradação ambiental" e "favelização rural", motivada pela ampliação do grupo familiar nos moldes de uma explicação Malthusiana, ou mesmo, em incisivas tentativas de convencimento para o controle e supressão de animais de criação motivadas por

[124] SEAB/PR. **Paraná 12 Meses.** Boletim Informativo, Curitiba, v. 1, n. 1, 1998.
[125] ARESUR – Áreas Especiais de Uso Regulamentado. Formato desenhado especificamente para enquadrar os faxinais como unidades de conservação no Paraná por meio do Decreto Estadual 3.446/1997.

pesquisadores, técnicos de ONG's e prefeituras e da EMATER, como se o problema da alta concentração humana e animal decorresse da multiplicação desenfreada de famílias e animais, e não resultado da expropriação e drástica redução do território tradicional.

O exame sobre os discursos dos agentes governamentais, ONG's e Associações permite, concomitantemente, interpretar como esses significados são assumidos por distintos agentes que atuam na produção de ações dirigidas aos faxinais, seja órgãos do Estado – Prefeituras, IAP e EMATER – ou agentes que se propõem à promoção ou mediação das demandas – e ONG's de assessoria, que orientam suas ações a partir da compreensão que assumem sobre os faxinais. Destaca-se que as interpretações podem ser percebidas não somente pelas representações sociais, mas principalmente pelas práticas dos planejadores e executores de políticas e programas governamentais e da sociedade civil organizada, especialmente a partir de 1992, ano em que se realiza o Encontro sobre Faxinais e Sustentabilidade, organizado pela Comissão Pastoral da Terra – CPT em parceria com agências governamentais.

Neste capítulo, procuro refletir criticamente sobre o papel do Estado e de agentes de mediação na condição de reprodutores das interpretações dominantes, uma vez que sua ação de intervir na realidade dos faxinais no Paraná passa pelo uso operacional dos conceitos "cristalizados" pelas produções intelectuais de referência ao assunto, que ganham efetivação por meio dos denominados "levantamentos" e "cadastramentos", "projetos de desenvolvimento sustentável", produção de normas voltadas aos faxinais, mobilizações, mapeamentos, fascículos e relatórios, tratados como instrumentos oficiais, cuja pretensão objetiva o conhecimento, o reconhecimento, a identificação, a promoção, o desenvolvimento, a proteção e a defesa dos referidos faxinais.

2.1 A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A AÇÃO GOVERNAMENTAL

Essa breve menção sobre o pensamento que orienta as ações do governo em diferentes períodos históricos sinaliza em seu tempo mais recuado políticas econômicas de viés predominantemente mercantilistas, organizadas em torno da exploração do ouro, do gado, da erva-mate e da madeira. Tais atividades iniciadas no período colonial e vigentes até a década de 1960 configuram a formação de uma sociedade que reproduz em suas relações sociais fundamentos escravocratas e latifundiários, via pela qual se imobiliza a mão de obra[126] do conjunto de pequenos criadores, extratores e agricultores, submetendo-a a várias formas de servidão simultaneamente: da escravidão em sua forma jurídica, para a condição de peonagem pela dívida, concomitante à sua forma de "população agregada" nas grandes fazendas de gado e de erva, até a condição de assalariado da erva e da madeira, ou mais recentemente, integrado à fumicultura em condições análogas à servidão moderna (VELHO, 1976; ALMEIDA, 2007).

Pode-se encontrar nessas breves análises pontos de semelhança entre a visão mercantilista e a desenvolvimentista que demonstram em sua essência a formação de um pensamento social hierarquizado e autoritário que idealiza um projeto de sociedade ajustado aos interesses econômicos do capital. E que de modo incondicional justifica todas suas ações em razão do suposto progresso econômico que pretende, sob um mesmo interesse, organizar a diversidade social dentro do modelo explicativo "racional", de feição padronizada e adoção imprescindível aos ditames da *ideologia do desenvolvimento*. Por meio dela acionam-se os múltiplos mecanismos que o Estado dispõe para levar a cabo seu intento, desde o período colonial, ao preço da supressão das características socioculturais, étnicas e raciais presentes na formação da sociedade paranaense e nacional, ao pretender a

[126] O conceito de imobilização da força de trabalho está associado estreitamente à noção de *plantation* e consiste numa forma de dominação que se expressa pelas relações entre as instâncias política e econômica, e não guarda vínculo com a caracterização do modo de produção. Nesses termos pode-se asseverar que desde o Brasil Colônia assiste-se a manifestações de diferentes formas de um sistema de repressão da força de trabalho pela qual o campesinato não é extinto ou transformado, mas mantido subordinado na condição de mão-de-obra imobilizada, continuando a extrair de várias formas um excedente dele ao mesmo tempo que controlando a acumulação do grupo dominante. Dessa forma, o campesinato não é destruído, mas é confinado aos limites do espaço social dado, tornando-se incompatível tanto com a pequena produção independente, quanto com a formação de um mercado de trabalho livre (VELHO, 1976).

hegemonia eurocêntrica nos “traços culturais” e das formas de trabalho e uso dos recursos considerados como “arcaicos” e referidos às cognominadas populações de “caboclos”, “mestiços”, “índios” e “negros” (CHANG, 1988).

A coexistência dos sistemas de uso comum da terra com a propriedade privada não lograram nenhuma atenção das políticas governamentais em seu benefício, a despeito de inúmeras legislações[127] preverem sua existência em diversos municípios do Paraná, inscritas em códigos de postura, decretos e leis municipais desde 1829 – Câmara de Curitiba – e indicarem a presença dos chamados “logradouros”, “terras de criar”, “faxinais” ou “pastos comuns”. Ao que parece em grande profusão, esta evidência física e legal foi constantemente desconsiderada das ações governamentais no Paraná e no Brasil (CAMPOS, 2000).

Tal contexto pode ser compreendido com mais precisão pelas relações sociais oriundas de um Estado fundado sob a égide do latifúndio e da servidão, condição que submete as formas tradicionais de uso comum da terra, praticada por camponeses, ao estigma socialmente construído, abrindo possibilidades para o seu controle, via repressão sobre a força de trabalho camponesa presente em sua forma “livre” nas “terras de faxinais”. Esse intento é assegurado pela figura jurídica da propriedade privada, e avança com avidez sobre as terras consideradas “terras devolutas”, muitas das quais usadas como “terras de faxinais” mediante mecanismos de usurpação, mais tarde legalizadas pelas instâncias políticas, legislativas e jurídicas, segundo a interpretação das normas que regem a criação de um novo regime de terras fundado na propriedade privada, instituídas inicialmente em 1850 e reeditadas na versão Republicana em 1890, momento em que as “leis agrárias” de registro de terras foram transferidas para competência dos estados federados. Neste tempo, os interesses agrários sobre as terras devolutas já estavam definidos, em especial, pelos “Barões do Mate”[128] e empresários madeireiros[129] vinculados à

[127] Sobre esse assunto organizei em capítulo do livro “Terras de Faxinais”, tabela com Leis, Decretos, Códigos de Postura Municipais, recolhidos em pesquisa realizada em 2007/2008 com apoio do geógrafo Antonio Michel Kuller Meira, em mais de uma dezena de câmaras de vereadores de municípios localizados na região de Guarapuava e Irati, além de percorrer arquivos públicos municipais e estaduais quando estes estavam organizados.

[128] Os “Barões do Mate” representavam a nobreza paranaense ostentada pela exploração da erva-mate e sua industrialização em engenhos no período do Império, e primeiras décadas da República. Em razão do poder econômico que acumulavam na Província geralmente ocupavam cargos relevantes na política paranaense. Dentre vários Barões, Ildefonso Pereira Correa, o Barão de Serro Azul, destaca-se pela sua proeminência política. Essa condição lhes permitia articular os interesses econômicos com destreza ao elaborar Leis e definir a política agrária tanto na Província como no

construção das estradas de ferro que ampliaram seu controle sobre imensas áreas de terras devido à presença de madeiras nobres e erva-mate nativa.

Atendendo aos interesses de sua elite agrária, criam-se obstáculos legais que impedem a permanência dessas terras sob controle dos camponeses, visto que as condições para registro das terras consideradas "posses" eram limitadas pelas dificuldades burocráticas e financeiras de sua consecução, facilitando o acesso somente de grandes extensões de terra a grupos políticos e econômicos estabelecidos no poder, o que fazia pesar cada vez mais aos camponeses as usuais práticas de violência institucionalizada[130] por empresários do mate e da madeira, com explícito apoio do governo, a fim de alcançar pela força o domínio das terras mediante a usurpação via grilagem, maquiada muitas vezes por "concessões de terras públicas", independente de sua ocupação anterior por "posseiros". Estes interesses de grupos de pressão ligados ao poder econômico e político lograram

---

incipiente Estado Federado à República. Consulte-se VARGAS, Túlio. **A última viagem do Barão do Serro Azul**. Curitiba: Ed. Juruá, 2004.

[129] Trata-se de empresas que por mais de um século, desde o período do Império, obtiveram apoio público através de concessões de extensas áreas de terra com presença de florestas. O episódio mais dramático desta história de esbulho de posses e bens de grupos de camponeses resultou na "Guerra do Contestado", onde, após a conclusão das obras do trecho catarinense da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, a companhia Brazil Railway Company, que recebeu do governo 15 km de cada lado da ferrovia, iniciou a desapropriação de 6.696 km² de terras (equivalentes a 276.694 alqueires) ocupadas já há muito tempo por "posseiros" que viviam na região entre o Paraná e Santa Catarina. O governo brasileiro, ao firmar o contrato com a Brazil Railway Company, declarou a área como devoluta, ou seja, como se ninguém ocupasse aquelas terras. "A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado". Isso, e até mesmo a própria outorga da concessão feita à Brazil Railway Company, contrariava a chamada Lei de Terras de 1850. Não obstante, o Governo do Paraná reconheceu os direitos da ferrovia; atuou na questão, como advogado da Brazil Railway, Affonso Camargo, então vice-presidente do Estado. Os camponeses que viram o direito às terras que ocupavam ser usurpado, e os trabalhadores que foram demitidos pela companhia (1910), decidiram então ouvir a voz do monge José Maria, sob o comando do qual organizaram uma comunidade. Resultando infrutíferas quaisquer tentativas de retomada das terras – que foram declaradas "*terras devolutas*" pelo governo brasileiro no contrato firmado com a ferrovia – cada vez mais passou-se a contestar a legalidade da desapropriação. Uniram-se ao grupo diversos fazendeiros que, por conta da concessão, estavam perdendo terras para o empresário Percival Farquhar, bem como para os coronéis da região. Consulte-se VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

[130] A violência simbólica produzida pelo discurso liberal assumido no Brasil não poderia desconsiderar nosso passado escravocrata, fruto de uma herança que calava em profundidade em uma elite dominada pelo medo. Este alimentado pela memória dos quilombos, indígenas e posseiros, por um certo maniqueísmo desenvolvido em função do legado colonial, em que grupos de cativos e espoliados de suas terras, de vítima do sistema, passavam a ser "causadores" de determinada violência ao defender no limite, bens de uso comum e a própria vida. Desta forma de pensar, não era só o indígena o "selvagem" violento, o negro e toda população "mestiça" não era confiável e, em decorrência, não tinham condições morais para cumprir os elevados propósitos nacionais de colonização e conquista do território nacional.

êxito pelo amparo jurídico[131] de mecanismos legitimados pelo Estado, notadamente no período imperial, com a Lei de Terras e, a partir da República, com a produção de normas estaduais que mantêm intactas as prerrogativas daquela Lei – Lei de Terras do Paraná.

Paralelo a esses mecanismos de usurpação das terras, grupos de camponeses, que não dispunham de meios para requerer ou enquadrar-se nos critérios legais elegíveis para sua obtenção, foram, em diferentes tempos, ora territorializando suas práticas de uso dos recursos naturais, em momentos de debilidade de seus antagonistas sociais, ora sofrendo desterritorialização, quando do fortalecimento daqueles. Este movimento descontínuo os conduz em última instância a um dinâmico processo de reorganização social[132] sob terras que permanecem "abertas", como estratégia de sobrevivência e condição para sua reprodução social, cultural e física nos faxinais.

Não examinar adequadamente tal contexto implica em desconsiderar os diversos mecanismos que visam legitimar os processos de ocupação e controle das terras públicas e devolutas utilizadas como "terras de faxinais" por agentes privados desde o período colonial, onde o domínio da propriedade privada se estabelece. Tal forma de controle da terra coordenada pelos grupos dominantes e oficializada pelo Estado historicamente resultou na repressão de grupos indígenas, camponeses e quilombolas que viviam sobre terras tradicionalmente ocupadas, visando seu domínio como forma de controle dos recursos naturais (ALMEIDA, 2006).

Por essa razão, a repressão aliada à visão marginal da diversidade sociocultural paranaense tornam-se lugar-comum dos discursos e ações desde o tempo dos administradores da Província, especialmente quando da deliberação da política de imigração onde pretendia-se a "purificação" da referida diversidade,

---

[131] Esse controle formal sobre as terras de uso comum configurou-se gradualmente e de modo imperativo sob diversas categorias fundiárias instituídas pelo Estado e que lhe garantiam a legitimidade em diferentes tempos: sesmarias – instituídas no século XVII e desregulamentadas em 1822 – posteriormente validadas, após 1850, e continuamente em 1892 no caso do Paraná, com a Lei de Terras do Paraná, que reproduz em grande medida os preceitos da Lei de Terras, onde prevalecem as usuais formas de acesso mediante venda ou requerimento de posse de terras devolutas ao governo com "comprovada" ocupação e, por último, os processos em que o próprio governo alienava o domínio de suas terras mediante projetos de colonização, ou indiretamente a terceiros para que promovessem a colonização de imigrantes estrangeiros em sua maioria (ALMEIDA & SOUZA, 2009).

[132] O fenômeno de reocupação e uso dos recursos naturais por grupos sociais ocorria em momentos que os grupos dominantes estavam enfraquecidos ou fragilizados econômica e politicamente, possibilitando de forma temporária obter controle sobre as áreas antes definidas como privadas (ALMEIDA, 2006, p. 122).

juntamente com mudanças radicais nas formas de exploração da terra, mantidas em uso comum, visando atender os interesses do mercado de terras. Esses ideais inspirados na razão liberal coadunam com os interesses políticos e ideológicos que repercutiram no Paraná dos oitocentos, evidenciando muito claramente a busca de um *darwinismo social e econômico* mediante a integração na "civilidade" e no "progresso ocidental" sustentado pelos discursos e ações que pretendiam projetar um modelo de *desenvolvimento e progresso*, afastando os "vícios de origem" inscritos no pluralismo social e étnico da sociedade paranaense (NADALIN, 2001).

Em seu tempo, tal política foi deliberadamente aplicada com incontáveis somas de recursos públicos[133], por meio de sucessivas levas de imigrantes de origem européia, amplamente apoiadas por ações afirmativas. Todavia, dadas as condições existentes, pouco êxito lograram na formação de um campesinato idealizado, considerando as expectativas produtivas. Situação que conduziu parcela significativa desses imigrantes ao serviço do interesse industrial nas fazendas no sistema das antigas *plantantions* de erva-mate, como parte da estratégia de desenvolvimento econômico do Estado (LINHARES, 1969).

Tal discurso transpassa décadas e permanece prevalecente, pois com base nessa "racionalidade" estimula a partir da década de 1950 a recolonização[134] oficial com grandes imóveis rurais adotando práticas predatórias, tais como desmatamentos de grandes extensões para implantação de projetos econômicos diversos – pecuária, madeira, grãos, papel e celulose. O estímulo à construção especialmente, de plantas industriais e a concessão de terras e incentivos a grupos empresariais, complementa esse quadro em que tudo se dá em nome do "desenvolvimento", que se torna a categoria dominante no discurso dos planejadores oficiais, sobretudo, após a criação do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, em 1961, e da Superintendência de Desenvolvimento do Sul – SUDESUL, em 1967.

---

[133] Para efetivação desse empreendimento apostava-se na força de trabalho dos imigrantes, exaltando sua descendência européia como fator de progresso agrário e agrícola, cuja finalidade principal de abastecimento alimentar coadunava com a necessidade de mão de obra concentrada em atividades econômicas dominantes, sobretudo, extrativas como a erva-mate e a madeira, facilitando com isso a "abertura" dos recursos naturais para o próspero mercado de produtos agrícolas e florestais. Consulte-se NADALIN, S. O. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2001. v. 1. 107p.

[134] Uso o termo recolonização em razão da reincidência do governo após quase um século da colonização com imigrantes trazidos da Europa, sobretudo de origem eslava, em querer promover o "desenvolvimento" com a força de grupos e capital externos à região num claro menosprezo pelos grupos sociais locais.

Por esse viés contemporâneo, a década de 1960 é marcada pela intervenção estatal através de políticas desenvolvimentistas dirigidas à agricultura, em grande medida pensada para resolver problemas econômicos de expansão da região da nova fronteira agrícola no denominado "Norte Novo do Paraná", tendo em vista seu recente processo de ocupação e recursos naturais propícios à atividade agropecuária (PADIS, 1980). Como haviam condições de expansão agrícola naquela região, bem como no Oeste e Sudoeste do Paraná, e já se dispunha de plantas industriais instaladas – serrarias -, destina-se ao chamado "Paraná Tradicional", notadamente na região de colonização antiga – Centro, Centro-Sul, Metropolitana de Curitiba e Norte Pioneiro[135] – o fomento à implantação de a produção do café, do gado e monocultivos de pinus e eucaliptus[136], visando a consolidação do segmento de papel e celulose. Portanto, nesse período a ação do governo na aludida região consiste em ações voltadas ao *desenvolvimento regional* baseado na agricultura em escala e povoamento de monocultivos de madeiras exóticas.

Pode-se asseverar que esse esquema de pensamento é operacionalizado desde início da década de 1950, quando se estimula uma ação empresarial para dinamizar a economia da região, tratando o conhecimento local como "atrasado" e distante da racionalidade agrícola e industrial que conduz ao desenvolvimento. Nessa ocasião se acentua o discurso da incorporação gradual dos "pequenos produtores" nos "benefícios" da integração à agroindústria da fumicultura, suinocultura, avicultura e a especialização leiteira, bem como em monocultivos extensivos de milho e soja. Trata-se de justificar que o extrativismo havia sucumbido,

[135] Essa região guarda forte aproximação geográfica com o que os autores-fonte indicam como região de presença de faxinais.

[136] Nesse momento os incentivos fiscais começam a ser liberados abrangendo a "aquisição" de extensas áreas de mata, recursos para plantio de Pinus e Eucaliptos, instalação de novas indústrias e modernização de plantas industriais de antigas madeireiras que datam do começo do século XX. Esse é o caso da Lumber S/A de Percival Farquar situada em Três Barras – SC próximo à divisa do Paraná. Três Barras foi palco da Guerra do Contestado, onde não houve grandes embates, mas se apresenta como ponto estratégico para contar essa história. No final do século XIX, instalou-se no município a empresa norte-americana "Southern Brazil Lumber e Colonization Company" (foi a maior serraria da América Latina). A ação da empresa foi devastadora, lembrada até os dias de hoje: toda a madeira extraída dos 180.000 ha foi vendida aos Estados Unidos para a fabricação de casas. A Lumber tinha suas próprias leis e funcionava com um território americano dentro do Brasil. Em 1938 Getúlio Vargas estatizou a madeireira e cerca de 1.800 empregados ficaram desempregados. Em 1942, foi incorporada pela Empresa de Papel Rigesa, que em 1953 foi adquirida pela WestVaco de capital norte-americano. TEICH, Daniel Hessel. 50 milhões de árvores nos vagões da ferrovia - maior serraria da América do Sul derrubou grande parte da floresta de araucárias. **O Estado de S. Paulo**, Caderno de Economia, Três Barras, SC, p. B9, 6 mar. 2005.

facilitando as transações comerciais de venda de áreas de florestas nativas com presença de estoques de madeira e, sobretudo, ervais, abrindo e estimulando o mercado de terras para projetos agropecuários e plantação de monocultivos de pinus e eucaliptus, que usufruem de incentivos fiscais e creditícios[137] das agências dos governos federal, bem como estadual.

Sob esse viés classificatório de inspiração dual, o desenvolvimento é pensado pela oposição entre o "tradicional" e o "moderno", remetendo todas as categorias sociais identificadas como "tradicionais" para o grupo de "pequenos produtores", de acordo com os planejadores das agências de desenvolvimento governamental, enquanto que os chamados "posseiros", recentes ou antigos, devem ter disciplinada sua forma de exploração com um uso dos recursos cada vez mais aproximado às regras estipuladas pelo Estatuto da Terra de 1964[138] e pelo Código Florestal Brasileiro de 1965[139]. Por meio desse expediente decreta-se arbitrariamente o fim das formas de uso comum dos recursos naturais, ou seja, os faxinais são colocados à margem da legalidade e forçados a enquadrarem-se

[137] A partir de meados dos anos 1960, o governo adotou uma intensa política de incentivo fiscal para o reflorestamento, voltada às grandes indústrias siderúrgicas e de papel e celulose. Essas indústrias, que estavam em franca expansão, eram obrigadas por força de Lei a manter áreas próprias para sua produção de matéria-prima. Nesse período registra-se a expansão fundiária dessas empresas sobre as florestas nativas. A política florestal do governo militar criou uma série de instrumentos que, até metade dos anos de 1980, incentivou e financiou as grandes empresas florestais, em especial, na aquisição de terras e desoneração tributária. Essa política somente se encerra em 1986/1987. GONÇALVES, M. T. **Plantações e a política florestal no Brasil**: análise da formação e da institucionalização das demandas (1960-2000). SOBER, 2006.

[138] O Estatuto da Terra (Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964) define a categoria imóvel rural para fins operacionais e com propósitos cadastrais e tributários. A sua conceituação tornou-se então um pressuposto básico para fins de imposto e de ação agrária. Dessa forma, a categoria imóvel rural afunila o foco da ação do Estado e abre lugar para autoritarismos e arbitrariedades, que menosprezam as especificidades locais, os fatores étnicos e as diferenças nas formas de apropriação dos recursos naturais. Daí as dificuldades formais com a heterogeneidade e com as diferenças estabelecidas pelas terras indígenas, pelos quilombos e pelas terras de uso comum. ALMEIDA, Alfredo W. B. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: UFAM, 2006. (Coleção tradição e ordenamento jurídico).

[139] O Código Florestal (Lei 4.471 de 15 de setembro de 1965) preconiza o direito de propriedade em toda a sua plenitude, face a inviolabilidade do direito de propriedade previsto como garantia constitucional, em que pese serem enunciadas que "são bens de interesse comum a todos os habitantes: *Art. 1.° - As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de propriedade com as limitações que a legislação em geral e especialmente esta Lei estabelecem.* Esta acepção impõe categorias operacionais do Estatuto da Terra que configuram a estrutura agrária baseada na propriedade da terra, segundo a noção de **estabelecimento** e a categoria de **imóvel rural,** reduzindo as terras de uso comum a estas categorias e noções fundiárias. AHRENS, Sergio. O código florestal brasileiro e o uso da terra: histórico, fundamentos e perspectivas. **Revista de Direitos Difusos**, v. 6, n. 31, p. 81-102, 2005.

exclusivamente no regime de propriedade privada, tendo regulada sua forma de uso dos recursos naturais.

Mesmo os conflitos sociais pela terra, agravados a partir da década de 1970, com a chegada dos "gaúchos", empresas agropecuárias e reflorestadoras[140] que resultam em inúmeros assassinatos, ameaças de morte, usurpação das terras e destruição de bens dos faxinalenses, não logram uma mudança nos traços essenciais desta ação governamental. Ainda hoje, os planejadores oficiais permanecem falando na "vocação" agrícola e florestal da região de ocorrência de faxinais, proporcionada pelos seus atributos naturais utilizando os mesmos esquemas explicativos deliberados desde o período provincial no Paraná.

A partir da década de 1980, a finalidade dessas políticas, também focalizadas na região de predominância dos faxinais, volta-se à "tecnificação racional da produção" dos "pequenos produtores" (SEAB, 1980). Sua aplicação sugere, num primeiro momento, uma reação ao "atraso" econômico dos "pequenos produtores", para em seguida indicar a presença da "degradação", em especial do solo, acelerada por técnicas de cultivo tradicionais responsáveis por constantes perdas de produtividade. Fala-se também na melhoria da qualidade de vida da população, como consequência de sua inserção produtiva, todavia a mudança que se acelera refere-se ao êxodo rural.

Todo esse investimento na "promoção do desenvolvimento" vai mudar sensivelmente a fisionomia econômica, social e ambiental do Paraná, sinalizando em pouco tempo, fissuras no anunciado triunfalismo dos programas públicos, sobretudo, devido ao esgotamento e perda dos recursos naturais e intenso deslocamento compulsório de milhares de camponeses para as cidades[141]. Nesse tempo, a temática ambiental é incorporada aos discursos e programas oficiais como componente da fala e das ações, tendo no Programa de Microbacias[142] do PR sua

---

[140] O caso da Madeireira Zattar, no município de Pinhão, exemplifica muito bem a intensidade dos conflitos entre faxinalenses e a empresa, especialmente a partir de fins da década de 1970. Para maior aprofundamento consulte-se VANDRESEN, D. **Estudo da realidade brasileira a partir dos grandes pensadores, para entender a história da expropriação da terra dos índios, negros e posseiros da região centro do Paraná.** Monografia (Curso de Realidade Brasileira) - UFMG, 2007.

[141] Segundo IPARDES, foram expulsos do campo na década de 70 mais de 1.200.000 paranaenses. IPARDES-Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba: Convênio IPARDES/SEPL/FUEM, 1989.

[142] A microbacia enquanto unidade geográfica consubstanciou a dinâmica deste programa, inicialmente idealizados por técnicos da extensão rural pública do Paraná, nos idos de 1978, mas transformado em programa estadual anos mais tarde. Um dos fatores motivadores foi a dificuldade de se planejar a intervenção em bacias hidrográficas, com toda a sua complexidade e infinitas variáveis

maior expressão ainda na década de 1980. O aviltante incremento da produção agrícola e a desmesurada exploração florestal concentrados em regiões consideradas de fronteiras agrícolas vão ocasionar um dos maiores desastres ambientais do Paraná, no prazo inferior a 20 anos de sua execução, reduzindo drasticamente os recursos florestais, degradando os recursos hídricos e provocando volumosa perda de solos agrícolas (AS-PTA, 1995)

Na década de 1990, a demonstração de incapacidade para controlar os efeitos do propalado "desenvolvimento rural" faz acrescentar na pauta dos programas públicos o adjetivo "sustentável", especialmente, após a realização da ECO 1992. Tal acréscimo não significa mudança de rumo dos processos econômicos, antes preocupa-se em assegurar que a "conservação racional dos recursos naturais" seria acatada enquanto preceito dos projetos conduzidos pelo governo e iniciativa privada, pelo menos em termos retóricos, sob pretexto de superar a "degradação" ambiental e frear as práticas predatórias. Os levantamentos oficiais sobre a cobertura florestal, em especial, vão demonstrar que essa intenção não se realizou, antes pelo contrário. A floresta de araucária, por exemplo, reduziu-se a limites imponderáveis sua ocorrência, levando o governo federal e estadual a baixar normativas declarando moratória[143] sobre a exploração florestal nativa, bem como impedindo qualquer corte de espécies consideradas ameaçadas, como no caso do Pinheiro-do-Paraná.

De igual forma, em tempo algum tais políticas identificam as peculiaridades sociais, fundiárias e ambientais desses sujeitos denominados "pequenos produtores" em situação de vulnerabilidade econômica, social e agrária, tampouco indica quem é o agente da "degradação" ambiental e sob qual forma promove esse desajuste. Em conformidade com o discurso dos planejadores, tal omissão insinua a associação entre as técnicas e práticas de cultivo dos "pequenos produtores" e essa "degradação". A ação do Estado surge, nesta ordem, para "valorizar" o "pequeno produtor", por meio de incentivo a novas técnicas supostamente capazes de reparar

---

socioeconômicas e ambientais. Assim, os programas de microbacias nasceram naquela época preocupados em solucionar a crescente degradação das terras e a conservação dos rios, principais fontes de insumos no meio rural. SEAB, PR. **Programa de microbacias.** Curitiba, PR. 1990.

[143] Sobre a proibição observa-se que na década de 1990 a reformulação do ITCF para IAP resulta da necessidade de fortalecer os instrumentos de controle, proteção e fiscalização, como licenciamentos, criação de unidades de conservação e produção de normas ambientais mais rígidas como as moratórias e suspensão de cortes de florestas nativas face o descontrolado avanço das atividades agrícolas, pecuárias e florestais sobre os recursos naturais. Consulte-se Instituto Ambiental do Paraná – IAP. Disponível em: <www.iap.pr.gov.br>.

as perdas de solo, recursos hídricos, florestas, e concomitantemente melhorar sua renda e qualidade de vida (SEAB, Programa PR 12 meses, 1998).

Sob tais denominações atribuídas à noção de desenvolvimento é que se tem hoje um antagonismo em torno do uso “mais racional” dos recursos florestais. Este antagonismo contrapõe os interesses do “agronegócio”, diretamente responsável por desmatamentos destinados à produção de grãos, monocultivos de pinus e eucaliptus, aos projetos de crédito de carbono, cujas estratégias cognominadas criticamente de “colonialismo verde” prevêem a preservação dos recursos naturais via a concepção da “ambientalização do mercado” (ACSELRAD, 2000). São essas formas de desenvolvimento ambíguas que marcam desde o início da década de 1990 as diretrizes do discurso das agências oficiais sobre a região onde se apresentam os faxinais.

2.2 A IDEOLOGIA DA DECADÊNCIA NA INTERVENÇÃO DOS FAXINAIS

Como visto no capítulo anterior, o reconhecimento da produção intelectual dos faxinais na condição de “sistema tradicional de produção camponesa” presente no Paraná, será interpretado, na perspectiva dos planejadores públicos, como persistência de estruturas arcaicas a subsistir no interior do campesinato paranaense. Portanto, suscitam a necessidade de impor mais “desenvolvimento rural” a essas regiões, visando superar um “tradicional” que insiste em prorrogar-se no tempo, uma vez que as políticas agrícolas de incentivos e de crédito praticadas ao longo de três décadas – 1960 a 1980 – não foram suficientes para transformá-lo, não obstante alcançaram somente segmentos vinculados ao capital industrial na agricultura, restringindo o acesso da “modernização” aos “pequenos produtores”.

Nesse caso, a dinâmica “desagregação” que se alastra nos faxinais, apresentada pelas produções intelectuais dominantes, corrobora com determinada visão, que se esforça em explicar a derrocada dos faxinais pela decadência das formas tradicionais de produção, ao opor, conforme fizeram os autores de referência, “tradição” e “modernidade”. Estes afirmam que se, por um lado, o avanço do modelo de “desenvolvimento” é o motivo da contínua e acelerada “decadência” dos “criadores comuns”, de outro, sua permanência depende da adequação do “desenvolvimento” tecnológico aos faxinais, para superar os limites deste “sistema tradicional”, em razão do seu “esgotamento” ambiental, técnico e produtivo:

> Se de um lado a revolução agrícola camponesa foi “inacabada” porque ela foi incapaz de encontrar em si mesma as forças para superar as contradições que a estrangulava, e teve de recorrer a soluções exógenas para seu equacionamento, de outro lado, essa demanda de soluções técnicas coincide com a necessidade do capital expandir cada vez mais as forças produtivas no campo. E nessa sobreposição de necessidades há uma subordinação das necessidades camponesas aos interessados do capital (CHANG, 1988, p. 84).

Tais interpretações se limitam em reflexões relativas à produção agrícola, e parecem ser unânimes sobre a necessidade de superar suas contradições, causa do “atraso” social, econômico e tecnológico que vige a sustentar a tese da “crise dos sistemas tradicionais de produção” (HARDIN, 1968). Por outro lado, o que se apresenta como irreversível é o desenvolvimento, em consonância com o imperativo

de gestar a evolução das condições produtivas por meio da “viabilização econômica” dos faxinais, sem a qual desapareceriam.

Nesse momento, é possível estabelecer relações entre as produções intelectuais de referência e a forma de pensar dos agentes públicos, aproximando por demais tais posições sobre o tema, não escapando ambas, de previsões e tendências que convergem no argumento de que não há alternativa aos “criadores comuns”, se não forem incluídos nas ações de “desenvolvimento” tecnológico e organizacional a fim de superarem seus limites econômicos e sociais. Depreende-se que o uso das noções de “esgotamento” e “degradação” justificam propor a “viabilização econômica” e a “organização social e produtiva”, recomendação consensual entre as produções intelectuais, ao proporem cada qual, dentro de sua área de conhecimento, sugestões às agências públicas no trato com os “criadores comuns”. Nesse intento, observam medidas organizativas combinadas com o aperfeiçoamento técnico, sempre considerando o declínio dos elementos que sustentam sua especificidade. Contudo, por esta via, aduzem a busca pela produção e produtividade dos faxinais, como condição de sua manutenção.

Assim, Carvalho instiga a pensar alternativas para um dos traços mais relevantes dos “criadores comunitários”; a criação de animais, possivelmente em razão de seu “esgotamento”, ao propor sua “renovação” mediante o estímulo a processos organizativos e produtivos no interior dos faxinais:

> [...] mobilizar os próprios autores da sua geração e consolidação para reconstruírem, e dela tecerem novas ou renovadas alternativas para organização da criação de animais [...] (CARVALHO, 1984, p. 78).

Chang se refere às “restrições técnicas” presentes nos “criadouros comuns” para justificar “soluções” tecnológicas produtivas próprias aos faxinais. Com isso suscita tão somente o que considera os “limites produtivos do sistema”, como estratégia de superação de um problema que tem sua origem em conflitos agrários e socioambientais entre distintas modalidades de apropriação e uso dos recursos naturais:

> É preciso redirecionar a política tecnológica através da produção de soluções próprias, soluções estas que permitam relaxar as restrições de produção da pequena produção levando em conta suas especificidades (CHANG, 1988, p. 109).

Assinalando a importância da "viabilização econômica" dos faxinais, Gevaerd, na condição de assessor jurídico do ITCF, indica medidas legais para efetivar o "compáscuo", compreendendo que esse conceito jurídico corresponde à complexa realidade dos faxinais:

> Nesse mister, nossa conduta tem sido no sentido de propor ações declaratórias confessórias, provocando a manifestação jurisdicional acerca da existência do compáscuo, e o providenciamento da inscrição da respectiva sentença junto ao cartório de títulos e documentos da comarca, atendendo, assim, ao requisito do título mencionado no Código e configurando a oponibilidade da situação fática e jurídica da comunhão de pastos contra terceiros (GEVAERD, 1986, p. 66).

Ainda, explicita sua posição otimista ao condicionar a formulação de um "projeto" que propicie a "viabilização econômica" dos faxinais, tornando-o rentável, medida esta que não explica a forma, mas certamente possibilitaria estancar a *decadência* dos "criadores comuns", por meio da adoção do instrumental disponibilizado pela razão técnica-produtiva dominante, como descreve Gevaerd (1986, p. 66):

> A sua viabilização como modo rentável e válido de exploração comunitária e autogestionária da terra é factível e coerente. Milhares de pequenos agricultores e criadores seriam com isso beneficiados e o projeto que se destinasse a viabilização econômica dos faxinais.

Por isso concluem suas análises apontando para "projetos" ou "políticas" que devem ser empregadas de modo "emergencial", como forma de conter o "inevitável": aperfeiçoamento das tecnologias tradicionais; assessoria jurídica visando assegurar o direito comum ao "compáscuo"; fomento à organização comunitária; dentre outras já incluídas no rol dos programas da época, que se propõe atender "criadores comuns" em flagrante tensão social. A essa altura das análises, já é possível perceber que os intérpretes rendidos por seus esquemas analíticos articulam perspectivas de modo simultâneo para explicar o destino final do que desejam revelar, qual seja: a "crise da organização econômica tradicional", que invariavelmente supõe o "desaparecimento" de grupos sociais considerados "tradicionais" pela incorporação em maior ou menor grau aos padrões sociais e econômicos instituídos pelo pensamento dominante.

De sua seara, Gubert, seguindo essa linha argumentativa e embasado em sua formação específica, anuncia a "viabilização econômica" como ação

imprescindível à “sobrevivência” dos faxinais, sugerindo um conjunto de técnicas entendidas como “racionais” como solução ao que padece na realidade observada por suposta “irracionalidade”:

> Na realidade, a única alternativa para sobrevivência do faxinal é a sua viabilização econômica através do manejo racional do rebanho, que poderia ser melhorado aos poucos; a integração com outras atividades complementares como apicultura e piscicultura; a manutenção e o enriquecimento da mata com espécies de interesse econômico como araucária, as canelas, a erva-mate, o cedro, e mesmo a imbúia (GUBERT, 1987, p. 78).

Souza, que escreve 15 anos após Gubert, propõe a mesma via tecnológica ao adotar a agroecologia e sugerir medidas sem que se atinja o essencial da questão, ou seja, objetivar as situações sociais conflituosas que levam a enfraquecer o sistema produtivo e a organização comunitária, de difícil resolução pelo caminho da importação de premissas tecnológicas e econômicas pautadas pelo que denomina de “agroecologia” e “economia popular e solidária”:

> Desta forma, será necessário inicialmente fortalecer a organização do sistema produtivo do criador comunitário, conjuntamente criar e participar de novas formas de organização da produção e da vida social (associações, grupos de agroecologia, representação política, economia popular e solidária etc.) como estratégia de resistência e recriação da vida (SOUZA, 2001, p. 131).

Mesmo demonstrando reconhecer a necessidade de organização social, tais “soluções” agem preferencialmente na mitigação dos limites produtivos, sociais, econômicos e ambientais nos faxinais, uma vez que a natureza desses problemas enfrentados pelos faxinalenses decorre da drástica redução do controle de seu território tradicional, por conseguinte, o impedimento das práticas tradicionais que garantem sua reprodução social e física. Ao preconizar medidas que soam como “soluções” centrais aos problemas relativos ao “esgotamento” e a “degradação” dos recursos naturais e a baixa produção agrícola e dos rebanhos, os intérpretes, assim como os agentes públicos aqui analisados por seus discursos, identificam as causas que promovem a “degradação”, mas não investigam os processos sociais que atualizam as lógicas territoriais e as estratégias de reprodução social e física dos grupos em questão. Prova disso é que reservam preferencialmente aos faxinais

suas medidas técnicas como resposta a uma pretensa e necessária “viabilização econômica”, como se esta fosse à medida essencial.

Essa regra interpretativa coaduna com as representações dos agentes públicos que operam políticas em municípios com a presença de faxinais. Não obstante, tais argumentos são reproduzidos pelo senso comum, dentro de uma mesma sequência discursiva, que inicia com a identificação da “modernização da agricultura” como razão principal da crise que aflige os faxinais, para justificar que se tem domínio sobre as “causas”, ainda que de forma desprovida dos reais mecanismos que operam nos meandros das relações sociais do grupo o desestabilizando; para em seguida relacionar os seus evidentes “efeitos” presentes nos limites produtivos, nas desavenças internas e na degradação ambiental, anunciando o “concreto e factível” fenômeno de decadência do sistema tradicional. Isto é, o problema recai sobre as consequências, situação que exige o desafio de pensar “soluções” que visem à organização da produção por meio de novas tecnologias, e os problemas “fundiários” pela interpretação dominante no direito, como capazes de adaptar os faxinais no interior do modelo de desenvolvimento vigente. Perseveram por este caminho na contradição de proporem medidas “tecnológicas” e “jurídicas” emprestadas dos fundamentos que sustentam o pensamento e a ação dominante, segundo critérios universalizantes, sendo esta, *a priori*, a fonte e causa geradora dos efeitos que assolam os faxinais.

No entanto, nenhum dos autores deixa de mencionar a necessidade imperativa de adequar tecnologias ao “sistema faxinal”, visando sua manutenção. Nerone é a única dos autores examinados que esboça desconfiança, de modo restrito e pontual, ao criticar as “soluções” que rotineiramente apresentam seu viés econômico pensado a partir de padrões predeterminados, visto que insistem em desconsiderar a lógica e as relações presentes nos faxinais:

> [...] reflorestamento através dos programas florestais que levam em consideração apenas uma das faces do faxinal, mas não consideram as interfaces em que o criadouro se situa como centro de convergência do Sistema. Assim, esses programas unilaterais, criados em âmbito estadual, não considerando as particularidades regionais e a existência das populações tradicionais, colocam em risco o Sistema, comprometendo, portanto, a sobrevivência das comunidades rurais do tipo faxinal (NERONE, 2000, p. 227).

Em resumo, pode-se afirmar que essa forma de refletir “soluções” ou “alternativas” apresentada pelos produtores intelectuais demarca um padrão interpretativo dentro de limites analíticos intrínsecos à abordagem teórica já comentada, que opera na busca de superar os “problemas” relativos a “degradação”, “pobreza”, “desorganização social” e “atraso tecnológico”. Não obstante esse padrão não divirja pelas sugestões e recomendações oferecidas ao “pequeno produtor”, desenha-se uma simetria das “soluções”, independente de estar ou não organizado em faxinal. A clivagem demonstra-se somente na exaltação que as produções intelectuais descrevem o valor ambiental e cultural dos “criadores comuns” que passa a justificar a necessidade de ações de preservação face irrevogáveis “limites” sociais e econômicos para os quais as “soluções” se apresentam sempre de modo paliativo, uma vez que não alterariam as estruturas fundiárias que pressionam os faxinais a mercantilização das terras e recursos naturais diversos.

Ante a persistência das agências públicas na temática do *desenvolvimento tecnológico* da agricultura, tema que gradualmente vai incorporando a temática ambiental em suas ações – década de 1990 -, sendo fortemente disseminado, sobretudo, para municípios considerados “alvo” em programas de desenvolvimento rural, considerado os baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, o que aduz a um suspeito nexo com a presença de faxinais. Estas percepções são asseveradas em discursos e ações produzidos por agentes públicos que atuam sistematicamente com o desafio de impulsionar o desenvolvimento econômico em suas regiões e municípios segundo preceitos oriundos de uma perspectiva dominante na agricultura, o que situa seus depoimentos e narrativas de modo ajustado a um padrão explicativo que comporta em diferentes tempos “pontos de vista” que pouco se alteraram nos últimos 20 anos.

Essa interpretação sobre os elementos que compõem os discursos e sustentam as intervenções nos faxinais torna-se possível de ser analisada no decurso de entrevistas colhidas por Gubert[144] em 1986 e, posteriormente, por Marques[145] em 2003, junto aos agentes públicos que atuam ou atuaram em faxinais em razão de seus ofícios.

---

[144] Gubert coletou entrevistas para elaboração de seu artigo intitulado “O Faxinal”, publicado em 1987 na **Revista de Direito Agrário**, v. 2, ITCF. E republicado no livro **Terras de Faxinal** em 2009.

[145] Marques atuou como consultor técnico do IAP em 2003, pelo período de quatro meses, com a finalidade de elaborar a pesquisa de “Levantamento Preliminar dos Faxinais no PR”, publicado em 2005 pelo IAP.

Para fins dessa análise relativa às intervenções do poder público, examinei as entrevistas realizadas com os agentes públicos: 02 (dois) Engenheiros Agrônomos; 03 (três) Técnicos Agrícolas; 01 (um) Promotor de Justiça; 01 (um) Padre da Igreja Católica; e 02 (dois) Prefeitos Municipais, ambos de Rebouças, cujas entrevistas são separadas pelo interstício de 12 anos. Como pode-se observar prevalece nos aludidos depoimentos os denominados "técnicos" da área de agricultura vinculados às Prefeituras e EMATER-PR. Essa condição lhes garante o contato frequente com os faxinais, momento em que opera o cognitivo profissional como filtro de interpretação da realidade social a qual se referem.

Em seus depoimentos respondem a questões dirigidas que visam abarcar a fundamentação que subjaz ancorada no "ponto de vista" dos próprios entrevistadores[146] ao formular suas indagações, quais sejam: quais as razões que motivam sua "desagregação"? Quais ações desenvolvem nessas comunidades? O que viabiliza economicamente os faxinais? Entre outras de menor calado. Dessa maneira a réplica baseia-se em explicações técnicas próprias ao conhecimento acumulado em seus trabalhos nos faxinais, ao denotar respostas que manifestam um senso comum erudito das representações já cristalizadas pelo campo intelectual, sobretudo, pelos agentes públicos entrevistados por Marques em 2003.

Pode-se afirmar que o significado que atribuem aos faxinais em seus depoimentos se baseia em três "razões" que explicariam o processo de "desagregação" em curso, indicando o que está nos fundamentos de suas produções intelectuais: a primeira, a razão econômica e social; a segunda, as razões técnicas onde se pautam os "limites" produtivos e ambientais; e a terceira, a razão organizacional. Todas convergem para explicar a *razão da decadência* como um fato natural e próprio do ciclo evolutivo deste sistema tradicional.

Sem surpresa, as respostas demarcam percepções que permitem perceber as nuances que sustentam as relações destes operadores de políticas públicas, bem como dos direitos atinentes aos faxinais no tempo[147] em que se realizam as entrevistas.

---

[146] Gubert tinha como referência teórica Carvalho e Chang. Marques ancorou-se em conceitos e categorias elaboradas por Carvalho, Chang e Souza para proceder sua pesquisa. Consulte-se IAP, 2004.

[147] Importante frisar que esse tempo é separado por mais de 15 anos. Nesse período os faxinais obtiveram seu reconhecimento como Unidades de Conservação – ARESUR – por meio do Decreto Estadual n. 3.446/1997. Esse fato obrigou os agentes públicos a reelaborarem seus significados e ações na relação com os faxinais, sobretudo em razão da aplicação do ICMS Ecológico.

Inicialmente, ao examinar a “razão” econômica da *decadência*, observa-se que sua explicação se constrói pela analogia com o avanço do processo de “modernização da agricultura”, que desde a década de 1970 estaria provocando o aquecimento do mercado de terras na região, transformando rapidamente as terras de uso comum em áreas de apropriação individual destinadas aos monocultivos agrícolas e de plantios de pinus e eucaliptus. Na avaliação dos agentes públicos, o critério da racionalidade econômica coloca em lados opostos as distintas modalidades de apropriação, em prejuízo dos faxinais, para os quais o aspecto econômico é bastante limitado, portanto, considerado atividade de subsistência, longe dos padrões de “viabilização econômica” pretendidos pelos projetos e programas públicos:

> [...] Expansão da agricultura, necessidade de explorar mais áreas de terra, invasão das áreas de campo (faxinais) para exploração agrícola, falta de alternativas econômicas dentro do faxinal que viabilizem e garantam mais renda para as famílias proprietárias; desvalorização do preço da erva-mate (*apud* MARQUES, 2004, p. 95).

Essa situação é acentuada, em especial, com os recém-chegados “moradores” nos faxinais ou ao seu redor, muitos dos quais ávidos em adquirir terras, pelo baixo preço praticado à época, trazendo consigo novas tecnologias produtivas ou empreendimentos que privatizam o uso comum. O estímulo fornecido a esses “novos moradores” ou “empresários” pelo poder público denota sua conciliação em torno de interesses que representam o “progresso”, fenômeno inevitável e “natural”, apto a superar a “inviabilidade” dos faxinais, o que pode ser compreendido na entrevista fornecida pelo Prefeito de Rebouças, à Gubert, em 1986:

> O Faxinal é coisa do nosso elemento tradicional, do nosso caboclo que por falta de apoio deixou de acreditar na lavoura e debandou para a cidade. Aí veio a estagnação econômica. É por isso que eu acho que nós seremos até criminosos se segurarmos este progresso que está por aí. Só em Rebouças vieram mais de 100 famílias novas, plantando áreas até bonitas de serem vistas. Entre o Saltinho, Cochos e Barra são mais de 300 alqueires plantados só em feijão! Não é agora por causa de meia dúzia de égua seca que nós vamos deixar de apoiar esse povo que quer o progresso (referindo-se aos “gaúchos”). E é sumamente impossível impedir o progresso, queremos melhorar e progredir! De jeito nenhum nós podemos retroceder, o Brasil todo tem que plantar! O que eu não posso é ficar carregando gente que não dá ICM nas costas. O nosso desenvolvimento é bonito. A lavoura é primordial. O Progresso é natural (*apud* GUBERT, 2009, p. 137).

Na versão dos agentes públicos, as práticas tradicionais referidas ao uso comum da terra estariam limitando o *progresso* do município, pela *estagnação econômica* que representam. Esta oposição vai ganhar força de padrão explicativo a partir da década de 1980, sendo reproduzida pelo conjunto dos agentes públicos atuantes no município, como no caso da interpretação jurídica acionada pelo Promotor de Justiça de Rebouças à época:

> Chocam-se duas realidades – os usos, costumes e tradições locais contra o que o Código Civil estabelece, mas prevalece o aspecto econômico [...]. Do ponto de vista puramente jurídico, o artigo 1527 do Código Civil estabelece que o dono do animal teria a obrigação de cercar a propriedade ou fazer piquetes e/ou mangueirões para conter seus animais, evitando assim o ataque à lavoura de outrem. Isto combinado com o artigo 588 do mesmo C.Ci. que dispõe sobre o direito de tapagem[148] (*apud* GUBERT, 2009, p. 136).

A percepção de que duas realidades estão em "choque", reforça mais uma vez a oposição entre o "tradicional" e o "moderno", ou seja, ao interpretar à luz do Código Civil[149] – normativa inspirada no liberalismo econômico –, o promotor sustenta a tese em que prevalece o "aspecto econômico" representado pelos interesses da propriedade privada. Tal interpretação jurídica induz a pensar que subsiste nos "criadores comuns" uma irracionalidade econômica resultado da "tradição local", ao contrário do que aconteceria na "lavoura", cenário de uma realidade oposta, símbolo de uma razão econômica que se impõe, sobretudo, pelo direito individual. Neste caso, o conceito jurídico do "compáscuo" contrapõem-se ao "direito de tapagem", ao considerar o aspecto econômico, o operador do direito informa o quê juridicamente define sua posição.

Para ressaltar o alcance auferido pela noção de "estagnação econômica" enquanto modelo de pensamento que opõe os faxinais e a noção de "desenvolvimento", sua presença é disseminada para todos os campos da sociedade de maneira irrestrita, produzindo estigmas econômicos e sociais aos faxinais, nas mais diversas áreas de atuação profissional, como se pode notar no emprego das noções de "atraso" e "isolamento" aludidas ao "criador comum", presentes no depoimento do Padre da Paróquia de Rebouças na época da entrevista de Gubert:

---

[148] Tapagem se refere às cercas que separam a criação animal das plantações.
[149] O Código Civil a que o promotor se refere data de 1916.

> O fato é que temos que modernizar e o pessoal que veio e quer trabalhar. O criador comum é uma experiência positiva em termos do que possa ser um exercício comunitário e a preservação da flora é importante, mas esta região está atrasada em pelo menos trinta anos e por esse tempo todo o governo desconheceu esta região que ficou no isolamento (*apud* GUBERT, 2009, p. 136).

A associação da ideia de "atraso" ou "pobreza" à condição de isolamento geográfico reforça a noção de *primitivismo produtivo* e *decadência socioeconômica*, situando os faxinais num desses lugares-comuns que insistem em pensar as práticas tradicionais e seus agentes sociais como "problemas" a serem tratados pelas diretrizes da ação de assistência social[150] dirigida a grupos e comunidades de "pequenos produtores" considerados em situação marginal, em razão de um suposto anacronismo que os empurra para a vala comum das políticas sociais[151], voltadas a grupos socialmente marginalizados, dada à analogia com situações de vulnerabilidade social e econômica que se apresenta.

Essa forma reducionista de pensar a complexa realidade social no rural, vista sob a ótica das relações objetivas, desvia o foco dos conflitos centrais que afligem estes grupos, caracterizados pela instabilidade no controle de seu território tradicional, o que implica em muitos casos em ações e esforços que provocam o acirramento dos conflitos internos nos faxinais, opondo os interesses dos faxinalenses com as propostas preconizadas pelas autoridades[152], no que tange ao desenvolvimento idealizado pelo Estado. Sejam técnicos da área de saúde ou da agricultura de prefeituras e EMATER[153], tem-se como regra o menosprezo pelos

---

[150] Sobre essa linha de ação, muito acionada desde 1998 na região Centro-Sul do Paraná, consulte-se Programa PR 12 meses. <www.seab.pr.gov.br/programas/pr12meses>.

[151] Dados colhidos junto à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Rebouças, PR indicam que em 2009, 62% dos moradores do faxinal de Marmeleiro de Baixo recebem recursos de programas sociais, como o Bolsa Família.

[152] Entenda-se aqui por autoridades locais os representantes das instâncias públicas no município ou região: prefeitos, vereadores, juízes, promotores, delegados, sindicalistas, padres e pastores. Com relação aos técnicos da área de saúde, sua ação em campanhas para exterminar rebanhos de porcos "crioulos" criados soltos, a partir da década de 1980, pelo fato de ser hospedeiro intermediário da cisticircose, foi motivo de tensões acirradas entre os faxinalenses, as prefeituras e as regionais de saúde. Mais tarde, após inúmeras campanhas de desestímulo à criação de porcos em criadores comuns, revelou-se o que a ciência já sabia, isto é, a forma larval encontrada na carne suína, também é encontrada na carne bovina, e o problema não residia na criação solta de porcos, mas sim na falta de saneamento básico, facilmente resolvida com a instalação de banheiros nas comunidades rurais. Todavia, enquanto esse sofisma ganhava força, muitos dos faxinais virão tomar lugar da criação em regime extensivo, os chiqueirões das integradoras de suínos e aves.

[153] A EMATER do Paraná foi fundada em 1956 com a designação de Escritório Técnico de Agricultura – ETA, sua preocupação residia na missão de promover uma verdadeira "revolução agrícola no campo", objetivo este dirigido a superar as precárias condições da agricultura tradicional. Importante

faxinais, marca de um "passado" que as ações governamentais de modo geral insistem em manter na "invisibilidade", buscando sobrepor aos sinais de sua presença medidas[154] que coíbem suas práticas tradicionais de uso comum dos recursos naturais, ou intensifiquem os conflitos sociais, argumentando para isso a melhoria das condições comunitárias.

Com relação aos "limites" produtivos e ambientais, parte-se do entendimento que os agentes públicos adotam o "criador comum" como objeto[155] de sua ação, portanto, de forma inconsciente estão descrevendo os "limites" de um espaço social condicionado pelas restrições físicas do presente, onde os aspectos produtivos e ambientais se apresentam como consequência. De outro modo, a fórmula que emana dos discursos descontextualizados resultam da evidência focalizada de inúmeros "limites" auto-explicativos: escassez de áreas de pastagens e terras agrícolas, combinada com a elevada lotação animal, baixo nível de adoção de tecnologias e degradação dos recursos florestais e hídricos. A configuração deste "diagnóstico técnico" dos "limites" produtivos e ambientais é infalível em afirmar que os faxinalenses estariam na direção de um colapso produtivo e ambiental, tendo em vista a baixa produtividade e a intensificação do esgotamento dos recursos naturais, o que impreterivelmente levaria à *falência* ou *exaustão* do sistema, em que pese

---

ressaltar que dos 7 primeiros escritórios instalados no Paraná, 5 foram situados em regiões com predominância de faxinais: Rebouças, Prudentópolis, São Mateus do Sul, União da Vitória e Campo Largo. LOUSADA, M. T. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

[154] Entre tais medidas repressoras em que as prefeituras são os próprios agentes, observa-se a retirada de portões e mata-burros sem anuência dos faxinalenses, como no caso dos faxinais Cai de Cima e Salso em Quitandinha, e os faxinais Marmeleiro de Cima, Barro Branco, Salto e Marmeleiro de Baixo em Rebouças que à revelia dos faxinalenses tiveram seus portões trocados por mata-burros sob a justificativa dos portões prejudicarem o transporte de caminhões e escolar.

[155] A noção de "criador comum" tal como apurada nas formulações analíticas dos autores-fonte induzem a pensar que os liames econômicos mantêm as propriedades privadas dos "moradores" dos faxinais dispostas em "coletivo", compondo por agregação, os "criadores comuns" na condição de território faxinalense. Para além deste pensamento em que a propriedade privada é exclusiva na composição dos "criadores comuns", já explicitamos no Capítulo 1 que sua configuração não se assenta em uma única categoria fundiária, ou melhor, e ao contrário, na percepção dos agentes faxinalenses ela se encontra dentro do território de pertencimento tradicionalmente ocupado, onde coexistem terras devolutas, terras públicas e terras de donos não declarados, sendo historicamente dispostas ao uso de práticas e manutenção de bens e recursos imprescindíveis à sua existência social. De outro modo, tal acepção menospreza a força e a complexidade das relações sociais que sustentam uma territorialidade específica mantendo a unidade social coesa ao longo do tempo, mesmo face tensões e conflitos sociais travados contra antagonistas históricos e atuais. Ademais, a ideia de "coletivo" não coaduna com a noção de uso comum, visto que não reflete a forma de apropriação dos recursos e bens praticados pelos faxinalenses, estas contemplam tão somente as regras de uso dos recursos naturais e bens considerados "abertos", e não a divisão do trabalho ou da produção, como a noção de "coletivo" conforme incutido pelo pensamento dominante.

tentativas de investimentos em programas públicos dirigidos à melhoria das condições produtivas dos “pequenos produtores”:

> A dez anos foi desenvolvido um trabalho dentro do PRO-RURAL e depois abandonado para atuar em outras comunidades. [...] **Quais as razões para isto estar acontecendo?** Pela impossibilidade de gerar renda, através da criação, principalmente porque após 70 anos de uso já se esgotou a fertilidade do solo e também os recursos naturais. A mentalidade atual é produzir, e do faxinal é sobreviver, o que não atrai a nova geração que vê como saudosismo a idéia de faxinais (*apud* MARQUES, 2004, p. 126).

Ao destituir da condição produtiva os faxinais reduzidos a um lugar de subsistência, o técnico da EMATER entrevistado por Marques (2004) manifesta o que considera ser os limites que o distanciam da racionalidade produtiva e ambiental dominante: o esgotamento dos recursos naturais e a baixa produtividade em razão da persistência da mesma modalidade de uso. Esses argumentos colocam os faxinalenses na condição de agentes promotores da degradação pelo fato de “insistirem” numa forma de organização da produção fadada ao “fracasso”.

Dessa forma, ao concentrarem sua análise nas fragilidades dos “componentes do sistema produtivo tradicional” como uma das razões de seu contínuo enfraquecimento, os agentes públicos explicitam estarem de acordo com a visão que reafirma o anacronismo das formas tradicionais, em *decadência*, face as inovações tecnológicas produtivas, como símbolo do *desenvolvimento*, sobretudo, num contexto em que cada vez mais a agricultura familiar se especializa e se tecnifica por meio de incentivos e programas de crédito, assistência e comercialização (SEAB, PR 12 meses, 1998). Não obstante a intervenção dos agentes e políticas públicas vise atenuar as conseqüências sobre os faxinais, na maioria dos casos averiguados pela pesquisa de campo[156] pode-se asseverar que as intervenções dirigidas aos aspectos produtivos e ambientais, pouco efeito representaram para o “desenvolvimento” dos faxinais, destacando-se que somente as ações de infraestrutura – colocação de mata-burros, cercas e portões – têm mitigado os conflitos mais recorrentes, além de reforçar o limite físico do “criador comum”.

[156] Pesquisa de campo realizada para fins de elaborar o capítulo 4 desta tese. Ressalta-se que somente são feitos investimentos em faxinais cadastrados como ARESUR, em razão do ICMS Ecológico.

Tais medidas traduzem um repertório padronizado de “ações”, “experiências” e “projetos” aplicados aos faxinais, especialmente após 1998 – ano em que se instituem as ARESUR –, condição indispensável para que os municípios recebam parcela do Imposto por Circulação de Mercadorias (Ecológico) – ICMS Ecológico[157]. Assim, é notório que somente faxinais enquadrados nesse dispositivo logram alguma atenção específica das intervenções em razão da fiscalização empreendida pelo IAP, a fim de monitorar os parâmetros de conservação da qualidade ambiental da área.

De fato, após a implantação das ARESUR’s, as prefeituras são impelidas a investir nos faxinais, tarefa que iniciam pela recuperação de cercas e adequação de portões ou mata-burros, que tomam lugar nas ações do poder público municipal, conquanto sejam demandas evocadas pela pressão dos faxinalenses, que visam prioritariamente garantir os limites territoriais ao menos do criador comum, bem como zelar pela manutenção de acordos e normas internas, evitando com isso novos conflitos gerados pela “invasão” de criações em áreas de lavouras.

No entanto, nos últimos 10 anos observa-se que o repertório dessas ações segue um padrão de intervenção sem critérios pré-definidos que orientem as medidas técnicas segundo a especificidade que anunciam e conferem ser a “razão da diferença”. Por isso, não ficam obrigados ou correspondem à criação de algum programa específico para os faxinais no plano municipal ou estadual, visto que as ações diluem-se nos programas de atendimento à agricultura familiar pré-existentes e de aplicação corrente pelos agentes públicos, esvaziando de vez o significado do “específico” atribuído nos discursos aos faxinais. Por extensão, os agentes públicos afirmam elaborar tais medidas por meio de “consultas” às comunidades ou pelo uso de “metodologias participativas”, situação que varia entre as prefeituras. Entretanto, depois de vários anos de “ações”, “trabalhos” e “experiências”, persiste o desconhecimento de grande parte das famílias faxinalenses sobre o funcionamento dos repasses de recursos[158] do ICMS Ecológico aos faxinais, o que coloca suspeitas sobre os procedimentos ditos “participativos”, que até o momento não geraram

---

[157] Instrumento de política pública que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos.

[158] Relato de coordenadores da APF em reunião com o IAP em maio de 2009. Relatório de Reunião APF, não publicado.

nenhum plano ou programa municipal, evidenciando um grande descaso com o destino dos recursos aplicados e o reconhecimento a quem “participa” e de fato cabe seu controle e monitoramento (MARQUES, 2004)

Nesse contexto, explica-se por que tais medidas, de tão acionadas, persistem como *modus operandi* na prática dos planejadores públicos há décadas, revelando repetidas intenções de adaptar os faxinais ao modelo agrícola dominante. As ações de fomento à produtividade agrícola e pecuária, e particularmente à recuperação florestal, enquanto ação ambiental, buscam demonstrar bem essa persistência em “desenvolver” de modo sustentável áreas de uso comum já diagnosticadas como “exaustas”, e passíveis de conversão mediante supressão das obstinadas práticas de produção, que insistem em manter-se como “solução” ao “atraso” (*apud* GUBERT, 1987).

Dentre tais atividades proporcionadas pelos técnicos aos faxinais tem-se: a distribuição de mudas nativas e exóticas; distribuição de sementes, calcário e pequenas máquinas de tração animal; distribuição de matrizes e reprodutores animais; vacinação de criações animais e assistência técnica. Ainda são incluídas pelas prefeituras nesse rol ações rotineiras de infraestrutura, aplicadas de modo geral nas comunidades do município, tal como a recuperação e readequação de estradas, abastecimento de água, construção de banheiros, fossas e reforma de casas; além de programas na área da educação e saúde, fornecendo a impressão de que “todas as medidas” estão sendo adotadas para o fim que preconizam, sem que se encontre “solução” para os problemas que se manifestam nos faxinais.

Gubert captou muito bem esse ponto de vista no depoimento do técnico da EMATER local, que justifica ser necessário manter o “criador” por razões sociais e ambientais, ao que acrescenta medidas técnicas alternativas visando a adaptação às condições limitantes permitidas à produção nos faxinais:

> Mas mesmo que não seja viável; o que não pode é tirar aquele povo de lá! [...] Eu acredito que a piscicultura é uma alternativa para o Faxinal. Eu conheço mais de quarenta propriedades no Faxinal da Barra que tem tanque. O que não pode é repetir o que aconteceu no oeste do Paraná. Eu estava lá e vi o que foi aquela devastação! Aquilo no verão é um calorão danado e qualquer estiagem já quebra a produção. Eu acho que uma boa é melhorar a raça dos rebanhos, fechar a porcada e fazer piquete grande para a criação maior (*apud* GUBERT, 2009, p. 137).

Sua preocupação em manter o faxinal resulta em proposições dirigidas a gerar renda e indiretamente assegurar a conservação dos recursos naturais por meio do melhoramento do rebanho, do manejo animal em separado, e da implantação de tanques de peixes. Estas ações produtivas descoladas das práticas tradicionais que a sustentam no uso comum da terra demonstram desconhecimento das intrínsecas relações sociais, ao mesmo tempo em que, se postas em funcionamento provocam seu enfraquecimento ao instigar tensões[159] que aguçam as diferenciações internas e fortalecem desavenças sobre tradicionais acordos de uso.

Essa forma de intervir na dinâmica das relações sociais dos faxinais parece, segundo depoimentos, reacender antigas divergências, dificultando que as lideranças locais, já fragilizadas em sua autoridade, restabeleçam consensos que reorganizem a força social do grupo, debilitada por décadas de enfrentamentos contra a individualização dos recursos naturais. Não obstante, esse conjunto de ideias e ações, muitas vezes bem intencionadas, mas dissonantes com as regras estabelecidas pela organização social do grupo, tem se intensificado a partir da elaboração de programas governamentais[160] voltados à agricultura familiar, porquanto persistem em denotar os limites técnicos nas intervenções junto aos faxinais.

Atenta-se para o fato que muitos depoimentos estão inclinados a sugerir os "moradores dos faxinais" como agentes da degradação, mediante referência de suas práticas produtivas, para então identificar os "limites" produtivos e ambientais. Percebe-se nestes discursos que o esquema de análise empreendido retira do contexto os conflitos territoriais de acesso aos recursos naturais e à terra ao omitir os antagonistas e as razões que conduzem as práticas tradicionais aos seus

[159] A instalação de tanques de peixes também causa impacto sobre as áreas de uso comum, visto que sua lâmina d'água exige o cercamento de parcela da terra, ou seja, a individualização da área de uso comum em muitos casos. As outras medidas técnicas adotadas como fechamento de pequenas criações atingem diretamente a dinâmica das práticas produtivas, concorrendo para geração de conflitos internos entre os interessados em adotar tais medidas e os faxinalenses. Não se pode impingir o término do "criador comum" do faxinal da Barra dos Andrada, em 1992, em razão da sugestão dessas medidas técnicas, mas importa ressaltar que sua adoção não foi suficiente para mantê-lo.

[160] Consulte-se PRORURAL – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, conduzido pela SEAB-PR na década de 1980. Programas mais atuais dirigidos a apoiar bacias leiteiras denotam claramente essa ingerência técnica, ao estimular a produção leiteira com pastagens cultivadas na comunidade de Faxinal dos Kruger, no município de Boa Ventura de São Roque, os técnicos da EMATER provocaram tensões internas que resultaram em várias ações na justiça buscando evitar a fragmentação do faxinal pelas famílias beneficiárias desses recursos públicos subsidiados. Destaca-se que até o momento não há nenhum programa específico aos faxinais elaborado pelos governos em suas diversas esferas.

“limites”, mediante acirradas disputas pelo controle das áreas de uso comum e de cultivo agrícola. Ao contrário, tais depoimentos relacionados insistem em informar que os referidos “limites” são explicados pela persistência das práticas produtivas tradicionais, fonte da degradação que vigora nos faxinais: ausência de manejo racional da criação de animais; má qualidade do rebanho; degradação do solo; degradação florestal, entre outros.

> O aspecto ambiental nos faxinais é bastante interessante, mas tem de existir um controle na atividade pecuária, principalmente no número de animais/área e controle da exploração florestal de árvores frutíferas nativas, as quais fornecem alimentos para os animais (principalmente suínos) (*apud* MARQUES, 2004, p. 115).

Nesse caso é perceptível a associação da variável ambiental ao padrão explicativo expresso nas representações dos agentes públicos, sendo possível detectar convergências entre o seu discurso e as interpretações dos produtores intelectuais arroladas no capítulo anterior, em especial, quando se concentra o foco da análise nas medidas técnicas de reposição florestal e controle da lotação animal, que precisam ser adotadas para estancar a iminente “desagregação” dos faxinais. Nesse contexto, as produções intelectuais mais recentes (FERREIRA, 2008; OLIVEIRA, 2008) enveredam na valoração do patrimônio ambiental e cultural pouco explorado como alternativa às limitações da produção familiar dos faxinais, que passa a ser pensada por ações de turismo rural e pela manutenção de serviços ambientais.

Saliento o que considero a terceira “razão”, que interpreta a organização social pela capacidade do grupo responder com eficiência e conjunto aos estímulos provocados pelas medidas técnicas incentivadas pelo agente externo como preconiza o padrão de desenvolvimento das agências financiadoras. Na avaliação dos agentes públicos os “moradores de faxinais” reagem com apatia às inovações tecnológicas, bem como vivem em permanente dissenso interno, o que dificultaria um projeto “coletivo” e “participativo”. Nessa acepção a organização “comunitária” estaria em gradual corrosão, permitindo a sobreposição da individualidade à coletividade, com destaque à iminente eclosão do uso comum gerada pela crescente diferenciação econômica e cultural. Nestas insiste-se em dividir o grupo social pelos

critérios de classe ou identidade nacional[161], reforçando pontos de vista que debilitam ainda mais a já fragilizada unidade social, num cenário que conduziria no extremo ao conceito de "anomia[162]", situação onde as divergências sobre as normas internas e sua aplicação se tornariam progressivamente fonte de conflitos internos até sua dissolução, tal como no depoimento em que o entrevistado crê ser uma das razões da "desagregação":

> [...] a falta de entendimento entre as famílias, como problemas com portões e cercas, causando conflitos entre famílias, pois os animais arrebatam as cercas e passam para as lavouras, e os portões ficam abertos (*apud* MARQUES, 2004, p. 95).

A desorganização da comunidade seria, portanto, um dos fortes motivos que justificaria o abandono das intervenções nos faxinais, após frustradas tentativas de fomentar a organização e introdução de novas tecnologias. Deduz-se pelo relato dos agentes públicos que as possíveis "soluções" constantemente esbarram na conturbada convivência marcada pelos "desentendimentos" internos motivados por interesses que afastariam qualquer possibilidade de consenso em torno de propostas de mudanças técnicas sobre a organização da produção.

> [...] cada um procura obter vantagem isoladamente, formam-se panelinhas que ficam se degladiando nas reuniões e é uma vitória quando conseguem reduzir a área. A falta de trabalho da EMATER na área é por causa de grupos que não querem alterar o *status quo* de quem mais se beneficia (*apud* MARQUES, 2004, p. 127).

Portanto, o anúncio do "fracasso" das intervenções revela a perspectiva que fundamenta os discursos e atos dos agentes públicos em sua relação com os faxinais ao explicitar o impasse sobre os "limites" das intervenções, demonstrado pela insuficiência dos procedimentos, que, por sua vez, resultam da incompreensão da realidade social em que atuam. Nestes casos, observa-se que do lugar onde se encontram, seu ponto de vista alcança somente as evidências da "desagregação" –

---

[161] Aqui me refiro aos resquícios do pensamento colonial que atribui uma capacidade organizativa e produtiva superior aos imigrantes europeus de origem eslava, italiana e alemã, entre outras, em comparação aos camponeses brasileiros denominados genericamente de "caboclos".

[162] Segundo o conceito Durkheimiano, a **anomia social** é um estado de falta de objetivos e perda de identidade, provocado pelas intensas transformações ocorrentes no mundo social moderno. A partir do surgimento do Capitalismo, e da tomada da Razão, como forma de explicar o mundo, há um brusco rompimento com valores tradicionais. DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

consideradas aqui como consequências – que ao serem interpretadas pela lente da razão instrumental, constroem uma pretensa verdade dos fatos que se distancia da realidade social.

É preciso reafirmar que para além das disposições incorporadas na forma de um capital cultural orientado pelo *desenvolvimento* em suas diversas adjetivações, como manifestadas nos discursos e atos dos agentes públicos em tempos diferentes, não é possível compreender essas posições sem vinculá-las à pressão das instituições governamentais estaduais e federais, fontes da reprodução cultural do modelo de "modernização na agricultura" em pleno vigor desde a década de 1970 nesta região, renovado sob o manto do desenvolvimento rural e sustentável a partir de início dos anos 90.

Os depoimentos colhidos por Gubert e Marques, distanciados por mais de uma década e meia, expressam em comum a percepção que domina as interpretações da chamada *decadência dos faxinais*, como uma noção que persiste, e vai tomando o lugar-comum nos discursos oficiais das agências governamentais municipais e estaduais, na medida em que as posições relativas ao objeto de pesquisa, faxinal, são extraídas para o campo de debates sobre os faxinais. Estas narrativas apontam para um senso comum que suscita uma determinada modalidade de pensar a situação dos faxinais como "obstáculo" ao desenvolvimento econômico e social, que se estabelece com a presença das políticas de "modernização da agricultura" a partir da década de 1970, e ganham novo capítulo com as políticas de "desenvolvimento rural", já em meados da década de 1990, sobretudo, a partir do emprego do conceito de agricultura familiar. Em que pese sua importância econômica para o desenvolvimento mais equilibrado no campo, a operacionalização desse conceito vai demonstrar uma concepção socialmente esvaziada do pluralismo cultural e étnico presente na sociedade brasileira, pronta a tratar o específico pelo universal. Tal postura revela o esforço ideológico em universalizar suas próprias crenças e valores estabelecendo padrões universais que podem ser traduzidos em conceitos como progresso, desenvolvimento ou modernização, que funcionam como totalidades hierárquicas incidindo sobre as modalidades de uso comum da terra, consideradas uma realidade sem consistência.

Tais alocuções e ações manifestadas pelos agentes públicos e transmitidas à sociedade como legítimas, por mais que a maioria da população[163] concebesse sua dignidade caucionada em sua organização social específica, cumprem com a eficácia própria do discurso multilateral – político, agronômico, jurídico e religioso –, ao explicitar sua função demonstrativa, torna as formulações relativas à *decadência* dotadas de características inquestionáveis. Não há quem as refute publicamente e todos são unânimes em recorrer a elas para definir as condições econômicas, sociais e ambientais dos faxinais como fatídico.

Ressalta-se ainda que a *decadência dos faxinais* é pensada sempre atrelada ao tempo presente, portanto, a partir de uma outra situação, aquela denominada de *progresso e desenvolvimento na agricultura*, destacando os pólos fixados dessa oposição. A origem da *decadência* é interpretada pela prosperidade da agricultura, podendo ser delimitada cronologicamente, dentro de um período, entendido pelo concurso da negação da modalidade de uso comum. Tal origem é construída socialmente por meio de mecanismos de passagem – fases - produzidos com a finalidade de estigmatizar os "criadores comuns", que sequer eram citados no período de desenvolvimento que amparou a "produção de porcos, madeira e erva-mate". Assim sendo, a escolha de um período considerado de *prosperidade*, oposto extremo da citada *decadência*, orienta e conduz ao ponto de partida das explicações das referidas agências públicas e seus representantes.

A noção de *decadência* que se sobrepõe a agricultura nas regiões com presença dos faxinais trata-se, assim, do que deixou de ser, de um passado idealizado pelos agentes públicos, e agora passa a ser interpretado numa perspectiva histórica, segundo um processo evolutivo. Revelam-se os meandros de uma concepção cíclica da história em que os fenômenos se repetem numa certa ordem e com dada regularidade, e as representações que procedem a esta divisão

[163] A análise das informações, colhidas junto ao IPARDES (Censo populacional de 1980) e Prefeitura de Rebouças, aponta que na década de 1980 haviam 10.915 habitantes no município, sendo que 76% ou 8.295 habitantes residiam na zona rural, desses estima-se que aproximadamente 80% ou aproximadamente 6.500 pessoas eram "moradores de faxinais" (Luiz Everaldo Zak, Prefeito de Rebouças). No censo do IBGE de 2007, há um significativo aumento populacional para 13.663 habitantes no município, constando 7.093 habitantes no meio rural, o que denota uma redução percentual da população rural para 52% dos habitantes do município. Comparando esses dados com as informações preliminares do Mapeamento Social dos Faxinais realizado em 2008, onde foi detectada a presença de 15 faxinais no município, indicando uma população de 2.128 faxinalenses, constata-se mediante a correlação destas estimativas uma drástica redução dos faxinalenses, que representariam atualmente 30% da população rural deste município. Para maiores informações consulte-se o capítulo 4 desta tese.

destacam-se em períodos que se sucedem e acham-se amparados por uma ideia geral de continuidade. Neste esquema de explicação analisado a *decadência* só pode existir porque há um período tido como de *prosperidade*, e ela representa, de algum modo, uma decorrência da extinção deste estado de coisas considerado como positivo e afortunado em tempos pretéritos.

Em resumo, o modo de operar as ações governamentais resulta de um pensamento forjado pela noção de *decadência* que estaria representando a percepção dominante sobre os sistemas tradicionais. Esta visão persevera no ideário do conjunto de planejadores, autoridades e técnicos locais, visto que compreendem essa condição pela "naturalização" de seus efeitos desagregadores sobre o sistema, tomados como inerentes à própria história do desenvolvimento econômico e agrário do País. Assim, a imediata oposição aos elementos que configuram o "tradicional" nos faxinais torna a noção de *decadência* um lugar estratégico nas versões oficiais, reproduzido nas políticas e discursos dos agentes que operam intervenções nos faxinais.

2.3 O RECONHECIMENTO OFICIAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS FAXINAIS

As intenções de dotar políticas públicas aos faxinais, no âmbito do Governo do Paraná, indicadas pelas produções intelectuais, mantêm-se inoculadas nas instituições até o momento político propício para sua retomada, fato esperado por uma conjuntura em que os autores-fonte ocupam posições de influência no âmbito da estrutura do governo[164]. A oportunidade possibilita resgatar o tema, após o lapso de aproximadamente 10 anos que separa a produção intelectual de Carvalho – anúncio da "descoberta" dos faxinais – da produção das primeiras ações de reconhecimento[165] dos faxinais pelo Governo Estadual.

As fontes documentais e entrevistas coletadas por esta tese identificaram que a primeira ação governamental dirigida aos faxinais começou a ser gestada em 1992, mas somente se concretizaria em 1993, num debate que reuniu pesquisadores e técnicos para tratar da situação dos faxinais. Nesse momento, um grupo de planejadores do Governo Estadual – ITCF, EMATER, IAPAR[166] – indicam a necessidade de realizar um "diagnóstico" dos faxinais no Paraná, a fim de quantificar sua presença e distribuição, apresentando também dados relacionados à produção, informação esta que pretendia justificar a importância econômica do sistema, seja

[164] Nesse tempo – 1992/1993 – Horacio Martins de Carvalho exercia o cargo de Diretor de Terras do ITCF, e em seguida assumiu a função de Assessor Especial do Gabinete do Governador Roberto Requião (1990-1994).

[165] Aqui entende-se o reconhecimento oficial como resultado de um dispositivo próprio da burocracia administrativa estatal em que a existência de determinado objeto, sujeito ou processo é atestada por uma agência governamental mediante a sua objetivação emitida em documento oficial. Ou seja, uma demonstração cabal que o governo conhece e tem ciência da presença desse fenômeno social no interior da sociedade. Após 1988, data da promulgação da Constituição Federal, isso implica em questionar qual a "ação" ou "tratamento" fornecido a este grupo pelo Estado, tendo em vista assegurar seus direitos fundamentais e prover políticas públicas visando seu bem-estar, uma vez que o governo nomeia e registra a sua existência, tem-se instituído a situação ao lugar de direto. Além de reconhecer por meio de registros estatísticos e deter o poder de nomear atribuindo significados a determinado grupo social, pode-se reconhecer formal e juridicamente essas situações localizadas pela elaboração de laudos antropológicos de reconhecimento, e mais recentemente, a partir de 2002, com a promulgação da Convenção 169 da OIT, mediante a Certificação de Autorreconhecimento emitida pelas agências governamentais federais, estaduais e municipais.

[166] Segundo entrevista cedida por Gubert, os próprios produtores intelectuais, na condição de funcionários destes órgãos, esboçaram a proposta de elaborar este "diagnóstico" num processo de convencimento de seus "superiores" da necessidade de "cadastrar" os citados faxinais presentes no Paraná, a fim de orientar as ações públicas que incidiam sobre os mesmos. Não foram encontrados registros dessa reunião, todavia Gubert, um dos participantes, informou ter se realizado em maio de 1993, por convocação do ITCF, permanecendo na memória do entrevistado como "Reunião dos Faxinais".

para o autoconsumo como também para geração de renda das famílias (SEPLAN, 1994). Tal proposta apesar de resistências internas no governo encontra vazão e se concretiza no ano seguinte, em 1994, quando da apresentação do relatório intitulado: **"Cadastro Preliminar dos Faxinais no Paraná"**, resultado de trabalho de campo realizado pela EMATER a pedido da Secretaria Estadual de Planejamento – SEPLAN, sob o pretexto de que estas informações serviriam para formulação de um plano de ação específico aos faxinais no âmbito dos programas de agricultura pré-existentes.

Essa abertura do Governo do Paraná, além de pressões internas de agentes públicos, revela uma situação condicionada a uma nova conjuntura política criada pela Conferência Mundial de Meio Ambiente – RIO 1992 – ocorrida aproximadamente dois anos antes de sua elaboração, quando a questão ambiental passa a ocupar a pauta de debates sobre as políticas de desenvolvimento em todo País. Dessa forma "a questão ambiental" é a porta por onde se enceta os faxinais como objeto de futuras ações governamentais, ao associar à temática produtiva a dimensão ambiental, revitalizava-se o interesse nos "criadores comuns", ainda que tal incorporação fosse pensada com ênfase no sistema produtivo, como enunciavam as *obras de referência.* Estas produções intelectuais servem na ocasião como base conceitual para compreensão dessa realidade social, em conjunto com o recém-lançado "Cadastramento dos Faxinais no Paraná", que fornece a base empírica de dados, cuja finalidade pretendia a proposição de políticas públicas específicas para o "sistema faxinal".

Seu reconhecimento oficial, ainda atomizado e rarefeito nas agências governamentais e pouco conhecido pelas entidades privadas de assessoria, ganha exposição em agosto de 1994, na realização do "Workshop" intitulado: **"Reservas Extrativistas – A Questão Agrária e Ambiental no Sul do Brasil"**, organizado pela CPT-PR e AS-PTA e apoiado[167] pelo ITCF, IAPAR e SEMA, em que o tema dos faxinais é recuperado em discussões que na ocasião procuram pensar a sobreposição de áreas consideradas "alvos" de conservação ambiental com a presença de "posseiros", visando situações assemelhadas às enfrentadas pelos

[167] Este encontro de cunho técnico-científico reuniu diversas organizações governamentais – EMBRAPA, IAP, IPARDES, PGE – e ONG's – SPVS, IEA, IFT –, além de pesquisadores e representantes de faxinais dos municípios de Pinhão e Rebouças. Não foram identificados registros sobre este encontro. As informações foram colhidas em entrevista com Gubert, adicionadas à minha memória como participante.

seringueiros na Amazônia e que resultaram na instituição das primeiras Reservas Extrativistas – RESEX's. Neste contexto, ocupava a pauta de discussões o conflito entre os chamados "posseiros" do município de Pinhão-PR e a Madeireira Zattar, reconhecida por grilar terras na região, desde a década de 1950, mediante conluio com o "Governo Lupion", e os conflitos envolvendo os fazendeiros de monocultivos de soja/milho e pinus, e os "moradores de faxinais" no município de Rebouças.

Naquele momento o debate das reservas extrativistas se apresenta como alternativa de acesso à terra, porém esbarra[168] tanto nas formulações teóricas oriundas dos autores-fonte, como no posicionamento legal e ideológico que orientava as agências governamentais, entidades de apoio e o próprio Movimento de Posseiros de Pinhão – MPP e o STR de Rebouças, cuja formação se origina nos trabalhos da Pastoral Rural/CPT-PR em 1985, e do Departamento Rural da CUT, que atua de forma indireta a partir de 1986, em Pinhão, tendo a AS-PTA como assessora do STR de Rebouças desde 1992. Assim, prevalecia o marco da legalidade que por muitos anos implicou no fortalecimento/atribuição da identidade de "posseiro[169]" ou "pequeno agricultor". Ou seja, da mesma forma que os autores-fonte, a CUT, a CPT e ONG's de assessoria tratam os faxinais como conflitos fundiários oriundos da posse da terra entre posseiros e latifundiários, ou, como no caso de Rebouças, em conflitos baseados nos limites/potencialidades tecnológicas de pequenos agricultores, mais tarde agricultores familiares face o desenvolvimento de técnicas de manejo da agrobiodiversidade remanescente, bem como sua inserção no mercado. Como pode-se perceber, a interpretação dos mediadores manifesta-se presa a categorias bem definidas e reconhecidas juridicamente: pequenos produtores, arrendatários, posseiros, pequenos agricultores e

[168] Entrevista realizada com Hamilton José da Silva, coordenador na época do Movimento de Posseiros de Pinhão-MPP, e Dionisio Vandresen, agente da CPT-PR em Guarapuava, no mesmo período.

[169] A categoria "posseiro" tem sua origem nos processos iniciais de ocupação da referida região, nas denominadas *frentes pioneiras*, ainda no século XIX, provocado pela circulação de tropas de gado do Rio Grande do Sul até São Paulo. Antes da decadência deste mercado, na década de 1870, muitos tropeiros sentaram posses em terras localizadas neste circuito. Da mesma forma, tem-se registros de grupos de camponeses que empreenderam fuga do jugo das fazendas de gado em decadência, em direção de áreas devolutas muito antes do processo formal de titulação dessas terras, ainda em meados do século XIX. Essa categoria é fortemente acionada pela Madeireira Zattar, quando da grilagem das terras, como forma de expressar oposição pela sua condição de proprietária dos títulos de terras, concedidas pelo Governo na década de 1950, em áreas ocupadas a mais de um século pelos denominados "posseiros". Posteriormente, as entidades de assessoria e as agências governamentais reforçam o uso dessa categoria atrelando os faxinalenses a uma condição jurídica esvaziada dos seus atributos socioculturais peculiares, sobretudo, o uso comum dos recursos naturais. Sobre o assunto vide Vandresen, D. (2007).

assalariados. Esta persistência em nomear os sujeitos sociais ajustando-os a categorias juridicamente reconhecidas reduz a dimensão social a classificações que têm na sua base critérios econômicos e fundiários exclusivamente.

No caso de Pinhão, o interesse sobre as reservas extrativistas naqueles faxinais vai esvanecer de modo instantâneo, dando lugar à proposta de obtenção de terras para assentamentos em lotes individuais que se realizaram em 1998, em áreas reivindicadas pelo MPP. Em Rebouças o tema principal que orientava o pensamento das assessorias referia-se aos limites/potencialidades tecnológicas, o que parece não ter despertado o interesse sobre as RESEX's, sobretudo, porque o foco da ação não havia elegido o debate fundiário como alvo, mas sim, o desenvolvimento de tecnologias apropriadas de manejo extrativista, conservação dos recursos genéticos e produção agroecológica voltada a grupos de pequenos agricultores e criadores "moradores" do "sistema faxinal" (AS-PTA, 1995).

Três foram as razões principais que podem ser destacadas desse posicionamento onde se captam entendimentos comuns entre os pretensos mediadores, sejam as agências governamentais, movimentos sociais e entidades não governamentais envolvidas: a primeira, que diante de uma realidade "nova" buscando estabelecer o consenso entre os agentes sociais e as agências decidiu-se atuar de forma a "enquadrar" aqueles "camponeses" na categoria de "posseiro" ou "pequeno agricultor". Neste processo, as entidades de apoio e, em especial, o MPP e o STR, assumem para sua base categorias juridicamente reconhecidas, visando a consonância com as possibilidades legais previstas no Estatuto da Terra, bem como alcançar visibilidade das políticas públicas para seus segmentos.

A segunda razão se deve à representação social que os agentes, pesquisadores, técnicos, assessores e lideranças dos movimentos construíram com relação aos faxinais enquanto sistema de produção tradicional. Seguindo a trilha deixada pelo campo intelectual, a percepção técnica-científica considerava a inovação tecnológica e o desenvolvimento como obstáculos de difícil superação àquela forma organizacional da produção, podendo inclusive colocar em risco toda a luta social e política empreendida. Desta resulta a terceira razão em função da incipiente experiência de implantação de RESEX, ainda focalizada na Amazônia e num contexto socioambiental muito diverso do Sul do País. Por outro lado, nesse tempo a perspectiva da luta pelo viés exclusivamente fundiário dinamizado pelo crescimento do MST-PR despontava como grande força política e social no campo,

realizando várias ocupações e acelerando o processo de reforma agrária com a presença de novos acampamentos e assentamentos na região a cada ano desde 1987.

Denota-se, segundo Bourdieu (1996), que essa interpretação explicita o efeito da teoria espelhando a ação dos agentes de mediação, em especial, no que tange à classificação dos sujeitos, e às constatações da insuficiência produtiva de um modelo de apropriação da terra difícil de ser assimilado como adequado às condições agrícolas do Sul do País, marcado pela presença de um campesinato parcelar destituído do domínio da terra e alheio ao desafio do desenvolvimento, visto que sem acesso e domínio sobre tecnologias apropriadas[170].

Essa posição articula a interface entre a produção intelectual e as ações governamentais, situação em que os faxinais são reconhecidos oficialmente através da realização dos chamados "levantamentos preliminares", ambos realizados por agências do governo paranaense em 1994 e 2004, respectivamente SEPLAN – EMATER – e IAP. Interessante ressaltar que a despeito do tempo, retornam à cena parte dos agentes públicos[171] envolvidos em momentos anteriores, que de forma insistente anseiam pelo ressurgimento do tema a espera de oportunidades políticas que permitissem a inclusão dos faxinais no rol das políticas públicas de afirmação.

O primeiro levantamento, como enunciado anteriormente, intitula-se "**Cadastro Preliminar dos Faxinais no Paraná"**, e foi coordenado pela SEPLAN em 1994, após trabalho de campo realizado pela EMATER, com duração de 2 meses, que resultou na apresentação de um relatório quantitativo na forma de tabelas indicando dados relativos à produção, número de famílias e área de "criador comunitário" de cada faxinal "cadastrado". No entanto, o documento não expõe a metodologia e a interpretação dos dados, dificultando a análise de seus pressupostos e conclusões, bem como seus propósitos operacionais, os quais são possíveis de detectar pelo uso de conceitos e tipo de informação coletada.

---

[170] As entrevistas com lideranças faxinalenses na região dão conta de que todos os técnicos e assessores das organizações de apoio eram "gaúchos" e *vinham com uma visão de produtividade [...] diziam que nosso sistema de posseiro era atrasado.* (Entrevista com Adão Correia dos Santos, realizada em abril de 2009, faxinalense, Pinhão-PR). Sobre o desafio de produzir tecnologias apropriadas, vide CARVALHO, H. M. **Tecnologia socialmente apropriada**: muito além de uma questão semântica. IAPAR, Documento n. 4. Ago. 1982.

[171] Aqui é necessário reconhecer o papel de Francisco Gubert na condição de intelectual, agente público e militante da causa dos faxinais. Depois de 1986, quando escreve seu artigo, Gubert irá contribuir decisivamente com os debates em 1993 e 1994 no ITCF/IAP juntamente com Claudia Sonda e Horacio Martins de Carvalho, e novamente em 2004 no IAP, por ocasião do segundo Levantamento Preliminar.

O relatório marca o momento em que 118 faxinais são reconhecidos oficialmente pelo Governo mediante seu "cadastro" (IFT, 1995). Este termo, no contexto dos conceitos utilizados, se assemelha à ideia de uma "coleção" de bens registrados em função de variáveis produtivas, demográficas e fundiárias, interessadas em quantificar a presença dos faxinais, baixo o conceito de sistema produtivo tradicional formulado por Carvalho e Chang. Não por menos, que os dados elementares coletados referem-se à estimativa sobre o número de famílias, produção e quantidade de áreas de "criadouro", área "desmembrada" e área de "produção vegetal", enfatizando a noção de faxinal pelo enquadramento ao conceito formal de propriedade privada, e atribuindo aos faxinalenses a classificação de "proprietários" ou "arrendatários", tal como formularam aqueles autores. Observa-se, ainda, o fato da produção estimada considerar apenas a produção animal e o extrativismo de madeira e erva-mate como evidência objetiva de que o aludido levantamento apoiou-se, sobretudo, na definição de Chang.

Ao que parece, a SEPLAN foi instigada[172] a obter dados concretos sobre os faxinais acionando a SEAB e, por conseguinte, esta orientou a EMATER, que por meio de seus escritórios locais aplicou os questionários em campo. Fato curioso captado por extensionistas[173] entrevistados que participaram desse "levantamento", suscita uma reflexão mais adequada e chama atenção para a forma de reconhecimento informal dos faxinais que domina o senso comum nos municípios investigados por este levantamento, e persistem, ainda, neste momento – 1994 –, dispensando quaisquer definições conceituais para sua identificação em campo pelos técnicos, ou seja, todos sabiam informar onde se localizam e como "funcionam", o que denota que sua característica social não é marcada pela "invisibilidade", mas sim, evidenciada pela presença na composição social e agrária pela população local e agentes públicos, que os reconhecem sob diferentes significados, a despeito da insistência em sua inviabilidade.

---

[172] Não foi possível constatar nas entrevistas a razão da SEPLAN se interessar por este levantamento. A suspeita recai sobre a presença e mediação de Horácio Martins de Carvalho na Assessoria do Governador, portanto, próximo à SEPLAN. Outra informação sugere que Vitorio Sorotiuk, Presidente do IAP, tenha articulado os meios para confecção deste relatório, uma vez que o mesmo estava ligado à ONG IFT, que, em seguida, reproduziu este documento com o timbre da referida organização.

[173] Em 2006, entrevistei dois extensionistas da EMATER que participaram desse "levantamento" em Prudentópolis e Inácio Martins, e me informaram que nesse tempo os faxinais já não eram mais vistos como importantes ao desenvolvimento pelo conjunto da população local, mas de alguma forma todos tinham um conhecimento sobre sua existência, seja por sua origem vinculada aos faxinais ou por conhecerem pessoas que tinham essa experiência.

Segundo Gubert, o conhecimento social ainda era notório até a década de 1990, mas o reconhecimento formal um desafio. Em razão disso que na condição de técnico do antigo ITCF principia as discussões e inicia a coleta de informações sobre a ocorrência dos faxinais em sua área de abrangência operacional, sob o argumento que essa proposta precisava ser "materializada", de forma a quantificar objetivamente a existência física dos faxinais, ainda presente no universo das representações contidas em informações, depoimentos e produções intelectuais. Tal diagnóstico quantitativo, elaborado por meio do "cadastro", era a condição *sine quo non* para que os faxinais entrassem na antessala das políticas públicas sendo definitivamente incorporados aos processos de desenvolvimento na agricultura no estado do Paraná.

Entretanto, em que pese a SEPLAN ser considerada autora desse relatório, ele sequer foi publicado[174] pelas agências governamentais, vindo a desvanecer seu efeito em razão de mudanças que intercalam duas forças políticas em disputa pela gestão do Governo Estadual em fins de 1994, o que resulta na derrota do candidato da situação, e a consequente descontinuidade das ações empreendidas. Estas são retomadas gradualmente pelos agentes públicos remanescentes daquele debate, a partir das oportunidades políticas suscitadas pelo novo governo, que adota o marketing ambientalista, como imagem de sua gestão. Pode-se afirmar que há um trânsito nas discussões sobre os faxinais do enfoque produtivo, para um ajustamento às questões ambientais que se estabelecem como referência do novo governo no período entre 1995 a 2002, o que resultaria na criação[175] das Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR's, em 1997, via promulgação do Decreto Estadual n. 3.446, que possibilita o reconhecimento dos faxinas pelo enquadramento numa categoria específica de unidades de conservação estadual,

[174] Posteriormente em 1995, o Instituto de Florestas Tropicais – IFT, ONG com atuação nos faxinais próximos a Prudentopólis-PR, organizou os dados elaborados pelo relatório oficial em um documento impresso mas não publicado que circulou como produto daquele levantamento. Em 2008, fiz várias consultas à biblioteca do Escritório Central da EMATER em Curitiba, bem como nos arquivos da SEPLAN, à procura do relatório oficial sem lograr êxito.

[175] A proposta de criar uma unidade de conservação aos faxinais foi pensada e detalhada por Gubert, em 1994. Todavia, foi apresentada por Wilson Loureiro, Diretor do IAP, ao Secretário Estadual de Meio Ambiente em 1996, Hitoshi Nakamura, que de forma favorável se impressionou com os aspectos sociais (uso coletivo) e ambientais (proteção do Pinheiro-do-Paraná) nos faxinais que visitou, apoiando imediatamente a proposta de criar a Unidade de Conservação específica que atendesse esse sistema produtivo (Entrevista concedida em setembro de 2008 por Francisco Gubert, DSA, IAP).

todavia, paradoxalmente dentro de uma instituição onde predomina a vertente preservacionista[176] do ambientalismo.

O texto do Decreto bem enuncia a forma de pensar dos planejadores e os critérios políticos norteadores daquele momento, permitindo transparecer o conceito consagrado pelo campo intelectual sendo ajustado pela visão ambientalista, sem perder sua essência, como se observa nos objetivos da norma:

> Art. 1º - Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizadas pela existência do **modo de produção** denominado **"Sistema Faxinal"**, com o objetivo de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu **patrimônio cultural**, conciliando as **atividades agrossilvopastoris** com a **conservação ambiental**, incluindo a **proteção da "araucária angustifólia"** (pinheiro-do-paraná) (PARANÁ, 1997, grifos nosso).

O uso do termo "Área Especial" como designação de categoria de unidade de conservação retrata sua similaridade com o conceito atribuído às Áreas de Proteção Ambiental – APAs, grande parte delas criadas em 1992 no Paraná pela Lei Federal n. 6.902/1981. Sua antecedência às ARESUR's serve de avaliação e referência de uma modalidade de unidades de conservação cujo fato motivador concentra-se na conservação de espécies da flora e da fauna em áreas com ocupação humana. Entenda-se, nesse caso, que a conservação ambiental é a prioridade, sob a qual a população humana deve disciplinar-se, uma vez que, segundo o SNUC (2000), as APA's caracterizam-se como "*áreas extensas, com certo grau de ocupação humana, e dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas".* Essa definição assemelha-se às noções pouco precisas de "porções territoriais" e "comunidades residentes" indicadas no Decreto. Tal

[176] O preservacionismo é uma vertente do ambientalismo e foi o mote das políticas ambientais no "Governo Lerner". Nesta perspectiva a natureza é vista como selvagem e frágil, necessitando ser intocada e isolada da permanência humana, situação que agrava o processo de exclusão de comunidades e povos tradicionais de quem são retirados o acesso aos recursos naturais tradicionalmente utilizados para seu autoconsumo e comercialização, razão pela qual a criação das ARESUR nesse período mostra sua dissonância com os preceitos da ação governamental que perdura ainda hoje no IAP, uma vez que os faxinais comportam uma densa população intrinsicamente relacionada com a floresta de araucária. Essa contrariedade se manifesta sobretudo na exclusão dos faxinais do cadastro estadual de unidades de conservação – CEUC, apesar do Decreto Estadual obrigar sua inclusão nesse cadastro, para fins de proteção e repasse de benefícios. MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

espelhamento fica mais claro ainda quando se expressam as finalidades da criação das APA's: *proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais* (SNUC, 2000).

O fulcro da contradição se estabelece na transposição das finalidades atribuídas às APA's para a realidade social a qual as ARESUR's pretendem sobrepor, explicitando os limites do dilema entre o "desenvolvimento" e a "conservação", contexto em que os planejadores públicos propõem a harmonização através do uso do verbete "conciliar", inserido no texto do Decreto com objetivo de sustentar os distintos interesses em pauta, demostrando sua fragilidade em face a dimensão do desafio. Essa incongruência fica evidente nos objetivos da ARESUR quando se explicita de um lado a finalidade de ***proteção*** *da "araucaria angustifolia"* (Pinheiro-do-Paraná), o que possibilita pensar a conservação desta espécie como razão afirmativa à aprovação do Decreto, e de outro, a ideia difusa e vaga do ***desenvolvimento*** *do "sistema faxinal"* cujo objetivo pretende a *melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do patrimônio cultural*. Assim, salienta-se a antítese que opõe desde sua criação as ARESUR's e o pensamento ambientalista, ao propor o "desenvolvimento" de um *modo de produção tradicional*, cujas práticas produtivas e culturais são vistas como sinônimo da decantada noção de "degradação ambiental". Depreende-se disso a reprodução dos limites interpretativos oriundos do campo intelectual recaindo sobre as formulações técnicas mais diversas, sendo agora incorporadas no dispositivo jurídico que propõe seu "desenvolvimento", em meio a contradições que carecem de suficiência interpretativa sobre a realidade social. A tentativa de conciliar essas concepções fica explícita no parágrafo 1.º do Decreto:

> Entende-se por Sistema Faxinal: o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para **produção animal** e a **conservação ambiental**. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas (PARANÁ, 1997, grifo nosso).

Reforça-se a dedução dessa incongruência na fórmula que dá origem à ARESUR, como resultado do imbricamento entre a definição extraída do conceito de "Sistema Faxinal" – reproduzida de Chang – e a noção de conservação ambiental emprestada do conceito da APA, questão-chave para sua efetivação, porém incompatível com a realidade social dos faxinais. Destarte, oficializasse a instituição dessa unidade de conservação operando com categorias censitárias oficiais e descrições analíticas reificadas sobre o "sistema faxinal", reproduzindo o conceito e os preconceitos induzidos pelas interpretações eruditas para a norma, buscando ajustá-la da forma mais adequada, ao preceito que as disposições legais retiradas da APA solicitavam, até encontrarem sua materialização oficial na elaboração do aludido Decreto. Essa contradição reflete-se na percepção dos agentes públicos que atuam na criação e gestão das ARESUR's tratando-as como se fossem "pequenas" APA's agravadas pela alta densidade demográfica e contínua "degradação ambiental". Nestas circunstâncias cogita-se sempre incorrer na necessidade de um disciplinamento específico para as práticas produtivas tradicionais, como a redução da lotação animal por área, medida para o qual não encontram êxito por resistência dos faxinalenses em aceitar essa imposição, o que na perspectiva dos agentes públicos torna inconciliável a aplicação das normas que regulam as APA's nas ARESUR's, conforme dispõe o páragrafo 2.º, do mesmo Decreto:

> A ARESUR, na perspectiva do desenvolvimento do Sistema Faxinal, observará as disposições legais aplicáveis as Áreas de Proteção Ambiental – APA's, no que couber (PARANÁ, 1997).

Entretanto, segundo os agentes públicos entrevistados, impingir a sobreposição dessa fórmula aos faxinais, naquela conjuntura política, significava a única possibilidade viável de aprovação da proposta do Decreto, não obstante adentrassem o vácuo provocado pela proeminência das políticas ambientais de criação de "áreas protegidas". Faltava-lhes na ocasião compreenderem os faxinalenses como "povos tradicionais" e, em que pese a definição inscrita na ARESUR, considerar que sua fonte de renda se amparava no extrativismo. Essa foi

uma das razões pela qual os debates sobre as Reservas Extrativistas – RESEX's[177] aplicadas aos faxinais sequer foi cogitada quanto uma formulação possível pelos agentes públicos que operavam sua construção na categoria de unidade de conservação. Outro fator alegado refere-se às diferenças agrárias e ambientais entre "seringueiros" e o "sistema faxinal". Neste caso, a comparação designativa ajuda a entender que adequar unidades de conservação de viés ambiental ao referido"sistema faxinal" é incorrer no equívoco de reduzir a questão agrária e ambiental a uma ação sem sujeito, ao contrário do que ocorreu com os "seringueiros", em que o sujeito da ação de conservação para a qual se dirigi a criação das RESEX's é o próprio "seringueiro". No caso dos faxinais o agravante sempre foi o entendimento de que a ARESUR é uma unidade de conservação criada para manter o "sistema faxinal", e não para assegurar a existência dos faxinalenses, estes são classificados como "comunidades residentes", portanto destituídos dos atributos coletivos e étnicos que lhes permitem demandar o direito a uma territorialidade específica.

Apesar da legislação ambiental lhes facultar essa possibilidade de RESEX, o debate teórico e político não sustentava tal proposta, especialmente em razão de suas implicações agrárias e ambientais. Ao contrário, para fazer valer a ARESUR, a simplicidade dos procedimentos administrativos para sua criação e gestão consoante as disposições legais aplicáveis às APA's garantiram um consenso mínimo para sua efetivação, num momento em que a ampliação das "áreas protegidas" atendia metas ambientais[178] do Governo Estadual, considerando a agilidade que permite serem estabelecidos em áreas de domínio público e/ou privado, não sendo necessária a desapropriação das terras, tornando-se assim argumento essencial na sua aceitação pelo governo, uma vez que a conservação ambiental não implicaria em investimentos do erário público, ao mesmo tempo em que evitaria a indisponibilização dessas áreas ao mercado de terras, em franco

[177] A criação das RESEX é uma prerrogativa dos órgãos componentes do Sistema Nacional de Meio Ambiente desde 1989 com a promulgação da Lei n. 7.804/1989 que alterou os dispositivos da Lei 6.938/1981 responsável por instituir à Política Nacional do Meio Ambiente.

[178] Segundo relatório do DIBAP/IAP, a meta ambiental relativa às unidades de conservação durante o "Governo Lerner" era de que todos os municípios do Paraná tivessem em seu território alguma modalidade de UC a fim de captar recursos financeiros do ICMS Ecológico. Para isto envidou esforços para a criação e estruturação de UC's em todos os municípios do Estado. Neste contexto, as ARESUR acelerariam sem custo político ou econômico o alcance desse objetivo, pelo menos na região Centro-Sul do Paraná.

aquecimento nessa região. Como é possível perceber, nesse contexto os planejadores da ARESUR não dispunham de argumentos técnicos e força política para deflagrar reações em defesa dos faxinais numa arena de contradições dominada pelas posições "ambientalistas" e "ruralistas"[179]. Não obstante, na prática ficarem explícitas as limitações conceituais e políticas que pressionam o pensar e a ação dos envolvidos diretamente nesta tarefa, o que lhes permitiu avançar até a ARESUR, evitando assim cogitações em torno de uma possível "Reserva Extrativista de Uso Regulamentado – RESUR" para os faxinais, possibilidade pensada poucos anos antes pelos intelectuais, agentes públicos, ONG's, STR's e pastorais, porém descartada pela falta de consenso, sobretudo, advinda dos próprios movimentos sociais e ONG's de assessoria, conforme explicitado anteriormente.

Acrescenta-se, nesse contexto, a conveniência expressa na leitura da experiência acumulada de criações de APA's iniciadas em 1991[180] pelo Governo Estadual, ação esta interpretada na prática pela agilidade em sua definição, conforme regem as Leis n. 6.902/1981, n. 6.938/1981 e n. 7.804/1989, que fundamentam a criação de APA's naquele tempo[181]. Pesa favoravelmente a característica de serem criadas via ato contínuo na forma de decretos, sem consultas públicas, através da formalização contendo memorial descritivo da área a ser protegida, sem implicações onerosas ou procedimentos de desapropriação, evitando expôr conflitos fundiários de posse e domínio encravados na história dos

---

[179] A composição do "Governo Lerner" envolvia ambos os grupos com forças desiguais – ambientalistas e ruralistas. Administrar essas diferenças em todo momento manifestadas, era uma tarefa delicada, como no caso que tratava da reabertura da "Estrada do Colono", e os limites do Parque Nacional de Iguaçu em 1997. Esse litígio expôs ambos os lados numa disputa ferrenha, entregue a decisão federal. Ainda pode-se frisar que Lerner sempre contou com amplo apoio dos "ruralistas" durante sua gestão, especialmente dos setores representativos desses grupos políticos: OCEPAR, UDR, FAEP, entre outros (Entrevista Francisco Gubert, 2008).

[180] No período que inicia em 1991 e vai até 1996, portanto anterior à instituição das ARESUR, a política estadual de meio ambiente atuou de forma efusiva na criação de várias unidades de conservação. Dentre essas registra-se a criação de oito APA's: APA da Passaúna (1991); APA da Escarpa Devoniana (1992); APA da Serra da Esperança (1992); APA de Guaraqueçaba (1992); APA de Guaratuba (1992); APA do Iraí (1996); APA do Pequeno (1996) e APA de Piraquara (1996). As últimas três decretadas no "Governo Lerner". <www.uc.pr.gov.br>.

[181] De outro modo, diretrizes mais consistentes serão levadas à efeito com a promulgação da Lei n. 9.985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, e o Decreto Federal n. 4.340/2002 que regulamenta parte dos artigos da referida lei, dentre eles destaca-se os que dispõem das condições de participação dos povos e comunidades tradicionais tendo em vista a criação e gestão das unidades de conservação, além de críterios objetivos para impantação das APA's.

processos de ocupação das terras no Paraná. Mediante estas ações administrativas produz-se a conservação ambiental de “papel”, dentro de um figurino acintoso, em que prevalecem as regras dos interesses econômicos oriundos do agronegócio, em franca expansão, seguido de grupos madeireiros; estes, fonte causadora há mais de um século da prática da grilagem de terras e protagonistas da devastação florestal que se abateu sobre os ecossistemas florestais no Paraná e Sul do Brasil. O curso da referida degradação ambiental não encontraria limites normativos tampouco mudanças significativas com a criação das APA’s, pelo menos na região Centro-Sul do Paraná, considerando que grupos de pressão econômica e política sempre atuaram de forma êxitosa contra possíveis medidas conservacionistas que regulamentassem suas atividades exploratórias, para além do que rege o Código Florestal. No que concerne à legislação atinente, as APA’s e suas restrições produtivas, os órgãos ambientais não confirmaram sua efetivação na aludida região.

Esse contexto revela um extrato simplificado das limitações de diversas ordens que permeiam as relações entre o Estado, seus planejadores e o “sistema faxinal”, que se de um lado faculta uma pequena margem de manobra aos técnicos do IAP para criar e operar ARESUR’s, por outro, nenhuma possibilidade de participação das “comunidades residentes”, que em sua maioria desconhecem o significado desse enquadramento a que foram submetidos, e muito menos as disposições legais aplicáveis às APA’s. A inexistência de uma regulamentação para o decreto que cria as ARESUR’s demonstra bem o descaso a que foram relegados, dificultando a elaboração de ações e programas que efetivassem sua implantação, contribuindo com o impasse sob a orientação fornecida aos agentes públicos e “moradores” de faxinais enquadrados como ARESUR, segundo a norma que define as APA’s. Esse fato torna-se complexo no cenário demográfico e social dos faxinais, em que pensar a conservação com a presença de uma comunidade tradicional resulta em incoerência e contradição para os gestores ambientais. Afinal, sob o domínio da perspectiva ambientalista dominante resta responder como assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais e garantir a incidência e proteção de espécies florestais avaliadas em seu risco de extinção nos faxinais, uma vez que para tais gestores essas áreas são sinônimos de “degradação” ambiental, em razão da presença humana.

Ao ser levada para o campo de debates sobre a conservação da natureza, a formulação da ARESUR permite salientar, para além das diferentes e algumas vezes divergentes posições conservacionistas, um elenco de conflitos sociais decorrentes da posse e domínio dos recursos naturais por comunidades e povos tradicionais, tratados como tema alheio às preocupações ambientais e omitidos oficialmente do interesse público. Entretanto, o efeito inesperado pelos gestores ambientais decorre na prática do fato que ao reconhecer os faxinais como unidades de conservação, o poder público se autoatribui a responsabilidade de sua manutenção, o que implica em amparar juridicamente a defesa da ARESUR, e por consequência do "sistema faxinal" contra seus principais antagonistas sociais, ao mesmo tempo em que equilibra a relação de forças internas no faxinal, corroborando posições favoráveis à manutenção do "livre" acesso aos recursos naturais, pelo menos na área reconhecida pelo memorial descritivo contido no seu ato de oficialização como ARESUR.

Todavia, suscita-se que o fortalecimento da vertente preservacionista sobre a visão socioambiental no interior do IAP seja a razão do abandono prematuro da única política específica dirigida aos faxinais pelos sucessivos governos no Paraná, tão logo o momento de sua formulação ter se efetivado. Esse fato é notório na concentração da criação de 19 ARESUR's, entre 1998 e 1999, para em seguida cessar[182] subitamente a inclusão de novas áreas nesta categoria, como demonstra a tabela abaixo:

TABELA 1 - FAXINAIS RECONHECIDOS COMO ARESUR E LISTA PARCIAL DE FAXINAIS AGUARDANDO RECONHECIMENTO (1998-2007)

N.º de Ordem	Req. Prefeitura Municipal	Denominação da U C	Área (ha)*	Município	Resolução
01	05/05/1998	ARESUR do Faxinal dos Kruger	489,20	Boa Ventura São Roque	
02	22/04/1998	ARESUR do Faxinal dos Mellos	400,00	Irati	
03	22/04/1998	ARESUR do Faxinal do Rio do Couro	585,00	Irati	
04	14/05/1999	ARESUR do Faxinal do Lageado de Baixo	64,70	Mallet	
05	30/04/1998	ARESUR do Faxinal Papanduva	1.340,00	Prudentópolis	N. 71, de 19/08/1998

[182] Atenta-se ao fato de que até hoje se encontra resistências no Departamento de Unidades de Conservação – DUC em incluir as ARESUR's no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação, conforme obriga o Decreto n. 3.446/97 em seu artigo 2.º: "*Só poderão ser registrados no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC, os faxinais que atenderem ao conceito contido no parágrafo 1º do artigo 1º.*", ou seja, todos os faxinais já cadastrados.

06	30/04/1998	ARESUR do Faxinal Paraná Anta Gorda	252,00	Prudentópolis	N. 72, de 19/08/1998
07	30/04/1998	ARESUR do Faxinal Ivaí Anta Gorda	726,00	Prudentópolis	N. 73, de 19/08/1998
08	30/04/1998	ARESUR do Faxinal Barra Bonita	1.144,00	Prudentópolis	N. 77, de 19/08/1998
09	30/04/1998	ARESUR do Faxinal dos Marcondes	600,00	Prudentópolis	N. 80, de 19/08/1998
10	30/04/1998	ARESUR do Faxinal Guanabara	72,00	Prudentópolis	N. 81, de 19/08/1998
11	30/04/1988	ARESUR do Faxinal Tijuco Preto	2.066,48	Prudentópolis	N. 82, de 19/08/1998
12	30/04/1998	ARESUR do Faxinal Taboãozinho	363,00	Prudentópolis	N. 83, de 19/08/1998
13	30/04/1998	Faxinal Rio Bonito		Prudentópolis	N. 76, de 19/08/1998
14	30/04/1998	Faxinal Cachoeira do Palmital		Prudentópolis	N. 68, de 19/08/1998
15	30/04/1998	Faxinal Queimadas		Prudentópolis	N. 75, de 19/08/1998
16	30/04/1998	Faxinal Manduri		Prudentópolis	N. 78, de 19/08/1998
17	30/04/1998	Faxinal Patos Velhos		Prudentópolis	N. 70, de 19/08/1998
18	30/04/1998	Faxinal Ponta Nova		Prudentópolis	N. 79, de 19/08/1998
19	30/04/1998	Faxinal Rio do Meio		Prudentópolis	N. 79, de 19/08/1998
20	30/04/1998	Faxinal São Pedro		Prudentópolis	N.74, de 19/08/1998
21	29/04/1998	ARESUR do Faxinal Marmeleiro de Baixo	433,18	Rebouças	
22	29/04/1998	ARESUR do Faxinal Marmeleiro de Cima	60,50	Rebouças	
23	29/04/1998	ARESUR do Faxinal Barro Branco	492,58	Rebouças	
24	29/04/1998	ARESUR do Faxinal Salto	131,89	Rebouças	
25	27/04/1998	ARESUR do Faxinal Lageado dos Mellos	287,00	Rio Azul	
26	30/04/1999	ARESUR do Faxinal Taquari	220,61	Rio Azul	
27	27/04/1998	ARESUR do Faxinal Água Quente dos Meiras	215,38	Rio Azul	
28	27/04/1998	Faxinal dos Elias		Rio Azul	
29	27/04/1998	Faxinal Rio Vinagre		Rio Azul	

* Segundo DIBAP/ ICMS Ecológico por Biodiversidade.
FONTE: DIBAP / ICMS Ecológico por Biodiversidade; Processos no IAP em 2007.

Na tabela acima, organizo dados relativos à ARESUR coletados junto às intâncias internas do IAP, responsáveis pelas unidades de conservação, qual sejam, a Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas – DIBAP e o Departamento Socioambiental – DSA, este subordinado ao primeiro. Para confirmar as informações recorri às Prefeituras Municipais onde situam-se os faxinais inscritos ou pretendentes à inscrição na categoria de ARESUR.

Esses dados chamam atenção, inicialmente, em três aspectos: o primeiro, relacionado ao pequeno número de faxinais contidos nessa lista (29), quando comparado aos 118 “cadastrados” pela EMATER em 1994, o que representa pouco

mais de 15% desta listagem. Desses somente 19 lograram seu reconhecimento nessa condição, os outros 10, segundo os informantes, não detinham a documentação[183] completa, o que motivou sua "desclassificação"; destaco como segundo aspecto o fato dos 29 (vinte e nove) requerimentos de instituição de faxinais serem solicitados no curto período de 22/04/1998 e 14/05/1999, portanto, tempo que marca a duração de pouco mais de um ano de atuação do IAP, o que confirma sua curta vigência no que se refere à criação desta modalidade de UC[184], ao contrário de outras modalidades de caráter privado. Denota-se o descaso com a única política específica voltada ao reconhecimento dos faxinais, uma vez que não foram evidenciadas oficialmente as razões para sua interrupção[185] quase que definitiva em tão curto período de existência. O terceiro aspecto chama a atenção para os critérios que determinam o processo de criação das ARESUR's, e considerando a concentração dos municípios onde essa política é aplicada, observando-se a preponderância de municípios da região Centro-Sul: Prudentópolis requeri a inscrição de 16 (dezesseis) faxinais; Rio Azul 5 (cinco); Rebouças 4 (quatro); Irati 2 (dois); e Mallet 1 (um). Atenta-se ao fato de somente Boa Ventura de São Roque, com 1 (um) faxinal, se localizar na região Centro do PR.

Segundo relato dos entrevistados, que de alguma forma atuaram nessa ação – em que pese o registro de 118 faxinais incluídos no **"Cadastro de Faxinais do Paraná"** conterem a indicação dos municípios onde estes se situam –, sua referência enquanto um diagnóstico oficial não foi levada em consideração na

[183] A informação obtida, junto aos técnicos responsáveis pelas ARESUR nas prefeituras de Prudentópolis e Rio Azul, justifica a falta de consenso da comunidade em requerer esse enquadramento, embora tenha sido encaminhado. Por outro lado, o DIBAP/IAP argumenta que as documentações estavam incompletas, visto que não constam como anexo o memorial descritivo, documento notarial e plano de ação. Todavia, não souberam explicar por que tais faxinais, mesmo não sendo reconhecidos como ARESUR, tiveram emitidas suas resoluções conforme o item "Resoluções" da Tabela 1.

[184] Noutro sentido, a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN avançou rapidamente no estado do Paraná apesar de ter sido normatizada esta modalidade somente no ano de 2000. Em menos de 10 anos foram criadas 212 RPPN's tendo suas áreas cadastradas e averbadas em caráter perpétuo conforme determinam o Decreto Federal n. 5.746 de 05 de abril de 2006 e Decreto Estadual n. 1.529 de 02 de outubro de 2007, perfazendo um total de 49.992,45 hectares de área conservada, distribuídas por 95 municípios. <www.uc.pr.gov.br>.

[185] Importante ressaltar que essa política somente será retomada em 2008, mediante pressão da APF sobre o IAP, a fim de que o órgão criasse a ARESUR do Faxinal dos Seixas, em São João do Triunfo. Em 2009, sob permanente negociação demandada pela APF são criadas as ARESUR do Faxinal Água Amarela, no município de Antonio Olinto e ARESUR do Faxinal do Emboque, em São Mateus do Sul, PR.

implantação das ARESUR's, nem tampouco foram elaborados programas ou projetos para sua efetiva implantação, que acabou por ficar sob responsabilidade das regionais do IAP, denotando a fragilidade institucional e política das ARESUR's instituídas nos sucessivos governos do Estado.

Assim, de modo circunstancial e frágil, pode-se asseverar que essa política só ganhou a realidade pelo empenho de um grupo reduzido de técnicos do IAP que haviam participado da elaboração do "Decreto de ARESUR", somados ao despertar do interesse de alguns prefeitos locais da região Centro-Sul[186], que movidos pela pressão de litígios envolvendo faxinais, debates públicos[187] e a ressonância das produções intelectuais sobre o tema, produziram o efeito de manter o assunto na agenda política local, não obstante os administradores públicos mantivessem o ponto de vista, no qual os faxinais permaneciam como "problemas sociais e econômicos" presentes em seus municípios, logo considerados um fardo face os interesses "desenvolvimentistas" das administrações locais. Nessa ocasião, consoante à orientação ambientalista do governo estadual, encontra eco a proposta de "valorizar" o aspecto ambiental e cultural dos faxinais via compensação do ICMS Ecológico[188], medida que faz incorporar nas falas dos administradores municipais essas características, materializando a ARESUR em seus municípios, condição pela qual "compensaria" conviver com essa realidade social.

De pronto, em alguns meses, e na maioria dos casos, em consultas informais a lideranças dos faxinais, que convencidas pela proposta de repasse de recursos do ICMS Ecológico aderiam à ARESUR, tinham-se os documentos básicos

---

[186] Segundo técnico do IAP entrevistado, a Associação dos Municípios do Centro Sul do Paraná – AMCESPAR contribuiu na articulação junto aos municípios de sua abrangência visando a implantação das ARESUR, fornecendo considerável apoio ao regional do IAP de Irati.

[187] Me refiro para além das produções intelectuais já indicadas no capítulo 1, artigos em jornais locais, debates no rádio, e sobretudo, inúmeros conflitos de uso envolvendo os faxinalenses e seus antagonistas, que sistematicamente eram trazidos aos gabinetes dos prefeitos na esperança de uma resolução. Prática herdada dos inspetores municipais ou de quarteirões que agiam por delegação dos prefeitos ou delegados de polícia com a finalidade de resolver conflitos relacionados às normas relativas aos acordos de uso comum, dentre outros. Quando estes não encontravam soluções cabia ao prefeito dar o encaminhamento, o que a partir da década de 1980 tornou-se uma constante, ou seja, os prefeitos terem que mediar conflitos em seus gabinetes (CHANG, 1988, p. 41).

[188] O ICMS Ecológico é um instrumento de política pública, criado pioneiramente no Paraná, que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos. A Lei do ICMS Ecológico ou Lei dos Royalties Ecológicos é o nome que se dá à Lei Complementar n. 59, de 1.º de outubro de 1991, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. <www.uc.pr.gov.br>.

necessários para elaboração do requerimento a ser enviado ao IAP para enquadramento. Sob o argumento apresentado às "comunidades" de que "*viriam recursos para manter o faxinal"*, surgiram de forma quase instantânea 19 ARESUR's, que a despeito de perceberem tais "recursos", estes nunca foram administrados pela "comunidade", fato consumado pela ausência de um Plano de Manejo Participativo (Cf. Lei SNUC, 2000), que estipulasse critérios e prioridades para sua aplicação[189], ficando seu controle centralizado aos interesses e decisões das prefeituras, que por meio de "consultas" às lideranças de associações comunitárias definem o destino do uso de parcela[190] dos recursos de ICMS Ecológico mensalmente repassados aos cofres municipais.

Passados mais de 10 anos de sua existência como categoria de unidade de conservação, observa-se pela inação do IAP, na qualidade de gestor ambiental dessas áreas, o propósito de deixar esvair gradualmente as ARESUR's até o ponto de sua completa descaraterização enquanto "sistema faxinal". Situação visível em várias dessas unidades, que aos poucos estão sofrendo desterritorialização progressiva pela presença de chacreiros, monocultivos de soja, pinus, envenenamento de "criações animais", "fechos"[191], contaminação por agrotóxicos dos recursos hídricos, desmatamentos, ameaças de morte às lideranças (APF, 2007), sem que o IAP e as prefeituras se posicionem na defesa das ARESUR's, tarefa e riscos que recaem continuamente aos próprios faxinalenses, às associações locais e seu movimento social, quando da elaboração de denúncias e dossiês de conflitos socioambientais, registrados e encaminhados ao Ministério Público e IAP como prova cabal do permanente enfrentamento dos faxinalenses na defesa do faxinal.

---

[189] Segundo critérios definidos para o controle dos recursos do ICMS Ecológico, o IAP, mediante a elaboração pela prefeitura e faxinais da Tábua de Avaliação Anual, procede ao monitoramento da aplicação dos recursos, bem como pontua a qualidade ambiental da área. Conforme essa análise a unidade de conservação pode melhorar seu coeficiente ambiental e ampliar sua participação nos recursos repassados ao município, ou, ao contrário, até ser desclassificada e não receber mais recursos. <www.uc.pr.gov.br>.

[190] Estimativa feita pela Articulação Puxirão – APF aponta para apenas 20% dos recursos aplicados nas ARESUR's (APF, 2009, Documento interno não publicado).

[191] Segundo os faxinalenses "fechos" são áreas de uso comum cercadas para uso individual. Se tornam um conflito na medida em que um proprietário de terras constrói um "fecho" fora do tamanho ou localização permitido pelas regras consensuadas pelos faxinalenses daquela localidade. Por outro lado, para os faxinalenses os "fechos" são imprescindíveis para produção alimentar (hortas e quintais), desde que não prejudiquem a comunidade.

A possibilidade de aproximação nas relações com as instituições do Estado ganha perspectiva com o fim do silêncio institucional que mantém as ARESUR's no limbo das ações do IAP e SEMA já em 2003, no início do "Governo Requião". Do que parecia um arrependimento inconfesso da criação dessas unidades de conservação, ao ponto do assunto ser quase soterrado nos dois últimos anos do "Governo Lerner", ganha possibilidades de reativação no momento em que parcela dos agentes públicos remanescentes das discussões anteriores encontram-se locados funcionalmente no IAP, e são alçados ao recém-criado Departamento Socioambiental – DSA[192], que ao fim do mesmo ano contrata consultoria para elaboração da pesquisa de campo intitulada: **"Levantamento Preliminar sobre o Sistema Faxinal no Estado do Paraná",** cujo objetivo consistia em:

> Aprofundar o conhecimento sobre a situação atual das áreas de faxinais e do sistema faxinal no Estado do Paraná, através da contratação de consultoria técnica, visando propor programas, projetos e ações do poder público que garantam o alcance dos objetivos previstos no Decreto Estadual nº 3.446/97 (2004, p. 6).

A reedição da proposta de um "levantamento preliminar" reanima o debate dos faxinais fornecendo munição para a retomada de discussões por ONG's, prefeituras e no próprio IAP, a partir de março de 2004, momento em que simbolicamente são apresentados ao público os dados da pesquisa. Estes, em que pese a expectativa, fazem crer que a tendência ao desaparecimento está se efetivando, visto que são detectados 44 faxinais[193], ainda na condição de "sistema faxinal", apontando para uma considerável redução em seu número, quando comparados com o "levantamento" de 1994, o que impõe urgência nas medidas a serem adotadas por meio de políticas públicas "eficientes, adaptadas e duradouras". Todavia, até hoje, tais medidas governamentais não lograram sua elaboração, assim como essa mesma motivação manteve-se de forma breve nas pautas

[192] No DSA vão atuar inicialmente Francisco Gubert e Claudia Sonda, esta na condição de Chefe do Depto. Socioambiental. Em que pese a importância de sua criação dentro da estrutura do IAP, a concepção socioambiental não foi incorporada pela instituição que permanece fortemente alicerçada na visão ambientalista sustentada pela concepção de "Comando e Controle" como marca operativa. Prova disso é o DSA, em quase 8 anos de governo, dispõe de apenas 3 funcionários em todo Estado, além disso, situa-se dentro da Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas – DIBAP, órgão que preferencialmente atua na proteção ambiental.

[193] Marques considerou 3 categorias de faxinais: 1) os que permanecem com o "Sistema Faxinal", caracterizados por possuírem um criadouro comunitário e algum uso coletivo das terras; 2) os faxinais que já desagregaram ou que estão praticamente desagregados, mas que ainda mantêm a paisagem de "matas de araucária"; e 3) os faxinais que existiam há 10 anos atrás (1994) e que são considerados apenas comunidades de agricultores individuais (MARQUES, 2004, p. 9).

governamentais, visto que não foram incorporadas nem tiverem continuidade pelo conjunto de ações promovidas pelas instituições públicas do Governo Paranaense.

O agrônomo Claudio Luiz Guimarães Marques, consultor responsável pelo trabalho, confirma o emprego do termo "preliminar" ao pretender novamente atualizar o debate como condição para o governo produzir políticas públicas específicas. O fato de empregar o termo "preliminar" suscita a ideia de um relatório inicial, cuja finalidade antecede uma série de ações principais a serem desencadeadas pelo governo, gerando expectativas a respeito da linha política a ser adotada, intenção que é declarada logo nos agradecimentos do relatório, reafirmando mais uma vez a necessidade da presença do Estado na garantia da "sobrevivência" dos faxinais:

> [...] é essencial que formulem-se políticas públicas eficientes, duradouras e adaptadas à realidade das famílias faxinalenses, com alternativas concretas de sustentabilidade econômica e socioambiental, capazes de garantir a sobrevivência do Sistema Faxinal, caso contrário os faxinais continuarão enfrentando os mesmos problemas e se desagregando (MARQUES, 2004, p. s/n).

Ao afirmar no texto de seu trabalho que não haveria possibilidade de "grandes aprofundamentos", em razão do pouco tempo disponível e das precárias condições de desenvolvimento da pesquisa, informa a estratégia de coletar dados e sistematizá-los, segundo conceitos pré-existentes e consagrados pela teoria sobre o tema. Seus dados são obtidos em campo mediante visitas, aplicação de questionários e entrevistas, sendo possível imaginar os limites operacionais e dificuldades encontrados para consecução dessa proposta.

Por esse motivo, a preocupação com os critérios de identificação dos faxinais e a metodologia de coleta de informações torna-se questão central nas formulações das pesquisas, exigindo, na sequência, um detalhado trabalho de campo. Esse não foi o caso de nenhuma das duas pesquisas aqui analisadas, especialmente a realizada em 2004, que teve duração de 4 meses, e continha diversas tarefas de campo: elaborar uma relação das comunidades e áreas de faxinal, onde está presente o "sistema faxinal", existentes na região Centro-Oeste e Centro-Sul, e consultar e indicar uma relação de pesquisadores, lideranças comunitárias, representantes de organizações governamentais, STR's e ONG's.

O esquema metodológico pretendido por Marques certamente busca englobar um grupo significativo de agentes sociais, que articulam a partir de suas posições os debates sobre os faxinais, na expectativa de construir um amplo consenso sobre a situação. Neste caso, é importante frisar que os agentes sociais consultados, sejam eles pesquisadores, lideranças, técnicos de ONG's ou agentes públicos, encontram-se alinhados indelevelmente no domínio da perspectiva estabelecida pelo consultor e seus cânones prefixados sobre o tema, o que possibilita direcionar e selecionar através de questionamentos o que considera central nas entrevistas, segundo formas pré-estabelecidas.

Aqui, é possível observar, diferente do procedimento efetivado no primeiro levantamento em 1994, que a existência de um campo intelectual mais consistente e definido em 2004 possibilita a identificação de um repertório de representações sociais especializadas sobre o assunto, seja do ponto de vista "técnico", como político. O exame de 16 inquéritos coletados junto a pesquisadores, ONG's, agentes públicos municipais e faxinalenses, e as visitas à campo realizadas pelo consultor, demonstram essa consolidação, bem como a cristalização de certas categorias de percepção e apreciação sobre a realidade social, essencialmente fundadas na estrutura material e objetiva das relações sociais tidas como evidentes. Todas impreterivelmente convergem para a noção de *desagregação* e consequente "desaparecimento" dos faxinais, dado um contexto fatídico que associa "desinteresse" do poder público e "desânimo" dos faxinalenses, reproduzindo a monotonia do discurso de 20 anos atrás. Conquanto, essa seja uma visão afunilada pelo determinismo e explicitada pela reprodução das noções e categorias empregadas pela produção intelectual, é possível predizer que estes levantamentos, apesar de seus limites operacionais e metodológicos, trabalham com dados quantitativos fornecendo as primeiras estimativas sobre os faxinais. Concretamente, tem-se uma noção primária sobre sua situação, indicando informações fundamentais para o esboço de iniciativas ulteriores a serem apresentadas.

Para além das objeções interpretativas, cabe observar diferenças operativas entre esses dois "levantamentos" oficiais, justapondo aos seus limites políticos e teóricos o mérito de manter os faxinais no horizonte das ações públicas. Aqui vale

salientar que, não obstante sua restrita circulação[194], esses documentos têm a importância de projetar essas "comunidades" ao oficializar o reconhecimento de parcela dos grupos organizados em faxinais, mediante o ato de "cadastrar" ou "citar" sua existência, mesmo que na forma de "levantamentos expeditos ou preliminares". Outra virtude deve-se ao fato desses "levantamentos" trazerem à superfície o tema, estimulando reflexões e ações que têm como objeto os faxinais, ocasionando a multiplicação do número de produções intelectuais sobre o assunto, bem como estimulando a intensificação de atividades em faxinais em diversas organizações[195].

De modo objetivo as diferenças podem ser observadas mais claramente em seu procedimento metodológico. Para tanto, ressalta-se o critério usado no "levantamento" elaborado por Marques, que apesar de utilizar o padrão interpretativo, tributário de Chang, tal como mencionado no levantamento realizado pela EMATER, sua classificação baseia-se no parâmetro da "desagregação" do "sistema faxinal", numa variação que permite identificar a existência de faxinais pelo "criadouro comunitário" e "uso coletivo da terra", da mesma forma que identificam esses sistemas de uso comum, que assumiram em tempos passados esta forma, ou seja, são reconhecidos por aquilo que "deixaram de ser", seja na forma de remanescente de paisagem de "mata de araucária", típica de faxinais, ou por ter assumido em passado recente as características de um "criadouro comunitário", onde hoje se encontram estabelecidas "comunidades de agricultores individuais".

Todavia, diferenças metodológicas podem ser apontadas na análise desses relatórios, não obstante as semelhanças conceituais sejam fortes e oriundas das mesmas fontes. Em comparação com o relatório da pesquisa de 1994, onde foram aplicados questionários em campo diretamente às comunidades consideradas "sistema faxinal", denotando pretensões censitárias para as informações referidas à área – criador e produção vegetal –, produção e população, no "levantamento" de 2004 os faxinais foram visitados por amostragem, resultando em 13 (treze) faxinais localizados em 8 (oito) municípios, com posterior complementação de dados quantitativos elementares sobre área – criador e total –, população e situação da conservação ambiental, por meio de entrevistas com os entrevistados, que

[194] Tais documentos parecem ter ficado restritos no âmbito dos departamentos específicos do IAP e ITCG, sem merecer uma divulgação mais apropriada, que possibilitasse sua internalização mediante um ato político por estes órgãos.

[195] Me refiro ao aumento de volume de trabalho já existente e vinculado aos faxinais, desenvolvidos em distintas linhas de ação pelo Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP, Centro Missionário de Apoio ao Campesinato – CEMPO, Instituto Guardiões da Natureza – ING e AS-PTA.

possibilitaram alcançar a identificação de 44 faxinais classificados como “sistema faxinal”.

As áreas consideradas de ocorrência de faxinais mostraram forte semelhança nos municípios considerados para ambos procedimentos, uma vez que os dados do “cadastro” de 1994 serviram de base para o “levantamento” de 2004. Neste quesito, este último relatório explica que a tendência de redução do número de municípios com presença de faxinais em comparação ao primeiro deve-se à “extinção” devido ao processo de “desagregação”, sem que fiquem claras as razões que levam a esses desdobramentos. Importa salientar que essa explicação não dá conta de compreender os processos sociais e identitários, que de alguma forma permanecem sustentando a unidade social dos referidos grupos.

Ou seja, apesar de Marques listar 152 faxinais contabilizados a grosso modo em 3 categorias: Faxinal – “criadouro comunitário”; Faxinal – “paisagem”; e Faxinal – agricultores individuais; para efeitos práticos o autor considera existir na forma indicada pelas produções intelectuais apenas 44 faxinais situados dentro das definições descritas pelas características elementares, como “criadouros comunitários” e “uso coletivo da terra”. Os outros mencionados faxinais já deixaram de sê-lo, restando em seu lugar “paisagens características de faxinais” ou “agricultores individuais e suas culturas anuais”, não correspondendo mais à definição descrita por Carvalho, Chang e Souza, a quem recorre na introdução do trabalho, apontando para as referências que vai adotar para definir o objeto sob o qual pretende investigar.

Conquanto haja diferenças metodológicas favoráveis ao levantamento realizado em 2004, vide o procedimento de entrevistas e discussões analíticas sobre os dados quantitativos e qualitativos da investigação, o que se observa na prática é que a repercussão desses estudos permaneceu nas “bordas” das políticas públicas no estado do Paraná, distantes ou ausentes no corpo dos referidos planos de desenvolvimento produzidos pelas instituições governamentais até calar em silêncio no interior das classificações que organizam as categorias sociais adotadas pelo Estado para designar a população rural.

3 O CAMPO EM TRANSIÇÃO: A EMERGÊNCIA DOS FAXINALENSES

Passados mais de 25 anos da obra inaugural sobre os faxinais, formadora por excelência de uma percepção reproduzida por dezenas de obras passíveis de serem perfiladas no escopo de um *habitus intelectual*, o campo intelectual de debates sobre os faxinais encontra sua inflexão com essa forma de pensamento dominante, com esse monopólio classificatório acerca do objeto de pesquisa, quando o foco da análise transfere-se do objeto "criador comum" – substância – para o sujeito faxinalense – relação.

Inicialmente, enfatizo que os debates em torno dessa mudança metodológica exigem a constituição de um novo modelo de racionalidade científica, na medida em que consideremos o caráter racional da diversidade de formas de conhecimento, organização social e lógicas produtivas que não se pautam pelos mesmos princípios epistemológicos, e pelas mesmas regras metodológicas urdidas pela construção da modernidade capitalista, tanto da parte de seus defensores, como de seus críticos mais radicais (SANTOS, 1987, p. 11).

Longe de querer negar a validade das obras dominantes no campo intelectual em exame, importa analisar que este campo de produção de saber sobre os faxinais tem excluído em geral os faxinalenses e, respectivamente seus "pontos de vista" sobre a realidade social. A imagem do "sistema faxinal" em estágio estagnado ainda persiste no senso comum, ao mesmo tempo em que, muitas investigações na área das ciências sociais são apenas em termos formais, visto que os investigadores pouco tempo passam trabalhando em diálogo com seus informantes, sendo incapazes de identificar se o seu quadro teórico – normalmente traçado antes da saída para o "campo" – se adéqua à realidade encontrada, e igualmente insistem, caso tal adequação não se verifique, em promover modificações que escapem as regras de interpretação consagradas.

Na crítica à atuação das obras de referência e das demais obras analisadas nesta tese, afirmo que a diversidade epistêmica do mundo é potencialmente infinita Santos (2003, p. 253). Isso evidencia que a reivindicação do caráter universal dessas representações sociais oriundas de posições dominantes no campo intelectual expressa apenas uma forma de particularismo, cuja particularidade

consiste em ter poder para definir como particulares, locais, contextuais e situacionais todos os conhecimentos que com ela rivalizam (SANTOS, 2003).

Com a imagem dos faxinais sendo elaborada, como no passado, a partir da oposição do moderno/tradicional, a situação de subalternidade mantém-se, sendo descrita como sinônimo da incapacidade de se desenvolver. A definição do "padrão" descritivo para os faxinais, no que foi apresentado por Carvalho e Chang na década de 1980, permanece atualizada e seus pressupostos mantém-se pertinentes e exclusivos, sendo pouco questionados pelas obras ulteriores.

Reforçando o que já foi explicitado nos capítulos anteriores, o primeiro desses pressupostos deriva de uma concepção positivista da razão sobre o conhecimento a respeito da trajetória dos faxinais. Nela, essa forma de organização social é concebida como sendo composta por fatos passíveis de serem empiricamente verificados/testados – quais as características culturais, por quais fases/etapas passaram os faxinais, quais estruturas definem a existência de um faxinal. O segundo pressuposto, dando continuidade ao anterior, assume que todos os componentes – lavoura, criação e extração - existentes no "sistema faxinal" estão relacionados entre si, sendo tarefa do produtor intelectual decifrar sistematicamente estas associações apresentadas de maneira estática. Como resultado, é possível prever, no seguimento de qualquer alteração, o que irá suceder no momento ou situação seguinte. Em suma, no trabalho de pesquisa ganha ênfase a previsibilidade sobre o fim dos faxinais, por vezes anunciada (CHANG, 1988), em outras, suscitada (CARVALHO, 1984; GEVAERD, 1986; GUBERT, 1987; NERONE, 2000; SOUZA, 2001).

Dessa forma a tarefa dos pesquisadores concentra-se no passado, no que foi e como transformou-se, e não no que é, e como tem encontrado alternativas para conservar-se, conforme Santos (1987) defende:

> Qualquer conhecimento só o é enquanto autoconhecimento, enquanto momento de reconhecimento de incompletude do saber de uma dada cultura, no momento em que se entra em contato com outra. (1987:50)

Assim, há que reconhecer que muitos dos conceitos ocidentais de desenvolvimento e de conhecimento são eles próprios artefatos culturais e os modos como os produtores intelectuais os utilizam devem ser entendidos dessa forma como um conhecimento incompleto sobre a realidade, que não é capaz de reconhecer a

existência de outras representações sociais oriundas de outras culturas (SANTOS, 2003).

Através de novas pesquisas, posicionadas no campo intelectual a partir de 2005, os faxinalenses passam a ocupar gradualmente os espaços de discussão nas obras, ao serem incluídos as análises referidas aos faxinais (LOWEN SAHR, 2005; TAVARES, 2008).

A construção do objeto de pesquisa, associada à ideia de que, quando a pesquisa integra na sua equipe, investigadores locais e faxinalenses, pode significar uma redução da distância entre o "pontos de vista" dos pesquisadores e dos agentes considerados "objetos da pesquisa", em benefício de uma leitura mais aproximada da realidade social, instiga-se o diálogo de saberes, contrariando o recorrente monólogo do campo científico, ao tentar explicar os faxinais unicamente pelas "estruturas materiais" e "interações sistêmicas". Deste modo, o agente faxinalense serve a quem pesquisa sobre os faxinais, e continua a ser uma face sem voz própria, na condição de um objeto que ajuda a alcançar outros objetos, e não um sujeito de um possível outro/novo discurso sobre saberes e expectativas.

Por outra "razão", nas palavras de Santos (1987), se faz necessário uma nova abordagem por parte das ciências sociais, que obriga a uma reflexão mais profunda sobre o tema da identidade, face o caráter dinâmico de suas representações. Nesse contexto, a identidade, assim como outras categorias e conceitos – etnicidade e território – está intimamente ligada às práticas de territorialização e de classificação, destoando das categorias "essenciais", e sua insuficiência em enunciar lutas socialmente construídas pelas dinâmicas dos agentes faxinalenses no presente. Isso coloca o debate sobre a categoria identidade passível de ser analisado como um local privilegiado de definição e recomposição da diversidade sociocultural presente na sociedades brasileira, além de constituir uma estratégia de afirmação da cidadania.

3.1 OS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS EM DEBATE

Busco, pela via desse conceito, interpretar a emergência dos grupos faxinalenses, considerando formulações teóricas que intencionam debater no âmbito das ciências sociais a construção da categoria “povos e comunidades tradicionais”, enquanto fenômeno passível de objetivação real, sobretudo, a partir da década de 1980, especialmente no campo da antropologia social. Dentre os diversos autores presentes neste debate é possível identificar distintas abordagens para o tema: campesinato, territorialidade e etnicidade. Dessas, concentro-me em destacar as formulações mais recentes oriundas dos estudos produzidos por Diegues (1994), Litlle (2002) e Almeida (2006).

Em clássico texto sobre o tema, Diegues (1994, p. 79), que concentra seus estudos em comunidades de pescadores artesanais e caiçaras do litoral Sul de São Paulo, elenca características culturais vinculadas à noção de uma tradição camponesa que ajudam a identificar quem seriam os povos e comunidades tradicionais, em que se evidencia: **a)** dependência da relação de simbiose entre a natureza com os quais constrói um modo de vida; **b)** conhecimento aprofundado, estratégico e o manejo destes recursos naturais e seus ciclos; **c)** moradia e ocupação do território por várias gerações e com uma noção de “território” pautada no espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; **d)** reduzida acumulação do capital com ênfase nas atividades de subsistência, ainda que a produção de ‘mercadorias’ possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado; **e)** evidente importância dada à unidade familiar e aos mitos e simbologias associados à caça, pesca e atividades extrativistas. Diegues aproxima esta nova categoria das formulações relacionadas ao conceito de campesinato sob o ponto de vista econômico, ao mesmo tempo em que embasa sua perspectiva no debate relativo à forma como esses grupos sociais produzem e reproduzem ao longo do tempo suas tradições socioambientais, sempre ligadas à conservação dos recursos naturais. São essas tradições que configuram, em sua maioria, as características enunciadas pelo autor, nos permitindo fazer a busca destas comunidades e identificá-las quando se autoafirmam ou são assim entendidas por pesquisadores e grupos que com elas tomam contato.

Na perspectiva elaborada por Little (2002), assume importância a diferenciação fundiária informada pela teoria antropológica da territorialidade, a qual o autor propõe uma renovação ao considerar como ponto de partida uma abordagem centrada na conduta territorial como parte integral de todos os grupos humanos:

> Defino a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu "território" ou *homeland* (cf. Sack 1986: 19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (LITTLE, 2002, p. 4).

Em sua produção, o autor delimita um campo de análise antropológica centrado na questão territorial desses grupos ao invés dos enfoques clássicos do campesinato, etnicidade e raça. Seu interesse pela territorialidade procura mostrar como este novo olhar analítico pode detectar semelhanças importantes entre esses diversos grupos − semelhanças que ficam ocultas quando se empregam outras categorias −, e vincular essas semelhanças à suas reivindicações de lutas fundiárias num contexto jurídico e político nacional.

Partindo dessa perspectiva, Little define o conceito de povos e comunidades tradicionais na forma de um mecanismo analítico capaz de juntar fatores como:

> [...] a existência de regimes de propriedade comum, o sentido de pertencimento a um lugar, a procura de autonomia cultural e práticas adaptativas sustentáveis que os variados grupos sociais analisados aqui mostram na atualidade. O fato que o termo tem sido incorporado recentemente em instrumentos legais do governo federal brasileiro, tais como a Constituição de 1988 e a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, reflete essa ressemantização do termo e demonstra sua atual dimensão política. Em resumo, o conceito de povos tradicionais procura encontrar semelhanças importantes dentro da diversidade fundiária do país, ao mesmo tempo em que se insere no campo das lutas territoriais atuais presentes em todo Brasil. São, acredito, razões suficientes para utilizar o conceito dentro dos turbulentos âmbitos das Ciências Sociais (LITTLE, 2002, p. 23).

É importante, nesse passo, registrar que não se pode mais falar em povos e comunidades tradicionais isolados, afastados do mercado ou como povos primitivos,

aos quais o “desenvolvimento” não chegou. É necessário frisar que, para os fins pretendidos nesta tese, a compreensão do vocábulo tradicional parte da perspectiva de Almeida (2006, p. 9-11), ao pontuar que:

> Embora a noção de ***tradição*** [bem como os termos daí derivados, em forma e significação] apareça em textos clássicos associada ao postulado de ‘continuidade’, conforme sublinha Foucault *in* ‘Resposta ao Círculo Epistemológico’ (1968), importa sublinhar que o termo ‘tradicional’ da expressão ‘povos tradicionais’, aqui freqüentemente repetida, não pode mais ser lido segundo uma linearidade histórica ou sob a ótica do passado ou ainda como uma ‘reminiscência’ das chamadas ‘comunidades primitivas’ e ‘comunidades domésticas’ [...]. O chamado ‘tradicional’, antes de aparecer como referência histórica remota, aparece como reivindicação contemporânea e como direito envolucrado em formas de autodefinição coletiva. [...]. Deste ponto de vista, além de ser do tempo presente, o ‘tradicional’ é, portanto, social e politicamente construído. Ao problematizar a historicidade da ‘tradição’ e reinterpretá-la criticamente estamos de fato produzindo uma análise arqueológica, porquanto a libertamos da noção de passado, remetendo-a para os conflitos contemporâneos.

Para Almeida, as comunidades tradicionais são sujeitos historicamente situados, que intervêm, decisivamente, em um processo histórico de afirmação da diversidade social, intervenção cuja importância já não pode ser ignorada, como costumava ocorrer ou como outros segmentos sociais apostavam. Pelo contrário, sua existência social e política reafirmam-se diuturnamente, e isso torna a luta das comunidades tradicionais uma luta social, não só por espaço na sociedade, mas por reconhecimento da legitimidade de disputar a hegemonia de um modo de vida próprio nas circunstâncias em que historicamente o construíram e que lhes é vital, tendo-se mostrado também vital a outros grupos sociais, aos quais o modo de vida das comunidades tradicionais parecia não influenciar, sob nenhum ponto de vista. Assim, faz-se necessário abandonar o romantismo em torno do que são as comunidades tradicionais e reconhecer-lhes a importância que apresentam no cenário sociopolítico do Sul do País, os quais supõem e afirmam a sua própria diversidade, entendendo-a em sua complexidade.

Por esse viés é necessário romper com essa visão colonialista sobre os povos tradicionais, especialmente no Sul do País, no sentido de que seu provável “primitivismo” os fadaria à incorporação ao modo de vida do restante da sociedade nacional ou os desagregaria irremediavelmente. Pode dizer e registrar por meio de mobilizações políticas e novas produções intelectuais que já não é assim, e nem será com a facilidade que se imagina.

Nesse debate lembro que o mesmo discurso predominou em relação aos índios no Sul do Brasil até fins da década de 1990, e o que se observa hoje é que a política indigenista, fundada no aculturamento e na progressiva absorção pela sociedade nacional dos povos indígenas, não só fracassou como também demonstrou seus destrutivos efeitos aos povos indígenas.

A partir da exposição das abordagens temáticas sobre o conceito "povos e comunidades tradicionais", pretendo criar condições de interpretação para a luta de reconhecimento dos faxinalenses no interior desta categoria social, associando as estratégias do processo de construção da identidade faxinalense pelos próprios agentes sociais à abordagem da etnicidade e de forma complementar à construção de sua territorialidade específica, a qual pretendo abordar com ênfase no capítulo 4. Entendendo que o móvel das lutas simbólicas passa necessariamente pela afirmação identitária, do contrário esses grupos não possuem outra alternativa, senão o caminho da distinção social.

Considerando sua recente emergência política objetivada na Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses – APF, os referidos agentes sociais investem sua construção social num novo padrão de relações políticas com a sociedade e o Estado, o que suscita a compreensão de sua estratégia simbólica ao impor sua "visão do mundo", na busca de legitimar sua existência social, condição que lhes permite serem reconhecidos como uma forma de organização socialmente diferenciada presente na formação da sociedade brasileira.

Destarte, os faxinais tenham encontrado possibilidades de distinção social baseadas em caracterizações produtivas e físicas conforme os atributos materiais, geográficos e culturais, os faxinalenses permaneceram ocultados no interior de categorias sociais genéricas desprovidas da auto-atribuição identitária do grupo em questão, fazendo suas especificidades diluírem-se na homogeneidade dos enquadramentos e classificações predominantes nas ações e políticas do Estado. A distinção social somente é observada na medida em que se mobilizam sob um discurso militante a partir do qual se explicitam novos significados que se fazem perceber nos meandros das relações sociais presentes em situações de conflito pelo acesso e uso comum dos recursos naturais, configurando por esta via a manifestação do fator identitário atrelado à noção de etnicidade[196] do grupo.

[196] Segundo Almeida (2006), a etnicidade se expressa também pelo conjunto de estratégias voltadas à manutenção do território, incluindo-se a defesa do estoque de recursos naturais imprescindíveis

3.2 DO OBJETO DA CULTURA PARA O OBJETO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O tema agora proposto solicita um debate em torno de conceitos que permitam compreender e explicar o fenômeno da emergência da identidade coletiva faxinalense, dentre eles o conceito de etnicidade e suas distintas perspectivas que ganham um significado neste trabalho, na medida em que se torna principal explicação para o processo de construção social da pertença a um grupo étnico.

Diferente das análises deterministas que predominam nas interpretações sobre os povos e comunidades tradicionais, em especial nas produções relacionadas aos faxinais, propõe-se como fundamento teórico-metodológico o emprego da análise Estrutural Construtivista[197] proposta por Bourdieu. Neste estudo, trato do fenômeno da distinção social com o foco nos fatores étnicos e territoriais, preocupado em destacar como a formação do movimento faxinalense coaduna com a composição dos processos identitários, estes mediados por conflitos sociais decorrentes do confronto entre modalidades antagônicas em luta pelo controle do acesso e uso dos recursos naturais.

No Sul do País, ainda que recente, o debate sobre os faxinais ganha relevância a partir do surgimento do movimento faxinalense em 2005, instigando a necessidade de outra matriz explicativa para análise do fenômeno, considerando o fato de que o grupo social, por meio da associação entre o fator étnico e processos

---

para a reprodução física e social das comunidades faxinalenses. Expressa-se, ainda, pela recusa explícita a privatização dos recursos naturais, motivadas por empresas e indivíduos estranhos ao grupo que provocam obstrução do acesso aos recursos naturais e prenunciam uma desestruturação das comunidades e deste sistema de uso comum secularmente engendrado, porquanto referidos a recursos escassos que, uma vez afetados, inviabilizam a mencionada reprodução física e social.

[197] Esta postura consiste em admitir que existe no mundo social estruturas objetivas que podem dirigir, ou melhor, coagir a ação e a representação dos agentes sociais. No entanto, tais estruturas são construídas socialmente assim como os esquemas de ação e pensamento, chamados por Bourdieu de *habitus*. O momento objetivo e subjetivo das relações sociais estão sempre numa relação dialética, portanto podem mover-se ou deslocar-se no espaço social, visto que existem realmente nas estruturas objetivas que coagem as representações e ações dos agentes, mas estes, por sua vez, na sua cotidianidade, podem transformar ou conservar tais estruturas, ou almejar sua mudança. Disso resulta compreender que a verdade da interação nunca está totalmente expressa na maneira como ela se aprensenta imediatamente. Uma das mais importantes questões na obra de Bourdieu se centraliza na análise de como os agentes incorporam a estrutura social, ao mesmo tempo que a produzem, legitimam e reproduzem. Neste sentido se pode afirmar que ele dialoga com o Estruturalismo, ao mesmo tempo que pensa em que espécie de autonomia os agentes detêm para mudar essas relações em situações que podem acumular variadas formas de capital. Nesse ponto Bourdieu dialoga com o Construtivismo. (BONNEWITZ, 2003)

político-organizativos, se autodefine como faxinalense indicando lacunas nas interpretações sobre os estudos dos faxinais, o que revela certa insuficiência teórica na análise da ação social relativa a essa emergente categoria. Tal passagem do objeto ao sujeito permite inverter a lógica na qual os faxinais são tratados como produto das condições socioeconômicas de um tempo passado, para compreensão que representam um ato deliberado por agentes faxinalenses que atribuem a essa modalidade de uso comum da terra o sentido de sua existência social. Essa interpretação abre possibilidades de explicações que resolvem a questão da continuidade no tempo de um grupo social e de sua identidade em situações territoriais diferenciadas, posto que os traços culturais e os bens materiais podem variar no tempo e no espaço sem que isso afete a identidade do grupo.

Analiso, então, a perspectiva que se coloca em consonância com a que percebe a cultura como algo essencialmente dinâmico e perpetuamente reelaborado (BOURDIEU, 1994). Dessa forma, a tradição faxinalense e os bens materiais, tal como os recursos naturais que compõem um *território tradicionalmente ocupado*, ao invés de ser premissa da existência de um grupo étnico, é de certa maneira produto deste, ou seja, o território passa a ser compreendido como objeto de reconstrução social em consonância com a força da identidade coletiva objetivada em movimento social.

Nessa direção nos deparamos com os significados oferecidos pela força mobilizatória dos agentes sociais faxinalenses, que se estrutura na forma político-organizativa da APF, assumindo a posição de agente social por meio de ações coletivas e produção de dispositivos, que instigam o campo intelectual a acolher em seu exercício de reflexão o sentido fornecido pelos agentes sociais na luta e defesa de sua modalidade específica de apropriação dos recursos naturais.

Esse "novo" rumo oferecido ao debate é captado por outra posição social – dominada – no campo intelectual materializada nas produções intelectuais estimuladas pelo Projeto Nova Cartografia Social que resulta na elaboração da ***Série Faxinalenses no Sul do Brasil*** – que produziu até o momento 4 fascículos[198] – e o

[198] Esses fascículos foram iniciados em 2006 sob autoria da APF e apoio do PNCSA. O fascículo 1 denominado **Faxinais no Paraná** compõe a série **Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil**. Os outros 4 fascículos foram elaborados também a pedido da APF e deram início a série **Faxinalenses no Sul do Brasil**. Atualmente está sendo produzido o fascículo 5 dessa série sob coordenação do Núcleo Metropolitano Sul da APF, atendendo demanda dos faxinais localizados no município de Mandirituba-PR.

"Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná"[199], recriando com isso espaço para a intersubjetividade[200], como pressuposto básico no processo de reconstrução do conhecimento sobre os faxinais, centrando o foco na identidade faxinalense, condição esta que possibilita mudanças nas relações de poder atuantes no campo intelectual, ao tencionar acerca de novos significados fornecidos pela realidade social em estudo.

Os dados elaborados por esta pesquisa apontam para uma ruptura com o esquema de pensamento dominante, a partir da releitura sobre os *processos sociais de territorialização* dos faxinais, lançando mão de uma explicação que possibilite pensá-los a partir dos agentes sociais que se mobilizam pelo reconhecimento de sua condição social amparado em sua identidade étnica e coletiva, e não mais na objetividade que caracteriza o "criador comum". Nesse tempo, Shiraishi (2009) produz artigo intitulado: ***"Direito dos Povos de Faxinais: as interpretações e as interpretações jurídicas"***. Nele o autor analisa de forma breve as interpretações dominantes tanto no campo das ciências sociais como no campo jurídico, e suas implicações nos limites do reconhecimento dos direitos desse grupo social. Tanto esta produção, quanto o ***"Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná"***, de autoria de Souza (2009), que concentra seu estudo nos processos diferenciados de territorialização concernentes aos faxinais, denotam um novo grupo de produtores intelectuais que têm como autor-fonte o antropólogo social Alfredo Wagner Berno de Almeida, que desde a década de 1970 converge seus estudos para os antagonismos sociais em torno de modalidades de uso comum dos recursos naturais utilizados por diferentes grupos e povos tradicionais. Almeida (1986) cita os faxinais em seus trabalhos desde 1985, desenvolvendo um esquema interpretativo que objetiva os processos históricos de ocupação dos sistemas de uso comum da terra na estrutura agrária do País, observando a forma como estes grupos sociais produzem, lutam e defendem a sua territorialidade, sobretudo em situações de conflitos face antagonistas e processos internos de diferenciação social. Souza e Almeida organizam em 2009 o livro ***"Terra de Faxinais"***, para tratar do tema sob o foco dos agentes sociais faxinalenses. Todos esses autores, em razão de sua

[199] Os dados relativos ao Mapeamento Social serão discutidos com precisão no capítulo 4.

[200] Atribuo o significado fornecido pela perspectiva interacionista em que o domínio das relações sociais relativo a fenômenos individuais e subjetivos são socialmente produzidos através do autorreconhecimento de cada sujeito em cada um dos outros, como ocorre, por exemplo, na criação de identidades coletivas ou culturais. Ver: HABERMAS, Jurgen. **Teoria da ação comunicativa**, 1981.

recente produção e publicação, ocupam no momento uma posição social dominada no campo de debates sobre os faxinais, em que pese serem assumidos politicamente pela APF como fonte de informações reais a respeito de sua condição social no Paraná.

As obras desses autores propiciam uma reflexividade sobre os fundamentos teóricos que sustentam os debates nas ciências sociais e jurídicas acerca dos processos sociais e identitários concernentes às modalidades de uso comum dos recursos naturais por diferentes grupos e povos tradicionais. Tal reflexão em torno destes processos trouxe, entretanto, a preocupação e necessidade em transpor noções entre áreas de conhecimento aproximadas por demais entre as ciências sociais, como a antropologia e a sociologia, servindo de suporte para a produção de um pensamento amparado por conceitos mais apropriados à leitura crítica da realidade social explicitada pelas recentes pesquisas de campo sobre os faxinais. De certa forma, com este recurso, busco restabelecer pontes no interior das ciências sociais visando potencializar o poder de análise sobre o objeto de pesquisa, conquanto haja divergências, me proponho inicialmente explicitar a necessidade de incorporação conceitual para encontrar explicações aos referidos processos.

Dessa maneira, é que se faz necessário abordar o conceito de etnicidade, a fim de compreender o processo de organização social que institui a identidade faxinalense, categoria esta que se mostra pertinente à análise de diversas comunidades tradicionais em contextos interacionais, sobretudo em situações nas quais estes grupos acionam sua identidade coletiva visando selecionar e evidenciar quais traços presentes em sua propalada diferença cultural são acionados para definir o significado atribuído à sua etnicidade, permitindo compreender como se compõe sua identidade, bem como as variações territoriais que comportam esse suporte identitário.

Entretanto, antes de indicarmos a perspectiva que essa corrente se associa, lembro que o conceito de etnicidade permanece e apresenta-se com uma diversidade de posições e posturas. De um lado podemos falar de posturas “primordialistas”, que acentuam a existência de “ligações primordiais”, isto é, aquelas que ligam os indivíduos através de relações[201] dotadas de uma significação inefável,

[201] Durkheim via nos vínculos primordiais a base de formação do vínculo social numa perspectiva evolucionária, este ponto de partida primordialista servia para que o autor refutasse as concepções utilitaristas da solidariedade. O argumento que ele desenvolve em seu livro ***Da Divisão do Trabalho***

como laços de sangue, a língua e origem comuns (ALMEIDA, 2006). Esta ideia de especificidade dos vínculos e dos sentimentos "originais" foi bastante abordada nos estudos sobre etnicidade, para dar conta da "qualidade primária" e fundamental da identidade étnica, levando a sistemas de classificação de grupos sociais a partir de parâmetros observados por agentes externos, criando com isso o problema da categorização de minorias ou grupos isolados definidos por traços culturais específicos. Deste modo, busca-se a gênese das ligações étnicas e os mecanismos culturais que geram e mantêm os sentimentos que os caracterizam, produzindo um significado essencialista de cunho cultural. De outro lado, a etnicidade é entendida a partir de uma seleção de atributos que são usados para diferenciar os grupos em interação, uma vez que é no contexto interacional que os grupos constroem os elementos propostos por uma forma específica de linguagem que denominamos de etnicidade (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998).

Um breve resgate dessa discussão possibilita compreender as diferenças conceituais e a orientação teórica que influenciaram alguns estudos científicos na interpretação dos denominados povos e comunidades tradicionais no Sul do País, em especial no caso dos faxinais[202]. Destarte, inicio essa discussão pelo uso do termo "raça", amplamente utilizado não apenas no cenário popular, com forte poder de influência sobre grande parte dos estudiosos dos séculos XVIII e XIX, como conceito mobilizado para definir os grupos e suas identidades sociais, baseados na teoria da seleção natural.

No Brasil, esses atributos envoltos pelo conceito de "raça" dividem os grupos em tipos inferiores e superiores, demarcando a impossibilidade dos primeiros, em especial comunidade de índios e negros, de inserção no "mundo civilizado". O racismo – termo que designa uma positivação na desigualdade das raças humanas – parte do pressuposto que a cultura é biologicamente dada. A ideia de raças constituídas sob hierarquias dominou o pensamento social no Brasil e foi bastante eficaz no Paraná quando da implementação das políticas imigratórias iniciados no

---

Social Ed. WMF Martins Fontes, 2008, é que o que cria a solidariedade não é a cooperação, mas as "forças impulsivas como a afinidade sanguínea, a ligação ao mesmo solo, o culto dos ancestrais e a comunhão dos costumes. É somente quando o grupo se forma nessas bases que a cooperação nela se organiza".

[202] A categoria caboclo, acionada em especial por Chang, Gubert, Nerone e Sahr para definir a população original formadora dos faxinais, carrega consigo interpretações sustentadas pelo conceito de "raça". Tal ideia projetada sobre os sujeitos referidos aos faxinais elide suas especificidades, induzindo a uma reflexão que os destitui de sua condição social e territorial, na medida em que tenta acomodar determinada identidade étnica na noção de "raça".

século XIX; sendo em grande medida respaldada pela ciência (NADALIN, 1991). Também não podemos deixar de destacar a sua importância como ideologia, que atendia a fins políticos[203] que justificassem a desigualdade social. Tais concepções interferem desde o período colonial no discurso e nas representações acerca do campesinato e seus sistemas de uso comum, e subjazem no pensamento intelectual que sustenta as políticas para o meio rural, sobretudo na década de 1980, quando se associa à "identidade cabocla" atributos biológicos ao objetivar a população majoritariamente presente nos faxinais. Seu cunho essencialista e ao mesmo tempo genérico é construído no esquema de oposições entre a origem "cabocla" ou "européia", na mesma proporção em que classificasse os sistemas de produção em "primitivos" e "modernos", segundo caracteres sociobiológicos e tecnológicos, vinculados ao biótipo, às práticas produtivas e ao isolamento social (CHANG, 1988; GEVAERD, 1986; NERONE, 2000).

Nessa perspectiva, caracterizações genéricas assemelhadas a atributos oriundos de grupos indígenas e negros, conformariam uma pretensa "identidade cabocla", compreendendo um etnônimo que constitui por si só um signo distintivo, perdendo de vista as especificidades e os movimentos de pertença e exclusão dos grupos sociais em variados momentos históricos, indiferente das identidades nacionais que ao passar do tempo foram cada vez menos acionadas, e hoje, parecem ter perdido seu sentido[204] prático no interior dos faxinais enquanto critério de mobilização em defesa do uso comum dos recursos naturais. Nestes esquemas teóricos e interpretativos dominantes, a fronteira social entre os referidos grupos é notadamente concebida como rígida e fixa, sendo genericamente tomada a partir de critérios raciais ou meramente culturais, como veremos abaixo.

Uma interpretação amplamente utilizada nos estudos sobre os faxinais se refere aos grupos sociais pensados enquanto uma cultura fixada em traços

[203] A política de imigração do Paraná, instituída no período Provincial, baseava-se explicitamente na ideia de uma raça superior capaz de dinamizar o desenvolvimento econômico, por isso a crença triunfalista, que não chegou a se realizar, de que a importação de grandes contingentes de imigrantes europeus pudesse transformar o cenário produtivo da região (NADALIN, 1995).

[204] Os faxinalenses em nenhum momento entre várias reuniões em que participei, encontros e visitas às comunidades com significativa presença de descendentes ucranianos, poloneses e italianos fazem referência à sua identidade nacional como elemento diferenciador, mesmo os descendentes de imigrantes ucranianos não fazem questão de isso recordar, em que pese as práticas religiosas contribuírem na conservação de sua língua, trajes típicos ou culinária, todos com diferentes origens nacionais sempre mobilizam-se enquanto grupo étnico contra ameaças às terras de uso comum, demonstrando que a força do fator étnico assume como elemento agregador a identificação dos membros do grupo.

essenciais e irretorquíveis. Nesse parâmetro, uma das mais constantes indagações entre os intérpretes que pensaram os faxinais têm sido: o que define um faxinal? Quais são seus elementos culturais essenciais? Ou ainda: como se constituem ou desagregam tais elementos? Estas têm sido questões básicas, inaugurais, repetidas por diferentes interlocutores confrontados com sua existência. Para parcela das interpretações dominantes[205], a "cultura dos faxinais" seria classificada pela presença de bens materiais regulados por costumes destinados à convivência em propriedades privadas dispostas parcialmente ao uso comum para criação de animais, e delimitadas fisicamente por mata-burros, portões, cercas, quintais, propriedades privadas etc. (CARVALHO, 1984, p. 21; CHANG, 1988, p. 19).

Tal conceituação concebe um conteúdo cultural assentado em objetos prefixados, cuja abordagem considera a existência de traços culturais comuns, sejam eles materiais ou simbólicos, como elementos definidores de sua presença. Assim, cada grupo compartilharia "*uma cultura comum e diferenças interligadas que distinguiriam cada uma dessas culturas, tomadas separadamente de todas as outras*" (BARTH, 1998, p. 187). Nesta perspectiva a cultura é a unidade e origem, uma propriedade substancial dos grupos sociais. Como nos diz Cunha (1986, p. 98):

> Uma maneira de colocar a questão é indagar sobre a substância da etnicidade, substância que já foi pensada em termos biológicos, quando se falava de raças e de sua heterogeneidade. A noção de cultura veio substituir-se à de raça, dentro de um movimento que se quis generoso, e que certamente o foi. E já que cultura era adquirida, inculcada e não biologicamente dada, também podia ser perdida. Inventou-se o conceito de aculturação e com ele foi possível pensar [...] na perda da diversidade cultural e em cadinhos de raças e culturas.

Nessa perspectiva substancialista da etnicidade, cada grupo social seria uma unidade discreta, dotada de uma cultura, uma história e de comportamentos específicos, sobretudo referenciada na forma como essa cultura é produzida e experimentada pelos agentes sociais. Uma das questões que sobressai é a busca de definições através de critérios objetivos que permitam ao pesquisador inferir a existência de traços culturais em contextos marcados pelo isolamento do grupo. Nestes casos, não se pode asseverar que os faxinais mantêm uma unidade cultural homogênea, uma vez que diferentes culturas, línguas e práticas sociais compõem ao longo da história unidades sociais que se identificam como "terras de faxinais".

[205] Vide análise crítica apresentada no Capítulo 1.

Essa abordagem deriva para uma análise das relações interétnicas ocorridas entre grupos culturalmente distintos, temática que carrega desde seu início explicações amparadas no conceito de aculturação e mais radicalmente de assimilação, assunto recorrente nos estudos sobre a ocupação territorial do Paraná (MACHADO, 1963; BALHANA, 1969; WESTPHALEN, 1969; NADALIN, 1991), no que tange ao processo de colonização e povoamento da região denominada de "Campos Gerais" e áreas limítrofes ou de "matas de araucária" no período que inicia com as políticas imigratórias, da então recente Província do Paraná, e permanece candente até o fim da Segunda Guerra Mundial, com a drástica diminuição dos fluxos imigratórios iniciados no século XIX, que resultaram na colonização[206] de alemães, italianos, poloneses, ucranianos e russos, em diversas regiões do Estado. Neste espaço o conceito de aculturação foi amplamente utilizado para análise das situações de contatos, especialmente entre índios e brancos e, mais recentemente, entre "moradores" dos faxinais, alcunhados de "caboclos", e os imigrantes europeus e migrantes vindos do Sul do País, utilizando-se de um esquema interpretativo para explicar as consequências deste processo cognominado de "desagregação dos faxinais", quais sejam: perda dos traços culturais originários, portanto de sua substância, irreversíveis na medida em que os "grupos dominados" submetiam-se aos mecanismos de organização social, econômica e política do grupo dominante. Tais estudos concentram sua explicação nos elementos "fragmentários" ou "residuais" do que se convencionou denominar de "cultura dos faxinais", apontando para a tendência ao desaparecimento, mediante transformações sofridas pelo intenso contato com a "modernidade".

Entretanto, diferente dessa visão fragmentada, o que se observa são os processos diferenciados de territorialização resultado das interações entre distintos grupos sociais que se articulam possibilitando uma reorganização social que redefine os territórios de livre acesso aos recursos naturais, mediante situações sempre tensas e conflituosas. Entenda-se que esse processo carrega toda ordem de contradições sociais somente superáveis pelo critério da necessidade em garantir a reprodução social do grupo faxinalense face os limites impostos pelas adversidades em torno do controle dos recursos naturais considerados essenciais ao grupo.

[206] Estas situações são retratadas especialmente por Cecília Westphalen (1969) em seu artigo sobre a ocupação do Paraná "moderno". A autora analisa as transformações ocorridas na sociedade campeira tradicional com a chegada dos imigrantes, sobretudo alemães e holandeses na década de 1950 nas colônias de Castro, Palmeira e Entre Rios (Distrito de Guarapuava).

O rumo do debate proposto pela sociologia relacional agora proposta desvencilha-se do conceito de aculturação (CHANG, 1985, p. 37) fragilizando o referencial evidenciado na associação mantida entre mudanças culturais e "declínio" dos faxinais, na medida em que desloca o enfoque dado aos processos de integração, assimilação e adaptação, em meio a "perdas" do "suporte cultural" responsável pela manutenção da unidade social do grupo. Aliás, essa afirmação se sustentava na crença de que os faxinais e seus "moradores" seriam de todo, integrados à sociedade mais ampla, permanecendo resquícios de paisagens e lembranças do passado (CHANG, 1988; NERONE, 2000; SOUZA, 2001).

A partir dessas novas produções não me parece possível sustentar o conceito de faxinal formado por uma "tradição cultural", como algo imutável, tampouco desconsiderar a ação dos sujeitos que arrogam para si os critérios de classificação e distinção social. A ideia já cristalizada de uma "tradição cultural" mostra-se frágil, uma vez que os grupos "fadados ao desaparecimento" mostram-se persistentes, não simplesmente existindo fisicamente, mas existindo enquanto grupos socialmente diferenciados, porquanto portadores de formas organizacionais específicas (SOUZA, 2009). Nesse contexto, a própria ideia de cultura deixa de ser uma dimensão determinante, embora significante no processo de autodefinição.

Ao pensar a noção de tradição, logo procuramos saber sobre os agentes sociais que a produzem e a reproduzem no tempo, em meio às intimidações e enfrentamentos impostos às condições sociais que definem sua modalidade de apropriação dos recursos naturais, e a maneira pela qual institui o domínio de suas extensões territoriais de pertencimento. Afinal, se entendemos os faxinais como uma construção social é necessário identificarmos os sujeitos que os organizam e reorganizam socialmente, segundo suas "relações de sentido".

Ao definirmos os agentes sociais apenas através das características culturais, o conceito de etnicidade deixa de ser pensado, particularmente, como propunha Max Weber (1994), por meio da ideia de pertença subjetivamente definido de modo temporário ou permanente. O que se pode depreender é que este autor apresentou uma definição não substancialista para esse debate, mesmo antes dele se tornar polêmico. Ao definir os grupos étnicos pela crença subjetiva numa origem comum, Weber sublinha que não é conveniente procurar na posse de traços fixos a fonte da etnicidade. Esta deve ser procurada antes na atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cuja objetividade não pode ser

avaliada independente da significação que lhes atribuem os indivíduos no decorrer de suas relações sociais. Assim, uma comunidade é definida como étnica quando tal pertinência existe, isto é, "*quando é sentida subjetivamente como característica comum*" pelos seus membros (WEBER, 1994, p. 267).

Conforme a sociologia compreensiva de Weber, a ideia de "descendência comum" é focal e liga-se às concepções de "disposição" e "pertinência", entretanto não há distinção fundamental a operar entre as "disposições raciais" e as "disposições adquiridas" pelo *habitus*, isto é, pelos costumes, já que ambas dão lugar a uma comunidade de sentido, sendo fatores que atuam na formação dos grupos étnicos. As "disposições raciais" estão associadas à herança biológica, hereditariamente transmissível, mas não são, segundo Weber, por si só capazes de dar conta das formas de organização coletiva, pois a pertinência comumente observada nos faxinais realiza a união entre pessoas de descendências raciais e nacionais diferenciadas, mas que partilham a crença numa origem comum:

> Um faxinal pra mim representa uma vivência comum em comunidade, onde já se fazem muitos anos em que todos vivem e criam a solta, e têm costumes preservados de muito tempo, e nós queremos preservar isso. Então o povo vive em comum, não tem diferença entre os faxinalenses (T. M., 2008).

É essa partilha de uma "origem" ou "destino" comum que estabelece um sentido de homogeneidade para os membros de uma comunidade, bem como de heterogeneidade entre os diferentes grupos. Esse sentido de pertencimento destacado por Weber desenvolve uma compreensão de diversidade cultural, na medida em que a "solidariedade étnica" manifesta-se no confronto face antagonistas diretamente envolvidos em disputas acerca do controle e apropriação dos recursos considerados básicos pelo grupo faxinalense, despertando neste embate entre o "nós" e os "outros" o sentido de unidade grupal. Nestes termos Weber já destaca a importância do conceito de identidade étnica, elaborada nas situações de contrastes sociais entre diferentes formas organizacionais.

Os motivos definidores das singularidades, e por extensão das diferenças entre os grupos étnicos, são invenções que subsistem como convenções para esses grupos; que podem ser transformadas de acordo com a situação e o momento histórico vivido. Segundo Weber, a comunidade seleciona os elementos

capacitadores de sua própria definição e delimitação dos seus limites fronteiriços. Tais elaborações permitem meios de diferenciação tanto interna quanto externa:

> Assim como toda comunidade pode atuar como geradora de costumes, atua também de alguma forma, na seleção dos tipos antropológicos, concatenando a cada qualidade herdada probabilidades diversas de vida, sobrevivência e reprodução, tendo, portanto função criadora, e isto, em certas circunstâncias, de modo altamente eficaz (WEBER, 1994, p. 270).

Desse modo, a crença na afinidade de origem pode ter consequências importantes, particularmente para a organização dos grupos étnicos ou do que Weber chamou de "comunidades políticas", voltadas para ação. O grupo étnico é, pois, compreendido como uma coletividade que partilha valores, costumes e uma memória comum, que nutre uma crença subjetiva numa origem, imprescindível para a definição da "comunidade de sentido" independente da existência efetiva de uma língua comum ou laços de sangue. Tal comunidade de sentido é pautada por uma espécie de "comunhão étnica", isto é, sentimento de pertencimento que coloca os sujeitos numa categoria social, no nosso caso os faxinalenses.

Desdobrando a análise de Weber, Barth (1969) retoma seus principais argumentos para a análise dos grupos étnicos. Dentre eles destaca a impossibilidade de apreendê-los por meio de um conjunto de traços culturais, uma vez que a diversidade étnica pode existir na ausência de traços comuns. Se é impossível estabelecer a delimitação estrita de uma comunidade através da cultura – entendida como um conjunto de traços objetivos –, a questão não é mais estudar a maneira pela qual os traços de uma cultura estão distribuídos, mas a forma como a "diversidade étnica" é socialmente articulada e mantida. Como nos diz Oliveira (1994, p. viii):

> Para Barth um grupo étnico não se define por seu estofo cultural (que se modifica no tempo e varia de acordo com ajustamentos ecológicos), mas através de critérios pelos quais ele mesmo estabelece as suas fronteiras (critério de pertencimento e exclusão) e pela tentativa de normatização da interação entre os membros do grupo e as pessoas de fora. Nesta concepção a homogeneidade cultural é uma resultante de um processo de criação coletiva e a constituição de um sujeito coletivo, fator determinante no estabelecimento de um grupo étnico.

Em ***Grupos Étnicos e suas Fronteiras*** (1969), Barth objetiva entender a constituição dos grupos étnicos e os mecanismos de manutenção de suas fronteiras,

chamando atenção para as características empíricas que as constituem. Segundo ele, o isolamento geográfico não pode ser representado como um fator decisivo para a existência da diversidade cultural, posto que as fronteiras – definidas nas situações de interação – persistem apesar do fluxo de pessoas que as cruzam constantemente e que, portanto, "*as distinções de categorias étnicas não dependem da ausência de mobilidade*" para existirem (BARTH, 1998, p. 188).

O estudo sobre etnicidade passa da pesquisa dirigida a grupos fechados às propriedades de um processo social. A etnicidade relaciona-se, então, com os processos sociais de exclusão ou incorporação de elementos propiciadores de significados simbólicos – uma identidade –, tanto a nível coletivo como individual. Em sua definição "*os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação realizadas pelos próprios atores sociais e, assim, têm a característica de organizar a interação entre as pessoas*" (BARTH, 1998, p. 189).

Assim, os grupos étnicos devem ser vistos como uma forma de organização social, cujo aspecto fundamental é a já clássica característica da atribuição étnica, categorizada por si mesmo, e pelos outros, um tipo de organização baseada na auto-atribuição dos indivíduos a categorias étnicas. Embora Barth destaque que as categorias étnicas tomam em consideração as diferenças culturais, acentua que as características que são levadas em consideração não são a soma das diferenças "objetivas", mas somente aquelas que os atores consideram significantes (BARTH, 1998, p. 197).

O ponto focal dessa análise está nas fronteiras étnicas, que definem a organização grupal, e não na matéria cultural que ela abrange. Embora reconheça o aspecto territorial das fronteiras, elas são prioritariamente sociais, e é por seu meio que se expressa e se validam as diferenças entre os grupos em interação, pois é no processo de relações interétnicas, e não de isolamento, que as fronteiras são mantidas.

Nessa relação, a etnicidade assegura uma unidade grupal, visto que possui caráter organizacional. Tal organização social, por sua vez, encontra-se ligada aos processos de identificação étnica, estes não são por si só conscientes ou inconscientes, mas resultam da constituição de espaços de percepção comuns ao grupo e das formas de interação com o "mundo externo". Nos espaços de interação os atributos culturais adquirem expressividade, podendo ser altamente seletivos ou estereotipados, apesar de que não operam meramente como reveladores de uma

realidade subjetiva ou inefável, mas como uma seleção de critérios que necessita ser validada neste “contato” (CARNEIRO DA CUNHA, 1986, p. 5).

Sobrepondo esses argumentos à realidade em estudo, é possível pensar os membros dos grupos étnicos não como meros estrategistas motivados unicamente pela realização de seus interesses, ou como agentes sociais criando e recriando ao sabor das situações de interação manipuláveis, pois lhes interessa nesse processo organizativo a garantia de que sua visão de mundo, incorporada às suas práticas sociais e vinculadas a seus territórios tradicionais, alcance o direito de ser reconhecida formalmente, tendo como critério a auto-atribuição dos sujeitos coletivos.

O que há em comum nestas distintas perspectivas é a assertiva de que as distinções sociais como produto da autoclassificação dos agentes sociais mobilizados fornecem a base conceitual da etnicidade, vista como uma construção social de pertença, sendo a identidade étnica extremamente significativa para a construção dessas diferenças sociais que compõem o mosaico sociocultural formador da sociedade paranaense e brasileira.

Como procuro demonstrar nesta breve exposição na perspectiva de desvelar esse processo social, encontro no conceito de etnicidade desenvolvido por Barth (1969) uma fonte explicativa que proporciona uma concepção dinâmica sobre o tema dos faxinais, afirmando que compreendo o mesmo como um processo de organização social de diferenças culturais, o que nos faz pensar seu significado através de dinâmicas de exclusão e inclusão que estabelecem fronteiras não fixas entre os grupos sociais em interação.

Por fim, trata-se de examinar como esse conceito torna-se fundamental para pensarmos os faxinalenses em contextos de interação social onde as diferenças culturais relacionadas à modalidade de uso comum da terra expressam com ênfase o objeto da organização social, redefinindo as fronteiras do grupo social em relação a “outros” ou os denominados “contra” esse mesmo uso comum. Fato é que esta construção relacional tem se estabelecido nas relações marcadas por conflitos sociais em que está em disputa o acesso e uso diferenciado dos recursos naturais, em especial à terra.

> Desta perspectiva, o ponto central da pesquisa torna-se a fronteira étnica que define o grupo, e não pela cultura que ela abrange. As fronteiras às quais devemos consagrar nossa atenção são, é claro, as fronteiras sociais,

> se bem que elas podem ter contrapartidas territoriais. Se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com os outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas as pertença e a exclusão (BARTH, 1969, p. 195).

Porquanto, esse critério étnico seja construído a partir de mobilizações que expressam formas de agrupamento político em torno de situações de conflito identificados por diversos faxinais visitados *in loco*, ele se vincula diretamente a elementos culturais selecionados pelos agentes faxinalenses que se encontram ameaçados em sua condição social, e alcançam via fator organizativo um consenso mínimo que fortalece a unidade social do faxinal, permitindo transparecer um *habitus faxinalense* que está na base da formação da construção da identidade.

Assim, na tentativa de facilitar a explicação relativa ao fenômeno observado, encorajei-me em utilizar o conceito de etnicidade, sem deixar de reconhecer o risco em adotá-lo em detrimento de outro conceito menos polêmico e mais usual, como a noção de cultura, sem que isso signifique abandoná-lo. Este, por sua vez, como já relatado, carrega consigo um padrão analítico que necessita ser revisado em sua aplicação nos estudos sobre os faxinais, motivo pelo qual não o descarto, todavia recorro a um conceito paralelo que visa ressignificar seu sentido na abordagem sobre o objeto de pesquisa denominado “faxinal”, como será demonstrado nos estudos examinados à frente.

Com isso, pretendo possibilitar a compreensão dos faxinais mediante adoção de um esquema analítico em que os atributos culturais são selecionados seguindo critérios de pertença à identidade faxinalense. Tal processo identitário, captado pelo sentido de pertença a um conjunto de práticas e situações conflituosas motivadas pela defesa e luta de seu “modo de vida”, resulta da consciência da condição social do grupo local face contextos históricos e sociais, destacados em narrativas e fixados na memória da coletividade, acerca da intensidade de disputas pelo controle de territórios considerados tradicionalmente ocupados para o uso comum. Conquanto sua situação no presente denote a persistência da organização social sob variadas expressões territoriais, o critério étnico permanece selecionando os traços culturais que lhes permitem identificar e se autoidentificar à identidade faxinalense quando a mesma é informada como um atributo positivo assegurado pela luta e pela Lei.

Tal diferenciação social das formas organizativas que acomodam as terras de faxinais, objetivada em distintas expressões territoriais, como as descritas pelo **Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná** (2009), reflete diretamente sobre os processos de organização social acionados em contextos de conflitos e tensões sociais na perspectiva de assegurar o controle sobre os territórios de pertencimento, e não podem mais ser classificados exclusivamente segundo suas características essenciais, consideradas determinantes da existência dos faxinais. Cabe ressaltar que se a cultura demarca traços comuns entre o grupo, no interior do mesmo ela não é capaz de incluir a fronteira social demarcada pelos faxinalenses, uma vez que muitos se encontram em situações em que sua reprodução física e social está assentada sob diferentes condições sociais e territoriais.

Considero, para fins desta análise, que a noção de etnicidade pode servir para explicar essas situações em que os traços culturais não mais estão presentes ou modificaram-se, todavia, o sentido que o grupo fornece à sua tradição permanece presente nos processos de organização social, em especial, face situações de conflito, condição para que se defina a fronteira social sob a qual se reconhece e se é reconhecido pelos “outros”, mediante a autodefinição da categoria faxinalense. Em outras palavras, reforço a ideia de que é o limite das relações sociais que tem definido a identidade étnica, e não a cultura em sua forma reificada que sustenta a problemática da etnicidade.

Em síntese, busco neste debate teórico acionar o conceito de etnicidade para explicitar realidades sociais não captadas por produções intelectuais em razão de escolhas de esquemas analíticos inapropriados ao trabalho de “arqueologia” desses saberes tradicionais atualizados. Considerando que para os faxinalenses a ressignificação do sentido de suas ações é um elemento central de suas estratégias políticas, adentra-se a luta das classificações, em razão da necessidade de reconhecimento na condição de povo ou grupo tradicional, tendo em vista o fortalecimento e oficialização de sua identidade enquanto categoria social, é nesse sentido que a etnicidade faz transparecer os sujeitos sociais que a leitura objetivista esqueceu.

3.3. CONTEXTO POLÍTICO E JURÍDICO DAS MOBILIZAÇÕES FAXINALENSES

Ao se arrogarem por meio da auto-identificação de faxinalenses, os agentes sociais localizam seu *locus* social, isto é, seu lugar de direito na sociedade, condição que lhes impele a demandar direitos étnicos e territoriais, obtendo com isso mudanças positivas em sua posição social em face da relação com o Estado e também contra seus antagonistas, especialmente no que se refere a persistentes e acirrados processos de desterritorialização promovidos pelo modelo de desenvolvimento amparado na produção de commodities agrícolas e florestais, especulação imobiliária e projetos de infraestrutura que pressionam seus territórios tradicionais, podendo produzir a mobilização dos agentes sociais.

Portanto, esse empenho intelectual tenta estabelecer as bases para mudança de foco e percepção sobre o objeto de pesquisa, até então identificado como "faxinal" ou "criador comum", ao incluir na análise a representação social advinda dos agentes sociais faxinalenses. Neste sentido, se considera, para além das históricas formas de dominação instituídas contra a organização social das modalidades de uso comum da terra, que os elementos simbólicos inscritos em categorias e conceitos objetivistas pelo campo intelectual – em que pese a visibilidade fornecida à questão – desguarnecem seus esquemas analíticos do foco na ação dos agentes sociais faxinalenses na condição de sujeitos diretamente envolvidos em conflitos sociais visando a reorganização social das terras de uso comum. Parcela[207] destes, organizados na APF desde 2005, têm investido seu capital simbólico no processo de construção e afirmação da identidade faxinalense em ações de enfrentamento aos grupos antagônicos e intervenções junto ao Estado em suas diferentes esferas de poder. Buscam mediante sua organização política obter o reconhecimento de sua distinção social através da reinterpretação de dispositivos jurídicos de natureza difusa, inscritos nos textos constitucionais e infraconstitucionais, além de pleitear a aprovação de novas normas, de cunho específico voltadas ao acolhimento jurídico de suas demandas pelo Ministério Público e Judiciário, em resposta às situações de conflitos sociais a que estão submetidos face antagonistas históricos e atuais.

[207] Dos 227 mapeados pela APF/PNCSA em 2008, cerca de 20 faxinais localizados em 12 municípios do estado do Paraná participam ativamente da APF.

Esses casos evidenciam que a interpretação sobre os faxinais encontra-se em disputa no campo político e jurídico, condição que atribui ao campo intelectual uma importância fundamental para uma nova "tradução" sobre esta realidade social, capaz de reclassificá-la dentro de parâmetros de análise mais apropriados à questão. Assim, ao definir objetivar os sujeitos e seus processos sociais e identitários, deixo em segundo plano, por ora, os processos econômicos e sua incidência sobre os faxinais, para compreender sua influência sobre os faxinalenses. Para tanto, focalizo a análise nas ações e percepções dos agentes sociais faxinalenses mediados pela dinâmica e complexa realidade social que enfrentam, num procedimento complementar aos esquemas analíticos atribuídos pelas interpretações consagradas pelo campo intelectual, que insistem em reificar o objeto faxinal, elidindo os sujeitos da ação das disputas materiais e simbólicas que envolvem os faxinais.

Para os faxinalenses, obter o capital simbólico torna-se elemento imprescindível para as lutas sociais que sustentam sua afirmação identitária, considerada condição básica para serem alçados ao lugar de direito na qualidade de grupo étnico. Essa estratégia levada adiante pela APF se insere em lutas maiores que objetivam a "abertura" do Estado às realidades pluriétnicas, reprimidas com intensidade desde o período colonial em razão da imposição de arbítrios econômicos, culturais e sociais que se legitimaram pela violência física, e em especial a violência simbólica institucionalizada pela discriminação e negação social de grupos socialmente diferenciados, corroborada pelo imperativo de instrumentos jurídicos que fizeram reconhecer progressivamente o regime de propriedade privada como legítimo, subjugando a diferença contida nas expressões sociais heterogêneas até seu aniquilamento ou integração à ordem social dominante, através de mecanismos de repressão da população camponesa excluída dos processos econômicos e políticos.

Para além dos faxinalenses, essa reflexão envolve outros grupos sociais aqui denominados de "povos e comunidades tradicionais[208]": quilombolas, indígenas,

[208] Essa expressão foi utilizada oficialmente na publicação do Decreto n. 6040/2007, que instituiu a Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que define em seu preâmbulo: "*Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição*" (Ver BRASIL, Decreto Federal n. 6040/2007).

pescadores artesanais, ilhéus, cipozeiras, seringueiros, castanheiros, religiões de matriz africana, e um sem número de outras identidades coletivas; servindo, portanto, como uma ampla categoria social pensada para comportar as diferenças étnicas e culturais subjacentes a cada situação social específica, representada por grupos sociais, que em nosso País desenvolvem esforços de resistência contra seu aniquilamento e repressão da força de trabalho desde tempos coloniais, motivo pelo qual é possível considerar a existência de inumeráveis processos sociais e identitários disseminados por todo País, represados pela força política e encobertos pelas análises históricas, que sempre encontraram nos deslocamentos compulsórios mobilizações de resistência ou submissão da mão de obra, formas de manterem sua organização social e territorial.

O advento de dispositivos jurídicos que reconhecem sua existência social, notadamente a partir de 1988, com a promulgação da Constituição Federal[209], em que pese sua tardança, manifesta a conquista mais exultante de grupos sociais que há séculos demandam uma nação pluriétnica. Tal oportunidade política e seu resultado concreto devem-se à pressão de movimentos sociais articulados pela identidade étnica e coletiva, desde fins da década de 1970. Deste modo, o reconhecimento jurídico-formal das denominadas "comunidades tradicionais", reivindicado pelos movimentos sociais e afirmado no texto constitucional de outubro de 1988, somente teve um incremento destacado a partir de 2002, por meio de uma série de medidas governamentais que têm intensificado sua efetivação. Para além das alocuções e discursos oficiais, tais medidas podem ser enumeradas do seguinte modo: implementação de dispositivos constitucionais, atos de ratificação de convenções internacionais e iniciativas operacionais do poder executivo, por meio de comissões e/ou grupos de trabalho interministeriais, instituídos por portarias e decretos, além de toda a mobilização social e de pesquisa frente a essa nova leitura para o meio rural no Brasil.

Em junho de 2002, evidenciando a força das reivindicações dos movimentos sociais e ressaltando o caráter aplicado do conceito de "terras tradicionalmente ocupadas", o governo brasileiro ratificou por meio do decreto legislativo n. 143,

[209] Em seus artigos 215 e 216, a CF de 1988 garante direitos à manutenção de expressões culturais presentes *"**Art. 216** - **Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I** - as formas de expressão; **II** - os modos de criar, fazer e viver"* (BRASIL, CF, art. 216, 1988).

assinado pelo presidente do senado federal, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esta Convenção, que é de junho de 1989, reconhece como critério fundamental os elementos de autoidentificação, reforçando, em certa medida, a lógica de atuação dos movimentos sociais orientados principalmente por fatores étnicos e pelo advento de novas identidades coletivas:

> A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser tido como fundamental para determinar os grupos aos quais se aplicam os dispositivos dessa Convenção (Art. 2.°, OIT, 169, 1988, p. 12).

Nesse contexto que no âmbito federal em 13 de julho de 2006 foi instituída por decreto a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), com vistas a implementar uma política nacional especialmente dirigida para tais comunidades. Tal Comissão é constituída por representantes de 15 povos e comunidades tradicionais, a saber: povos indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, ribeirinhos, quebradeiras de coco-babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, castanheiros, povos dos faxinais, dos gerais e dos fundos de pasto, sendo que no Paraná temos representação dos faxinalenses nesta Comissão. Também é constituída por 15 representantes de órgãos e entidades da administração política federal, cabendo ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a presidência da Comissão, e ao Ministério do Meio Ambiente a Secretaria Executiva.

Buscando efetivar esses procedimentos, foi instituída pelo Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT): "*a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais é fundamental não somente por propiciar a inclusão política e social dos povos e comunidades tradicionais, como também por estabelecer um pacto entre o poder público e esses grupos, que inclui obrigações de parte a parte e um comprometimento maior do Estado ao assumir a diversidade no trato com a realidade social brasileira*". A PNPCT tem por objetivo específico: "*promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantir os seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições*" (PNPCT, 2007).

Portanto, o processo político-organizativo que origina a APF recebe influência e impulso das referidas oportunidades políticas decorrentes da conjuntura política nacional, não obstante os faxinalenses dentro de cada unidade social de forma atomizada permanecessem permanentemente reagindo na defesa de seus territórios tradicionais, desde tempos imemoriáveis, com mais ênfase e destaque a partir da década de 1970, com a migração dos sulistas que aceleram a adoção do modelo de "modernização agrícola". Nesse sentido, as situações de adversidade e de conflito sempre reforçaram politicamente as redes de solidariedade, fazendo das unidades sociais, mediante a percepção da identidade coletiva, agir como "unidades de mobilização"[210]. Tal fenômeno ganha forma mais definida na ação das "associações comunitárias", que desde meados da década de 1980 foram instituídas como uma política governamental, cuja finalidade servia preferencialmente para canalizar as políticas públicas de "desenvolvimento comunitário". Conquanto tais associações fossem controladas por indivíduos economicamente interessados na "modernização da agricultura", pelo fato de serem os mais capitalizados em suas comunidades, em muitos casos, elas foram utilizadas pelos faxinalenses para demarcar seus interesses em defesa dos "criadores comuns", caso relatado em entrevista realizada no faxinal Marmeleiro de Baixo, município de Rebouças, PR:

> No início nossa associação estava fraca, pois quem ajudou a construir tinha interesse certo nos recursos que o governo mandava. Depois, a gente conseguiu fazer a associação ficar a nosso favor, na defesa do criador. (Entrevista A.T., 2008)

Nesse contexto, os faxinalenses enfrentavam, até o período anterior a 2005, um campo de poder em que sequer figuravam como sujeitos coletivos, porquanto não dispunham de canais de representação direta para politizar a sua condição, ou seja, manifestar o *"seu dizer e seu fazer"*, situação que caracteriza a predominância dos discursos e ações amparados nas hipóteses da "negação" de sua existência

[210] Segundo Almeida (2006), as **unidades de mobilização** referem-se à aglutinação de interesses específicos de grupos sociais não necessariamente homogêneos, que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado – através de políticas desenvolvimentistas, agrárias e ambientais – ou por ele incentivadas ou empreendidas. São essas referidas unidades que, nos desdobramentos de suas ações reivindicativas, possibilitaram a consolidação de movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros.

social, ou de um presente “condenado à extinção”, originário na corrente teórica que atribui a noção de “desagregação” aos faxinais.

O movimento faxinalense é produto dessa conjuntura, e nela constrói sua identidade coletiva de forma articulada, como resposta ao contexto marcado por intensos conflitos sociais, em que não existe outra possibilidade de permanecer resistindo senão pela afirmação de seu capital simbólico[211]. Sem que o agente social expresse seu ponto de vista, não há posição a ser ocupada no espaço social em que o mesmo é objeto de debate. A primeira estratégia discursiva para acumular capital simbólico é “fazer entender” que sua especificidade permite o reconhecimento na condição de “comunidade tradicional”, assegurando, portanto, sua condição de direito dentro do ordenamento jurídico nacional e internacional.

Sob esse aspecto, é importante salientar que os dispositivos jurídicos citados referem-se às mais variadas formas de existência social definidas por expressões territoriais, étnicas e culturais diferenciadas, que rompem com categorias sociais etnocêntricas de cunho universalistas, cristalizadas na percepção produzida por agentes dominantes no campo intelectual e assumidas pelo campo das agências interventoras nos faxinais. Tem-se, enquanto novidade, a interação entre os campos político e intelectual instigada pela presença do movimento social, forçando novas formas de abordagem teórica sobre o tema, induzido pela presença de um novo léxico de expressões articuladas à categoria social dos povos e comunidades tradicionais, que asseguradas por atos e dispositivos os mais diversos emergem

[211] Segundo Bourdieu (1996), o capital simbólico é uma espécie de poder ligado à propriedade de “fazer ver” e “fazer crer” o prestígio e o carisma de determinado grupo ou indivíduo em determinado campo. A grosso modo, no caso em estudo, o capital simbólico dos faxinais consiste na luta pelo (re)conhecimento e a legitimidade atribuída pelos faxinalenses à sua condição de comunidade tradicional expressa pela forma distinta como grupos de camponeses se organizam socialmente a partir da formação da sociedade no Sul do Brasil, estabelecendo-se ainda hoje como uma modalidade de apropriação comum dos recursos naturais. Deste modo, a partir desta marca quase invisível de distinção o capital simbólico permite que este grupo social desfrute de uma posição de proeminência frente ao campo, e tal proeminência é reforçada pelos signos distintivos que reafirmam a posse deste capital (como o número de faxinalenses, a ocorrência de faxinais, sua distribuição no estado do Paraná, a representação política organizada, um lema, bandeira, eventos promovidos, ...). Como ele é um tipo de capital cuja posse permite um (re)conhecimento imediato face os demais elementos do campo, seu baixo volume de capital simbólico dos faxinais tem sido um instrumento principal da violência simbólica a condenar os faxinais ao iminente prenúncio de seu “desaparecimento”. Por último, é possível afirmar que o capital simbólico, enquanto elemento indicador de prestígio, pode ser convertido em dado momento em capital cultural ou econômico, na medida em que os acessos a estas outras modalidades de capital são facultados pelo efeito de valorização exercido pelo indivíduo detentor deste capital.

numa conjuntura política estadual e nacional "menos" desfavorável[212] à sua expressão social.

Esse momento é marcado pela passagem da existência atomizada para existência coletiva dos agentes sociais faxinalenses objetivados em movimento social como proposta deliberada pelo "1.° Encontro dos Povos de Faxinais"[213]. A mobilização de mais de 200 faxinalenses, oriundos de 32 faxinais de mais de 14 municípios do Paraná, ressalta um consenso em torno de denúncias atribuídas à ampliação de modalidades de apropriação individual da terra sob áreas de remanescentes de faxinais, completadas por narrativas que denotam a existência de uma permanente reação dos agentes faxinalenses catalisada por estratégias de defesa das práticas tradicionais de acesso e uso dos recursos naturais, adotadas anteriormente de forma isolada e muitas vezes desesperadora, segundo relatos de lideranças faxinalenses:

> Hoje a gente vê a **Articulação Puxirão** que pelo fato que nem eu te falei, **da necessidade** por causa das grandes lavouras estarem encostando aí e diminuindo o espaço dos faxinais, o pessoal de fora, os grandes fazendeiros eles querem ponhá portão nos faxinais, porque a maioria dos faxinais tem a estrada que corta o município, que nem no nosso caso de lá, então eles querem ponhá portão, pessoas também que muitas vezes vêm de fora e querem morar no faxinal, compram uma área de dois alqueires, compram o terreno mais barato porque é uma área de faxinal e depois entram lá e não querem viver de acordo com aquele sistema do pessoal de criar em comum, então hoje ele tá querendo fechar aquela terra lá, isso é um problema. Nós hoje tamo na Articulação Puxirão, tá dando uma mão nessas partes pra nós, porque se hoje a gente não tem alguém pra responder pra nós, provavelmente amanhã ou depois isso vai se exterminar, porque não dá mais pra **enfrentar sozinho** os "contra" do faxinal (R. P., Faxinal Marmeleiro de Cima, APF, 2006, grifo nosso).

---

[212] Em 2003, com o início do "Governo Lula", tem-se incorporadas medidas de afirmação a esses grupos étnicos, entre elas, tem-se a promulgação do Decreto n. 4.887/2003, que delimita e demarca os territórios quilombolas e a instituição da Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, conforme Decreto Federal n. 10.884/2004 são duas dessas medidas que acenam para oportunidades políticas de estímulo a essas históricas demandas represadas.

[213] Esse Encontro foi organizado pela Rede Faxinal entre os dias 05 e 06 de agosto de 2005 em Irati-PR, e teve como lema: **Terras de Faxinal: Resistir em Puxirão pelo direito de repartir o chão**. A Rede reunia, à época, pesquisadores, ONG's, órgãos públicos e representantes de faxinais e teve por objetivo mobilizar os faxinalenses para debate sobre propostas de desenvolvimento sustentável, bem como direitos étnicos e organização social. Dois meses depois do evento, oito lideranças iniciam as primeiras discussões que vão dar forma à APF. O 2.° Encontro dos Faxinalenses, realizado em Irati entre os dias 10 e 11 de agosto de 2007, teve a participação de 23 faxinais e apresentou como lema: **Na luta pela terra, nascemos faxinalenses**, e resultou da própria mobilização da APF com apoio do Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP e Centro Missionário de Apoio ao Campesinato – CEMPO. (Ver Relatório do I Encontro dos Povos dos Faxinais / II Encontro dos Povos Faxinalenses).

Essa representação social relativa ao conflito entre distintas modalidades de uso dos recursos naturais oriunda de uma liderança da APF em 2006 denota uma "leitura" lúcida sobre processos reais e atualizados, bem como os agentes que sistematicamente pressionam pelo fim das áreas de uso comum; por outro lado, tem-se como elemento novo neste cenário a expectativa da defesa dos faxinais na evocação da "Articulação Puxirão" de modo contrário a tempos anteriores, em que sua presença era identificada a categoriais sociais genéricas e pouco explicativas da condição dos sujeitos e sua ação.

Daí delineia-se a urgência de uma nova fase para as interpretações sobre o tema, tem-se como elemento novo nas representações os próprios sujeitos da ação de defesa dos faxinais, que fazem emergir sua dialeticidade[214] na mediação dos conflitos sociais, demonstrando com isso a proeminência da organização social como fator de agregação e de auto-identificação dos faxinalenses. Ou seja, quando lhes são possibilitadas condições de diálogo sobre os instrumentos e normas de defesa da modalidade de apropriação comum dos recursos naturais, percebem sua existência coletiva e articulam a formação e organização de seu movimento social. Esse processo mobilizatório é desencadeado não somente nos encontros organizados pela APF[215], mas por meio de um elenco de dinâmicas e procedimentos que se desdobram coordenados por uma comissão provisória[216] formada de lideranças faxinalenses indicadas entre os diversos faxinais que se fizeram representar no 1.° Encontro dos Povos de Faxinais. Tais ações se referem a reuniões mensais da comissão, visitas mensais aos faxinais formadores da APF com vistas a compor as denominadas comissões locais da APF e representação das

[214] A dialeticidade possui várias definições, tal como a hegeliana, a marxista, entre outras. Utilizo na qual a dialética consiste em um modo esquemático de explicação da realidade que se baseia em oposições e em choques entre situações diversas ou opostas. Diferentemente do *método causal*, no qual se estabelecem relações de causa e efeito entre os fatos, o modo dialético busca elementos conflitantes entre dois ou mais fatos para explicar uma nova situação decorrente desse conflito. Neste caso considero a dialeticidade contida na exposição dos conflitos sociais que ao serem percebidos em sua regularidade resultam, como uma de suas consequências, na construção da identidade faxinalense (Ver KONDER, L. **O que é Dialética.** 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Col. Primeiros Passos, n. 23).

[215] Uma das principais deliberações e talvez a única que logrou encaminhamento durante a realização do 1.° Encontro dos Povos dos Faxinais foi o compromisso com a constituição do seu movimento social (Cartilha do 1.° Encontro dos Povos de Faxinais, 2005).

[216] Algumas das lideranças que inicialmente assumiram a comissão provisória já possuíam algum capital militante formado em movimentos sociais, quais sejam: Movimento dos Posseiros de Pinhão, sindicalismo de trabalhadores rurais, associações de agroecologistas. Compunham essa comissão provisória representantes dos seguintes faxinais: Dos Ribeiro – Pinhão; Marmeleiro de Baixo – Rebouças; Taquari – Rio Azul; Lageado dos Mellos – Rio Azul; Salto – Rebouças; Saudade Santa Anita – Turvo; Kruguer – Boa Ventura do São Roque (Ata Reunião APF, 16 de dezembro de 2005).

demandas faxinalenses junto ao Ministério Público Estadual, IAP, ITCG, Assembléia Legislativa do Paraná, INCRA e Rede Faxinal.

A elaboração de objetivos que orientam a ação da APF busca sintetizar os elementos que compõem um discurso emergente dos agentes sociais faxinalenses no campo social: *"Lutar pela recuperação dos territórios Faxinalenses; Lutar por direitos étnicos e políticas públicas de promoção dos faxinalenses; Valorizar e promover a cultura local dos Faxinalenses; Mobilização, organização e formação dos faxinalenses"* (APF, 2005).

Ao mobilizarem-se de modo articulado, fazem transparecer um novo padrão de relações políticas cuja representação, deliberações e organização interna escapam às intermediações, pareceres e discursos fixados pelas prefeituras, sindicatos de trabalhadores rurais, associações comunitárias, EMATER, IAP e ONG's[217], que apesar de serem considerados "parceiros" em sua grande maioria não logravam legitimidade auferida pelos referidos agentes sociais organizados na APF, tão pouco respostas e posições explícitas frente aos sistemáticos conflitos que se intensificam contra os "criadores comuns", insistindo exclusivamente na clássica proposta das "tecnologias e serviços apropriados" a "pequenos agricultores" e "agricultores familiares". De um modo, encerram possíveis "soluções técnicas" mediante a inclusão dos faxinais em nichos específicos reservados pelo padrão de desenvolvimento dominante às formas tradicionais de organização social ao cercar e aprisionar os faxinais no interior do estrito espaço dos objetos de acervo cultural e

[217] O envolvimento das ONG's com o foco exclusivo nos faxinais e não no desenvolvimento da "pequena agricultura" ou "agricultura familiar" é recente. A ONG precursora dessas ações parece ter sido o Instituto Florestas Tropicais – IFT, que em 1994 compilou o "Cadastro dos Faxinais no Paraná" realizado pela SEPLAN/EMATER-PR, restringindo suas ações à divulgação da existência dos faxinais. Em 1995, a Assessoria e Serviços em Projetos e Tecnologias Alternativas - AS-PTA realizou um diagnóstico rural participativo junto ao Faxinal Marmeleiro de Baixo prevendo ações de manejo animal e florestal visando a recuperação das condições de produção daquele faxinal, após esse trabalho, a AS-PTA abandonou tal especificidade dirigindo seu foco para a agricultura familiar agroecológica. Em 1998, o Instituto Agroflorestal de Turvo – IAF, inicia seus trabalhos focalizando ações em agrofloresta e geração de renda a famílias de "agricultores familiares moradores dos faxinais" Saudade Santa Anita e Carriel, localizados no município de Turvo-PR. Em Prudentópolis, O Instituto Guardiões da Natureza –ING, registra desde 1998 ações de "ecoturismo em faxinais" concentrados neste município. Em 2002, o Instituto Equipe de Educadores Populares – IEEP, situado em Irati, inicia trabalhos relacionados ao levantamento da biodiversidade de plantas medicinais, agrofloresta e agroecologia em faxinais, para em 2004, iniciar ações com ênfase na formação política-organizativa dos faxinalenses, provocando a recém instituída Rede Faxinal a encampar a promoção e a organização do 1.° Encontro dos Povos dos Faxinais, em 2005. O IEEP passa a partir daí, a fomentar as condições materiais e políticas para que a APF se estruture e consolide enquanto movimento social. O efeito dessa ação continuada pode ser observado na realização do 2.° e 3.° Encontros dos Faxinalenses realizado em 2007 e 2009, estes organizados exclusivamente pela coordenação da APF.

natural, inscritos na memória e no exotismo das tradições passadas tomados como alvo da conservação dos “serviços culturais”; de outro modo, proporcionam medidas agronômicas e florestais exógenas, pretensamente ajustadas à melhoria da produção e da renda desses faxinais, sem antes suscitar o sentido das demandas étnicas e ecológicas oriundas das lutas dos agentes sociais para manter sob seu controle os territórios que julgam lhes pertencer, e sem o qual suas práticas tradicionais sofrem impedimentos e restrições.

A posição da APF no espaço social distingui-se no processo de afirmação identitária a base do que consideram os elementos que constituem sua identidade, a base para formulação de uma nova unidade discursiva, que pode ser sintetizada nos objetivos anunciados, e se materializa nas diversas ações políticas e jurídicas de defesa das práticas tradicionais de uso comum associadas aos territórios de pertencimento. Tem-se em destaque nessas representações a politização dos recursos naturais ao assumirem a condição de agentes da conservação dos recursos naturais mantidas por laços de solidariedade e acordos de uso comum, em oposição às modalidades de apropriação individual mantidas pelos seus antagonistas, descrevendo os danos e impactos decorrentes de suas tecnologias e formas de uso dos recursos naturais. Tais argumentos pretendem revelar os atributos étnicos e ambientais relacionados à identidade faxinalense, e a suas práticas tradicionais, ao mesmo tempo em que opera a distinção entre os reais agentes da degradação, considerados “contra/antagonistas” às regras de uso comum do faxinal. Essa oposição se estabelece como essencial aos faxinalenses, sem a qual lhes classificam em antigas categorias sociais que descaracterizam seus atributos étnicos, age reforçando a identificação do “nós”, faxinalenses em relação a “eles” antagonistas, condição pela qual são conhecidos e reconhecidos como agentes sociais diferenciados, possibilitando delimitar posições sociais, de acordo com os discursos e ações representados pela APF e os outros agentes atuantes no campo.

Nesse sentido, interpretar a APF como um “novo” movimento social (GOHN, 2004) torna-se condição essencial para compreender seu surgimento fora dos marcos tradicionais do controle clientelístico de ONG’s, prefeituras e STR’s, cujas formas de associação e luta, escapam ao sentido estrito estabelecido pela mediação da referida organização e às formas de enquadramento urdidas pelo poder público,

como no caso das associações comunitárias rurais estimuladas por programas governamentais (SEAB, 1980).

A razão básica que faz emergir as mobilizações de grupos faxinalenses – ainda que na forma atomizada - é o agravamento de conflitos localizados envolvendo, especialmente, a expansão de monocultivos agrícolas e florestais, pecuária intensiva, além de empreendimentos de lazer (chacreiros) em obras governamentais de infraestrutura atingindo diversos faxinais, sobretudo a partir dos anos de 1970, quando registram-se relatos de tensões e conflitos de grupos faxinalenses, que atuam de forma difusa e isolada na defesa do "criador comum". No bojo destes antagonismos aguçados, tem se manifestado, todavia, desde meados do ano de 2005, condições favoráveis à aglutinação de interesses específicos dos faxinalenses. Embora não haja homogeneidade absoluta nas suas condições materiais de existência, essas unidades de mobilização são momentaneamente aproximadas e assemelhadas conforme a expansão e poder de pressão dos aludidos antagonismos sociais e seus interesses pela apropriação individual das terras em uso comum.

Sem representar necessariamente categorias profissionais ou segmentos de classe, os faxinalenses têm se organizado em consistentes unidades de mobilização, não somente na região Centro-Sul do Paraná, mas também nas regiões Centro e Metropolitana Sul de Curitiba[218]. Mesmo com todas as diferenciações e desigualdades que porventura encerrem os agentes sociais que compõem essas unidades sociais, mobilizam-se pela manutenção das condições de vida pré-existentes desde antes da formação da APF, objetivando garantir efetivo controle de domínios representados como territórios fundamentais à sua identidade. O caráter consensual desse objetivo superou reservas, ressentimentos, desconfianças e competições internas, permitindo convergências num contexto de ameaças pela perda de áreas de pastagens, florestas e recursos hídricos e, por conseguinte, às áreas de roçado, à caça e ao extrativismo do pinhão, da erva-mate e plantas medicinais usadas em rituais de cura e tratamentos fitoterápicos tradicionais (APF, 2007).

[218] Em 2009, por ocasião do 3.° Encontro dos faxinalenses, a APF contabilizava a adesão de 6 faxinais na região Metropolitana Sul, 14 faxinais na região Centro-Sul e 5 na região Centro (APF, 2009).

Nesses antagonismos, em que à primeira vista não há o predomínio político de classe, a categoria de mobilização reflete, na medida adequada, conflitos relacionados às áreas disponíveis ao "criador comum". Os agrupamentos traduzem efeitos de ação, adstritos à sua própria definição social, fazendo prevalecer o termo faxinalense como identidade agregadora das territorialidades específicas que compõem as terras de uso comum utilizadas especialmente para criação de animais.

A nova estratégia do discurso da APF, ao designar os sujeitos da ação, não aparece atrelada à conotação política própria do termo camponês. Politiza-se o termo faxinal[219], de uso localizado na região Centro-Sul do Paraná, lugar onde os faxinais são inicialmente "descobertos" pelo debate intelectual, e trazidos ao conhecimento do senso comum como "sistema faxinal". Seu uso cotidiano e difuso não é visto como se opondo aos movimentos classistas, antes parece ser considerado como fator de educação política, estimulado pela emergência de outros movimentos sociais[220] que ocupam anteriormente o cenário das lutas sociais, segundo critérios de composição étnicos e ambientais diversos.

Distingui-se sem se opor ao monopólio político do significado dos termos camponês e trabalhador rural, que até então eram utilizados com prevalência por partidos políticos, movimento sindical dos trabalhadores rurais e entidades confessionais. Isto sem destituir o atributo político daquelas categorias de mobilização. A nova classificação, verificada na alteração das nomeações e num conjunto de práticas organizativas, traduz transformações políticas mais profundas na capacidade de mobilização deste grupo social face ao poder do Estado. Neste sentido, o significado da identidade faxinalense sugere uma denominação de uso local e de condições econômicas que se derrama na categoria de mobilização de pretensão abrangente, como "povos e comunidades tradicionais"(ALMEIDA, 2006).

Os faxinalenses assim delineados mobilizam-se organizadamente para formular e encaminhar suas "demandas"[221] em instâncias próprias da APF, o que

---

[219] O mapeamento social dos faxinais apontou a existência de outras denominações de uso local para o "criador comum": criadouro, caívo, faxinal e mangueirão (SOUZA, 2009).

[220] Me refiro ao movimento quilombola objetivado na Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ); Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS); Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu (MIQCB); Movimento Nacional dos Pescadores Artesanais (MONAPE), entre outros.

[221] Para os faxinalenses "demandas" têm o significado de "solução" aos conflitos sociais em torno do controle e uso dos recursos naturais. Por exemplo: os faxinalenses do faxinal Marmeleiro de Baixo **demandam** ao IAP que faça autuação às pessoas "contra" o faxinal que aplicam "veneno" no criador e nas fontes de água que abastecem a comunidade. Tais demandas quando propostas no conjunto

possibilita aos agentes sociais organizarem-se localmente em comissões locais dos faxinais, núcleos regionais, coordenação executiva, coordenação geral e encontros estaduais do movimento, como forma de escapar às mediações clientelísticas, e ocupar seu lugar no espaço social mediante o reconhecimento político empenhado em negociações junto ao poder público, aprovação de Leis Municipais e Estadual, organização de seminários regionais de direitos étnicos e coletivos, formação de operadores de direito entre faxinalenses, bem como na judicialização dos seus conflitos sociais mediante a proposição de Ações Civis Públicas – ACP's[222]. Momento em que a distinção étnica ganha extrema relevância amparada em diversos dispositivos jurídicos que garantem a cidadania pela diferença (Cf. CF, arts. 215 e 216; OIT 169; entre outros), em especial, centrados na forma como organizam socialmente a apropriação comum dos recursos naturais, considerados inalienáveis por esses grupos sociais em virtude de constituírem o veículo de sua reprodução social.

Saliento a importância da luta simbólica manifestar sua expressão mais decisiva nesses casos, por meio da ressemantização do significado da identidade faxinalense, como capital simbólico a ser reconhecido pelos agentes públicos. Disso resulta um esforço extraordinário da APF em fazer compreender sua condição social e seus direitos associados, mediante apresentação de abaixo-assinados de autodefinição coletivas, mapeamentos, dossiês, denúncias, fotos de conflitos, em colaboração com assessoria política e jurídica disponibilizadas ao movimento[223] pelas entidades de apoio (IEEP e CEMPO), afim de que sua identidade étnica seja reconhecida e formalizada pelo Estado, tarefa fundamental a que se propõe enfaticamente a APF, em meio a permanente ação dos agentes faxinalenses pela defesa dos faxinais. Por esta via, em que o capital simbólico é transformado em capital social é que irrompem da posição de grupo mantido na "invisibilidade"

---

dos faxinais vinculados à APF podem se transformar em propostas de políticas públicas se acolhidas pelos órgãos do Estado.

[222] De 2006 até 2009 foram encaminhadas mais de 5 ACP's pelo Ministério Público Estadual ao Poder judiciário, visando a efetivação dos direitos étnicos e coletivos de faxinais no que se refere à manutenção de seu território tradicional atual. Em todas elas os faxinalenses obtiveram êxito.

[223] A relação da APF com as assessorias política e jurídica é mediada pelo IEEP que os contrata por meio de projetos para que atendam às demandas solicitadas pelo movimento. A APF dispõe atualmente de 1 assessor político que divide seu tempo na assessoria do Movimento Interestadual dos Cipozeiros e Cipozeiras – MICI, e pontualmente no apoio à formação dos Movimentos dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná – MOPEAR. Já a assessoria jurídica responde administrativamente à Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, composta por uma articulação estadual com 9 grupos sociais.

simbólica e social, passando ao reconhecimento no contexto político e jurídico do Estado brasileiro.

3.4 A MOBILIZAÇÃO FAXINALENSE E A AFIRMAÇÃO ÉTNICA

Considera-se, para efeitos práticos que ao mobilizarem-se os faxinalenses produzem e acionam dispositivos[224] promotores de seu capital simbólico e, portanto, potencialmente geradores de mudanças sociais que incidem favoravelmente ao alcance de suas demandas, o que permite sua exposição e captura pela lente do campo intelectual e social. Nesse momento em que os faxinalenses emergem politicamente, interessados em imporem sua legitimação social através de diferentes formas de capitais, como o simbólico, o social e o político, criam-se condições de tencionar o sentido dos significados atribuídos aos faxinais pelo campo intelectual com visíveis efeitos práticos sobre a defesa dos faxinalenses, ainda que de forma gradual e localizada. Para a análise dos aludidos dispositivos, parto do pressuposto de que a APF empreende desde 2005, quando formaliza sua existência coletiva objetivada em movimento social, um conjunto de lutas e práticas políticas que configuram sua regra de mobilização, onde o que está em jogo é sua estratégia de distinção social, tendo em vista seu reconhecimento jurídico. Buscando explicitar essa estratégia simbólica da APF considerei um período de análise que inicia com a realização do 1.° Encontro dos Faxinais em 2005, até a realização do 3.° Encontro Estadual dos Faxinalenses em 2009.

TABELA 2 – QUADRO DEMOSTRATIVO DOS DISPOSITIVOS PRODUZIDOS PELA AÇÃO DA APF DE AGOSTO DE 2005 À AGOSTO DE 2009

Ano	Dispositivo	"Acontecimento"	Finalidade	Fonte
2005	I Encontro Faxinais	200 faxinalenses reunidos em Irati nos dias 05 e 06 de agosto de 2007	Mobilizar lideranças dos faxinais	Relatório I Encontro IAP
2005	Ata de fundação	Fundaçao da APF em 16/12/2005	Criar uma coordenação do trabalho pelos próprios faxinalenses	Ata da reunião da coordenação da APF
2006	Composição na Comissão Nacional	Reunião de Indicação em Prudentópolis no dia 18 de	Compor vaga no CNDPCT	Registro do autor

[224] Me refiro ao conceito de dispositivo proposto por Foucault (1988, p. 88), cujo significado se relaciona com as formas de intervenção, controle e poder social. Para o autor, o poder deve ser compreendido, sobretudo, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio de onde se exerce sua eficácia. Desta forma, os dispositivos produzidos pela APF aludem ao engendramento de estratégias de saber e de poder em contextos particularmente delimitados. Considero dentre esse conjunto heterogêneo de discursos, medidas administrativas, leis, eventos, documentos da APF e demais ações que englobam os instrumentos de intervenção pelos quais o movimento fala e se posiciona.

	de Povos e Comunidades Tradicionais	fevereiro de 2006 para indicação de 2 faxinalenses na CNDPCT		
2007	Cartografia Social	Lançamento fascículo n. 01, *Série Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil* na Assembleia Legislativa do PR	Gerar visibilidade da situação dos faxinalenses e Inserir na Pauta o Projeto de Lei n. 477/07	Arquivo APF
2007	Dossiê de Denúncias	Lançamento na Assembleia Legislativa do PR e protocolo no MPE	Dencunciar a situaçao de conflito dos faxinais no PR para ação de defesa do MPE	Arquivo APF
2007	Lei Estadual n. 15.673	"Dispõe sobre o reconhecimento da identidade faxinalense e estabelece acordos comunitários."	Reconhecer a identidade faxinalense	D.O.E 17/11/2007, p. 12
2007	II Encontro dos Faxinalenses	150 lideranças faxinalenses reunidas em Irati, PR nos dias 10 e 11 de agosto de 2007	Mobilizar lideranças e organizar a base da APF	Cartilha II Encontro APF
2007	Lei Municipal de Pinhão n. 1354	"Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses e dos seus "acordos comunitários", que regulamentam a construção e manutençao das cercas e tapumes dos faxinais e proíbem a colocação de fechos em áreas de uso comum."	Reconhecer a identidade faxinalense	Arquivo APF
2007	Definição da Formação dos setores na APF	Formação de 3 setores para mobilização	Ampliar a mobilização em outras regiões do Estado	Ata reunião APF
2007	Registro oficial de Conflitos envolvendo faxinalenses	Ano de 2006 contabilizou 16 ameaças de morte e 1 assassinato de liderança faxinalense	Denunciar violência contra lideranças faxinalenses	Caderno de Conflitos no Campo CPT 2006
2007	Reuniões Ministério Público Estadual	Reuniões bimestrais com Centro de Apoio às Promotorias de Direito Constitucional e Comarcas Locais	Sensibilizar promotores públicos a assumirem a tutela dos direitos dos faxinalenses	Atas reunião MPE
2007	Ordem de Serviço n. 22 INCRA/SUP. PR	Cria grupo de trabalho para estudar possibilidades e limites à implantação de assentamentos para os faxinais	Resolver demandas fundiárias apresentadas pela APF	Relatório Final OS n. 22/INCRA/SUP. PR
2008	Lei Municipal de Antonio Olinto n. 653	"Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses e dos seus 'acordos comunitários', que regulamentam a construção e manutenção das cercas e tapumes dos faxinais e proíbem a colocação de fechos em áreas de uso comum."	Reconhecer a identidade faxinalense	Arquivo APF
2008	Reuniões ICMBio	Reuniões com Coordenação	Criação de Reserva	Arquivo APF

		de Unidades de Conservação de Uso sustentável em março de 2008	de Desenvolvimento Sustentável – RDS nos faxinais	
2008	Lei Municipal de São Mateus do Sul n. 1780	"Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses e dos seus 'acordos comunitários', que regulamentam a construção e manutenção das cercas e tapumes dos faxinais e proíbem a colocação de fechos em áreas de uso comum nas localidades que tiverem criador comunitário no sistema faxinal no município de São Mateus do Sul, estado do Paraná, e dá outras providências."	Reconhecer a identidade faxinalense	Arquivo APF
2008	Cartografia Social	Lançamento Fascículos n. 01 e 03 da *Série Faxinalenses no Sul do Brasil* em Rebouças, PR	Gerar visibilidade local e inserir na pauta projeto de Lei dos faxinalenses	
2008	Lei Municipal de Rebouças n. 006	"Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses e dos seus "acordos comunitários", que regulamentam a construção e manutenção das cercas e tapumes dos faxinais e proíbem a colocação de fechos em áreas de uso comum nas localidades que tiverem criador comunitário no sistema faxinal no município de Rebouças, estado do Paraná, e dá outras providências."	Reconhecer a identidade faxinalense	Arquivo APF
2008	Portaria n. 43/IAP	Negociações da APF resultam da liberação de um funcionário para acompanhar os conflitos socioambientais e garante a colocação de placas de identificação nos faxinais	Disponibiliza o funcionário Marcos Gemieski do Escritório Local de Irati, PR, para atuar junto aos conflitos socioambientais nos faxinais do PR / identificação dos faxinais	Portarias IAP/2008
2008	Produção de vídeo Globo Ecologia	Programa sobre os faxinais roteirizado com supervisão da APF	Divulgar o mapeamento social dos faxinais e disseminar a situação social dos faxinalenses	Vídeo Globo Ecologia
2008	Lei Municipal de São João do Triunfo n. 1148	"Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses e dos seus 'acordos comunitários', que regulamentam a construção e manutenção das cercas e	Reconhecer a identidade faxinalense	Arquivo APF

		tapumes dos faxinais e proíbem a colocação de fechos em áreas de uso comum nas localidades que tiverem criador comunitário no sistema faxinal no município de Rebouças, estado do Paraná, e dá outras providências.”		
2008	Ata Coordenação Geral da APF	Cria 06 núcleos da APF: Pinhão, Rebouças, Turvo, Prudentópolis, Quitandinha e São Mateus do Sul	Fortalecer a organicidade da APF nas regiões	Ata de reunião da Coordenação Geral
2008	Seminário de Direitos Étnicos e Coletivos	60 faxinalenses e 10 quilombolas reunidos em Quitandinha no dia 21/11/2008 juntamente com autoridades estaduais e locais / Lançamento do Fascículo n. 04 da *Série Faxinalenses no Sul do Brasil*	Gerar visibilidade social e apresentar denúncias e reivindicar posição dos órgãos públicos	Arquivo APF
2008	Seminário de Direitos Étnicos e Coletivos	60 faxinalenses e 20 quilombolas reunidos em Guarapuava no dia 12/12/2008 juntamente com autoridades estaduais e locais / Lançamento Fascículo n. 02 da *Série Faxinalenses no Sul do Brasil*	Gerar visibilidade social e apresentar denúncias e reivindicar posição dos órgãos públicos	Arquivo APF
2009	Ocupação sede do IAP em Curitiba	100 faxinalenses acampam no dia 29 de abril na sede do IAP	Buscar solução para intervenção do IAP na defesa dos faxinais	Arquivo APF
2009	Criação do Procedimento Operacional Padrão – POP/IAP	Elaboração do POP	Orientar a ação dos fiscais do IAP em sua atuação junto aos faxinais, que deve considerar os acordos comuns de uso elaborados pelos faxinalenses	POP 02
2009	III Encontro dos Faxinalenses	150 faxinalenses reunidos em Irati, PR nos dias 28 a 30 de agosto / lançamento do Mapeamento Social dos Faxinais no PR	Demandar Políticas públicas específicas e apresentar a situação dos faxinais e faxinalenses no PR	Cartilha III Encontro dos Faxinalenses no Paraná

FONTE: Elaboração do autor / Arquivos APF / D.O.E. PR / Documentos IAP/INCRA-PR.

A análise da estrutura das relações objetivas entre as diferentes posições sociais presentes nas relações entre os faxinais e os agentes públicos permite conhecer a fragilidade simbólica e política inicial dos faxinalenses, da mesma forma que orienta o sentido prático das estratégias face os seus destinatários: Prefeituras, IAP, Assembleia Legislativa, Ministério Público Estadual, Instituto Chico Mendes de

Conservação da Biodiversidade – ICMBio, Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Nesses casos, conforme os interlocutores selecionados e as demandas enunciadas, evocam-se atos e dispositivos que denotam a politização do fator étnico e ambiental, demonstrando como as novas formas de interpretar a natureza e de defendê-la fazem parte do significado atrelado à categoria de povos e comunidades tradicionais, não podendo mais ser dissociado do sentido impresso nas mobilizações promovidas por esses grupos.

A escolha dos interlocutores e a produção de atos e dispositivos pelos agentes faxinalenses desenham a necessidade de estabelecer uma nova relação social nas intervenções dirigidas aos faxinais resolvendo aquilo que configura como característica na relação: o desconhecimento e indiferença sobre a condição social dos agentes faxinalenses. Um exemplo dessa relação pode ser observado na posição das prefeituras municipais, por mais das vezes persistem na inclusão em programas estaduais de agricultura de práticas produtivas que buscam a individualização dos recursos em regime de uso comum, ou omitem-se em seu papel de mediação face conflitos de uso dos recursos naturais denunciados por faxinalenses, conforme relatos e registros de dezenas de atos de violação dos portões, mata-burros, colocação de “fechos”, contaminação de recursos hídricos e desmatamentos, demarcando uma postura que favorece interesses contrários à permanência do uso comum.

A contramedida nesses casos se refere à aprovação de leis municipais, como uma forma de politizar o tema, cujo objetivo pretende impor o reconhecimento como condição de uma nova relação, mediada por um instrumento jurídico legítimo, via o debate em sua instância democrática municipal.

No que se refere à inação do IAP na relação com os conflitos socioambientais presentes nos faxinais, que segundo suas prerrogativas ambientais[225] teria a responsabilidade de zelar pela manutenção das ARESUR’s e da proteção prévia de faxinais ainda não cadastrados como tal, em razão da permanente ameaça aos recursos naturais conservados nestas áreas, o foco dos dispositivos apresentados pela APF tem como alvo além do reconhecimento de seus

[225] Lei de Crimes ambientais n. 9.605/1998 e o Decreto Federal n. 6.514/2008 indicam as responsabilidades dos órgãos ambientais na proteção das unidades de conservação e estipula penalidades aos infratores.

"serviços ambientais"[226] como faxinalenses, a pressão para que os órgãos ambientais se posicionem frente à degradação ambiental e seus reais agentes, visto que a ação de individualização das áreas de uso comum provoca danos socioambientais previsíveis e desastrosos em áreas de faxinais concorrendo para sua desestabilização. Em razão disso, contra estratégia de promover dispositivos jurídicos diversos como Leis, Decretos, Resoluções, procedimentos normativos internos aos órgãos, o que lhes garante o adensamento da malha institucional protetora, seja dos antagonistas, como da ação do próprio Estado. Destaca-se que para a APF a associação entre o saber tradicional e a defesa dos recursos naturais é uma estratégia legítima e justa de politizar a natureza, ao mesmo tempo em que passa a ser um critério de mobilização do grupo e um móvel de lutas dentro das relações que permeiam as intervenções dirigidas aos faxinais no Paraná.

> Nós faxinalenses sabemos conservar a natureza, e isso não é de agora. Nossa cultura vem de muitos anos, desde tempos passados quando tudo aqui era mato com faxinal e criação solta por toda a parte. Se dependesse de nós permanecia assim, porque nós sabemo o que cortá, e quando cortá uma madeira, um remédio, a erva-mate [...]. Veneno! nem pensar, isso é coisa dos plantador de soja que vieram de fora, quando a gente descobriu já tavam a muitos anos usando. Até o transgênico, quando a gente descobriu o que era eles já tavam usando há mais de 5 anos [...]. Nosso direito, o que nos interessa, é manter esse mato em pé, e os rios limpo, porque daí a gente sabe como cuidar, isso os antepassados nos ensinaram, mas a gente queria que a lei defendesse (I. K., Faxinal dos Kruguer, APF, 2007).

Assim, se considera que as propriedades simbólicas que estão em jogo nesse campo não encontram outra forma de expressão senão pela politização impingida pelos faxinalenses de situações localizadas, mas delineadas por uma

[226] Segundo o Ministério do Meio Ambiente – MMA, **serviço ambiental** é a capacidade da natureza de fornecer qualidade de vida e comodidades, ou seja, garantir que a vida, como conhecemos, exista para todos e com qualidade (ar puro, água limpa e acessível, solos férteis, florestas ricas em biodiversidade, alimentos nutritivos e abundantes etc.), ou seja, a natureza trabalha (presta serviços) para a manutenção da vida e de seus processos e estes serviços realizados pela natureza são conhecidos como serviços ambientais. Os serviços ambientais prestados pela natureza fornecem produtos como alimentos, remédios naturais, fibras, combustíveis, água, oxigênio etc.; e garantem o bom funcionamento dos processos naturais como o controle do clima, a purificação da água, os ciclos de chuva, o equilíbrio climático, o oxigênio para respirarmos, a fertilidade dos solos e a reciclagem dos nutrientes necessários, por exemplo, para a agricultura. Ou seja, os serviços ambientais são as atividades, produtos e processos que a natureza nos fornece e que possibilitam que a vida como conhecemos possa ocorrer sem maiores custos para a humanidade. Os povos indígenas e comunidades tradicionais, que historicamente preservaram o meio ambiente e usaram de modo consciente e sustentável seus recursos e serviços, são também responsáveis pelo fornecimento desses serviços ambientais, são o que se chama de provedores de serviços ambientais. Ao permitir que o ambiente mantenha suas características naturais e siga fornecendo os serviços ambientais, estes povos e comunidades garantem o fornecimento dos serviços ambientais que são usados por todos. Disponível em: <www. mma.gov.br/sítio>.

regularidade de ocorrências e padrões de danos que incide sobre os faxinais e faxinalenses violando seus direitos étnicos e coletivos[227], motivo pelo qual reforçam o repertório de dispositivos jurídicos objetivando delimitar e alocar com precisão sua distinção social e histórica por intermédio de estratégias jurídicas e políticas que visam mudar sua posição no espaço social, tendo como um dos principais objetivos a garantia de seu direito, e paralelamente a promoção e acesso às tímidas políticas identitárias[228] fragilizadas em sua operacionalização face burocracia de instituições governamentais despreparadas para lidar com essas realidades sociais, considerando o imperativo de uma cultura ideológica baseada na assimilação da diversidade sociocultural "observada" pela insignificante residualidade das tradições culturais num ambiente dominado pelo paradigma da modernidade.

A título de exemplo, a relação da APF com o Ministério Público Estadual – MPE foi marcada pelo convencimento sobre sua existência social segundo a representação em sua forma ressemantizada, empreendida pelas lideranças faxinalenses e seus diversos documentos comprobatórios de que realmente existem e de que forma essa presença se materializa. Esgotam-se, dessa forma, em explicações visando comprovar sua condição social mediante denúncias descritas por diversas formas de violência praticadas contra a diferença cultural assentada sobre o uso comum dos recursos naturais, transparecendo fatores étnicos e ambientais como elementos marcadores de sua distinção, que não podem mais ser confundidos com interesses individuais em todas as suas dimensões. Por outro lado, compreender a distinção social pelo seu viés étnico só tem sido possível aos promotores de justiça mediante a percepção positiva entre a relação dessas comunidades com a conservação dos recursos naturais. De outra forma persiste a matriz das interpretações dominantes, sejam as formuladas pelo campo intelectual onde predomina a noção de propriedade privada e da tradição enquanto noção de

[227] Aqui recorro ao binômio "étnico e coletivo" como uma expressão transitiva na área do direito. Ou seja, o direito brasileiro reconhece uma divisão clara entre direitos individuais e coletivos, dessa forma dizer que um direito é coletivo facilita a compreensão da questão jurídica anunciada, mas permite a ambiguidade sobre sua natureza – difusa ou de um grupo social específico. Quando falamos de direito étnico estamos mencionando que o coletivo se destina ao direito de comunidades, de grupos que possuem específicas regras de convivência, em relação às quais as normas de direito privado são estranhas e, por isso, impróprias para utilização nestes casos.

[228] Aludo às políticas de acesso ao território tradicional, como as possibilitadas pelo ICMBio via criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS ou mesmo à expansão da política de ARESUR para mais faxinais aliada a uma política de proteção e desenvolvimento sustentável aos faxinalenses.

cultura objetivada nos faxinais na sua forma de sistema de produção circunstanciado por tempos passados.

Com a finalidade de explicitar o tema dando-lhe substância material e oficial, a APF produziu em 2007 um Dossiê de Denúncias intitulado: ***"Conflitos Socioambientais e Violação dos Direitos Humanos na Floresta com Araucária"***, onde retrata copiosas denúncias relativas à degradação ambiental, danos a bens de faxinalenses e assassinato e ameaças de lideranças encaminhadas formalmente às Comarcas e ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Direitos e Garantias Constitucionais – CAOP, além de proporcionar material relativo ao tema ao conhecimento dos promotores, propondo como solução à compreensão do assunto a realização de reuniões e seminários regionais em que pretendia-se recuperar o marco legal que sustenta seus direitos, esforço que resume-se concretamente na elaboração de Ações Civis Públicas – ACP's e mais de uma dezena de acordos extrajudiciais em que alguns promotores assumiram a tutela dos direitos pertinentes aos faxinalenses.

TABELA 3 – RESUMO DOS PRINCIPAIS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS APRESENTADOS NO DOSSIÊ DE DENÚNCIAS DE 2007

Formas Organizativas	**Conflitos**						
	Monoculturas	Pecuária	Empresa Madeireira	Acesso e uso dos Recursos hídricos	Impedimento de ir e vir	Violência física contra os faxinalenses	Violência contra os bens dos faxinalenses
Associação Agrícola da Comunidade Emboque	X			X	X	X	X
Associação dos Moradores da Comunidade de Salto	X			X	X	X	X
Associação dos Faxinalenses do Bairro dos Kruger	X	X	X	X	X	X	X
Associação dos Faxinalenses de Marmeleiro de Cima				X		X	X
Associação dos Moradores de Marmeleiro de Baixo	X			X		X	X
Associação Comunitária de Faxinal dos Seixas	X			X		X	X
Associação dos Agricultores de Lajeado dos Mellos	X			X		X	X
Associação Comunitária de Faxinal dos Albino – Bom Retiro	X		X	X	X	X	X
Associação Chico Mendes – Água Amarela	X					X	X

FONTE: Dossiê de Denúncias Faxinalenses (2007) / Oficina de Cartografia Social (2006).

A tabela acima apresenta uma alta freqüência do mesmo padrão de conflitos presentes em 9 (nove) faxinais durante a realização de uma oficina de cartografia social realizada em 2006. Em que pese estarem localizados em microrregiões distantes os antagonistas repetem-se com a mesma intensidade, indicando um grau semelhante de pressão e conseqüente violência contra os faxinalenses. De outro lado, todos participantes narraram estar quotidianamente resistindo por meio de denuncias ao poder publico que parecem não surtir efeito. Desse modo é possível identificar que o fortalecimento da APF parece ter criado uma regra de mobilização

que pode ser identificada segundo um padrão de regularidade das contra-estratégias empreendidas pelo grupo, e que visam, sobretudo, três aspectos: a afirmação étnica, a mobilização social e o reconhecimento de direitos específicos em defesa do livre acesso aos recursos naturais. Com isso, num quadro de conflitos sociais cada vez mais acirrados pelo avanço dos antagonistas, as lideranças da APF investem na ampliação de seu capital simbólico, enrijecendo o marco legal que ampara os direitos vinculados aos povos e comunidades tradicionais, o que possibilita gradualmente, e em meio à pressão política, avançar na direção de mudanças de percepção dos agentes do Estado sobre direitos e garantias constitucionais em benefício dos faxinalenses. Isso tem possibilitado na prática seu reconhecimento por meio de decisões judiciais e extrajudiciais favoráveis à manutenção do uso comum, ressarcimento de danos contra criações de animais, proibição de uso de agrotóxicos no interior de “criadores comuns”. Essas medidas jurídicas têm relativizado o poder absoluto do conceito da propriedade privada da terra, quando exalta-se seu direito em áreas em que se sobrepõem aos atuais perímetros em que se situam as terras de uso comum dos faxinalenses, fazendo transparecer nas interpretações dos operadores do direito novas perspectivas de análise, cuja baliza interpretativa passa a ser orientada pelas práticas e normas estabelecidas pelos faxinalenses, no que convencionou-se denominar de “acordos comunitários” garantidos pelas leis municipais e a lei estadual. A ação que induz estas mudanças de percepção resulta numa deflexão em torno da compreensão, por alguns agentes sociais situados no Ministério Público Estadual, no Judiciário Estadual, IAP, ITCG, ICMBio e, algumas vezes, deputados estaduais, vereadores e prefeitos, que os leva a reconhecer a partir das disposições jurídicas existentes a nova posição dos faxinalenses no campo jurídico e social.

Importa ressaltar que as ações das lideranças faxinalenses não devem ser consideradas como meros atos subjetivos, e sim ações objetivas, já que representam o ponto de vista da posição social que ocupa esse grupo. Em consequência, pode afirmar-se que não há nada mais objetivo que a subjetividade já que ela expressa a internalização das condições materiais de existência:

> As representações dos grupos de interesse não são meras perversidades e ocultamentos, são representações subjetivas de suas posições estruturais, suas representações neste sentido devem ser consideradas como objetivas (BOURDIEU, 1993, p. 67).

Desse modo, nos atos e dispositivos apresentados encontramos refletida, diretamente, a visão que os faxinalenses têm do lugar que ocupam, visão que será exposta com a sinceridade inconsciente de quem é capaz de reconhecer sua posição no campo social e expressar a consciência de sua condição mediante o esforço permanente em distinguir-se de forma positiva face outras formas e modalidades de uso da terra e dos recursos naturais. Em consequência, nos documentos, leis e ações produzidos por estes agentes, podemos encontrar manifesto a preocupação com a tomada de posição de seu grupo social por meio da afirmação identitária baseada em critérios étnicos, construída e acionada em situações de conflitos envolvendo a defesa da modalidade de uso comum. Isto nos permite compreender cabalmente sua estratégia simbólica como condição de assegurar o reconhecimento formal, via pela qual intentam garantir direitos à reprodução social, conforme atesta a Lei Estadual n. 15.673/2007, em seus artigos 2.° e 3.°:

> **Art. 2º** A identidade faxinalense é o critério para determinar os povos tradicionais que integram essa territorialidade específica.
>
> **Parágrafo Único**. Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural.
>
> **Art. 3º** Será reconhecida a identidade faxinalense pela autodefinição, mediante Declaração de Auto-reconhecimento Faxinalense, que será atestado pelo órgão estadual que trata de assuntos fundiários, sendo outorgado Certidão de Auto-reconhecimento.

Também se deve ter presente que a capacidade desses agentes de imporem seu ponto de vista nas relações sociais com os representantes dos faxinais vinculados à APF é necessariamente equivalente ao reconhecimento de seu capital político, que por sua vez depende do volume de seu capital simbólico para lhe auferir substância. O contrapeso nesse balanceamento deve-se a dois fatores, o primeiro relacionado à objetividade atribuída ao “criador comum” pelas posições dominantes do campo social, que opera ocultando a ação do sujeito faxinalense e os respectivos processos sociais de territorialização dos faxinais, e o segundo, a recente emergência desse agente no cenário das lutas sociais por acesso à

terra/território, desenhando um padrão de relações políticas pouco conhecido entre os movimentos sociais de luta pela terra e direitos no Sul do Brasil – MST, MPA, MAB, MMC, movimento sindical dos trabalhadores rurais/FETAEP e Agricultores Familiares/FETRAF –, o que permite suscitar uma lenta inversão dos esquemas de análise usados para interpretar estas mobilizações ou mesmo a inconformidade em crer que se trata de movimentos sociais de caráter permanente.

De certa forma esses fatores apontam os principais desafios no processo de construção da identidade faxinalense assumidos pela APF ao impor seu ponto de vista aos agentes que operam relações sociais com os faxinais vinculados ao movimento faxinalense. Ao autodefinir sua condição social por meio da categoria social de faxinalense, é inevitável a dupla necessidade que se impõe de distinguir-se e mobilizar-se, a fim de ocupar uma posição no espaço social visando estabelecer alianças com outros movimentos sociais[229] – quilombolas, pescadores artesanais, ilhéus, cipozeiras, benzedeiras, religiões de matriz africana, agroecologistas, MST e ONG's de apoio[230] – e setores da sociedade, legislativos[231], MPE e Governo Estadual, simultaneamente, buscando acumular capital simbólico que leve suas demandas a serem reconhecidas como legítimas pelo Estado.

Enquanto tarefa cotidiana, a afirmação identitária é a principal luta simbólica que se desenvolve nesse campo de intervenções e relações com os faxinais, sendo produto direto do enfrentamento com percepções cristalizadas no senso comum pelas produções intelectuais e representações assumidas pelos diversos agentes sociais, seja no âmbito do governo como na sociedade organizada, solicitando dos agentes faxinalenses investimento em seu capital simbólico e político, o que resulta na politização do que consideram os elementos que compõem sua etnicidade. A começar pela autonomeação de seu movimento ***Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses***, correspondendo à primeira e principal distinção que pretende explicitar a pluralidade étnica pelo termo "povos", especificando os sujeitos que configuram essa diferença cultural. Os símbolos somente são instituídos no 2.°

---

[229] Entre os dias 28 e 29 de maio de 2008, realizou-se o 1.° Encontro Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, em Guarapuava-PR. Na ocasião instituiu-se a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, na qualidade de um fórum ou espaço de articulação cujo principal objetivo consiste na promoção e elaboração de políticas públicas e efetivação de direitos étnicos e coletivos junto aos referidos povos. Os faxinalenses compõem a coordenação executiva desta rede.

[230] ONG's de apoio citadas pela APF são o IEEP e CEMPO.

[231] Em maio de 2009 foi criada a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais em ato realizado na Assembleia Legislativa do PR. A Frente foi formada inicialmente pela assinatura de 14 deputados estaduais.

Encontro Estadual, por sua vez, passam a ser o modo de fornecer significado à luta da APF, como no caso da bandeira do movimento faxinalense, representando em sua composição o território, os recursos florestais, os recursos hídricos, as criações de animais, e um destaque ampliado aos faxinalenses, como agentes da ação de conservação ambiental e das práticas tradicionais nos faxinais.

FIGURA 1 – LOGOMARCA INSERIDA NA BANDEIRA DA APF



FONTE: Arquivo APF (2007).

Também nesse evento, defini-se o lema da APF: ***"Na Luta pela Terra, Nascemos Faxinalenses"***, cujo sentido suscita a mobilização como indutora do processo de construção da identidade étnica do grupo social em questão, tendo a "terra" como fator gerador e articulador dessa demanda. Ou seja, desnuda-se o real motivo dos conflitos, o controle e acesso ao território de pertencimento dos faxinalenses. Tal processo, estabelecido de forma conexa à representação social do grupo, expressa por meio de signos os elementos e palavras que definem o sentido autoatribuído pelos faxinalenses à sua identidade, realçando sua afirmação étnica face seus interlocutores. Denotam, por esta via, suas propriedades simbólicas para "*dizer seu lugar no mundo*", ao anunciar seus princípios de percepção da realidade através da lente dos agentes sociais faxinalenses, e "*particularmente para preservar ou transformar os princípios estabelecidos de união e separação, de associação e dissociação*" (BOURDIEU, 1996, p. 95), que operam na construção social que envolve sua realidade. Isto lhes permite compreender os grupos, as instituições e as relações de poder e dominação que afligem os faxinais no estado do Paraná,

possibilitando situar-se no campo social onde está em jogo seu reconhecimento, direitos e efetivação de políticas específicas.

Tem-se na afirmação étnica anunciada pela APF elementos que reforçam a distinção social ao traduzir segundo seus critérios a dimensão da realidade social em que estão submersos. As palavras e os argumentos que se exprimem são práticas que entrelaçam redes sociais de pertencimento, de alianças, de proximidades e de conflitos em um sistema de sentido que se refere às posições objetivas entre os agentes sociais que intervêm nos faxinais, como parte central de sua estratégia simbólica para se fazer presente no espaço social do debate e das ações dirigidas aos faxinais, anunciando seus conflitos e demandas ao invés de permanecer na longa espera das políticas específicas que encontram seus limites operacionais nas ações isoladas e descontínuas conduzidas pelas agências governamentais e ONG's.

Compreendendo que tais limites decorrem de construções sociais e históricas presentes desde o período colonial, segundo interpretações dominantes que classificaram as formas tradicionais de organização social e produção com menosprezo em relação ao processo de desenvolvimento econômico empreendido pela iniciativa privada e pelo Estado, pode-se asseverar que a produção intelectual dirigida aos faxinais, em que pese informar a distinção baseada em modelos produtivos, corrobora com tais argumentos ao analisar os faxinais pelo que essa forma tradicional foi, e não pelo que ela é atualmente.

Trava-se, desse modo, por meio das ações e dispositivos anunciados pela APF, a luta das interpretações que articula o campo intelectual ao político. Luta simbólica contra preconceitos e pré-noções que calam em profundidade no senso comum da sociedade e são incorporados ao *modus operandi* no aparato burocrático das ações e decisões do Estado ao operar leis, direitos e políticas a grupos socialmente diferenciados. Tem-se nesta contenda simbólica que o desafio constante que se coloca para a APF é o de ter que fazer evidente e reconhecido o sentido assumido pela identidade faxinalense, o que implica necessariamente na mudança de percepção do campo intelectual e dos interlocutores diversos, tomando-se essa preocupação como condição fundamental para que se produzam explicações, julguem e elaborem políticas condizentes com demandas que asseverem a manutenção e o fortalecimento dos direitos étnicos e coletivos vinculados aos faxinalenses.

Como assinalei anteriormente, essa luta simbólica é primordial à APF, visto que a construção social da identidade é tarefa exclusiva dos próprios agentes sociais, concatena-se à construção social dos territórios faxinalenses, pondo-se como condição política para formulação de políticas específicas de controle e retomada de seus territórios tradicionais, essenciais à sua reprodução física e social. Esta consecução se assenta na forma de percepção construída pelo capital simbólico alcançado pelos faxinalenses, que têm feito de suas formas de apropriação e uso comum dos recursos naturais e da terra uma forma possível e legítima dentro do ordenamento jurídico nacional, estadual e municipal. Entretanto, essa postura implica em enfrentar distintas concepções sobre os faxinais que mantêm sua dominância no campo intelectual e transbordam suas acepções para as relações dos agentes sociais com os faxinais e faxinalenses, em claro desconhecimento das representações erigidas pelo discurso do movimento social.

Por essa razão, assevero que as estratégias simbólicas acionadas pelos faxinalenses cumprem um papel relevante na investigação sociológica desta tese, sendo alvo da interpretação proposta por esta tese, a fim de explicitar o que cerca o entendimento teórico relativo à afirmação étnica, fornecendo sentido ao esforço de distinção e mobilização manifestado como elemento central dos dispositivos acionados pela APF. Assim, torna-se possível assinalar que as formas simbólicas com as quais se percebe o espaço social estão na gênese da construção social da identidade e do território faxinalense, e determinam sua forma de apropriação legítima, transformando as relações de poder no campo intelectual, ao mesmo tempo em que se travam disputas visando amainar a violência simbólica produzida pelo Estado, seus agentes e suas políticas aos faxinalenses.

Esse enfrentamento simbólico, como condição essencial à mudança de percepção dos agentes públicos, torna imprescindível sua demonstração prática como elemento contra-argumentativo e construtivo no âmbito dos parâmetros científicos próprios a este trabalho. Desse modo busco apresentar no próximo capítulo como se configuraram essas condições e processos sociais deflagrados pela organização social em torno da manutenção dos recursos naturais em uso comum pelos faxinalenses. Para tanto, desloco o foco de investigação da história e da constituição interna do grupo social como regra estabelecida pelo campo intelectual, para as fronteiras sociais e manutenção dessas fronteiras que asseguram de forma dinâmica a coesão da unidade social em situações diversas de

conflitos sociais. Relembro que essa condição é imposta ao campo intelectual, especialmente após o surgimento da APF, seus dispositivos e atos que agem remodelando conceitos antes reificados pela produção intelectual. A reflexão detida sobre esses fenômenos baliza-se na dialética das representações sociais, tendo numa ponta a representação fornecida pelos agentes dominantes do campo intelectual, e noutra a representação social dos próprios agentes sociais faxinalenses, sem que essas percepções se oponham integralmente, a definição que explicita o significado sobre os faxinais passa da análise sobre o determinismo do objeto para o construtivismo do sujeito, entendendo essa passagem teórico-metodológica como fundamental ao permanente aprofundamento crítico necessário ao conhecimento de realidades sociais que se apresentam de modo dinâmico em nossa sociedade, sem muitas vezes serem captadas pelas lentes das análises científicas nas ciências sociais.

4 MAPEAMENTO SITUACIONAL: UMA RELEITURA DOS FAXINAIS

Neste capítulo nos interessa apresentar as formas diferenciadas de organização social dos grupos faxinalenses e sua situação atual face o contexto de conflitos socioambientais que enfrentam e estratégias de reprodução social. Em que pese sua identidade estar em processo de formação, foi possível, nas pesquisas de campo, distinguir, no universo da "agricultura familiar" visitada, grupos de faxinalenses que intentam conservar suas práticas tradicionais de acesso aos recursos naturais, mesmo em situações em que o uso comum foi-lhes "fechado". Essa permanente luta e tensão atravessa a história da formação agrária do Paraná, e alcança nos momentos atuais limites interpretativos e censitários que impedem de conhecermos quem são os faxinalenses hoje, ou melhor, como este grupo se organiza socialmente no presente.

Em razão dessa análise empreendemos o **Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná**[232], amparados pelo que denominamos de produção de mapas situacionais. A elaboração deste remete a ocorrências concretas de conflitos em regiões indicadas pela presença de faxinais e objetiva delimitar territorialidades específicas, propiciando condições para uma descrição pormenorizada dos elementos considerados relevantes pelos agentes sociais em pauta para figurar posteriormente numa base cartográfica. Certamente que os elementos priorizados pelo movimento social constituem também um produto deste trabalho de campo. Este mapa situacional pelo seu caráter eminentemente descritivo consiste, portanto, num produto de técnicas de observação etnográfica, enfatizando realidades localizadas e processos sociais.

Para explicar a produção desse recurso investigativo é necessário compreender antes que seu uso visa propiciar ferramentas interpretativas à releitura dos processos de formação e consolidação do Estado-Nação brasileiro, sendo produto de um processo de disputas territoriais caracterizado pela incorporação progressiva dos povos e comunidades tradicionais e de suas territorialidades específicas à nação. Segundo Pacheco de Oliveira (1999), essa incorporação pode

[232] O Mapeamento Social consistiu em um levantamento exploratório da presença dos faxinais no Paraná, bem como de estimativas concernentes à sua população, mediante o uso de categorias oriundas das representações sociais dos agentes faxinalenses visitados pela pesquisa no período de 6 meses, que iniciou em fins de 2007 e conclui-se em abril de 2008.

ser pensada a partir do conceito de “territorialização”, ou seja, o processo de reorganização social decorrente de situações de conflito territorial envolvendo grupos sociais que historicamente se contrapuseram ao modelo agrário exportador, apoiado no monopólio da terra, no trabalho escravo e em outras formas de imobilização da força de trabalho. No entanto, o processo de territorialização é um fenômeno complexo que não deve ser simplesmente considerado como uma imposição exógena e hegemônica do Estado sobre a diversidade de expressões territoriais. Apesar de seus dispositivos de dominação e de reordenamento da vida desses grupos sociais, ele também é reapropriado e reinterpretado pelos mesmos, que lhe atribuem significados próprios.

Percebemos essa reapropriação entre os grupos faxinalenses visitados, nos casos em que investigamos as definições usadas para designar sua condição social, consoante entrevistas em campo com lideranças indicadas pela comunidade e a produção de mapas e croquis durante a realização de oficinas de mapeamento social[233]. A análise desse conjunto de informações e dados possibilitou observar variações do significado comumente atribuído aos faxinais pela produção intelectual, apontando para uma ruptura com o monopólio classificatório, o que nos permitiu ponderar sobre a emergência da categoria faxinalense associada à construção de novas categorias de construção da territorialidade de modo específico, segundo a visão dos agentes sociais.

Tais significados fornecidos a essa modalidade de uso comum pelos agentes faxinalenses entrevistados refere-se a situações presentes em que o grupo social encontra-se, na maioria dos casos, limitado fisicamente em sua possibilidade de reprodução social, todavia mantém sua unidade social latente na memória coletiva ou manifestada em domínios restritos e inaparentes por meio da manutenção de práticas tradicionais, em que se identifica a criação de animais sob diversas formas de uso comum, ou na manifestação de narrativas que relatam momentos sempre conflituosos que culminaram no “fechamento” dos recursos naturais ao livre acesso.

[233] As oficinas de mapas foram organizadas pela APF e assessoradas pelos pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social – PNCS. Tais momentos ocorreram nos meses de maio e agosto de 2006, junho e novembro de 2007, e março e julho de 2008. Nas oficinas os representantes dos faxinais nos facultaram diferentes nomeações atribuídas às suas formas de organização social no uso comum da terra.

Inicialmente, as narrativas anseiam em relatar que sua condição presente em nada se iguala ao tempo pretérito. Nesse momento, as terras tradicionalmente ocupadas para o uso comum e áreas de roçado são indicadas pelos entrevistados em suas dimensões reais, revelando-se pontos de referência naturais, como rios, pedras, encostas e matas fechadas, que por vezes nem mais existem. Lembram de antigos nomes atribuídos às localidades que de forma articulada convergiam para o uso comum, numa época em que as terras de faxinais indicavam extensões "sem limites"[234]. Essa mesma visão se assemelha à noção de faxinal, inicialmente descrita por Carvalho na figura do "Grande Faxinal", mas diverge do senso comum que a delimita como uma área restrita e limitada por cercas, atualmente reduzida ao "criador comum", informada pela posição dominante no campo intelectual, e operacionalizada como critério exclusivo pelos levantamentos oficiais elaborados pelo Estado:

> Faxinal é o criador, muito importante para criação, porque antes nessa região que nós morávamos existiam muitas criações. E daí depois entrou firma grande, que foi diminuindo as terras, foram fechando, daí ficou os criador, foi terminando. Agora tá começando a reagir de novo, sempre tem criaçãozinha lá no nosso lugar, nós temos, os vizinhos têm, tudo junto lá com as nossas, tem bastante vizinho que tem criação junto com as nossas, bastante morador que as criações são junto com as nossas, na região ali, nós e os vizinhos temos criação de porco, de galinha, vaquinha, cavalinho, carneiro, tudo em comum, na nossa regiãozinha tá tudo em comum, mas é um pedaço pequeneninho, pequeno que tá junto (Entrevista I. C., 2007).

De outro modo, a análise das narrativas tomadas aos agentes faxinalenses permite ressaltar os responsáveis – no caso da entrevista, a madeireira – pelas áreas "fechadas" ou "cercadas" como característica que levam à formação dos "criadores comuns". As práticas sociais relativas ao "livre" acesso e uso comum são mediadas pela cooperação simples, laços de solidariedade presentes em episódios de resistência em defesa e continuidade da modalidade de apropriação comum face ameaças reais de perca do controle do território tradicional. Nessas contendas históricas e atuais, que no passado parecem ter produzido marcas indeléveis na memória das lideranças entrevistadas, se percebe o que agrupava e o que permanece agrupando os faxinalenses – uso comum –, denotando como se organiza socialmente essa identidade coletiva.

[234] O termo indica que as criações de animais (porcos, cavalos, e gado em geral) circulavam por extensões territoriais livremente, ou seja, as cercas eram ocasionais, e não tinham a finalidade de cercar criações, mas sim as lavouras.

Esses processos estão marcados fortemente na memória coletiva do grupo, ao recordar fatos litigiosos e as circunstâncias que envolvem a disputa pelo controle do uso dos recursos naturais considerados essenciais à reprodução física e social daquela unidade. Delineia-se por este viés conflituoso o que Almeida (2006) denomina de ***processos diferenciados de territorialização***. Estes resultam em distintas territorialidades específicas, enquanto uma construção social dos agentes faxinalenses, deflagrada pela instância política – unidades de mobilização –, tendo em vista a defesa de territórios de pertencimento. Tais acontecimentos remontam fatos históricos do período colonial, quando as terras já estavam ocupadas com as práticas de uso comum, antes mesmo da existência de legislações nacionais concernentes ao regime de uso da terra. A ocupação permanente das terras, indicadas como de uso tradicional, caracteriza o seu sentido, recuperando criticamente as legislações agrárias coloniais, que instituíram as sesmarias, e que depois reestruturaram formalmente o mercado de terras com a Lei de Terras de 1850, criando obstáculos de todas as ordens para que estes grupos sociais tivessem acesso às terras (ALMEIDA, 2006).

O que busco refletir ao acionar o instrumental analítico disponibilizado pelo conceito dos processos diferenciados de territorialização é a possibilidade de reconhecer as distintas expressões territoriais presentes no interior da categoria faxinal, analisadas através da reorganização social dos grupos interessados na lógica da manutenção dos recursos naturais em uso comum. Importa destacar que os faxinais, conforme as representações sociais aqui descritas pelos faxinalenses, não podem mais ser reduzidos simplesmente à presença do “criador comum cercado”, conforme interpretação dominante estabelecida pelos autores-fonte. Esta condição é situacional e descontínua na história da composição dos faxinais, e não guarda relação imediata com a caracterização dessa modalidade pela objetivação dos aspectos relacionados exclusivamente à organização da produção, mas sim, com a organização social, como informam as lideranças faxinalenses entrevistadas:

> Faxinal é um povo que vive sua cultura segundo as suas tradições e uma coisa muito importante é o uso dos recursos naturais e da terra de forma comum, os faxinalenses não pensam em ter títulos da terra ou ter dívida e pretendem permanecer nessa cultura porque é uma herança que herdaram dos seus pais e dos seus avós e por isso nós achamos importante permanecer essa vivência, permanecer essa vivência em comum com o uso da terra coletivo (Entrevista H. S., 2008).

Nesse sentido, a noção de territorialização aqui acionada implica na "recriação" da condição de existência do grupo social mediante o reconhecimento de territorialidades específicas que se afunilam na direção de uma mesma denominação identitária (PACHECO DE OLIVEIRA, 1999), segundo critérios definidos pelos agentes faxinalenses. Tal processo reforça e conduz justamente a uma posição em que a construção da identidade coletiva se relaciona de modo a distinguir-se das usuais categorias sociais acionadas para nominar e classificar grupos de camponeses "moradores de faxinais", estendendo as possibilidades de classificação dos faxinais para além das características elencadas pela categorização oficial.

A classificação dos faxinais via determinação de aspectos geográficos de ordem física, cultural ou ambiental – presença de aparentes "paisagens" e elementos físicos "vestigiais" – descrita pelo classificador externo, tal como convém a um trabalho arqueológico, ofusca informações sobre as situações sociais presentes e suas dinâmicas no tempo e no espaço, marcadas pela descontinuidade[235] impressa nos avanços e retrocessos sobre o controle das terras tradicionalmente ocupadas para o uso comum. Nesse quesito, as narrativas dos agentes faxinalenses descrevem os motivos da desagregação ou término das estruturas físicas que indicavam a presença de faxinas, ao informar os sucessivos desdobramentos das disputas do grupo local frente à ameaça de perca de territórios e recursos considerados essenciais à sua articulação social. São esses processos sociais que explicitam a persistência da identidade faxinalense se reorganizando mesmo em condições extremas, como naquelas em que o grupo social é compulsoriamente deslocado ou "desapossado" das condições que lhe permitem o uso comum dos recursos naturais e de seus meios de reproduzir-se socialmente e fisicamente, conforme narra o faxinalense abaixo:

> Aqui era tudo faxinal, nosso pessoal foi sendo espremido, mas foi levando o criador até onde deu. Depois, virou tudo em fecho e quem pode criar continuou, fazendo mangueirõezinhos. Muita gente foi embora, outros se viraram com serviço fora, e continuaram vivendo aqui. [...]. Se tivesse um jeito de voltar a criação solta a gente não pensava duas vezes, sabe, tá no sangue do povo daqui, é o que eles sabem fazer, é o nosso jeito de viver

[235] Esse termo é muitas vezes captado nas narrativas dos agentes sociais quando indicam a retomada de uma área para o uso comum, numa conjuntura em que aparentemente seus antagonistas encontram-se enfraquecidos ou são obrigados a cumprir determinações judiciais de manter a área em "aberto" ao uso comum.

> [...]. Iá tem muita gente que hoje tá na cidade que ia voltar, muitos parentes (Entrevista J. B, 2008).

Esse argumento sustenta a afirmação de que o grupo social não somente persiste, mas reinventa suas práticas tradicionais de uso e acesso aos recursos básicos. Tal comportamento demonstra de forma factual a persistência dos agentes faxinalenses na intenção de agrupar-se em torno das práticas tradicionais que incidem sobre o uso comum dos recursos naturais, sobretudo as pastagens, florestas e aguadas, outras vezes referem-se aos espaços sociais como capelas, cemitérios e campos de futebol, ou mesmo, antigos caminhos de servidão, por onde circulavam as "tropas de porcos", caminhos utilizados para o extrativismo do pinhão e erva-mate, servindo também de trilhas que ligavam as roças às casas.

Ao acrescentar às narrativas e testemunhos a informação de pontos de referência sobre territorialidades pretéritas, que nos levam à história e aos acontecimentos, os faxinalenses apontam para uma geografia da qual não se tem mais o controle dos recursos naturais e, por conseguinte, vê-se reduzida suas condições de reprodução social. Em outras situações, essa dinâmica territorial reverte-se favorável ao mencionar áreas conquistadas ou conservadas mesmo frente às pressões oriundas da violência física e moral[236], bem como de litígios, a despeito de áreas de domínio público ou de terceiros não reclamantes reconhecidas como "terras griladas".

Essa informação também é manifestada através de fontes documentais conservadas por lideranças locais que visitamos, revelando a resistência a partir de atos mobilizatórios – reuniões com prefeitura, registros coletivos da terra –, que remontam às décadas de 1960 e 1970, alcançando os mais recentes ocorridos nos últimos cinco anos em que as lideranças organizadas na APF questionam impactos promovidos pelo avanço do agronegócio empresarial contra suas práticas tradicionais e territórios de pertencimento. Soma-se a essa violência contra seus

---

[236] A violência moral dirigida às práticas tradicionais dos grupos culturalmente diferenciados não é um fenômeno novo. A desqualificação, humilhação e menosprezo das formas diferenciadas de "criar, fazer e viver" são características marcantes de nossa sociedade e têm sua origem em seus fundamentos colonialistas e eurocêntricos. No caso dos faxinais, a sistemática analogia com modelos de desenvolvimento produz percepções e discursos, nos quais o uso comum da terra empreendido pelos faxinalenses representaria formas de manutenção do "atraso" e "pobreza". Esse modo de classificar implica em culpabilizar os faxinais pela degradação ambiental e pobreza desses grupos sociais. Assim, introjeta-se no senso comum o nexo-causal que consigna aos faxinais o sinônimo do arcaico que estaria a pesar sobre seus moradores, os impedindo de desenvolver-se.

bens materiais e imateriais a presença de obras governamentais, sobretudo estradas que cortam as áreas de uso comum.

Em contrapartida, os agentes faxinalenses historicamente se mobilizam contra intrusamentos em territórios de uso comum, sejam eles propriedade privada, pública ou de terceiros. Assim, procedem de forma regular abaixo-assinados em defesa do "criador comum", que datam da década de 1980[237], passando por acordos com prefeituras, "escrituras de uso coletivo" registradas em cartório, mais de uma dezena de ações judiciais, em que o grupo social reivindica retirada de cercas individuais, denominadas de "fechos", estas últimas identificadas com mais intensidade a partir de 1990.

Essas situações constituem o campo de conflitos sociais em que posicionam-se de um lado grupos faxinalenses e, de outro, seus antagonistas[238], denominados assim em razão de se oporem ao uso comum da terra. A permanente tensão entre os distintos interesses sobre qual modalidade de apropriação da terra deve permanecer faz oscilar, dependendo da conjuntura, o sentido dos processos sociais: territorialização ou desterritorialização. Estes não podem ser reduzidos somente a disputas pelo acesso aos territórios físicos, pois traduzem também disputas pelo conhecimento e reconhecimento social e simbólico da identidade faxinalense.

Consoante esse cenário de enfrentamentos e lutas territoriais, os faxinais se revelam nas categorias de classificação utilizadas pelos agentes faxinalenses para se referir à situação atual das terras tradicionalmente ocupadas, principalmente as

---

[237] Data em que foi possível encontrar registros dessa modalidade de documento (Faxinal Marmeleiro de Baixo, município de Rebouças-PR).

[238] Reafirmo que os antagonistas não podem ser reduzidos a uma classe social ou frações de classe. Essa categoria representa todos aqueles que de uma forma ou outra se posicionam contra a permanência do uso comum da terra. A dificuldade de se fazer conhecido é também a de construir alianças, mesmo com movimentos sociais e sindicais, a princípio em posições sociais assemelhadas no que se refere à "luta pela terra" ou pelos direitos trabalhistas no meio rural, tal como o MST, MPA e sindicatos de trabalhadores rurais e suas representações estaduais – FETRAF e FETAEP. Nota-se claramente que os padrões de relação política distinguem-se na forma como se organizam e reivindicam suas demandas e direitos, o que permite estabelecer um contraste no que se consideram as demandas. Registra-se que não há relatos de conflitos entre o movimento faxinalense e os movimentos e STR's no plano político, no entanto, as aproximações ainda são tímidas e pontuais e parecem desenhar uma tendência ao fortalecimento por meio de ações conjuntas, como as que recentemente resultaram na ocupação de uma fazenda no município de Pinhão, em que o MST, MPA e APF agiram de modo coordenado. Por outro lado, a realização do 1.º Encontro de Povos e Comunidades Tradicionais, em 2008, teve como ato concreto a formação da REDE PUXIRÃO de Povos e Comunidades Tradicionais, com imediata adesão de vários grupos organizados, a saber: quilombolas, faxinalenses, indígenas, ilhéus, cipozeiros, pescadores artesanais, ciganos e religiões de matriz africana.

utilizadas para o uso comum das pastagens naturais, ou seja, o que denominam de “terras de faxinal” e suas expressões territoriais no presente: “criador aberto”, “criador cercado”, “criador criação grossa”, “mangueirão” ou “potreiro”. Todas essas designações podem ser entendidas como *construção social do possível*, isto é, representam situações materiais que indicam certa unidade social, resultante do grau e intensidade de conflitos a que são submetidos os faxinalenses, tendo em vista a defesa das áreas de “livre” acesso aos recursos naturais. Portanto, tais categorias devem ser compreendidas a partir de processos diferenciados de territorialização, que configuram situações diversas em que o acesso aos recursos naturais está em disputa, notadamente, o controle de áreas de pastagens nativas, roçados e fontes de água, além de portões, “mata-burros” utilizados para as delimitações físicas destes territórios específicos.

Esses últimos, considerados bens de uso comum, representam o local de passagem entre área interna e externa do “criador comum”, pela sua importância na manutenção das fronteiras físicas tornam-se alvos preferenciais de ataques de interesses contrários, que visam à desestabilização do uso comum, ao gerar conflitos de uso em detrimento da criação animal, que sem os limites físicos delimitados acabam por alcançar áreas de cultivos, especialmente agrícolas, fato que “justifica” sua matança pelos próprios antagonistas. De outra forma, a presença de “moradores de fora”[239] ou “moradores de dentro” em clara postura de contrariedade ao uso comum tem promovido o “fechamento” dessas áreas, que muitas vezes ao serem cercadas são substituídas por monocultivos agrícolas e madeireiros ou chácaras de lazer, seguindo um padrão regional de avanço da privatização das áreas de uso comum estimuladas pelo aumento do valor de mercado dessas terras.

[239] Ser morador do faxinal não significa necessariamente ser faxinalense, bem como faxinalenses podem não morar na área do criador e utilizá-lo somente para criação de animais com consentimento do grupo. Portanto, um dos critérios da pertença ao grupo se define pela adoção às normas de uso comum estabelecidas.

FOTO 1 – MATA-BURRO E PORTÃO EM FAXINAL



FONTE: Arquivo APF.

FOTO 2 – FECHO EM FAXINAL



FONTE: Arquivo APF.

É mister mencionar a mobilização dos faxinalenses, que em muitos casos tem significado para a retomada de áreas para modalidade de uso comum no acesso aos recursos naturais. Como em contextos em que os agentes faxinalenses, organizados baixo a força agregadora da identidade, buscam apoio junto às promotorias públicas, prefeituras e no Instituto Ambiental do Paraná – IAP, contra o "fechamento" de áreas de "livre acesso" que afetam a comunidade ou reconstrução de "mata-burros" e portões abertos ou destruídos, sem descartar as situações em que grupos familiares que por algum motivo haviam isolado suas áreas as dispõem novamente para o uso comum mediante negociações com os membros daquele faxinal. Esse exemplo pode ser constatado nos faxinais do Ribeiro, dos Couto, Água Amarela de Cima, ambos no município de Pinhão.

Dessa forma, observa-se o desdobramento de diferentes territorialidades específicas; desde aquelas em que o uso comum está inviabilizado ou reduzido a poucos grupos familiares de uma comunidade[240], como os que apresentam extensas áreas abertas ao uso comum sem que a propriedade privada seja a medida principal de referência. Porquanto, não devem ser vistas como estágios ou fases irreversíveis, que tendem no limite à extinção, como insiste em explicar o enfoque evolucionista. De maneira contrária, chamamos a atenção para as formas de resistência e solidariedade empregadas pelo grupo em torno da defesa da manutenção das práticas de uso comum, implicando em sua reorganização social sob diferentes designações territoriais, cuja referência primeira sempre é a categoria de uso comum da terra denominada de "criador" ou "faxinal". Isto nos leva a compreender que mesmo a despeito da supressão de suas condições objetivas de reprodução material e produtiva os grupos aqui citados percebem-se como vinculados a uma tradição cultural que se sustenta na base organizacional, esta fornece sentido à sua existência social.

Com essa preocupação este trabalho de pesquisa encontra condições de viabilidade política em agosto de 2005, durante a realização do **1.º Encontro dos Faxinais**, quando participaram das discussões 200 representantes, escolhidos a partir de reuniões em 32 faxinais. Desde esse tempo, tem sido reforçada a questão

[240] Dessa forma é necessário explicar que a categoria comunidade nem sempre corresponde à unidade social que configura os faxinais. Há comunidades em que somente uma pequena parcela dos membros mantêm-se articulados por vínculos solidários construídos em torno das práticas de uso comum. Nesses casos, as áreas de uso comum foram inviabilizadas face conflitos acerca do controle e domínio dos recursos. Por outro lado, há faxinais que envolvem duas ou três comunidades, como no caso de Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, localizados em Mandirituba-PR.

da quantidade de faxinais existentes. Embora o conhecimento concreto sobre a situação das "terras de faxinais" tenha aumentado significativamente, ainda não tem sido possível responder com exatidão à pergunta de quantos são os faxinais no Sul do Brasil. Esta maneira de indagar tem um evidente viés evolucionista, porquanto sempre há os que insistem na seguinte pergunta: "ainda existem faxinais?". Visto que há uma forte tendência de interpretar os faxinais como sobrevivência ou como resquício de situações sociais de épocas pretéritas.

Os resultados dos três últimos Encontros Estaduais da APF revelam que os chamados faxinalenses estão construindo sua identidade coletiva a partir de fatos e reivindicações do presente. No âmbito desta construção manifestam uma preocupação com a abrangência de sua ação. Assim, cabe asseverar que não há informações censitárias disponíveis e nem tão pouco qualquer levantamento mais rigoroso sobre esta modalidade de apropriação comum dos recursos naturais, apoiada na organização de unidades familiares de pequenos agricultores e criadores. Não obstante isto, tinha-se a impressão de que os participantes do 1.º Encontro representavam aproximadamente 70% dos faxinais do Paraná. Conforme apresentei nas discussões empreendidas no Capítulo 2, a base desta estimativa tinha como principal referência o levantamento preliminar realizado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em 2004, que apontou a existência de 44 faxinais (MARQUES, 2004). Com o advento de novas formas organizativas[241], que incorporaram inúmeras reivindicações de direitos territoriais, tem sido possível aos faxinalenses construir em bases mais sólidas sua identidade coletiva. Uma participação organizada em conflitos socioambientais, cada vez mais frequentes, tem fortalecido isto, e aberto as portas para outras maneiras de indagar. Neste sentido, tal preocupação fez emergir mais reflexões, dessa vez oriundas dos próprios agentes sociais autodenominados faxinalenses, que após realizarem o 2.º Encontro dos Faxinalenses, em agosto de 2007, reivindicaram uma pesquisa exploratória capaz de identificar quantos são os faxinais, onde se localizam e como estão distribuídos geograficamente pelo Paraná, procurando conhecer os desdobramentos dos processos sociais de territorialização atinentes à sua situação presente.

[241] As formas organizacionais coexistem nos faxinais podendo representar distintas unidades sociais internas, às vezes institucionalizadas por imposição da burocracia do Estado, outras não. São elas: grupos de agricultores ecologistas, Associação Faxinalense, Associação Comunitária, Comissão Local da APF, Sindicato de Trabalhadores Rurais – STR, grupo do pastoral da criança etc.

Colocar em evidência essa forma de existir dos faxinais e, por conseguinte, de seus agentes sociais, por meio deste "mapeamento", tem o interesse de assinalar uma ação de duplo sentido: por um lado, pretendemos esboçar as lacunas censitárias sobre os faxinais, buscando apontar a precariedade dos dados disponíveis; e, por outro, enfatizar a identidade e os conflitos socioambientais relacionados à permanente defesa de territorialidades específicas, que podem ser traduzidas por termos acionados pelos faxinalenses para designar extensões de pertencimento, que não necessariamente se encontram sob seu domínio, mas foram ou são utilizadas para realização de suas práticas tradicionais. Estas são manifestadas na permanência e luta em torno do uso comum dos recursos básicos, onde o "tradicional" é o motivo das demandas e disputas atuais contra antagonistas localizados e identificados como "chacreiros"[242], "sojicultores", "empresas madeireiras", "empresas de fumo", incluindo moradores da "comunidade", que se opõem ao uso comum da terra estimulados por processos de diferenciação social e econômica[243].

Nesse momento, o "mapeamento social" posiciona-se no campo intelectual de debates sobre os faxinais, ao propor o deslocamento do eixo da análise do objeto "faxinal" para os sujeitos da ação, ou seja, os faxinalenses e suas representações sociais. Essa nova posição ocupada no campo questiona as tendências evolucionistas que afirmam o desaparecimento dos faxinais, ao expressar suas diferentes territorialidades até então escusas pelas interpretações dominantes ou por situações de conflitos e tensões em que estes sujeitos sociais estão submetidos historicamente no Sul do País. Com isso, têm-se condições propícias para o debate sobre as fronteiras sociais e delineamento de uma nova fisionomia étnica no Paraná, produto da construção da identidade faxinalense e seu desvelamento público.

[242] Os faxinalenses situados na região Metropolitana de Curitiba acusam frequentemente a presença dos chacreiros como os responsáveis pela colocação de fechos que impedem a circulação das criações de animais. Todavia, lembram que há chacreiros que respeitam as normas de uso comum, não colocam fechos e inclusive contribuem com as mobilizações que visam a permanência do faxinal. Segundo a coordenação da APF, há entre as lideranças locais do movimento nessa região famílias que "chegaram como chacreiros e viraram faxinalenses" (Entrevista I. C., 2009).
[243] Sobre este assunto vide Capítulo 1.

4.1 O MAPEAMENTO SOCIAL DOS FAXINAIS NO PARANÁ

O **Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná** (Mapa em ANEXO) consistiu em objetivar a existência social a partir da diversidade de categorias nas quais os faxinalenses se representam atualmente. Tais dados organizados e analisados, sem pretensões censitárias, deram conta da existência de 227 faxinais no Paraná, além de estimar uma população faxinalense em aproximadamente 40.000 pessoas (SOUZA, 2009). As implicações práticas que alcançaram este "mapeamento" se traduzem em seu duplo efeito: de um lado, o efeito político, entendido pelas lideranças faxinalenses como uma contra-estratégia ao processo de produção da "invisibilidade social", acrescentando aos seus discursos e mapas situacionais o peso conferido pela ampliação de sua força social; de outro lado, o efeito metodológico, manifesto na forma como tal conhecimento foi produzido nesta pesquisa, isto é, em diálogo com lideranças do movimento social e dezenas de entrevistas com lideranças locais, desenhando uma relação social de pesquisa que primou pela construção do objeto, segundo a combinação de critérios objetivos e subjetivos.

Por essa razão, a extensão da região pesquisada teve como referência indicações tomadas pela bibliografia e por pesquisadores e militantes faxinalenses que nos permitiram alargar a área inicialmente proposta durante o levantamento das informações em campo. Nesta etapa a equipe de pesquisa deparou-se com mais de duas centenas de faxinais onde as características físicas e sociais anunciadas pelas produções intelectuais de referência se modificaram ou se exiguiram, especialmente no que se refere à drástica redução das áreas de uso comum e terras destinadas aos cultivos agrícolas.

Foi possível observar nessas incursões a campo e, posteriormente, na reflexão necessária à elaboração da presente tese, a persistência da condição faxinalense numa aparente amálgama que resulta das relações intersociais, sem, contudo, resultar na pretensa assimilação ou aculturação dos agentes faxinalenses aos comportamentos sociais e padrões tecnológicos impostos pelo modelo dominante na agricultura como prenúncio de seu fim, como afirmava mais explicitamente Chang. Tem-se, de outro modo, como regra, a manutenção da forma de organização social em torno do uso comum como elemento prevalecente, mesmo

quando da necessidade de incorporação de sistemas produtivos intensivos – fumicultura, suínos e aves em regime de integração à agroindústria, ou da busca de assalariamento em outras atividades não agrícolas. Essas novas formas de produção encontram-se territorializadas, em sua maioria, pelos faxinalenses, em consonância com as normas que regem o uso comum, e não raro são motivos de atritos com “orientadores” ou técnicos das referidas empresas integradoras que insistem em desmotivar a permanência dessa modalidade de uso dos recursos naturais.

Essa postura metodológica fez emergir um “ponto de vista” que sistematizado adquire condições de confrontação com os levantamentos oficiais, ao representar-se física e socialmente de modo variável na dinâmica realidade social, não para relativizar, mas ao contrário, para fazer aparecer, pelo simples efeito de justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas.

Os dados aqui apresentados fazem pensar sobre dois possíveis efeitos no confronto com os levantamentos oficiais: primeiro, que é preciso substituir as imagens simplistas e unilaterais por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades localizadas a partir de discursos diferentes, ou seja, a incorporação dos discursos dos faxinalenses; o outro efeito se refere à possibilidade de relativização do “ponto de vista” único, central, dominante, no qual se situa geralmente o observador (pesquisador), em proveito da pluralidade das perspectivas, correspondendo à pluralidade dos pontos de vista concorrentes e, às vezes, coexistentes. Pode-se, conforme Bourdieu (2004), falar que as entrevistas se parecem em algumas ocasiões a uma auto-análise dos faxinalenses entrevistados, momento em que os entrevistados realizavam um trabalho de explicitação, gratificante e doloroso ao mesmo tempo, e para enunciar, às vezes, com uma extraordinária intensidade expressiva, experiências e reflexões há muito reservadas e reprimidas, que submetem a pesquisa a uma construção realista baseada no domínio prático da lógica social desses grupos.

Assim, só podemos compreender as narrativas obtidas pelas entrevistas buscando ler, em suas palavras, a estrutura das relações objetivas, presentes e passadas, entre sua trajetória e a estrutura dos faxinais no presente. Tal análise se propôs a ler nos discursos não somente a estrutura conjuntural, mas também as estruturas “invisíveis” que o organizam, isto é, a estrutura do espaço social onde os

denominados faxinalenses se situam, a despeito de comunicarem situações passadas, continuam a orientar sua visão para o desejo de manterem a apropriação comum dos recursos, enquanto uma reivindicação, seja do território tradicional no que ele tem de mais singular, seja de uma tradição não mais vista sobre a ótica do passado, mas como a razão das lutas do presente:

> O mapeamento é importante porque as autoridades vão ver aonde que nós estamos, e não vão pensar que nós estamos escondidos. Hoje nós estamos nos apresentando através desse mapa, não precisa eles irem em nossas propriedades, eles vão ver através do mapa onde que nós estamos e os direitos que nos temos, através das leis e decretos, que hoje nos protegem, através do município, do estado e do governo federal (Entrevista V. I., 2008).

No sentido fornecido pelas narrativas, sobressaem limites e desafios interpretativos impostos pela pesquisa e apresentados na forma de dados e informações que confirmam a presença de agentes faxinalenses referidos às “terras de faxinais” no Paraná, considerando classificações que correspondem a territorialidades específicas que assumem sua reorganização social face os enfrentamentos pelo controle do território.

São esses novos significados sobre os faxinais que pretendo atualizar frente ao processo de afirmação étnica, que não passa mais historicamente pelo resíduo, ou pelo que foi e já não é mais, senão pelo que efetivamente é vivido como tal pelos agentes sociais e pode ser verificado em razão de processos diferenciados de territorialização dos faxinais no Paraná.

4.2 AS TERRITORIALIADADES ESPECÍFICAS

Dentre as expressões detectadas pela ressignificação fornecida pelos faxinalenses, organizamos 4 categorias situacionais formuladas em consonância com a descrição dos agentes faxinalenses de seus territórios físicos e formas organizativas, que incluem tanto situações onde o uso comum combina vastas extensões de terras devolutas, públicas e propriedades privadas, como em regiões onde sua presença está obstruída por completo, sem que a identidade étnica deixe de se manifestar. Essas diferenciações são sempre niveladas pela memória coletiva, ao relacionar os impedimentos das práticas tradicionais face a conflitos socioambientais, em que o sentido de pertencimento do grupo social à forma de apropriação comum dos recursos naturais encontra na dimensão da (re)organização social seu modo de leitura da realidade social. Portanto, as situações agora descritas foram objetivadas em territorialidades específicas observadas pelo trabalho em campo, que buscaram identificar a partir de relatos e entrevistas seus processos de territorialização com referência nas terras tradicionalmente ocupadas para as práticas de uso comum. Por isso, nossa insistência em denominarmos de faxinais ou “terras de faxinais” territórios que oficialmente são designados como “comunidades rurais de pequenos agricultores”, visto que esta unidade social, como explicado anteriormente, não corresponde necessariamente à unidade social que configura as territorialidades faxinalenses.

Para efeito de exposição das referidas territorialidades, dividimos as que permanecem “com uso comum” (categorias 1, 2 e 3), mesmo havendo restrições de acesso aos recursos essenciais, e os faxinais em que o mesmo foi obstruído, isto é, os faxinais “sem uso comum” (categoria 4). Importante ressaltar que as observações em campo informam a predominância de uma categoria, mas não excluem a existência combinada de duas categorias em um único faxinal. Segue abaixo a proposta de classificação das categorias encontradas, segundo a descrição física e a organização social que adquirem os agentes faxinalenses:

1) Faxinais com uso comum – "criador comum aberto": Esta situação foi observada no Setor Centro da APF, especificamente nos municípios de Inácio Martins e Pinhão. Sua territorialidade específica contempla extensões territoriais narradas por faxinalenses na condição de pequenos criadores e agricultores que habitam a região de forma dispersa podendo pertencer a mais de uma comunidade, mas mantêm vínculos sociais em razão do consenso acerca dos locais apropriados aos cultivos agrícolas, o zelo às criações animais de outros membros, e a proteção dos recursos naturais. A área destinada à criação comum de animais é mencionada como "ilimitada" e "livremente" acessada por "criações altas e baixas" para uso comum das pastagens naturais e recursos hídricos que ocorre em áreas de apossamento, de terceiros e propriedades privadas pertencentes aos faxinalenses. Registrou-se nessas áreas situações dominiais litigiosas envolvendo faxinalenses e empresas madeireiras, em conflitos que se arrastam pelo menos desde 1950. Nestas áreas há forte predominância de florestas nativas por onde circulam as criações dos faxinalenses. Aquelas vêm sendo suprimidas por monocultivos de eucaliptos, pinus, e mais recentemente por monoculturas agrícolas anuais como milho, soja e feijão. Os agentes referidos a essas monoculturas são indicados como os principais causadores de danos aos animais, desmatamento florestal para produção de carvão, serrarias e abertura de estradas e ferrovias:

> Aqui é tudo criador aberto, sempre foi. As criações vão até onde conseguem chegar, mas como tem a bóia pra come, chega antes da noitinha elas tão por aí. De uns 30 anos pra cá começou essas madeireiras a dizer que essas terras pertenciam a eles, e fizeram um estrago no mato e nas criação. Eles roubavam, matavam e machucavam. Depois foram colocando cerca e fechando as áreas. Mas mesmo assim, a gente continuou criando porque eles fechavam com quatro fio de arame. Aí as criação baixa continuavam solta por aí (Entrevista A. C., 2008).

2) Faxinais com uso comum – "criador comum cercado": Se caracterizam pela presença do uso comum dos recursos essenciais em áreas denominadas de "criadores comuns" de extensões variáveis onde circulam livremente "criações baixas" (cabritos, ovelhas, porcos e galinhas) e "altas" (gado bovino, muar e cavalar), sendo delimitadas externamente por cercas de uso comum com 11 fios de arame, telas, "pranchões", valos ou a combinação destes, além das barreiras naturais, como os rios. Compõem a categoria mais identificada como "sistema faxinal" ou "criador comunitário" (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988) pela

literatura e levantamentos do governo (EMATER, 1994; IAP, 2004). Esta categoria surge com mais frequência na região Centro-Sul e Metropolitana da APF – municípios de Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, Mandirituba e Quitandinha. Essas unidades sociais se aproximam geograficamente da mesma conformação atribuída às "comunidades rurais", fornecendo por mais das vezes sua nominação a essas localidades, todavia nem todos os membros são faxinalenses. Há na maioria dos casos um tenso cenário de disputas pela manutenção das dimensões da área de uso comum em sua maioria identificada como propriedade privada. Foi possível, no entanto, perceber em alguns faxinais a estratégia de expansão das áreas comuns sobre áreas devolutas ou públicas, estas sofrem também intensas pressões provocadas pela expansão das monoculturas, empreendimentos imobiliários, obras governamentais de infraestrutura (estradas municipais, estaduais, federais, linhas de transmissão, entre outros):

> No meu entender acho faxinal é um lugar onde tem a criação solta, onde você pode trabalho em comunhão, tudo junto, tudo unido, faz o puxirão pra trabalhar na cerca, onde é tudo cercado, você tem cabrito, porco, gado, galinha ali é tudo solto, então acho que isso aí pra mim é um faxinal onde tem união, você pode trabalhar unido, todo mundo tem sua criação, tem sua terra ali, chegar ser isso aí um faxinal (Entrevista A. M., 2006).

3) Faxinais com uso comum – "criador com criação grossa ou alta": Esta categoria aparece em todas as regiões da APF. Se caracteriza pelo "fechamento" de uma área comum com cercas de 4 fios de arame. Em sua composição ficam disponíveis poucas áreas privadas, além das terras públicas (beiras de estradas, campos de futebol, pátio de igrejas, ...), desconfigurando o que já foi um dia um "criador comum aberto ou cercado". Há, neste caso, uma forte limitação ao "livre" acesso dos recursos essenciais, que em muitos casos estão impedidos de serem acessados pelos faxinalenses. As unidades sociais que compõem esses faxinais consistem em grupos familiares com pouca ou sem terra em sua maioria, e informam a predominância do uso comum somente às criações ditas "grossas" ou "altas" (cavalos, vacas), que circulam nas áreas comuns disponíveis por diferentes períodos de tempo, ao longo do ano, dependendo das condições das pastagens nativas. As "criações baixas", isto é, porcos e cabritos, são mantidos em "mangueirões familiares" e isolados das áreas de uso comum ou são confinados em chiqueiros. Observa-se, nestas áreas, a forte presença de sistemas

de integração agroindustrial, como fumicultura, granjas de suínos e aves, além de "chacreiros". Apesar da eliminação das "criações baixas", os bens considerados de uso comum não são retirados ou destruídos, permanecendo "mata-burros" e/ou portões e cercas para delimitar fisicamente áreas com distintas finalidades, criação e lavoura:

> Faxinal que a gente considera hoje é um respeito que mesmo que a gente vê que a família da gente que já foi pra cidade e ficamos nós enfrentando os batente dos faxinais, e tá cada vez dando problema. E mesmo com todas as ameaças, com criação matada, nós estamos lutando na justiça para conseguir liberar para nós sermos faxinalenses. Hoje a gente com pouco terreno dentro do faxinal, a gente pode ter uma criação de gado, como a criação de porco foi acabado, então hoje, nos temos só criação alta, e se acabar esta, a gente tem que ir pra cidade (Entrevista L. C., 2008).

4) Faxinais sem uso comum – "mangueirões" e "potreiros": Representam situações observadas em todas as regiões visitadas. As áreas contíguas de uso comum já não mais estão disponíveis para a criação animal "baixa" ou "alta", mas as criações podem permanecer mantidas conjuntamente em pequenas áreas, na maioria das vezes de domínio privado, não obstante tenha sido detectada áreas "sem dono" – terras públicas ou devolutas – apossadas pelo grupo familiar, grupo doméstico ou grupo de vizinhos para o uso comum das criações de animais. A unidade social se articula em torno da reprodução das práticas tradicionais de criação, e encontram-se situadas dentro de comunidades rurais que recordam a época em que tudo era um "criador aberto" ou "cercado". Os informantes relatam que o "livre" acesso aos recursos foi obstruído pela privatização para os mesmos em meio a conflitos e tensões, provocados por "gente de fora". Assemelham-se aos denominados "piquetes" em alguns casos, com a substancial diferença das criações manterem-se soltas grande parte do tempo em parte da extensão da propriedade do grupo familiar ou doméstico, denominado de "mangueirão", quando se refere à parte das propriedades cercadas para uso das "criações baixas", ou "potreiro", quando são utilizadas somente para criação alta. Em alguns casos observamos a permanência de "mata-burros", cercas para "criações baixas" e portões, todavia sem função aparente, apenas simbolizam a recente ausência da posição de "criador comum":

> Nós demos um jeito de continuar criando com esse mangueirão de porco, igual que era antes no tempo do criador da comunidade, mas agora é só aqui na minha terra. É pequeno, não passa de 10 litros de chão, mas foi o único tipo de poder continuar com a criação. Se fosse depender de ração que nem tem esses chiqueiros, a gente não agüentava manter. E assim, as criadeira faz uns 10 leitãozinho por ano que dá pro gasto e ainda a gente distribui entre os parente ou vende (Entrevista B. S, 2008).

Importa reafirmar que essas situações configuram categorias diferenciadas que manifestam objetivamente, no plano local, unidades sociais não somente distintas pelas condições materiais ou físicas disponíveis à permanência do uso comum, mas, sobretudo, informam diferentes modos de reorganização social face os conflitos e tensões advindos de disputas entre modalidades de apropriação dos recursos naturais. Da mesma forma, as expressões identitárias de pertencimento a um "criador comum" ou faxinal são explicitadas pelos laços de solidariedade em torno da defesa e manutenção de aspectos culturais intrínsecos a cada grupo visitado. As entrevistas ainda facultaram interpretações acerca do objetivo comum que articula o grupo: o desejo de continuar a reproduzir socialmente as práticas tradicionais, não obstante à sistemática pressão das políticas públicas ou ações empresariais – avicultura, fumicultura, suinocultura – tão somente interessadas na indução de tecnologias produtivas individualizantes, porém negligentes com uso comum.

No entanto, observou-se que as intervenções externas dessa natureza, não raro tornem-se fonte de conflitos, são assimiladas ou negadas pelos agentes faxinalenses no cotejo com as normas de uso comum estabelecidas pelos membros daquela unidade social. Assim, o critério para adoção de determinada tecnologia depende em última instância da atenção ao livre acesso dos recursos naturais para o exercício de suas atividades produtivas, sociais, culturais e ambientais, consoante um certo grau de coesão e solidariedade obtido frente ameaças de impedimento de sua reprodução social.

Por ora, tem-se que as expressões territoriais mencionadas não se resumem a uma forma única e estática de modalidade de uso comum da terra descrita pela literatura como faxinal ou "criador comum". Todavia, essas territorialidades específicas são reclamadas e convergem para uma mesma identidade coletiva, onde atuam agentes faxinalenses em permanente produção de estratégias de reprodução social, mesmo em situações-limite, casos em que o território foi suprimido do controle do grupo, mas a tradição mantém-se organizada socialmente

na prática de criar em “mangueirões” ou “potreiros”, no extrativismo florestal, nos quintais, no zelo pelos recursos hídricos, ou noutras sociabilidades relacionadas à religiosidade, e a memória que permanecem contingenciadas no saber tradicional dos membros do grupo, em razão da força dos impedimentos impostos pela violência física e simbólica.

Por esse viés, expostas as categorias acima, é possível asseverar a amplitude da noção de faxinal frente classificação dominante no campo intelectual, o que permite a incorporação de mais de duas centenas de grupos identificados com essa modalidade de apropriação de recursos básicos, tirando-lhes do “anonimato” ou “invisibilidade” ao reconhecer-lhes a existência de formas organizacionais referidas aos faxinais advindas de diferentes processos de territorialização, como resultado da mobilização dessas unidades sociais na defesa da manutenção de suas práticas.

Os faxinalenses até o momento anterior à fundação da Articulação Puxirão – AP, em 2005, não existiam coletivamente como categoria social reconhecida pelo Estado, e sim, como espaço físico organizado em razão das relações de produção, segundo as interpretações dominantes. No “mapeamento social”, a via explicativa ampara-se na identidade coletiva, acionada pela memória coletiva e situações presentes relacionadas a conflitos socioambientais em torno da defesa e manutenção das áreas de uso comum da terra e dos recursos naturais.

Essa revisão conceitual e teórico-metodológica que resulta no “mapeamento social” somente é possibilitada pelo diálogo entre o capital intelectual e o capital militante, cujo objetivo consiste em focalizar a partir de situações presentes as diferentes formas assumidas pelo esforço de recriação da tradição deste grupo social, segundo as representações dos agentes faxinalenses – na condição de novos sujeitos da ação – articulados pelo movimento faxinalense.

4.3 ANÁLISE COMPARATIVA DOS DADOS

Os dados elementares coletados em campo e coligidos para a confecção do "mapeamento social" indicam divergências quando comparados com os levantamentos oficiais, não só nos fundamentos teórico-metodológicos, mas, sobretudo, nos resultados relativos ao número de faxinais identificados dentre outras informações, o que aduz a uma *Guerra dos Mapas*, expressão mencionada pelas lideranças faxinalenses, referindo-se ao embate com as instituições públicas, gerado em razão do lançamento dos dados preliminares da pesquisa.

Conforme visto anteriormente, desde 1994, o estado do Paraná elaborou 2 levantamentos oficiais sobre os faxinais, denominados como "preliminares". As conclusões retiradas do conjunto das informações analisadas não deixavam dúvidas: os faxinais estavam em franco desaparecimento, fazendo consonância às interpretações dominantes fornecidas pelo campo intelectual. Nesses levantamentos, as categorias utilizadas para definir o objeto da pesquisa adotaram o conceito de "sistema faxinal" conforme formulações de Chang (1988).

O primeiro, elaborado pela SEPLAN/EMATER-PR em 1994, localizou faxinais em 25 municípios, contabilizando a presença de 38.224 "pessoas" em 43.620,35 ha de "criador comunitário", totalizando 118 faxinais no Paraná. Em 2004, o levantamento promovido pelo Instituto Ambiental do Paraná – IAP identificou faxinais em 16 municípios onde constatou de forma resumida que: *"atualmente existem no Estado do Paraná, no mínimo, '44 faxinais'*[244] *que ainda mantêm o 'sistema de criadouro comunitário' e/ou 'uso coletivo das terras', com alguma atividade produtiva (como as pastagens). A área total dos faxinais é de aproximadamente, 26.189,00 ha [...] e cerca de 3.409 famílias"* (MARQUES, 2004).

Somente a análise desses levantamentos oficiais, em que se utilizou a categoria "sistema faxinal", é suficiente para inferir a tendência de fundamentos evolucionistas que indicam o desaparecimento dos faxinais (CARVALHO, 1984;

[244] O autor ainda inclui e relaciona faxinais em duas outras categorias: os que "funcionavam" como "sistema faxinal" e manteriam *características de paisagem de mata de araucárias*, estes contabilizariam mais "56 faxinais", tendo deixado de "funcionar" entre os anos de 1994 e 2004; e *os que já perderam totalmente as características deste sistema*, *passando a ser considerados como comunidades de agricultores que produzem individualmente*, estes seriam "52 faxinais". Diante dessas constatações, o autor conclui que **até** 1994 haviam indicações de que existiam "152 faxinais" no estado do Paraná.

CHANG, 1988). Afinal, em dez anos que separam estas pesquisas “constata-se” a redução de aproximadamente 63% dos faxinais, concomitantemente, 40% das terras do criador comum teriam sido “individualizadas” em seu uso, e 57,3% das famílias “faxinalenses” teriam deixado de sê-lo, pelo fim das condições objetivas materiais, isto é, o “criador comum” teria se desagregado, tal como descrito pela produção intelectual.

Entretanto, as informações colhidas pelo “Mapeamento Social dos Faxinais” fundado no conceito de etnicidade descrevem outro cenário, onde *a priori* essa tendência não se realiza, porquanto seus agentes sociais estão em permanente reorganização social face a conflitos pela manutenção dos recursos naturais em “aberto”. Entre os levantamentos anteriores e este, o foco da análise amplia as posições no espaço social verificáveis na “estrutura objetiva” referida aos faxinais, e informadas inicialmente pela presença do “criador comunitário” como único elemento característico. De outro modo, ao usarmos uma combinação entre elementos objetivos, materiais e físicos, mesmo observados isoladamente, tal como o criatório comum, paisagens, cercas, portões e “mata-burros”, e os elementos identitários manifestados nos processos diferenciados de territorialização, abre-se a possibilidade do reconhecimento de faxinais até então considerados “extintos” ou inexistentes pelos levantamentos oficiais, pelo fato de não apresentarem as características de um “criador comunitário”, segundo as definições teóricas e operativas vigentes.

Comparando-se[245] os dados coletados por esta pesquisa com o levantamento realizado pelo IAP, verificamos que apenas um dos faxinais – Faxinal Barreiro, localizado no município de Ipiranga-PR – não foi detectado por nosso levantamento, devido ao fato de não realizarmos visita a campo nesta localidade. De outra forma, o cotejo dos dados totais de faxinais incluídos pelo “mapeamento social”[246] nas 4 categorias descritas, isto é, 227 faxinais realizados em pouco mais de 30 municípios do Paraná, com o levantamento preliminar realizado pelo IAP, que informou a presença de *“no mínimo 44 faxinais”*, temos uma diferença relativa

[245] Realizo a comparação direta com o levantamento do IAP em 2004 em razão deste ser considerado uma atualização do levantamento promovido pela EMATER em 1994.

[246] Não foram coletadas informações sobre área de “criador comunitário” ou lavouras pelo fato das informações serem conflitantes entre os “faxinalenses” devido às disputas frequentes pelas áreas de uso comum que tornam essa variável muito dinâmica. Outro motivo é o fato de cremos que o dado central se refere à noção de terras tradicionalmente ocupadas que focalizam as extensões de pertencimento territorial e não as áreas atualmente ocupadas.

superior em 516% ao número de faxinais identificados em 2004, além de uma estimativa populacional que se aproxima de 9.500 famílias de “faxinalenses”, ou um valor 278% superior ao levantamento do IAP que constatou 3.400 famílias. Estes dados nos fizeram questionar automaticamente tal tendência, até então descrita como “inexorável”, indicando que estamos, ao contrário, detectando a persistência de unidades sociais referidas a terras tradicionalmente ocupadas por práticas faxinalenses que atualmente assumem configurações territoriais diferenciadas. Evidenciamos, assim, que a caracterização não se resume unicamente pela presença de “estruturas objetivas físicas”, tal como indica a descrição do “criador comunitário”, componente principal na classificação do “sistema faxinal”, mas sim pela sua organização social baixo a defesa da modalidade de uso comum dos recursos naturais.

Para explicitarmos esse debate recorremos aos dados registrados em campo. As informações coletadas pelo “mapeamento social” foram organizadas no decorrer da pesquisa em um quadro demonstrativo que se encontra em anexo. A partir das informações coletadas em campo constituímos os dados elementares da pesquisa que focalizam, dentre outros: **a)** Nome segundo o qual o faxinal é conhecido pelos que residem e pelos circundantes; **b)** Município em que se localiza; **c)** Região conforme o critério que a Articulação Puxirão dividiu – Setores Centro, Centro-Sul e Metropolitana Curitiba/Quitandinha; **d)** Posições dos faxinais e conflitos sociais; e **e)** Número de famílias.

a) Nomes de Faxinais

Assim, observamos que o que caracteriza os nomes dos faxinais com mais frequência são: 1) Referências geográficas ou naturais; 2) Nomes de famílias que ocuparam inicialmente essas localidades; e 3) Nomes de santos ou santas padroeiros. Esta análise torna-se interessante na medida em que as nomeações referidas às localidades acompanham os processos de territorialização nos faxinais, contribuindo com a compreensão desta análise.

No primeiro caso, identificamos uma predominância de referências geográficas ou naturais em nomeações de faxinais, com a presença de 73% do total. Sua ocorrência é similar nas 3 regiões pesquisadas. Esses topônimos referem-se a situações naturais – nome de árvores, rios, animais, relevos etc. – que designam

elementos físicos marcantes na territorialidade do grupo social com o ambiente, e acabam por definir sua denominação conhecida regionalmente. Ao que parece, são renomeados conforme as situações de desterritorialização e recomposição de unidades sociais vinculadas a um território, em que os faxinais passam a ter sua referência em elementos geográficos e naturais cada vez mais localizados, de acordo com as representações socialmente construídas pelo grupo. Não sendo regra geral, observamos que elementos geográficos de expressão regional, como acontece com os rios, que inicialmente "emprestavam" seu nome para um faxinal com "criador comum aberto", ao longo de processos de territorialização começam a ser distinguidos por subdenominações locais referidas às novas dimensões a que foram reduzidas as territorialidades específicas.

Esses casos podem ser observados, a título de exemplo, no Faxinal Rio da Várzea, situado atualmente no município de Mandirituba-PR, sua extensão inicial, há mais de 50 anos, englobava várias localidades sob uma mesma denominação, que pouco a pouco, em face de tensões e conflitos, foram dividindo sua unidade territorial, sendo, então, redefinidas novas nomeações a estas territorialidades, sejam elas associadas a elementos naturais, geográficos ou nomes familiares para sua identificação, como, Rio da Várzea Borges, Avencal, Tronco, Ilha, entre outros nomes. Esse fenômeno pode ser observado também na localidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo, que comporta dentro de suas extensões de uso comum mais 2 denominações, quais sejam, Marmeleiro dos Carvalho e Marmeleiro dos Rosa. Compunha esse conjunto até 1974 a localidade de Marmeleiro dos Beltrão, quando a construção de uma rodovia estadual separou-a, passando a ser reconhecida localmente como Marmeleiro dos Beltrão, apesar de que para fins de programas públicos municipais a mesma ainda é identificada como compondo a comunidade de Faxinal Marmeleiro de Baixo.

Na segunda situação, cujos faxinais carregam nomes de famílias, os mesmos perfazem 22% do total pesquisado, e se distribuem de forma semelhante nos 3 setores pesquisados. Sua presença está associada ao nome de famílias precursoras na ocupação e exploração dos territórios, sejam elas identificadas pelo Estado como "posseiros", pelo fato de não haverem registrado suas terras, mas habitarem a localidade há muitos anos; sejam ervateiros ou madeireiros geralmente absenteístas, identificados também como "proprietários" e/ou "fazendeiros". Como exemplo pode-se citar, no município de Pinhão, "faxinalenses" residentes na

localidade de Faxinal dos Ribeiros, que informaram nas entrevistas o nome do faxinal como pertencente a uma família de “posseiros” que chegou naquela área há mais de 150 anos. Seus descendentes foram mantendo seus domínios e formas de uso comum até a chegada da Madeireira Zattar, na década de 1950. A partir daí, a unidade territorial foi rompida e as famílias foram fundando novos núcleos, numa tentativa de reproduzirem socialmente e fisicamente as condições anteriores. Essas novas localidades foram nomeadas a partir da década de 1970 por distintos motivos. Duas “emprestaram” o nome de aspectos naturais marcantes na localidade, como o Rio Avencal, portanto, designando aquele faxinal de Avencal, e outra pela vegetação abundante de taquara, logo atribuído à comunidade o nome de Taquara. Outra pelo escolha do Santo Padroeiro, comunidade de São Lucas, legado da influência da atuação da Igreja Católica no local.

Em outro caso, situado na região Centro-Sul, município de São João do Triunfo, os relatos dos entrevistados descrevem que a área onde se localiza o Faxinal dos Seixas leva esse nome em razão das terras pertencerem a um “fazendeiro” ou “ervateiro”, da família Seixas, dono de uma grande extensão de terras na localidade. Segundo as narrativas do grupo, o “fazendeiro” não residia em suas terras, apenas explorava madeira e erva-mate, todavia como não percebia conflitos de uso entre seus interesses extrativistas e o uso comum das pastagens nativas permitia que os seus agregados e moradores vizinhos utilizassem suas terras – segundo relatos dos entrevistados essa área perfazia aproximadamente 1.000 ha – para criação de animais. Quando outras parcelas de suas terras passaram ao controle de empresas reflorestadoras, na década de 1970, restou aos “faxinalenses” limitar sua área à propriedade que dispunham, permanecendo no uso comum aos atuais 23,0 ha.

É interessante observar que 58 localidades visitadas em 21 municípios são reconhecidas localmente pela nomeação de Faxinal, isto é, carregam em sua nomeação a expressão que identifica a modalidade tradicional de uso comum dos recursos. Entretanto, há um predomínio do uso dessa expressão na região Sul do Estado (35 faxinais) e na região Centro (22 faxinais), aparecendo uma única vez na região Sudeste (Faxinal dos Rodrigues, município de Piên), o que pode explicar a origem do termo faxinal nestas regiões de colonização mais recente se comparada à região Sudeste do Paraná, área de colonização antiga, cujos registros históricos datam a partir do início do século XVIII. Fato que chama atenção é que em todos os

casos o termo faxinal está associado ao nome de uma família, o que pode indicar a posição social e econômica da mesma na região em determinada situação histórica.

Na terceira situação, em que são utilizados nomes de santos padroeiros nos faxinais, identificamos 5% das nomeações referentes ao número total. Ao que parece, essas nomeações ocorrem no momento (1960-1970) em que a Igreja Católica se estrutura através da implantação de capelas nessas comunidades. Para cada capela, a igreja institui um Santo ou Santa Padroeira da localidade em conformidade com os dias de cada santo ou santa.

b) Município em que se localizam os Faxinais

A localização geográfica dos faxinais identificados nesta pesquisa confirma as informações relativas aos levantamentos anteriores (EMATER, 1994; IAP, 2004) apontando para extensão na sua ocorrência em direção a outras microrregiões no estado do Paraná, tal como Cascavel e Telêmaco Borba, bem como para o seu adensamento em microrregiões já assinaladas anteriormente, como as de Guarapuava e Prudentópolis. Segundo os critérios de divisão geográficos definidos pelo IBGE (2000), visitamos 39 municípios situados em 10 microrregiões do Paraná (Quadro 2), todavia encontramos faxinais em 32[247] destes. As microrregiões geográficas visitadas foram: Telêmaco Borba (3 municípios); Ponta Grossa (2 municípios); Pitanga (3 municípios); Guarapuava (7 municípios); Prudentópolis (7 municípios); Irati (4 municípios); São Mateus do Sul (3 municípios); Lapa (2 municípios); Curitiba (3 municípios) e Rio Negro (5 municípios). Estas microrregiões se localizam cada qual dentro 4 mesorregiões (Quadro 1), quais sejam: Centro-Oriental; Centro-Sul; Sudeste e Metropolitana de Curitiba.

[247] Pelo procedimento utilizado, os informantes comunicavam a possibilidade da presença de faxinais para que fôssemos às localidades averiguar. Portanto, não "vasculhamos" os municípios à procura de faxinais, podendo existirem sem que tivéssemos informações suficientes para encontrá-los.

TABELA 4 – FAXINAIS POR MUNICÍPIO E DISTRIBUIÇÃO DAS CATEGORIAS

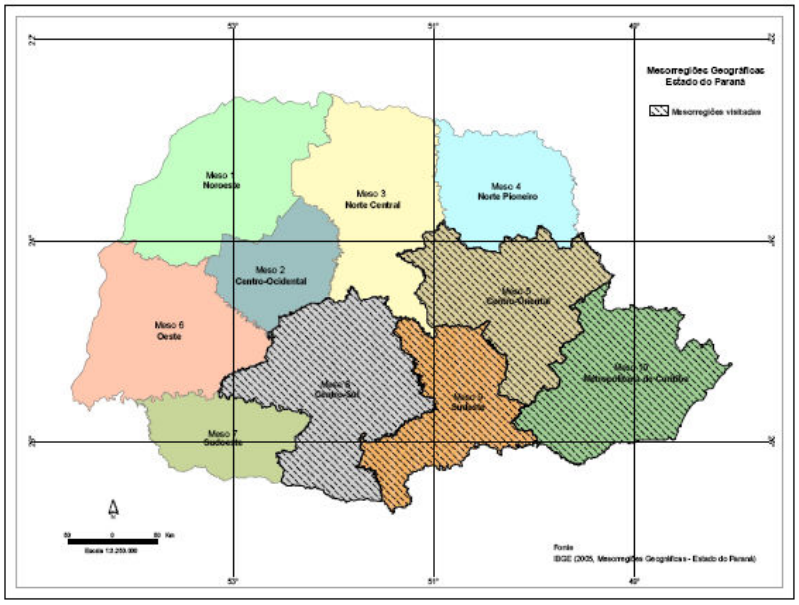
Mesorregião	Microrregião	Município	Número Faxinais	Categoria – Faxinal			
				1	2	3	4
Metropolitana Curitiba	Curitiba	Mandirituba	15	-	3	1	**11**
Metropolitana Curitiba	Rio Negro	Quitandinha	13	-	7	3	**3**
Metropolitana Curitiba	Rio Negro	Tijucas do Sul	9	-	3	1	**5**
Metropolitana Curitiba	Rio Negro	Agudos do Sul	6	-	-	1	**5**
Metropolitana Curitiba	Rio Negro	Piên	4	-	-	1	**3**
Metropolitana Curitiba	Lapa	Lapa	16	-	1	4	**11**
Sudeste	Prudentópolis	Prudentópolis	14	-	9	4	**1**
Sudeste	Prudentópolis	Imbituva	8	-	-	3	**5**
Sudeste	Prudentópolis	Fernandes Pinheiro	5	-	2	1	**2**
Sudeste	Prudentópolis	Teixeira Soares	1	-	-	-	**1**
Sudeste	Irati	Rio Azul	7	-	4	2	**1**
Sudeste	Irati	Irati	14	-	4	4	**6**
Sudeste	Irati	Rebouças	15	-	5	1	**9**
Sudeste	Irati	Mallet	1	-	1	-	**-**
Sudeste	São Mateus do Sul	São Mateus do Sul	4	-	2	1	**1**
Sudeste	São Mateus do Sul	São João do Triunfo	16	-	2	3	**11**
Sudeste	São Mateus do Sul	Antonio Olinto	1	-	1	-	**-**
Centro-Oriental	Ponta Grossa	Palmeira	9	-	-	2	**7**
Centro-Oriental	Ponta Grossa	Ponta Grossa	1	-	1	-	**-**
Centro-Oriental	Telêmaco Borba	Imbaú	4	-	-	-	**4**
Centro-Oriental	Telêmaco Borba	Reserva	3	-	1	-	**2**
Centro-Sul	Guarapuava	Inácio Martins	17	8	2	6	**1**
Centro-Sul	Guarapuava	Pinhão	15	2	1	-	**12**
Centro-Sul	Guarapuava	Reserva do Iguaçu	3	-	1	-	**2**
Centro-Sul	Guarapuava	Turvo	13	-	3	6	**4**
Centro-Sul	Guarapuava	Guarapuava	4	-	-	4	**-**
Centro-Sul	Guarapuava	Campina do Simão	1	1	-	-	**-**
Centro-Sul	Guarapuava	Guaraniaçu	1	-	-	-	**1**
Centro-Sul	Guarapuava	Nova Laranjeiras	1	-	-	-	**1**
Centro-Sul	Pitanga	Pitanga	3	-	-	1	**2**
Centro-Sul	Pitanga	Mato Rico	1	-	-	-	**1**
Centro-Sul	Pitanga	Boa Ventura de São Roque	2	-	1	1	**-**
Total			**227**	**11**	**54**	**50**	**112**

FONTE: Pesquisa Mapeamento Social Faxinais (2009).

A maior concentração de faxinais ocorreu na mesorregião Sudeste do Paraná com 86 faxinais, sendo 30 faxinais situados na categoria 2; 19 na categoria 3; e 37 na categoria 4. A pesquisa indicou na mesorregião Metropolitana de Curitiba a presença de 63 faxinais, sendo 14 faxinais na categoria 2; 11 na categoria 3; e 38 na categoria 4. Os dados coletados para a mesorregião Centro-Sul indicam a

ocorrência de 61 faxinais, sendo 11 faxinais na categoria 1; 8 faxinais na categoria 2; 18 na categoria 3; e 23 na categoria 4. Por último, os dados referentes à mesorregião Centro-Oriental apontam a presença de 17 faxinais distribuídos 2 na categoria 2; 2 na categoria 3; e 13 na categoria 4.

QUADRO 1 – MESORREGIÕES VISITADAS PELA PESQUISA, IBGE, 2000



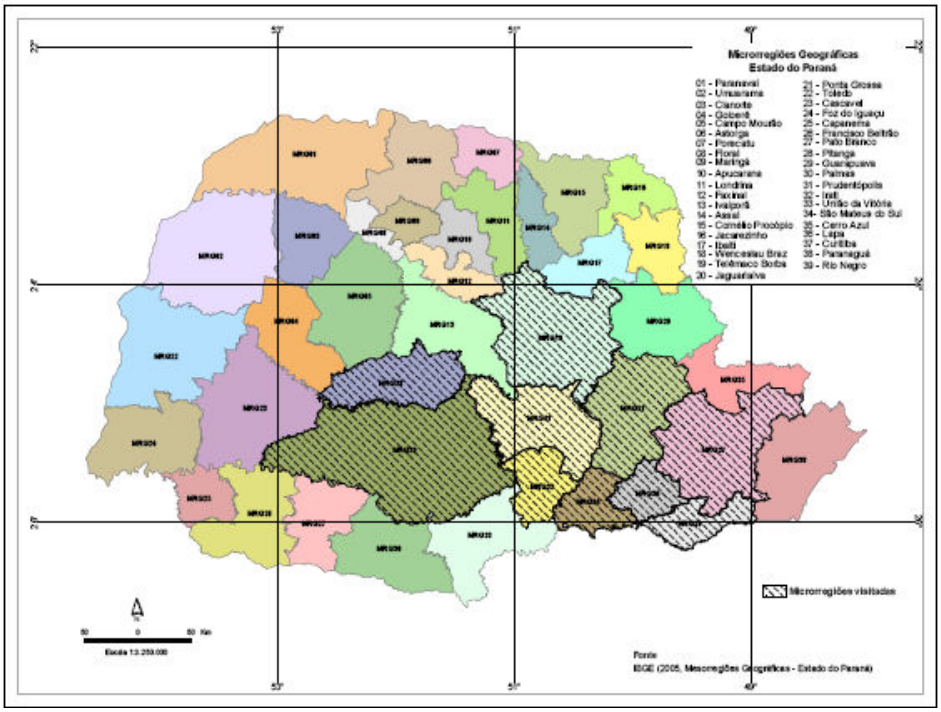
FONTE: IBGE, 2000.

Geograficamente, os dados elementares descrevem a concentração maior de faxinais na mesorregião Sudeste, confirmando o conhecimento acumulado sobre sua ocorrência no Paraná. Entretanto, isso não significa que nas outras mesorregiões apresentadas os faxinais existem de forma menos expressiva. Antes, é necessário explicitar que parte deste conhecimento já se encontrava disponível nos levantamentos oficiais, sendo adicionadas informações em domínio da APF, que desenvolve suas ações de forma concentrada nesta mesorregião há pelo menos 2 anos. Aliás, os dados advindos das outras 3 mesorregiões sinalizam a ampliação de sua ocorrência para além dos limites demarcados, especialmente na mesorregião Centro-Oriental, impelindo a necessidade de novos levantamentos nessas regiões, devido ao elevado número de informações que recebemos, sem que pudéssemos proceder verificações em campo, por motivos já relatados anteriormente. Nas incursões à mesorregião Centro-Sul, estendemos nossas visitas para além dos "limites" informados pelos levantamentos oficiais, captando, assim, a existência dessa realidade em municípios nunca citados anteriormente, como Reserva do

Iguaçu e Nova Laranjeiras, mesmo assim, não podemos visitar municípios como Cruz Machado, General Carneiro e Bituruna, apesar de consistentes informações sobre a presença de faxinais.

Na mesorregião Metropolitana de Curitiba, conseguimos percorrer parcialmente duas microrregiões situadas ao Sul de Curitiba, onde observamos uma grande concentração de faxinais, especialmente nos municípios de Mandirituba (15) e Quitandinha (13), respectivamente situados nas microrregiões de Curitiba e Rio Negro, no 1.º Planalto Paranaense. Importa frisar que essas microrregiões situam-se em áreas de colonização antiga, denominadas de *campos curitibanos*, isto é, a sua ocupação remonta ao período colonial, demonstrando com isso a persistência desses faxinais em face dos ciclos econômicos atuantes nesta região há mais de 2 séculos. Comprobatoriamente a estas informações, seguem narrativas obtidas nas entrevistas que descrevem ascendências e fatos históricos que alcançam com segurança mais de 200 anos de existência das formas tradicionais de uso comum dos recursos naturais.

QUADRO 2 – MICRORREGIÕES VISITADAS PELA PESQUISA, IBGE, 2000



FONTE: IBGE (2000).

Na microrregião de Irati foram identificados 37 faxinais, com destaque para Rebouças (15) e Irati (14). Podemos observar também na microrregião de Prudentópolis a ocorrência de 28 faxinais, estando metade deles (14) situados no município de mesmo nome. Soma-se a esses dados a microrregião de São Mateus do Sul, onde registramos 21 faxinais, sendo 16 somente no município de São João do Triunfo. Essas microrregiões se localizam no 2.º Planalto Paranaense, portanto são consideradas regiões de ocupação agrária "moderna", visto que datam do fim do período provincial do Paraná e início da era republicana, apresentando muitas semelhanças nos processos de territorialização, sobretudo quando analisamos o histórico das *frentes pioneiras* (WAIBEL, 1979, p. 167), e seus respectivos processos de ocupação territorial sob efeito da exploração da erva-mate, e da política de colonização de imigrantes europeus. Os faxinais identificados nessas microrregiões encontram-se atualmente envolvidos em acentuadas disputas territoriais motivadas pelo avanço dos monocultivos agrícolas e florestais.

Contudo, foi na microrregião de Guarapuava, ocupada posteriormente[248], que a pesquisa apontou uma maior concentração de faxinais, ao todo 55. Desses, 45 faxinais ou 82% se situam em apenas 3 municípios: Pinhão, Inácio Martins e Turvo. Estes, aliás, são reconhecidos oficialmente pela presença de extensas áreas de remanescentes de floresta com araucárias no Paraná (IAP, 2004). Esse fato, de maneira imponderável, associa a existência de faxinais à conservação deste ecossistema, justamente porque a sobreposição entre áreas de uso comum e a cobertura florestal é um indicativo da sinergia socioambiental.

Pelas dimensões da região delimitada nos 39 municípios pesquisados nossa estimativa é de que aproximadamente 1/5 da área do estado do Paraná tenha sido coberta pela pesquisa[249]. Todavia, as informações recolhidas durante os trabalhos em campo reafirmam nossas suspeitas que indicam a possibilidade de ocorrência de faxinais em aproximadamente mais 50 municípios do Paraná – regiões que abrangem o Vale da Ribeira, Cantuquiriguaçu e o extremo Sul do Paraná –, situados

[248] A região de Guarapuava teve sua ocupação inicial registrada na Vila de Nossa Senhora de Belém, atual cidade de Guarapuava, em 1810. Entretanto, as frentes pioneiras que marcaram a ocupação dos municípios de Pinhão, Inácio Martins, Turvo, Condói, entre outros situados na microrregião, somente datam de a partir de 1850, as terras foram ocupadas por tropeiros, "posseiros" e fazendeiros com a intensificação dos caminhos das tropas que interligavam Palmas à Guarapuava, consolidando-se esta ocupação em toda sua extensão somente a partir do início do século XX.

[249] No planejamento inicial da pesquisa previámos visitar 72 municípios, entretanto a falta de recursos financeiros adicionado ao acúmulo de outras tarefas demandadas por nossas organizações não permitiu que cumpríssemos a proposta original.

no entorno da região pesquisada, o que elevaria o número de municípios para próximo de 90. Além disso, cabe ressaltar que durante os trabalhos em campo, sobretudo em municípios próximos à divisa do estado de Santa Catarina, fomos insistentemente informados da ocorrência de faxinais sob a denominação de "caívas", situados em vários municípios do Planalto Norte Catarinense.

Por enquanto, a análise das 10 microrregiões visitadas, organizada na tabela 5, permite conhecermos a distribuição dos faxinais segundo as informações obtidas por esta pesquisa.

TABELA 5 – DISTRIBUIÇÃO DE FAXINAIS NAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ, IBGE, 2000

Mesorregião	Microrregião	N.º de Municípios com ocorrência de faxinais	N.º de Faxinais
Metropolitana de Curitiba	Curitiba	1	**15**
	Rio Negro	4	**32**
	Lapa	1	**16**
Sudeste	Prudentópolis	4	**28**
	Irati	4	**37**
	São Mateus do Sul	3	**21**
Centro-Oriental	Ponta Grossa	2	**10**
	Telêmaco Borba	2	**7**
Centro-Sul	Guarapuava	8	**55**
	Pitanga	3	**6**
Total		**32**	**227**

FONTE: Pesquisa Mapeamento Social Faxinais (2009).

Analisando os dados básicos percebe-se a ocorrência de faxinais distribuídos de forma desigual entre as microrregiões pesquisadas, sendo possível observar entre os municípios visitados, mesmo sem termos esgotado nossas incursões a campo nessas microrregiões, uma maior concentração de faxinais dentre as territorialidades específicas verificadas, situadas em determinados municípios e adjacências, como segue: Mandirituba (15), Lapa (16), Prudentópolis (14), Irati (14), Rebouças (15), São João do Triunfo (16), Inácio Martins (17) e Pinhão (15). Essa concentração carece de uma explicação mais detalhada – tarefa para um estudo detalhado –, mas pode ser inicialmente explicada via o conceito dos processos sociais de territorialização sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos "faxinalenses". O que significa dizer que os faxinais situados atualmente

nestes municípios compunham uma unidade social referida a um território tradicional "ilimitado", descritos nas entrevistas como "criador comum aberto" ou "sem cercas" até um passado recente – década de 1970. Sua presença foi detectada na maioria das microrregiões ou em situações semelhantes ainda encontradas nos municípios de Inácio Martins e Pinhão – isto é, suas formas tradicionais de uso e acesso aos recursos essenciais abrangiam, no passado, extensas áreas de "livre" acesso, que na maioria das vezes somente encontrava limites pela presença de obstáculos naturais, áreas de roçado, fazendas de gado – campos naturais – ou pela proximidade das cidades. Estes territórios eram utilizados de maneira comum por diversas localidades ou povoados, mediante a presença de normas consensualmente acatadas pelos moradores, bem como eram protegidos por códigos de postura municipais, sobretudo, no que se refere ao "cercamento" ou "isolamento" das lavouras e quintais, e posse das criações de animais (SOUZA, 2009).

Em diferentes tempos, pode-se asseverar que a intrusão de antagonistas é o motivo central e gerador da reorganização social nos territórios tradicionais, promovida, entre outros, pela propriedade privada com apropriação individual dos recursos naturais, pela instalação de empreendimentos governamentais, tal como a construção de estradas sem reconhecimento e medidas mitigadoras aos faxinais, as unidades de conservação de uso integral e particular, e a exploração dos recursos naturais por empresas mineradoras e madeireiras, provocando gradativamente um movimento variável de segmentações e recomposições parciais dos territórios de uso comum, no que atualmente denominamos na pesquisa de "terras de faxinais". Portanto, percebe-se que em municípios onde há concentração de faxinais – diversas categorias –, estes se encontram situados próximos entre si, denotando, dessa forma, um conjunto de unidades sociais que em um período anterior constituíam uma única territorialidade, sobre a qual, mais tarde, configuraram-se as comunidades rurais ou mesmo grandes áreas privadas controladas por madeireiras, sobretudo, a partir da década de 1950, encontrando seu ápice na década de 1990, com a expansão das commodities agrícolas e florestais.

Contudo, essa explicação não deve induzir à compreensão de que em municípios onde foi registrada baixa ou nenhuma presença de faxinais não haveria supostamente, em um passado recente, um conjunto de localidades ou povoados convergindo para uma unidade social representada por um território tradicionalmente

ocupado para o uso comum. Porquanto, registramos narrativas que informam essa existência pretérita das localidades ou povoados, onde as formas tradicionais de apropriação dos recursos naturais foram completamente substituídas e, na maioria das vezes, dizimadas pela apropriação individual, mediante acentuados conflitos caracterizados pela violência física e simbólica praticada através de mecanismos de usurpação dos bens e recursos essenciais a esses grupos sociais. Permaneciam em muitos casos verificados em campo as “taperas” ou vestígios de moradias em locais, cemitérios, cercas e vestígios de palanques e porteiras, onde hoje encontram-se monocultivos de soja, milho, pinus e eucaliptus.

c) Região da abrangência da APF

Durante o período que antecedeu o trabalho em campo, a APF propôs a inclusão de sua divisão política, delineada em setores, para fins de referência operacional de suas ações no Paraná, aproveitando o acúmulo de conhecimento oportunizado pelas experiências das lideranças locais sobre as regiões. Este apoio foi de fundamental importância para planejarmos e operarmos as ações de pesquisa nos municípios indicados. Com ele foi possível o acolhimento de nossa equipe nos faxinais, durante a realização das visitas, além de estabelecermos uma base de apoio em cada região, com “faxinalenses” orientados para realização da coleta e repasse de informações.

TABELA 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E FAXINAIS PELOS SETORES DA APF EM MAIO DE 2008

Setor APF	Municípios	N.º de Faxinais
Curitiba/Quitandinha	Mandirituba	15
	Quitandinha	13
	Tijucas do Sul	9
	Agudos do Sul	6
	Piên	4
	Subtotal 1	**47**
Centro-Sul	Lapa	16
	Imbituva	8
	Fernandes Pinheiro	5
	Teixeira Soares	1
	Rio Azul	7
	Irati	14
	Rebouças	15
	Mallet	1
	São Mateus do Sul	4
	São João do Triunfo	16
	Antônio Olinto	1
	Palmeira	9
	Ponta Grossa	1
	Subtotal 2	**99**
Centro	Prudentópolis	14
	Inácio Martins	17
	Pinhão	15
	Reserva do Iguaçu	3
	Turvo	13
	Guarapuava	4
	Pitanga	3
	Boa Ventura do São Roque	2
	Subtotal 3	**71**
Total	**32**	**217**

FONTE: Pesquisa Mapeamento Social Faxinais (2009).

A divisão política da APF foi produzida em 2006, no momento em que se iniciava a expansão do movimento para regiões Centro do Paraná e Metropolitana de Curitiba. A presença concentrada de faxinais nessas regiões indicou a necessidade da APF de organizá-la em três setores ou sub-regiões para seus fins organizativos: 1) Setor Centro; 2) Setor Centro-Sul; e 3) Setor Metropolitano Curitiba / Quitandinha. Nos setores indicados, os municípios componentes são incluídos conforme critérios próprios da APF, tal como proximidade e acessibilidade dos faxinais à cidade-base de referência – Guarapuava, Irati e Metropolitana – e a disponibilidade das lideranças para realizar o acompanhamento frequente aos faxinais.

Esses municípios – ao todo 27 registrados em 2008 – vão compondo os setores na medida em que os faxinais situados em sua base municipal são identificados, contatados e acompanhados, incluindo-se assim nas dinâmicas da APF. Entretanto, nem todos os faxinais de um município compõem a base do movimento. Por este motivo, há faxinais registrados pelo levantamento que se encontram dentro dos limites demarcados pelos setores, porém ainda não são acompanhados pela APF, assim como, há faxinais situados fora desses limites, e somente foram visitados em função da estratégia de abrangência desta pesquisa. Nesse sentido, pode-se afirmar que dentro das regiões onde a APF opera sua ação o levantamento de dados foi facilitado pela cooperação dos diversos faxinais já mobilizados, fato que nos levou a uma maior agilidade na realização de entrevistas e coleta de dados. Ao passo que em municípios onde a APF não atua, as informações eram coletadas com um grau maior de dificuldade, em detrimento de informações mais precisas sobre as territorialidades específicas presentes naquelas localidades.

d) Categoria situacional dos faxinais e conflitos sociais

Ao organizar os dados elementares consoante às 4 categorias situacionais referidas às territorialidades específicas observadas pelo trabalho em campo, conforme Tabela 7, podemos verificar invariavelmente situações em que o processo de territorialização é localizado e não pode ser confundido com uma dinâmica evolucionista que tenta explicar a “desagregação” dos faxinais, mediante uma trajetória contínua e linear. Tampouco, observamos haver uma regra geral para as

posições identificadas que postule o término dos faxinais via uma sequência em fases graduais, com sentido único e definitivo ao longo de sua existência histórica.

TABELA 7 – CATEGORIA DOS FAXINAIS PELAS MICRORREGIÕES GEOGRÁFICAS, IBGE, 2000

Mesorregião	Microrregião	N. Faxinais	Categoria Faxinal			
			1	2	3	4
Metropolitana de Curitiba	Curitiba	15	-	3	1	**11**
	Rio Negro	32	-	10	6	**16**
	Lapa	16	-	1	4	**11**
Sudeste	Prudentopólis	28	-	11	8	**9**
	Irati	37	-	14	7	**16**
	São Mateus do Sul	21	-	5	4	**12**
Centro-Oriental	Ponta Grossa	10	-	1	2	**7**
	Telêmaco Borba	7	-	1	-	**6**
Centro-Sul	Guarapuava	55	11	7	16	**21**
	Pitanga	6	-	1	2	**3**
Total		**227**	**11**	**54**	**50**	**112**

FONTE: Pesquisa Mapeamento Social Faxinais (2009).

As informações organizadas em distintas categorias de faxinais denotam ocorrências de diferentes antagonismos e tensões sociais, e uma incidência desigual destes dentro das microrregiões geográficas pesquisadas. Importante ressaltar que identificamos nas visitas a campo territorialidades "mistas", ou seja, não se enquadravam rigorosamente em uma categoria definida pela pesquisa, pois apresentavam situações objetivas referentes a duas posições simultaneamente. Nestes casos, indicamos a presença das posições observadas no quadro geral, porém, para não provocar dupla contagem, decidimos, para efeito de análise, enquadrá-lo sempre na categoria com a "numeração superior".

A **"categoria 1"** denominada de **"criador comum aberto"** apareceu 11 vezes, todas na microrregião de Guarapuava, Setor Centro da APF, localizados nos municípios de Inácio Martins e Pinhão, ambos vizinhos. Sua ocorrência denota situações pretéritas representativas da manifestação territorial dos faxinais no Paraná, ou seja, as denominadas *terras tradicionalmente ocupadas*, noção que utilizamos para nos referirmos às extensas e "ilimitadas" áreas de floresta de araucárias ocupadas para o uso comum, entremeadas por pequenas lavouras

isoladas ou cercadas. Ainda hoje, na maioria dos casos, os recursos naturais são usados “livremente” pelos “faxinalenses”, portanto não são contabilizados na categoria dos “criadores comunitários” descritos pelas produções de referência. Essas áreas são denominadas pelos faxinalenses de “criador comum aberto”, havendo localidades onde o uso é condicionado pelos “proprietários” – em geral empresas madeireiras –, inclusive permissionadas mediante cobrança de taxas para o pastejo das “criações de animais” dos faxinalenses. Parte significativa das terras situadas nessa posição são terras devolutas ou controladas por empresas madeireiras, desde a década de 1950, por meios ainda hoje contestados judicialmente pelos faxinalenses e “posseiros” em inúmeras ações na justiça.

Atualmente, conflitam, principalmente, com o avanço de empresas “reflorestadoras” identificadas como “madeireiras”, seja pelo desmatamento de espécies nativas como pela introdução de monocultivos de pinus e eucaliptus, que cerceia o uso de áreas secularmente usadas de forma comum. Essa causa de violação das práticas sociais faxinalenses é descrita nas entrevistas como principal ameaça a estes faxinais nas últimas duas décadas, impondo-lhes restrições gradualmente, até que se torne inviável a permanência do uso comum, com consequente “cercamento” das áreas comuns e apropriação individual dos recursos. Em muitos casos visitados em campo podemos perceber os efeitos nefastos provocados pelos antagonistas indicados, tal como nos faxinais de Bom Retiro de Baixo e Queimadas, localizados no município de Inácio Martins. Ambos sofrem restrições de acesso às *terras tradicionalmente ocupadas*, o que implica, no primeiro caso, na perda de extensões territoriais de “livre” acesso devido a conflitos com empresas madeireiras e a presença de “lavouras abertas”, muitas das quais dos funcionários das empresas ou mesmo de moradores vindos “de fora”, que ignoram a presença de práticas sociais tradicionais.

Nessas condições observamos, segundo as narrativas, a presença da “categoria 4” como resultado do processo de desterritorialização da “categoria 1”, sem que o grupo social afetado consiga articular-se na defesa do uso comum. No segundo caso, os “faxinalenses” do faxinal Queimadas obrigaram-se nos últimos 10 anos a limitar sua área de “livre” acesso, num percurso conflituoso que inicia com a eliminação da “criação baixa” e “fechamento” de áreas próximas às suas moradias com 4 fios de arame para manter somente “criações altas” em comum. Isto é, passaram da “categoria 1” para “categoria 3” como condição possível para

permanecerem com o uso comum. Neste caso, os relatos informam que não havia recursos financeiros para aquisição de materiais para cercar a área destinada às "criações baixas", como porcos e cabritos.

Na **"categoria 2"**, identificada como **"criador comum cercado"**, é praticado o uso comum dos recursos naturais em área delimitada fisicamente pela presença perimetral de cercas, "mata-burros", portões, valos e rios, nestas situações encontramos a ocorrência de 54 faxinais. Estes compõem a categoria mais aproximada com a denominação de "sistema faxinal" ou "criador comunitário" (CARVALHO, 1984; CHANG, 1985) pela literatura e levantamentos do governo (EMATER, 1994; IAP, 2004).

Os relatos dos entrevistados informam que essa territorialidade específica se constituiu a partir de extensões territoriais sempre referidas à "categoria 1", ou seja, territórios na condição de "criador comum aberto" que gradualmente sofreram intrusões em áreas de "livre" acesso e uso comum. Grupos faxinalenses narraram repetidas vezes, em diversos faxinais visitados, a sequência histórica e factual que traduz quais os agentes envolvidos e quando ocorreram os principais conflitos, o que acabou por conduzi-los à "categoria 2", mediante o "cercamento" das *áreas abertas*[250], interpretando que a situação dessa territorialidade é resultado de um certo grau de consenso do grupo social faxinalense em face inerentes situações de conflito.

Na ocasião da pesquisa, foi possível identificar uma certa rearticulação entre distintas identidades – nacionais ou étnicas – convergindo para formação da identidade faxinalense, em especial na região Centro-Sul. A relação entre uma maior presença de imigrantes poloneses, ucranianos, italianos e alemães em colônias agrícolas instaladas pelo Governo do Paraná (NADALIN, 2001, p. 79) a partir de 1880, especialmente nas microrregiões de Irati e Prudentopólis, possibilita supor que as áreas de colonização ou posse sofreram um processo de territorialização com a chegada desses grupos à região. Chang relata que: *"Muitos brasileiros na região dos campos, principalmente os caboclos, começaram a sentir-se "apertados" com a chegada dos colonos. Viam cercas por todos os lados, nas quais culturalmente não estavam acostumados"* (CHANG, 1988, p. 39). Tal realocação constituiu uma

[250] Consideradas áreas de uso comum sob controle do grupo social faxinalense, e identificadas pelo limite alcançado pelas criações de animais em sua busca por pastagens nativas ou por configurar áreas de coleta de erva-mate. Em razão da frequente circulação dos faxinalenses e suas criações de animais essas áreas são conhecidas juridicamente como caminhos de servidão.

situação interétnica, que não tardou a ocasionar, entre outros, conflitos de uso dos recursos, porquanto as áreas de lavouras expandiram-se para locais onde circulavam livremente criações de animais, que dessa forma eram atraídos pela presença de lavouras, sem cercas, provocando o litígio, que acabava na maioria das vezes na morte dos animais de criação. Os conflitos somente foram apaziguados com a reorganização dos criadores, antes "abertos", que passaram as extensões aproximadas à "categoria 2". No entanto, me parece prudente um aprofundamento sobre esse fenômeno.

Todavia, esse processo que parece ter sido levado à frente pelos colonizadores deve-se à ascendente economia proporcionada pelo mercado da carne de porco e grãos nos centros urbanos da região, consoante ampla disponibilidade de terras e matas disponíveis para criação de animais. Dessa maneira seria possível organizar a produção mediante novas normas, estabelecidas em razão da lógica produtiva dos novos moradores. Pelas dificuldades que enfrentaram para sobreviverem nas terras de colônias, com técnicas produtivas inadaptáveis, estes logo impuseram a configuração de um novo formato territorial aos faxinais, *vis-à-vis* as dificuldades naturais iam determinando limites às suas práticas produtivas, esses grupos foram incorporando as práticas de uso comum, passando à situação de "criador comum cercado", em um processo descontínuo e conjuntural onde as extensões territoriais disponíveis para o uso comum ganhavam várias conformações ao longo de sua existência, dependendo da correlação de forças estabelecidas pelo conflito com a modalidade privada de apropriação dos recursos essenciais, seja ela presente em terras devolutas ou privadas[251], que durante o século XX se consolidou.

Nesse sentido, o "cercamento" de porções menores de áreas antes "ilimitadas" foi a possibilidade encontrada para conservação do uso comum, situadas em grande medida em terras sob controle dos faxinalenses, sejam elas terras públicas, terras "soltas"[252] e terras devolutas.

---

[251] As áreas utilizadas para colonização eram consideradas terras devolutas (Lei de Terras de 1850) pelo Estado, apesar de historicamente serem áreas de uso comum para os "faxinalenses". Motivados pela "abertura" do mercado de terras no Paraná, especialmente a partir de 1892 (Lei de Terras do Paraná), alguns colonos passaram a tomar posse das terras ainda disponíveis para além de seus lotes, regularizando-as a fim de acumularem patrimônio. Isso não significou obrigatoriamente na individualização dessas terras, que permaneceram de uso comum, embora, tituladas, porém criou as condições para que futuramente tais terras fossem "privatizadas" em seu uso.

[252] Essa denominação surgiu durante entrevistas realizadas nos faxinais do município da Lapa, indicando a existência no interior do território faxinalense de terras em distintas situações:

Cabe ressaltar que nem todos os *territórios tradicionalmente ocupados* por faxinais nesta categoria experimentaram situações interétnicas nas microrregiões analisadas. No município de Rebouças onde foram identificados 5 faxinais nesta categoria, somente o Faxinal Barro Branco tal contato foi mais intenso pela sobreposição entre assentamentos de imigrantes europeus e as "terras de faxinais". Todavia, pouco se pode afirmar analiticamente através deste estudo no que se refere ao processo diferenciado de territorialização nestes faxinais, a não ser o fato de o Faxinal Barra Branco[253] configurar-se na "categoria 2" muito antes dos outros faxinais deste município.

A lacuna a ser investigada dentro desse processo de territorialização seria explicar os mecanismos de passagem responsáveis por ajustar esta situação interétnica, de elementos socioculturais distintivos, articulando-se na formação da identidade faxinalense. Todavia, uma consideração que deve ser analisada em pesquisas futuras se refere à diacronia dos processos de territorialização relativos à presença da "categoria 2", visto que há diferenças temporais na formação dessa territorialidade, nas distintas regiões analisadas.

No Setor Curitiba/Quitandinha, registramos a ocorrência de 13 faxinais nesta posição, sendo expressiva sua presença nas microrregiões de Rio Negro (10) e Curitiba (3), distribuídos respectivamente nos municípios de Quitandinha (7), Tijucas do Sul (3) e Mandirituba (3).

A presença concentrada de faxinais nesta categoria nos municípios arrolados decorre da tipificação e intensidade dos conflitos territoriais travados face os antagonistas, e da capacidade de mobilização do grupo faxinalense, especialmente nas últimas quatro décadas. Os casos citados com mais frequência se referem às obras de construção e pavimentação de rodovias na década de 1960, sobretudo a BR 116, e os conflitos relativos ao avanço das empresas "reflorestadoras" a partir da década de 1970, associadas em muitos relatos à grilagem de terras, notadamente conhecidas na região. Neste período, os

---

registradas, griladas ou com donos desconhecidos. Onde tradicionalmente as criações circulam livremente.

[253] Este faxinal está localizado ao Sul do município de Rebouças na divisa com o município de São Mateus do Sul, onde foram instituídas várias colônias de imigrantes poloneses no final do século XIX. As informações coletadas no Faxinal Barro Branco afirmam que o "criador comum cercado" iniciou seu cercamento perimetral aproximadamente na década de 1940, isto é, bem antes de Marmeleiro de Baixo, em 1974, também situado no município de Rebouças, onde os contatos interétnicos foram menos intensos. Porém, é necessário mais investigações documentais que confirmem essas informações.

faxinalenses descrevem seus territórios tradicionais, na condição da “categoria 1”, sendo impelidos por estes antagonistas para as “categorias 2, 3 ou 4”.

A partir da década de 1990, o mercado de terras da região Metropolitana de Curitiba inicia seu aquecimento com a chegada de empreendimentos imobiliários, tendo na categoria dos “chacreiros” os novos antagonistas. Estes são sumariamente identificados como os responsáveis pela obstrução da “livre” circulação de pessoas e animais, em razão do “cercamento” das áreas de uso comum, antes livremente dispostas, além de danos aos animais e desmatamento florestal.

Os faxinais que ainda resistem na “categoria 2” situam-se em regiões dentro desses 3 municípios, onde a pressão promovida pelo avanço dos “chacreiros” a partir de 2000 tem produzido tensões permanentes. Os relatos informam quão recente é esse fenômeno, ao denunciar nos últimos 5 anos a intensificação da especulação imobiliária em áreas de faxinais, que têm transitado para a “categoria 3 ou 4”:

> O que mais prejudica é esses chacreiros que entram e cercam as áreas só para eles, roubam criação. Tinha as galinhas solta, mas agora tem que ter fechado. Nós somos os mais prejudicados, nós que moramos aqui dependemos das criação para se manter. A gente que já não tem terreno. Nós se mantemos com a criação. Dinheiro de porco, vendemos os porcos pra comprar as coisinha de casa, pras crianças ir pra escola. Já não temos estudo, não temos terreno de planta, se acabar, a gente tem que ir embora. Se terminar do que nós vamos viver (Entrevista N. T, 2008).

Analisamos os Setores Centro-Sul e Centro da APF conjuntamente em função das semelhanças nos processos de territorialização incidentes com referência a esta categoria. Observamos respectivamente a ocorrência 41 faxinais na “categoria 2”, distribuídos em 7 microrregiões. Na microrregião de Irati registramos a concentração de 14 faxinais: Rebouças (5); Irati (4); Rio Azul (4); e Mallet (1). Na microrregião de Prudentopólis foram registradas a ocorrência de 11 faxinais: Prudentopólis (9) e Fernandes Pinheiro (2). Na microrregião de São Mateus do Sul identificamos 5 faxinais nesta posição: São Mateus do Sul (2); São João do Triunfo (2); e Antônio Olinto (1). Na microrregião de Guarapuava 7 faxinais, e na microrregião de Pitanga 1 faxinal.. Soma-se a esses dados a ocorrência de 3 faxinais nesta posição presentes nas microrregiões de Lapa e Ponta Grossa: Lapa (1); Ponta Grossa (1); e Reserva (1).

A análise dos faxinais situados na “categoria 2” localizados na microrregião de Irati, bem como na microrregião de Prudentópolis, apontam para uma presença significativa desta categoria de faxinais em 4 municípios – Prudentopólis, Rebouças, Irati e Rio Azul. Esta concentração a *priori* pode ser explicada pelo reconhecimento destas áreas na categoria de ARESUR a partir de 1998, quando passou a ser operacionalizado o Decreto Estadual n. 3.446/97, uma vez que dos 25 faxinais presentes nestas duas microrregiões na “categoria 2”, 18 são enquadrados como ARESUR[254].

Em que pese a falta de controle social sobre estes recursos – vide Cap. 2 – a presença dessa política pública tem facilitado a aquisição de telas de arame para reforçar as cercas que delimitam o perímetro dos faxinais, o que denota por parte do grupo social a intenção imediata de “assegurar” os limites territoriais das áreas de uso comum, consideradas imprescindíveis à realização das práticas tradicionais, motivo pelo qual cremos que tais áreas permanecem na condição de “criador comum cercado”, fortalecendo essa categoria. Assim podemos inferir que o reconhecimento como ARESUR possivelmente “prorrogou” sua condição na “categoria 2”, através da reforma das cercas, o que talvez tenha contribuído para mitigar muitos conflitos territoriais.

No que se refere à **“categoria 3”** ou **“criador com criação grossa ou alta”**, observamos a persistência do uso comum caracterizado pelo “fechamento” com cercas de 4 fios de arame variavelmente nas divisas das propriedades, onde permanecem no uso comum somente as criações ditas “grossas” ou “altas”, ou seja, cavalos, bois e vacas, que circulam nas áreas comuns disponíveis por diferentes períodos de tempo ao longo do ano dependendo das condições das pastagens nativas. Como explicado anteriormente, as “criações baixas”, isto é, porcos e cabritos, são mantidos em “mangueirões familiares” isolados das áreas de uso comum ou são confinados em chiqueiros. Alguns bens considerados de uso comum ainda são visíveis, tal como “mata-burros” e/ou portões e cercas ainda utilizados para delimitar fisicamente áreas com distintas formas de apropriação. A presença dos mesmos revela, sobretudo, a existência de terras tradicionalmente ocupadas por faxinais em um passado muitas vezes recente.

[254] Dados coletados junto ao IAP – DIBAP/ICMS Ecológico por Biodiversidade.

Podemos identificar **50** ocorrências nesta categoria pelos setores da APF visitados, distribuindo-se **7** no Setor Curitiba/Quitandinha, **microrregiões de Curitiba** (1) e **Rio Negro** (6); **17** no Setor Centro-Sul, respectivamente nas **microrregiões da Lapa** (4), **Irati** (7), **São Mateus do Sul** (4) e **Ponta Grossa** (2); e **26** no Setor Centro, localizados na **microrregião de Guarapuava** (16), **Prudentopólis** (8) e **Pitanga** (2).

Focalizando nas microrregiões que mais apresentam esta categoria, observamos concentrações de faxinais dentro das seguintes microrregiões: na **microrregião de Guarapuava** os municípios de Inácio Martins (6), Turvo (6) e Guarapuava (4); na **microrregião de Prudentopólis**, os municípios de Prudentopólis (4) e Imbituva (4); na **microrregião de Irati**, os municípios de Mallet (5), Rebouças (4) e Irati (4); na **microrregião da Lapa**, o município da Lapa (4); e na **microrregião de Rio Negro**, o município de Quitandinha (3).

Analisando as entrevistas e registros de campo realizados durante visitas a estes faxinais, foi possível identificar que todos eles constituíram essa territorialidade específica ao longo dos últimos 40 anos, portanto representam situações razoavelmente recentes. O processo de territorialização que conduz a essa posição age por vetores variáveis, de acordo com o Setor da APF e respectivas microrregiões analisadas.

> A ameaça lá é matar criação, envenenar criação, destruir mata nativa, colocar veneno dentro do faxinal. Os de fora, são esses que ameaçam nós, que antes eram de dentro do faxinal, e hoje estão fora, sempre entraram fazendo lavoura dentro do faxinal e daí aparecem esses veneno, criação atirada. Os plantador que querem acabar com o movimento, com os faxinalenses (Entrevista D. S, 2008).

Os conflitos que conduzem à “categoria 3” têm como alvo as “criações baixas”, que passam a ser alvo de matanças, roubos ou danos sistemáticos por parte do antagonistas, ocasionando a retirada forçada dessas criações das áreas comuns. Permanecem, dessa forma, as “criações altas” que passam a circular em áreas reduzidas. Outra situação que conduz a essa categoria é a instalação de “fechos” com 4 a 11 fios de arame farpado, cerca elétrica ou telas de arame bloqueando áreas de uso comum, postas pelos proprietários de terra, especialmente os “chacreiros”, cuja finalidade é utilizar sua propriedade para fins diversos, como

lavoura, tanques de peixe, plantio de árvores, implantação de granjas[255] de aves e suínos, melhoramento da pastagem para uso privado ou mesmo, simplesmente, fechá-la evitando assim o "livre" acesso, o que implica na maioria das vezes em degradação ambiental.

Respondendo a essas situações, os agentes faxinalenses reagem configurando uma nova territorialidade, ao se desfazer em última instância das "criações baixas", visando evitar conflitos e prejuízos. Entretanto essa decisão é tomada na maioria das vezes como uma medida extrema em circunstâncias nas quais as normas de uso comum estão debilitadas e a unidade territorial fragilizada pelo intrusamento de antagonistas. Isso tem significado de maneira geral como uma "estratégia conjuntural" dos faxinalenses, que na fragilidade do antagonista retornam à prática da "criação baixa", em especial de porcos. Este caso foi verificado em algumas áreas internas situadas no Faxinal Saudade Santa Anita.

No Setor Curitiba/Quitandinha, identificamos 2 vetores principais desses processos. Entre eles o mais acintoso é a especulação imobiliária de chácaras de lazer e condomínios fechados, presentes de modo diferenciado em certos faxinais, segundo a sua localização, acesso e atributos naturais, levando muitas imobiliárias a adquirirem e lotearem terrenos no interior de "criadores comuns cercados" à revelia dos faxinalenses, para em seguida comercializarem suas terras com moradores de Curitiba, que ao instalarem sua chácara, cercam seu perímetro inviabilizando o "livre" acesso. O outro vetor se refere à presença de granjas integradas de aves, geralmente instaladas por moradores – muitos dos quais faxinalenses –, que seguindo medidas fitossanitárias, enquanto exigência técnica, cercam áreas de uso comum para instalação dos galpões de criação, medida adotada para impedir contato com as criações "crioulas" de animais que são impedidas de aproximarem-se dos galpões por cercas elétricas.

No Setor Centro-Sul, os vetores centrais foram identificados pela presença da fumicultura, bem como pelo intrusamento de monocultivos de soja, milho e pinus.

---

[255] Pode-se observar que, segundo os depoimentos, a implantação de granjas (aves ou suínos) iniciou-se na década de 1980, especialmente na região Sudoeste, Oeste e Centro do Paraná. Na década de 1990 expande-se fortemente na região Metropolitana Sul de Curitiba aviários para criação de Frangos de Corte em granjas integradas. Este é um sistema de terceirização da criação, regido por contrato onde estão expostos os direitos e deveres de ambas partes: empresa e agricultor. A empresa fornece insumos: pintos, ração e assistência técnica. E o produtor entra com: instalações, equipamentos e mão de obra. A empresa exige um número mínimo inicial de aves, que é de 10.000 aves. Atualmente a empresa sugere a construção de aviários medindo 150m x 14m = 2.100 m² com capacidade de alojar 30.000 aves e equipamentos automáticos (comedouros, exaustores...).

Entretanto, a análise dos dados colhidos revelam uma forte correlação entre a fumicultura e a ocorrência da "categoria 3", especialmente nos municípios de Imbituva, Rio Azul, São João do Triunfo e Irati. Podemos constatar nos faxinais visitados mudanças nos padrões de relações sociais e práticas ambientais do grupo, provocadas pelas novas tecnologias e pela exigência de uma relação de trabalho pautada na especialização e na concentração da mão de obra no âmbito da produção familiar. A contradição maquiada no argumento de que "*a fumicultura assegura a permanência dos agricultores na propriedade, garantindo a existência do faxinal*"[256] é utilizada com frequência pelos próprios faxinalenses, e tem servido para atenuar a percepção de um problema central aos "faxinalenses", ou seja, a drástica e contínua redução de seus territórios tradicionais tem colocado a grande maioria dos faxinalenses na condição de "sem-terra[257]" vivendo em áreas de criador, cada vez mais dependentes de sistemas produtivos intensivos que ocupem pequenas áreas, demandem mão de obra familiar – menor custo – e insumos externos.

A pouca terra conjugada à intensividade do trabalho fazem com que parte ou todo cultivo do fumo seja deslocado para próximo da casa. Esse inclusive é um dos motivos do "fechamento" de áreas de uso comum, que passam a ser utilizadas para instalação de canteiros e plantações de fumo mais próximos da moradia. Tal ruptura dá-se agora no interior do "criador comum cercado", ao fragilizar os laços de solidariedade grupal, anteriormente estabelecidos pelas relações de produção e trabalho instituídos historicamente pelas práticas de uso e acesso comum dos recursos e inviabilizados pela nova rotina e tempo determinado pela fumicultura.

Fica nítido, nos relatos, que com a renda obtida pela fumicultura não é mais necessário "criar solto", tão pouco investir na produção para autoconsumo, uma vez que não há terra e tempo para isso, pois segundo os "técnicos das fumageiras" é possível adquirir a base da alimentação nos mercados. Entretanto, a "criação alta" ainda é necessária, sobretudo, para o preparo da terra, eventualmente poucas cabeças de gado bovino para garantir abastecimento de carne e leite. A presença destes animais ainda é aceita em função de serem mais facilmente controlados por cercas, e serem conhecidos como animais menos "daninhos". Nestes casos, em que

[256] Argumento utilizado por técnicos de prefeituras da região durante eventos realizados na região, entre eles, o 2.º Encontro dos Faxinalenses, em agosto de 2007 e Reuniões do Conselho Gestor do Território Centro-Sul – MDA.

[257] O município de Rebouças ilustra bem essa situação. Nos faxinais presentes neste município, após o levantamento de campo, estimamos em 70% o número de faxinalenses com menos de 2,5 ha de terra (lavoura e criação).

ainda há disponibilidade de áreas de uso comum, os faxinalenses encontram as condições de reproduzirem suas práticas tradicionais de criar e de acessar livremente recursos naturais em terras públicas (estradas e barrancos) e terras privadas ainda mantidas em comum, apesar de em menor número.

No Setor Centro, o levantamento relativo à "categoria 3" indicou como vetores mais frequentes no processo que leva a essa situação, de acordo com a intensidade e forma, o avanço dos monocultivos de pinus, soja e milho sobre as territorialidades descritas na condição de "criador comum aberto" ou "criador comum cercado". Os municípios de Turvo e Inácio Martins apresentaram uma significativa incidência dessa posição, cada qual com 6 ocorrências. De um lado, podemos constatar nos relatos colhidos em campo, que este processo se manifesta com mais intensidade a partir da década de 1970, quando empresas madeireiras que operavam na exploração de florestas nativas, à época em estágio de esgotamento, passam a receber incentivos governamentais[258] para implantação de monocultivos de pinus como matéria-prima do setor de papel e celulose. Por outro lado, a década de 1980 marca preferencialmente o avanço dos monocultivos de soja e milho sobre áreas tradicionalmente ocupadas pelo o uso comum dos faxinalenses.

Tal processo de territorialização se assemelha aos descritos anteriormente para os "chacreiros" e a fumicultura nesta mesma "categoria", com a diferença que, nestes casos, as extensões territoriais em jogo são amplamente superiores, e os antagonistas geralmente agem a partir de áreas consideradas "limpas", ou seja, áreas de cultivo agrícola utilizadas para os roçados em diferentes estágios de regeneração, conhecidos por "mato de capoeira", facilitando, com isso, o processo técnico de implantação de seus monocultivos, ao mesmo tempo em que avançam sobre áreas de uso comum, visando tornar contíguas suas áreas de exploração, em detrimento da fragmentação dos territórios tradicionais, num processo gradual e contínuo de apropriação e liquidação dos recursos naturais.

Nesse cenário de disputas, os faxinalenses sofrem violações sistemáticas de seus bens, especialmente contra as "criações baixas", citadas como "invasoras" e

[258] O Governo Federal não se restringiu a ser agente financiador, foi também planejador e indutor de investimentos, principalmente nas décadas de 60 e 70, e sua atuação pode ser entendida como um dos alicerces para expansão da indústria de papel e celulose no País, sobretudo após da promulgação da Lei n. 5.106/1966 que dispôs sobre a Política de Incentivos Fiscais que permitia a dedução de Imposto de Renda para investimentos em projetos de reflorestamento aprovados pelo extinto IBDF. Tal política propiciou a expansão dos maciços florestais de espécies exóticas no Brasil, especialmente, pinus e eucaliptus (ZAEYEN, 1986).

“daninhas” aos monocultivos, sendo, portanto, alvos de violência deliberada dos antagonistas que ocasionam roubos, danos e morte desses animais. Preocupados em evitar conflitos na maioria das vezes geradores de ameaças e prejuízos econômicos, os faxinalenses obrigam-se a restringir as áreas de uso comum mediante “cercamento” compulsório onde é possível disponibilizar áreas de uso comum ou mesmo abandono gradual dessas práticas.

A análise da **“categoria 4”**, observada pela presença de **“mangueirões”** e **“potreiros”**, representa situações em que o uso comum da criação animal – “baixa” ou “alta” – ocorre geralmente no âmbito do grupo doméstico ou grupo familiar. Portanto, as práticas tradicionais relativas às “criações soltas” restringem-se, na maioria dos casos, ao interior de uma unidade de produção familiar, podendo, como em certas situações observadas em campo, compartilhar fisicamente de mais de um terreno já desmembrado em escritura, mediante formal partilha de bens. Importante salientar que os “mangueirões” e “potreiros”, mesmo reduzidos dentro dos limites da propriedade privada, reproduzem as práticas tradicionais em estruturas materiais semelhantes à “categoria 2”, o que permite a alguns entrevistados nesta posição relatarem que “*possuem um faxinalzinho em sua propriedade*”. Nestes casos, o “mangueirão” é o espaço das “criações baixas” e o “potreiro” das “criações altas”, que em muitas situações circulam “livremente” na área da propriedade, tornando-a toda ela um “potreiro”, com exceção das áreas utilizadas para quintal, moradia e cultivos agrícolas. Em alguns casos observamos a permanência de “mata-burros”, cercas para vedar “criações baixas” e portões, como se estivessem sinalizando a recente ausência de categorias onde prevalecia o uso comum dos recursos.

Essa forma de organização da produção não pode ser confundida, pois se diferencia, sobremaneira, dos sistemas de produção integrados a complexos agroindustriais, tal como a suinocultura e a avicultura, porquanto são regidos por práticas tradicionais de manejo em ambientes que persistem em reproduzir um faxinal, não obstante a fragmentação da unidade social de referência, as extensões territoriais reduzidas e a escassez de recursos essenciais disponíveis, pode-se observar nessas terras tradicionalmente ocupadas, de forma variável, a ocorrência de inúmeros “mangueirões” ou “potreiros” permeados por intrusamentos ocorridos nas últimas quatro décadas, com maior frequência nos últimos 10 anos, provocados por monocultivos de soja, pinus e milho, mineração, “chacreiros”, pecuária, fumicultura, obras governamentais de infraestrutura, entre outros.

Os informantes entrevistados facultaram em seus relatos a compreensão dos processos sociais que resultaram nesta categoria, indicando os antagonistas envolvidos, as violações e as ameaças sofridas, e as formas jurídicas empreendidas para obstruir o "livre" acesso aos recursos essenciais à reprodução física e social do grupo, bem como narram as inúmeras estratégias dos faxinalenses para evitar a ruptura da unidade social, entre elas, atas de reuniões em defesa da permanência do faxinal, organização de associações, reuniões com prefeitos e vereadores, realização de mutirões, registro de Boletins de Ocorrência, denúncias coletivas no Ministério Público contra antagonistas, realização de acordos comunitários sobre uso dos recursos etc.

> [...] O pior é que eles não respeitaram os acordos que vinha desde os tempos dos avós. Quebraram com nosso criador de muitos anos por causa de um litro de planta, bem ali no meio do faxinal. Não sei porque fizeram isso, mas aconteceu. Às vezes um tem mais força que 100, mas é por causa das leis que amparam eles [...]. A bem da verdade, nós não se entregamo. Houve muita reunião, abaixo-assinado, fomos ao prefeito, que não resolveu nada. Isso aqui só não caiu de vez, porque o povo se juntou e fez mata-burro, e fez portão e ergueu cerca em mutirão. Pode ser que não seja mais como antes, mas ainda criâmo! (Entrevista E. S, 2007).

O que significa dizer que no limite organizar "mangueirões" e "potreiros" é uma forma extrema de reorganizar e resistir na defesa de uma territorialidade que possibilita manter em condições precárias as práticas tradicionais, mesmo que no âmbito de uma unidade social reduzida ao grupo doméstico e, na medida do viável, familiar, quando se detêm os meios de produção, sobretudo a terra. Ou seja, no contexto atual[259] esta possibilidade está restrita a poucos proprietários de terras nos faxinais.

Na Tabela 1 podemos identificar 106 ocorrências nesta categoria pelos setores da APF visitados, além de 6 faxinais na microrregião de Telêmaco Borba, não integrados aos setores, totalizando **112** ocorrências. Elas distribuem-se da seguinte maneira pelos setores: **27** no Setor Curitiba/Quitandinha, **microrregiões de Curitiba** (11) e **Rio Negro** (16); **46** no Setor Centro-Sul, respectivamente nas **microrregiões da Lapa** (11), **Irati** (16), **São Mateus do Sul** (12) e **Ponta Grossa**

[259] Levantamento das condições fundiárias de 6 faxinais realizado pela APF em 2007: Lajeado dos Mello, Saudade Santa Anita, Kruger, Marcondes, Seixas e Bom Retiro, demonstrou que em média somente 10% dos faxinalenses controlam 80% das áreas reconhecidas pelo grupo como faxinal. O contingente dos que não possuem terras, seja de criador ou de lavoura nos faxinais, beira em média 60% (Documentos internos APF, 2007).

(7); e **33** no Setor Centro, localizados nas **microrregiões de Guarapuava** (21), **Prudentópolis** (9) e **Pitanga** (3).

Focalizando nas microrregiões que mais apresentam esta categoria, observamos concentrações significativas de faxinais nos respectivos municípios: a **microrregião de Curitiba**, o município de Mandirituba (11); **microrregião de Guarapuava**, os municípios de Pinhão (12) e Turvo (4); na **microrregião de Prudentopólis**, o município de Imbituva (5); na **microrregião de Irati**, os municípios de Rebouças (9) e Irati (6); na **microrregião da Lapa**, o município da Lapa (11); na **microrregião de São Mateus do Sul**, o município de São João do Triunfo (11); e na **microrregião de Rio Negro**, o município de Tijucas do Sul (5).

No Setor Curitiba/Quitandinha ganha destaque o conflito com os "chacreiros", não obstante a presença de empresas reflorestadoras e empresas integradoras, ligadas ao fumo e à avicultura de corte, como já descrito anteriormente. No caso do município de Mandirituba, distante 40 km de Curitiba, a proximidade com a metrópole facilitou o avanço da especulação imobiliária sobre as áreas de uso comum, visto que o município concentra exuberantes remanescentes florestais e recursos hídricos, de grande interesse ao mercado imobiliário no ramo de lazer. Essa região, que até a década de 1990, pouco interesse comercial representava no mercado de terras, valoriza-se em escala geométrica na virada do século, com a demanda por chácaras de lazer e condomínios, oriunda de uma emergente classe média curitibana.

Na microrregião de Rio Negro, como vetor principal nos conflitos territoriais iniciados na década de 1970, e que conduzem à "categoria 4", os faxinalenses situados no município de Tijucas do Sul apontaram as práticas de grilagem de terras devolutas por parte de empresas "reflorestadoras" de pinus em áreas antes dispostas ao uso comum.

> As firmas que plantam pinus foram entrando, por base de uns 30 atrás, nas terras que o povo já usava prá criá e faze lavoura. A gente não sabia quem era o dono, mas usava soltá porque nunca deu problema e a porcada se criava gorda. [...] No começo eles matavam as criação que entrava nos plantio, isso foi fazendo o povo desanimá, até que todo mundo foi fechando, mas sobro gente que fez seus mangueirãozinho. Quem tem um pouco mais sempre dá um jeitinho de criá como antes (Entrevista A. V., 2008).

No Setor Centro-Sul, esta categoria foi detectada com mais frequência nos municípios de São João do Triunfo, Lapa e Rebouças. Segundo os entrevistados, a

associação de dois vetores são os principais responsáveis por esta situação territorial: a fumicultura e variavelmente a expansão dos monocultivos de soja, milho e pinus em diferentes intensidades. Como exemplo, cito o processo de territorialização que conduz à esta categoria no município de São João do Triunfo. O mesmo é narrado como recente pelos faxinalenses, isto é, a situação que leva a "mangueirões" e "potreiros" constrói-se sobre um cenário de conflitos pretéritos que incidem de forma variável sobre as "categorias 1 e 2".

> Não é que fumo seja ruim. Ele tem segurado o pessoal aqui! O problema também é a pouca terra e a distância da lavoura. Nisso o fumo ajuda, porque a gente traz os canteiros pra perto da casa, porque é serviço o ano inteiro, se tiver mais perto a gente atende mais fácil. [...] Na verdade se for ver, a gente luta com o que dá mais recurso, o que dá menos a gente vai levando, como aqui no faxinal. Então, por isso também vai decaindo as lavouras e as criações. É que ninguém tem mais tempo pra ficar zelando do criador como antes (Entrevista R. F, 2008).

Como já relatado anteriormente, a atividade da fumicultura[260] vai agir no interior do grupo de modo gradual, "degradando" as relações sociais que permeiam sua unidade social, expondo suas fragilidades e enfraquecendo a capacidade de mobilização em defesa da territorialidade específica, na medida em que afrouxa os elementos que fornecem a coesão social do grupo, o que culmina numa situação avançada na formação situacional de "mangueirões" e "potreiros", quando as atividades da fumicultura ganham o espaço do criador, começando pela instalação de canteiros e posteriormente das plantações. Isso vai ocorrer com mais frequência a partir da década de 1990, sobretudo, em faxinais com menores extensões territoriais e cuja ação dos antagonistas foi mais intensa.

No Setor Centro, tomamos como objeto de análise os faxinais nesta categoria localizados nos municípios de Pinhão e Turvo, pela frequência em que ocorrem. Podemos compreender os processos relacionados à "categoria 4" mediante coleta de registros apoiados nas entrevistas e em conhecimentos

[260] Os mecanismos por meio dos quais maiores cargas de danos ambientais são destinadas a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos étnicos discriminados, populações marginalizadas e vulneráveis revelam uma injustiça ambiental marcante das sociedades desiguais. A fumicultura configura manifestação visível dessa injustiça e irresponsabilidade socioambiental de empresas e governos. Dado o espectro de agudas desigualdades sociais, a exposição desigual aos riscos químicos envolvendo o uso de agrotóxicos acaba obscurecida e dissimulada pela extrema pobreza e pelas péssimas condições gerais de vida a ela associadas; o que confunde o desprezo pelo espaço comum e meio ambiente com o desprezo pelas pessoas e comunidades (ACSELRAD, 2000).

militantes[261] acumulados nas últimas quatro décadas por lideranças locais que detêm informações detalhadas sobre os conflitos que produziram esta territorialidade. Na maioria dos casos observados os faxinais passaram da "categoria 1" para "categoria 4", ou seja, de "criador comum aberto" para situação de "mangueirões" e "potreiros" no período que inicia ainda na década de 1960, intensifica-se nas décadas de 1970 e 1980. Tal processo de territorialização no caso do Pinhão e Turvo deve-se principalmente a conflitos com empresas reflorestadoras ou "madeireiras" e seus mecanismos de usurpação da terra e pressão sobre os faxinalenses, baseado em 3 métodos de coação: "contratos", "cercas" e "pistolagem".

> A coisa começou a piorar depois de 1970. Antes eles tiravam as madeiras dos mato a vontade, e dá pra dizer que fizeram uma limpa. Enquanto a madeireira não mexia com o povo, tudo bem, porque eles diziam que tudo era deles, ia fazê o quê? Quando eles viram que ainda tinha muito erval e pinheiro nas terra dos posseiros aí a coisa foi ficando diferente. Começaram a aparecer com contrato de arrendamento pra gente assinar, e muitos na ingenuidade assinaram. Depois o juiz mandava despejá. Quando o povo não saía, o recurso deles era colocá cerca da firma. E por último, quando encontrava alguém mais firme, mandavam a jagunçada em cima. Foi aí que muita gente teve medo, foi perseguida e até assassinada (Entrevista H. S, 2008).

Desse modo, a sujeição a contratos de arrendamento forçou-os a exercer a posse em áreas da empresa, com a "concordância" da sedizente dona, mediante pagamento de arrendo. A "colocação de cercas" definiu limites territoriais e justificou a matança deliberada de animais de criação dos faxinalenses lhes impedindo a prática do uso comum, e por último, a "pistolagem" promoveu a violência generalizada contra esses grupos sociais e seus bens ocasionando inúmeros assassinatos, tentativas de assassinato e ameaças de morte, bem como destruição de roças, incêndio em moradias e degradação dos recursos naturais essenciais ao

[261] Desde 1980, centenas de posseiros situados no município de Pinhão objetivaram sua existência coletiva no denominado Movimento de Posseiros de Pinhão visando organizar politicamente a luta pela terra contra a Madeireira Zattar, responsável pela grilagem de suas terras na região (VANDRESEN, 2007). Durante a execução da pesquisa tivemos a oportunidade de indagar sobre as razões dos conflitos territoriais junto a lideranças deste movimento garantindo, assim, a versão dos agentes faxinalenses a partir de suas representações sobre o conflito. Conversamos detidamente com os faxinalenses Hamilton José da Silva, Adão dos Santos e Iracema Correa dos Santos, e com o assessor do CEMPO na região, Dionísio Vandresen.

grupo. Neste contexto de conflitos acentuados os faxinalenses que permaneceram organizaram sua territorialidade em grupos familiares variáveis na forma de “mangueirões” e “potreiros”.

e) Número de Faxinalenses

Reafirmamos, inicialmente, que este mapeamento não teve a intenção de elaborar um censo demográfico e tão pouco essas informações pretendem ser conclusivas, contudo os dados elementares colhidos nas visitas em 227 faxinais nos permitiram gerar estimativas, baseadas em informações dos faxinalenses entrevistados, quando perguntados sobre o número de famílias interessadas em manter, expandir ou retornar ao faxinal, em consonância com as posições tipificadas as quais se autoclassificam. Portanto, os números apresentados devem ser relativizados, segundo os critérios utilizados pela pesquisa para definir quem é e quantos são os faxinalenses.

A indagação, dirigida por vezes a mais de um entrevistado, de uma mesma “comunidade”, buscou identificar as “unidades de mobilização”[262], compostas por famílias de moradores que têm uma expressão identitária de pertencimento ao território de faxinal, não importando em qual “categoria de faxinal” se encontrem. Assim, foi possível observar que em faxinais situados na “categoria 2”, as informações relativas ao número de famílias moradoras na comunidade eram obtidas com facilidade, a partir da indicação dos entrevistados, sejam eles lideranças na defesa do faxinal ou apenas membros da “comunidade”. Foi possível registrar, em alguns casos, que a contagem incluía famílias circunvizinhas à área do “criador comum cercado” indicadas como usuárias do criador, todavia, pelas circunstâncias conflitivas suas moradias e terrenos se localizam atualmente fora da área de uso comum, mas são identificadas e se identificam com essa modalidade de apropriação, consentindo-lhe acatar as normas comuns quando acionadas.

Na “categoria 1” referida ao “criador comum aberto”, a operação de contagem do número de famílias foi dificultada pela extensão territorial indefinida do faxinal, muitas vezes abrangendo várias localidades, que por força das divisões

[262] Segundo Almeida (2006), este conceito refere-se à aglutinação de interesses específicos não necessariamente homogêneos que são aproximados circunstancialmente pelo poder nivelador da intervenção do Estado ou de antagonistas privados.

administrativas municipais fragmentou a territorialidade dos faxinais em “comunidades rurais”. Dessa maneira, os faxinalenses situados nesta categoria mantêm sua unidade social referida aos membros de uma ou várias “comunidades” que ainda se utilizam das práticas de uso comum, detendo poucas informações relativas ao conjunto do território. Nestes casos, como foram identificadas somente 11 ocorrências, buscamos contatar pelo menos 3 moradias localizadas em distantes pontos ou comunidades internas ao faxinal para obtermos a estimativa.

Os dados levantados para as “categorias 3 e 4” foram tomados de maneira semelhante mediante informações relatadas pelos entrevistados, identificados pela pesquisa como faxinalenses, visto que, na maioria das situações, são reconhecidos como lideranças locais, posicionados abertamente na defesa do faxinal. Esses agentes sociais informaram aproximadamente o número de famílias da localidade que ainda manifestariam sua posição favorável ao “retorno” do “livre” acesso aos recursos essenciais, operando sua contagem inicial com base em abaixo-assinados ou memória de reuniões pretéritas em que representantes das famílias posicionaram-se face a conflitos envolvendo a permanência do criador, seja na “categoria 1 ou 2”. Contudo, a passagem para “categorias 3 e 4” parece ter inibido fortemente, na maioria dos casos, as mobilizações em defesa do faxinal, desencorajando posicionamentos e ações coletivas, em função da ausência de expectativas e desconhecimento das possibilidades.

TABELA 8 – ESTIMATIVA DO NÚMERO DE FAXINALENSES

Setor APF	Município	N.º Famílias Faxinalenses	N.º Faxinalenses	N.º Faxinalenses/ Setor APF
Curitiba/ Quitandinha	Mandirituba	625	2125	**6.110**
	Quitandinha	649	2207	
	Tijucas do Sul	233	792	
Centro-Sul	Agudos do Sul	175	595	**12.692**
	Piên	115	391	
	Lapa	412	1401	
	Imbituva	325	1105	
	Fernandes Pinheiro	69	235	
	Teixeira Soares	20	68	
	Rio Azul	496	1686	
	Irati	441	1499	
	Rebouças	626	2128	
	Mallet	12	41	
	São Mateus do Sul	123	418	
	São João do Triunfo	629	2139	
	Antônio Olinto	110	374	
	Palmeira	245	833	
	Ponta Grossa	50	170	
	Imbaú*	75	255	
	Reserva*	100	340	
	Inácio Martins	388	1319	

Centro	Prudentópolis	1850	6290	**13.408**
	Pinhão	921	3131	
	Reserva do Iguaçu	55	187	
	Turvo	476	1618	
	Guarapuava	31	105	
	Campina do Simão	60	204	
	Guaraniaçu**	10	34	
	Nova Laranjeiras**	15	51	
	Pitanga	33	112	
	Mato Rico**	20	68	
	Boa Ventura de São Roque	85	289	
Total		**9.474**	**32.212**	**32.212**

FONTE: Pesquisa Mapeamento Social Faxinais (2009).
* Esses municípios foram agrupados no Setor Centro-Sul somente para efeito de contagem dos dados totais.
** Esses municípios foram agrupados no Setor Centro somente para efeito de contagem dos dados totais.

Os procedimentos de coleta de informações ditados acima não pretenderam ser conclusivos, sobretudo, porque durante a pesquisa percebemos nossa limitação material e temporal para alcançarmos todas as regiões e municípios a que nos propúnhamos inicialmente. Lembrando que não podemos incluir em nosso roteiro incursões à região do Planalto Norte de Santa Catarina, além de aproximadamente 70 faxinais que nos foram indicados para visitas em outras regiões do Paraná, sem que pudéssemos realizá-las para fins de registro de dados.

A estimativa do número total de famílias em **9.474**, transformada para **32.212**[263] faxinalenses, obedeceu a média indicada pelo IBGE (2002) para o número de membros por família no meio rural para região Sul do País. Tais dados

[263] Para desdobrar o número de famílias em número de faxinalenses utilizamos a média indicada pelo IBGE, PNAD – 2006 que estimou em 3,4 pessoas por família no meio rural para a região Sul.

elementares coligidos pelos Setores da APF apontam para uma maior presença de faxinalenses no Setor Centro (13.408), resultado observado pela concentração nos municípios de Prudentópolis (6.290) e Pinhão (3.131), que juntos alcançam 9.421 faxinalenses ou 70% do número total deste Setor da APF.

Essa distribuição pode ser explicada inicialmente pela destacada ocorrência de faxinais em distintas categorias nestes municípios: Prudentópolis (14) e Pinhão (15). No entanto, a análise da distribuição destes faxinais pelas 4 categorias indicadas revela que a relação entre a alta ocorrência de faxinais e o número de famílias não é diretamente proporcional, como observamos no caso do município de Inácio Martins, que apresenta 17 ocorrências, sem que haja correspondência com um alto número de faxinalenses, isto porque a categoria 1 apresenta uma concentração menor de famílias por área. Situação muito distinta de faxinais nas categorias 2, 3 e 4, onde a concentração de famílias nas áreas de "criador comum cercado", "criação alta" e "mangueirão" é superior, em razão desses faxinais funcionarem como último "refúgio" de proteção dos faxinalenses, local onde os membros do grupo buscam se reorganizar a partir de condições sempre próximas ao limite inferior[264] de sua reprodução física e social.

Assim, observamos que no município de Prudentópolis a concentração de faxinalenses é maior em faxinais situados na "categoria 2", ou seja, "criador comum cercado". Já no município de Pinhão identificamos uma alta concentração na "categoria 4", referida a "mangueirões" e "potreiros". Para explicar essas situações, precisaríamos retornar a um exame detido dos processos de territorialização incidentes nestes municípios a fim de compreender tais fenômenos.

Para abreviar, é possível elucidar ainda que de modo provisório, os possíveis motivos para tal diferenciação demográfica, sejam, de um lado, a natureza e a ação dos antagonistas deste conflito social e, por outro, as condições de mobilização dos faxinalenses, face esses conflitos. Onde a unidade social possuía maior vigor a reorganização deu-se no "cercamento" do perímetro possível em consonância com o aceite do grupo local, como condição básica para garantir a reprodução social de seu modo de vida. Por isso, encontramos grandes concentrações de faxinalenses, especialmente na "categoria 2", não obstante, os

[264] Um levantamento exploratório realizado pela APF em 2007 apontou a densidade demográfica média em 4 faxinais do município de Rebouças em 0,5 ha/faxinalense. Se contabilizadas as criações de animais – cerca de 3.000 – entre gado cavalar, bovino, porcos, ovelhas e cabritos, essas áreas se encontram saturadas (APF, 2007).

que porventura permaneceram fora do criador comum, logo foram expropriados de suas terras e despojados de sua condição social. Pode-se supor que esta nova posição garantiu assegurar uma territorialidade específica mínima, mesmo que precariamente.

Já no município de Pinhão, o expressivo número de famílias faxinalenses em parcela das "terras de faxinais" deve-se, sobretudo, à sua resistência organizada via à instituição do "Movimento dos Posseiros de Pinhão" na década de 1980, período que marcou o auge das investidas da Madeireira contra os "posseiros". Neste caso, suspeita-se que apesar da unidade política baixo a identidade de "posseiro" ter se fortalecido a partir da articulação dos "posseiros", sua unidade social referida às terras de uso comum parece ter encontrado lugar nas "categorias 1 e 4" com maior frequência, sobretudo, porque a orientação do "movimento de posseiros" era a defesa da luta pela terra – individual –, e não pelo território comum:

> Nós faxinalenses, sempre fomos tratados como posseiros depois da chegada da Zattar. E a ação da madeireira era contra o posseiro e sua posse. O problema é que na época, o movimento dos posseiros entendia – e acho que entende até hoje – que deveria defender a posse individualmente, e as ações dos nossos advogados eram de usucapião em nome de um proprietário. Daí, por isso dessa fraqueza de pensar coletivamente nosso território, nosso faxinal (Entrevista H. S., 2008).

Por sua vez, a análise dos dados coletados no Setor Centro-Sul, para o número de faxinalenses identificados (12.692), evidencia uma maior presença nos municípios de São João do Triunfo (2.139), Rebouças (2.128) e Rio Azul (1.686). Não por acaso, esses municípios concentram também as maiores ocorrências de faxinais em diferentes categorias: São João do Triunfo (16), Rebouças (15) e Rio Azul (7). O fato de Rebouças apresentar o maior número de faxinalenses dentre os municípios pesquisados neste Setor está relacionado à maior presença de faxinais na "categoria 2", ou seja, "criador comum cercado", ao todo detectamos 5 ocorrências. Essa correlação pode ser feita também para Rio Azul, onde foram encontrados 4 ocorrências de faxinais nesta categoria, concentrando um maior número de famílias faxinalenses. Já em São João do Triunfo, esta concentração de famílias distribuí-se nas diversas categorias encontradas, tornando difícil uma explicação para este fato.

Por fim, no Setor de Curitiba/Quitandinha, os municípios de Quitandinha (2.207) e Mandirituba (2.125) se destacam por concentrarem o maior número de

faxinalenses desse Setor da APF. Podemos inferir sobre estes dados, novamente, uma forte relação com a ocorrência da “categoria 2”, não obstante a proximidade com a capital paranaense – 50 km –, que ao mesmo tempo em que atrai o interesse dos faxinalenses com uma maior oferta de empregos, sua sedução não é capaz de fazer-lhes abandonar definitivamente seu modo de vida.

Com esses elementos dispostos de modo o mais transparente possível, torna-se factível a ressignificação proposta pelo “Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná”. Sua interpretação não se propõe reveladora da verdade, mas antes tem a tarefa de trazer para o confronto outro “ponto de vista” sob o qual é possível compreender a realidade social aproximando-se da leitura das situações localizadas e, portanto, atinentes ao sentido atribuído aos faxinais pelos próprios faxinalenses, que inegavelmente intentam ao longo da história encontrar seu lugar pela tradição, reflexo de sua dignidade e repositório de sua visão de mundo. Para tanto, esse grupo social tem criado e recriado a cada momento de conflito social a sua forma de existir no presente.

Desse modo concluo este capítulo pelas palavras de um faxinalense, via pela qual é possível compreender por vezes a quase inefável razão de desejar continuar sendo, quando lhes é facultado manifestar o sentido de sua existência:

> Faxinal é o tudo para uma pessoa. Criador, pra viver, uma coisa ou outra. Fora do criador a gente não vive em parte nenhum. Pra poder criar, pra poder plantar, pra poder viver. Cria tudo dentro do mesmo faxinal que a gente trabalha, tudo é sobre a vivência do faxinal. Tem muita diferença com outros lugar, o serviço, o trabalho é muito diferente é difícil se enquadrar. Pra quem sai do faxinal não tem outro serviço, tem que trabalhar lavoura e criação. Sai uma pessoa do faxinal é difícil se empregar porque ele não compreende nada se sair dentro do rumo dele. Agora se for do jeito dele ele entende, se for pra criação, ele luta se for pra fazer planta ele luta, ele tá por dentro de tudo do jeito dele, do jeito que a gente nasceu e aprendeu. [...] A destruição é que ameaça o faxinal, modificar o jeito que a pessoa se cria em liberdade. Ele tá ficando a mesma coisa que tá na cadeia, porque não tem como ele pulá. Não tem o que ele faze. Não pode criar, não tem a terra suficiente pra plantar, então é quase a mesma sentença de tá preso, ele não tem pra onde ir, ele tem que ficar sofrendo naquilo preso, e não pode dizer não, se não tá certo aquilo, dá certo outra coisa, ele não é suficiente pra aquilo, cada um tem um ramo. Agora pra gente vê que tá desaparecendo tudo, e a família da gente, como é que fica? (Entrevista P. T, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegados a este ponto os que acompanharam a análise das distintas interpretações situadas no campo intelectual de debates sobre os faxinais, pode-se perceber no confronto das posições o esboço de um desafio epistêmico que se manifesta pela incompletude das interpretações intelectuais, e certamente carece de mais exames, a fim de garantir sintonia com a realidade social dos faxinais.

Portanto, a pertinência de retomar as representações acerca dos faxinais nesta análise sociológica das produções intelectuais, para além da tarefa de refletir criticamente sobre certo consenso interpretativo, propõe uma interpretação sobre os faxinais na intenção de incorporar as representações sociais dos agentes faxinalenses, visando colaborar com uma maior elucidação desse fenômeno social.

Não obstante, esta produção intelectual tenha concentrado inicialmente sua análise num conjunto reduzido de obras sobre os faxinais e seus esquemas de pensamento, ela busca *vis-à-vis* as posições dominantes, situar-se no campo intelectual. Pode-se asseverar, no entanto, que neste espaço relacional, a posição consagrada pelas produções dos autores-fonte, ainda que dominante, perde gradualmente sua força explicativa, na medida em que os faxinalenses se mobilizam e se autodefinem. Estas mudanças nos padrões de ação dos faxinalenses têm solicitado distintas propriedades teóricas para explicar a persistência e os processos sociais referidos aos faxinais, o que permite observar uma tímida inflexão nas produções sobre o tema, preocupadas em incluir nas suas análises a ação dos sujeitos faxinalenses.

Ajustando o quanto foi examinado neste campo intelectual de debates, pode-se inferir que a análise criteriosa das principais produções permite destacar inicialmente, antes de tudo, o empenho de todos os produtores intelectuais analisados ao reverberarem em suas obras as “causas” que promovem a “decadência” dos faxinais, num tom de quase denúncia e indignação com o desconhecimento a que foram relegados os faxinais. Neste ponto sublinha-se o esforço de destacar ao mundo intelectual a existência dos faxinais e sua importância social, cultural, econômica e ambiental no processo de desenvolvimento do Estado.

Conquanto, de acordo com a hipótese proposta, comprovo que a “descoberta” e descrição dos faxinais acabam por introjetar um dilema básico, que

opera na contraposição entre o “tradicional” e o “moderno”, o “uso comum” o “uso individual”. Configura-se nos desdobramentos desta oposição a imagem de um “modelo ideal” de faxinal que remete invariavelmente ao passado numa busca de revelar e explicar o declínio geral sempre observado no tempo presente.

Baseando-me no pressuposto que a construção social deste objeto de pesquisa persiste em certo modo na produção de percepções e significados, procurei ao longo dos textos identificar os elementos que estão na base da produção desses significados, compondo unidades discursivas que coligem as demais produções num mesmo esquema de pensamento.

Para identificar esses termos da análise e suas semelhanças no elenco de obras situadas na posição dominante, procurei classificá-los e perfilá-los segundo o eixo de sua estratégia de análise. Tais obras apontam como objeto de pesquisa o “criador comum” e tenazmente recorrem a análises que levam a explicações sobre os processos de “desagregação” dos faxinais. A partir dessa situação real se reproduzem as regras de interpretação consideradas básicas: “o criador comum”, “sua gênese”, “a consolidação” e, por fim, “as razões da desagregação”. Estas regras se estruturam numa cadeia de sentido que tem assinalado a força simbólica de seus discursos. A disseminação dessa percepção levantou obstáculos e impôs uma visão de mundo sobre os faxinais, que sem resistências, tornou-se hegemônica no campo intelectual de debates.

O componente central desta análise é o “criador comum”. Ele adquire um significado que nos remete inicialmente à perspectiva histórica, e encontra no determinismo econômico seu “inevitável” destino. Nesse trajeto, outorga-se aos faxinais um papel secundário no processo de desenvolvimento econômico da sociedade, caracterizando-se como um modelo de organização camponesa “tradicional”, na posição de coadjuvante de ciclos econômicos que dominaram a cena do Estado, desde o período colonial. Na esteira desses “ciclos”, toma a frente a perspectiva histórica ancorada na busca incessante pela “gênese”, o que denota certa clivagem entre as interpretações, parte orientada numa origem consoante os próprios ciclos econômicos, e outra, que busca na visão primordialista seu tempo imemorial, resquício das experiências culturais de indígenas e negros, ou vinculados a uma referência cultural das terras comunais, herança de colonizadores europeus nos séculos XVIII e XIX.

Entretanto, independente da argumentação e da imemorialidade, toda essa procura ao passado se constitui num modo de explicar sua formação e caracteres culturais essenciais, tendo em vista constituir o modelo ideal, sobre o qual agem os "processos de desagregação" e consequente "desaparecimento" dos faxinais. Destino que define o principal critério de alinhamento das produções dominantes no campo.

Nessa ordem a idealização do passado representa figura essencial nas posições dominantes situadas no campo intelectual acerca dos faxinais. Por isso, o presente é comumente vivido como resíduo de uma época pretérita considerada hoje derradeira. Este procedimento interpretativo envolve todos aqueles recursos próprios de padrões de explicação já cristalizados neste campo intelectual, que determinam que ao se falar dos faxinais tenha que se tomar como ponto de partida eventos do passado, dentro de uma periodização organizada de tal forma que o presente tenha sua compreensão mediante a análise do pretérito.

Na imagem que as obras consagradas veiculam, os faxinais são vistos pela sua especificidade, motivo pelo qual se encontram limitados. Isto é, para os intérpretes que suscitam a "decadência", sua peculiaridade é a razão de seu destino final – pequenas áreas, conflitos internos, escassez e contaminação dos recursos naturais, criações de animais, empobrecimento, atraso tecnológico. A partir do ideário desses intérpretes, a combinação entre a "evolução tecnológica" e a diferenciação interna nos faxinais é a formulação básica para que se deflagre sua "vocação à decadência". Essa conclusão que sempre aparece de forma implícita nas obras analisadas denota sem dúvidas o efeito da teoria ao exercer sua função classificatória e analítica.

Nesse conjunto de obras, explicar o derradeiro fim dos faxinais constitui lugar-comum das representações elaboradas pelos produtores intelectuais. Motivo pelo qual esse pensamento reproduz-se de forma quase inconsciente nas obras ulteriores, num explícito ato de naturalização e universalização dos conceitos e explicações presentes nos trabalhos científicos, mediante a formação de um *Habitus Intelectual* acionado pelos pretendentes ao ingresso neste campo de debates.

As clivagens detectadas nas obras situadas nas posições dominantes revelam tão somente esquemas analíticos diferenciados, mas transmitem a mesma percepção de "decadência" e "desaparecimento" das formas de uso comum assumidas na figura do "criador comum". Por isso, torna-se importante salientar o

que está implícito neste cenário de tendências inclinadas ao discurso da “extinção dos faxinais”, que ao insistir na noção de “decadência”, sob diferentes expressões, o que está permanentemente em jogo é uma relação entre o limite interpretativo das posições dominantes e as tentativas frequentes dos pretendentes a essa posição em revigorá-las, por meio de novos léxicos e conceitos, sustentados, entretanto, pelos mesmos termos fundamentais instituídos pelos autores-fonte.

Nesse aspecto, é possível assentir de modo geral que a noção de “decadência” aplicada aos “criadores comuns” funciona como modalidade de percepção, que articula os elementos que integram um modo de pensar essa forma tradicional de organização social. Bloqueia-se dessa maneira processos sociais e significados que vigem no presente e são arrogados pelos agentes faxinalenses, a partir de diferenciadas formas de expressão territorial e étnica.

Pelo exposto, afirma-se um esquema interpretativo, cujos fundamentos econômicos legitimam a dominação intelectual num campo de poder que auxilia a compreensão do “ponto de vista” que ainda predomina nas explicações sobre a realidade social dos faxinais, e de diversos “povos e comunidades tradicionais”.

Desse modo, o padrão de explicação que os mencionados autores articulam institui uma modalidade tida como legítima para se pensar os faxinais, transcendendo o curto período de tempo em que foi elaborado – 25 anos – e se mantendo na atualidade nos meandros do pensamento intelectual a nível regional. Pode-se asseverar que a referida percepção intelectual opera como corolário das poucas ações desencadeadas por setores muito específicos do Governo Estadual e da sociedade organizada – ONG’s, associações e pastorais – que sempre intentaram, a despeito das dificuldades políticas, e em virtude de oportunidades conjunturais, desencadear medidas que levassem ao reconhecimento, proteção e promoção dos faxinais, obtendo com isso a exposição do assunto à sociedade e o “comprometimento” do poder público.

Das ações empreendidas pelas instituições do governo, pode-se assentir que as medidas adotadas sempre tiveram caráter efêmero, ainda que lograssem considerável êxito na geração de estimativas primárias sobre os faxinais, nas pesquisas oficiais de caráter exploratório – em condições precárias – denominadas de “levantamentos preliminares”. Neles é notória a presença da percepção dominante sobre os faxinais transposta às noções operativas utilizadas no trabalho de campo. Assim, ao reproduzir as caracterizações descritas pelos autores-fonte,

tais documentos focalizam um “modelo ideal” de faxinal no contexto de um rural, em que estes estão submetidos a fortes intervenções conflituosas dirigidas contra as modalidades de uso comum. O “filtro” imposto por esta tipificação evita que se conheça o número aproximado de faxinais e seus processos de reorganização social, o que implica em conclusões que reforçam as afirmações sobre o “desaparecimento” dessa modalidade de uso comum, tornando o debate improdutivo e sem expectativas.

Tomados por essa percepção esta pesquisa facultou a análise do período mais recente de mobilizações faxinalenses, quando se constitui a APF, o que indica a inação do Governo Estadual e prefeituras frente à única política pública dirigida especificamente aos faxinais no estado do Paraná, qual seja: a ARESUR de 1997. Criada à semelhança de uma unidade de conservação ambiental – APA – e com a finalidade de proteger as espécies ameaçadas e promover o “desenvolvimento comunitário” das “populações residentes”, os mencionados entes públicos, cada qual com sua responsabilidade, esvaziam os preceitos dessa medida, o que evidencia a persistência do menosprezo pelos faxinais, agora associados a uma questão ambiental, que mesmo normatizada via Decreto Estadual encontra pelo caminho toda a ordem de obstáculos à sua realização, resultado que expressa a insignificância conferida aos faxinais no âmbito do Governo Estadual e das prefeituras. Estas, cabe mencionar, são beneficiárias diretas do recolhimento de recursos financeiros pelo ICMS Ecológico aos cofres municipais, oriundos do enquadramento dos faxinais na categoria ARESUR. Todavia, é de conhecimento público que essa arrecadação é gestada de acordo com interesses das administrações municipais e na maioria das vezes não encontra seu destino em beneficio dos faxinais.

Pode-se ainda mencionar que a luta do movimento faxinalense embala-se pelas oportunidades políticas geradas no âmbito federal, propiciadas pelo reconhecimento da diferença étnica e cultural, o que tem garantido aos “povos e comunidades tradicionais” a criação de um fórum oficial – Comissão Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais –, além de um pacote de intenções políticas atrasadas ou bloqueadas em sua realização. Na ausência de posições afirmativas advindas das instituições governamentais no plano estadual e municipal, a mobilização dos faxinalenses tem feito toda a diferença. Concretamente a pressão da APF possibilitou a aprovação da Lei Estadual n.

15.673/2007 e de outras cinco leis municipais, o que declara a estratégia dos agentes faxinalenses em garantir, qual seja a esfera de poder, seu reconhecimento jurídico-formal, ao mesmo tempo em que demandam o reconhecimento da realização de suas práticas tradicionais através dos “acordos comunitários”.

No entanto, enquanto os faxinalenses aguardam a efetivação de seus direitos, a regulamentação e operacionalização de tais normas descansam nas gavetas da burocracia, visto que tais medidas esbarram em formalismos e concepções estigmatizadas, que por um longo tempo foram introjetadas no senso comum da sociedade, e das instituições do Estado.

A partir desses termos, há que se retomar o sentido da análise crítica empreendida por esta tese, porquanto ela visa reconhecer a importância das produções aqui examinadas para o conhecimento dos faxinais ao meio científico, porém para o seu prosseguimento fez-se necessário selecionar e afastar os obstáculos erigidos pela força que este esquema de explicação adquiriu. Ao tentar propiciar outros possíveis instrumentos de percepção, que partam da leitura crítica destas obras, já cristalizado no campo intelectual, tal análise possibilita uma aproximação mais verossímil de uma realidade objetiva consoante à ressignificação dos “novos” sujeitos sociais que se autodenominam de faxinalenses e buscam seu reconhecimento pelo o que são na atualidade. Essa legitimidade é fator de primeira importância na luta simbólica que travam no campo das interpretações sobre os faxinais, por isso mudar as regras de interpretação é a condição básica para mudar os esquemas de percepção social sobre os faxinais.

Importa ressaltar que esse cenário de análises tem sua reinterpretação evidenciada na medida em que a mobilização dos agentes faxinalenses torna “visível” a sua existência social através de atos, dispositivos e ações em defesa de seus direitos étnicos e coletivos assegurados constitucionalmente.

Nesse aspecto busquei transcender a uma noção estrita do recurso básico – terra – tratado de forma isolada, bem como do conceito jurídico de propriedade privada, ambos utilizados como categorias centrais na análise dos faxinais pelos autores-fonte, no esforço de reconceituar o significado atribuído a essa modalidade de uso comum, ao incorporar fatores étnicos e político-organizativos, que abarcam distintos atos de mobilização que denotam consciência ecológica e organização política. Deste modo a questão socioambiental que envolve as terras de uso comum não pode mais ser tratada como uma questão sem sujeito – como tem sido tratada a

questão ambiental –, e, portanto, não se pode mais tratar a situação dos faxinais ou das “terras de faxinais” sem levar em consideração os fatores étnicos e a ação dos faxinalenses.

Com o propósito de síntese, pode-se adiantar que, se antes, o uso da categoria faxinal dissociava o sujeito do objeto, agora consoante a categoria faxinalense revelam-se dinamicamente fatores étnicos e afirmativos de uma identidade que comporta explicações sobre a complexidade que envolve a questão socioambiental. A análise do processo de construção de sujeitos sociais aponta neste trabalho para uma existência coletiva objetivada num movimento social organizado com suas respectivas redes sociais – faxinais – redesenhando a sociedade civil – por enquanto, no Paraná – e impondo seu reconhecimento às instituições de poder.

Aliás, os sujeitos desta questão têm se constituído desde 2005, e seguramente não têm existência individual ou atomizada. A construção desses sujeitos é coletiva, conforme acompanham os trabalhos de Almeida (2006), Tavares (2008) e Souza (2009), num contexto que se vincula ao advento dos vários movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e de manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ilhéus, cipozeiros, pescadores artesanais, ou seja, pelos denominados “povos e comunidades tradicionais.” Registra-se, a partir desse momento, uma ruptura com a leitura homogeneizante, que historicamente apagou as diferenças étnicas e a diversidade cultural.

A expressão identitária torna-se uma das chaves de leitura desse debate, onde não se pode mais reduzir os faxinais à presença de um “criador comum”, segundo modelo de produção tipificado. O objeto como produto do sujeito, nos remete a compreender que a organização social ou produtiva pode ser formulada à luz de um tempo passado, mas ela é ressignificada no presente em novos contextos que nos fazem pensar determinados grupos sociais pelo que são, e não pelo que foram no passado.

Foi possível captar que o sentido coletivo desta autodefinição emergente impôs uma noção de identidade à qual correspondem territorialidades específicas, cujas fronteiras estão sendo socialmente construídas e nem sempre coincidem com as áreas dos “levantamentos oficiais”. Os números e a distribuição geográfica diferem muitíssimo na comparação com os dados governamentais, e indicam a

necessidade de rever o sentido dado às tendências mais pessimistas, uma vez que suas previsões de desaparecimento não se sustentaram. Pelo contrário, a identidade faxinalense está em processo de consolidação política e parece ter encontrado seu “lugar de direito”, o que deve significar a ampliação da luta social pela incorporação de suas demandas no pleito das políticas públicas, em especial as lutas de reconhecimento e demarcação territorial.

Verifico e concluo com isso que estamos diante de um processo de territorialização complexo dos faxinais em que o raio de abrangência do movimento social – APF – não se confunde com um bioma ou ecossistema, bem como não se acha confinado nas áreas apresentadas até o momento pelas obras mencionadas. Tal processo resultou na elaboração do Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná, que identificou a ocorrência de 227 faxinais e aproximadamente 32.000 faxinalenses no estado do Paraná. Esse procedimento, tecnicamente chamado de mapeamento situacional, possibilitou identificar formas diferenciadas de territorialização dos faxinais, denominadas de territorialidades específicas, possibilitando novas categorias de faxinais, obtidas segundo as representações sociais dos agentes faxinalenses.

Tais processos diferenciados de territorialização analisados e transformados para uma base cartográfica nos dão a aproximada noção sobre as terras tradicionalmente ocupadas para o uso comum nas regiões pesquisadas, apontando para a construção de uma nova “fisionomia étnica” no Paraná.

Apesar do resultado exposto não permitir conclusões definitivas a respeito da situação territorial dos faxinais no Paraná, uma vez que não foi possível percorrer toda a região inicialmente planejada, posso afirmar que a principal informação apreendida a partir desta pesquisa, e que necessita ser aprofundada, se refere à detecção detalhada desses diferentes processos de territorialização que propiciam instrumentos para compreender a regularidade que esses processos se desenvolvem.

Em resumo, pode-se afirmar que o exame crítico proposto por este estudo, ao ressignificar o sentido atribuído aos faxinais, abre novas perspectivas para estudos ainda inéditos. Desse modo, muitas indagações não foram ou tão cedo serão respondidas, dentre algumas posso citar a necessidade de uma detida análise sobre: o processo de organização do movimento faxinalense e sua inserção no campo das lutas agrárias no Paraná; os impactos, benefícios e conflitos provocados

pelas políticas públicas de desenvolvimento rural na agricultura familiar; identificar os critérios de pertencimento e exclusão definidos por grupos faxinalenses em diferentes faxinais e regiões do Paraná; estender investigações sobre a situação dos faxinais em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como expandir o mapeamento social para regiões ainda inexploradas por esta pesquisa.

Por fim, a produção deste trabalho associado à convivência quase quotidiana com os agentes faxinalenses permitiu que eu aprendesse a "classificar" a realidade social a partir do "ponto de vista" desses sujeitos sociais. Tarefa da qual pude compartilhar na condição inicial de "assessor político" e, posteriormente – nos últimos momentos –, como "pesquisador". Portanto, peço licença aos faxinalenses, por meio desta tese, para retornar meu agradecimento, pelas palavras de Bourdieu, para o qual *"a sociologia tem a tarefa de restituir a esses sujeitos o sentido de suas ações"* (BOURDIEU, 2002).

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **Justiça ambiental** - novas articulações entre meio ambiente e democracia. In. IBASE/CUT-RJ/IPPURUFRJ. Movimento sindical e defesa do meio ambiente – o debate internacional. Rio de Janeiro: [*s.n.*], 2000.

_____. **Sustentabilidade e articulação territorial do desenvolvimento brasileiro.** In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2005.

AHRENS, Sergio. O código florestal brasileiro e o uso da terra: histórico, fundamentos e perspectivas. **Revista de direitos difusos**, v. 6, n. 31, p. 81-102, 2005.

ALMEIDA, A. W. B. **Antropologia dos archivos da Amazônia.** Rio de Janeiro: CASA 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. **Ideologia da decadência**: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão. Rio de Janeiro: CASA 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

_____. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. **Cadernos NAEA**, Belém, n. 10, UFPA, 1989.

_____. **Terras de Quilombo, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: UFAM, 2006. (Coleção tradição e ordenamento jurídico).

ALMEIDA, A. W. B.; SOUZA, R. M. (Orgs.). **Terras de Faxinais.** Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009. 184p. (Coleção tradição e ordenamento jurídico, v. 4).

ALMEIDA, G. E. G. **Fumo** - servidão moderna e a violação dos direitos humanos. Curitiba: Terra de Direitos, 2008. 168p.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES. **Dossiê**: Conflitos socioambientais e violação dos direitos humanos na floresta com araucária. Irati, PR: APF, jun. 2007. No prelo.

_____. **Cartilha do 1º Encontro dos Povos de Faxinais**, Irati – PR, agosto de 2005.

_____. **Cartilha do 2º Encontro dos Povos Faxinalenses**, Irati – PR, agosto de 2007.

_____. **Cartilha do 3º Encontro dos Povos Faxinalenses**, Irati- PR, agosto de 2009.

_____. **Faxinalenses na região centro do Paraná.** Guarapuava, PR: PNCSA, 2008. (Fascículo 2 - Série Faxinalenses no Sul do Brasil).

_____. **Faxinalenses na região centro-sul do Paraná.** Rebouças, PR: PNCSA, 2008. (Fascículo 3 - Série Faxinalenses no Sul do Brasil).

_____. **Faxinalenses na região metropolitana de Curitiba.** Quitandinha, PR: PNCSA, 2008. (Fascículo 4 - Série Faxinalenses no Sul do Brasil).

_____. **Povos de Faxinais.** Brasília, DF: PNCSA, 2007. (Fascículo 1 - Série povos e comunidades tradicionais do Brasil).

AS-PTA. **Relatório técnico de pesquisa** - Diagnóstico rural participativo no Faxinal Marmeleiro de Baixo, Rebouças, PR. Centro de Documentação, 1995.

ASSOCIAÇÃO APRENDIZES DA SABEDORIA. **Faxinalenses**: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura. Irati, PR: PNCSA, 2008. (Fascículo 1 - Série Faxinalenses no Sul do Brasil).

AVÉ-LALLEMANT, R. **1858, viagem pelo Paraná.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber).

BALHANA, A. P.; MACHADO, B. P.; WESTPHALEN, C. M. **Campos gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1968.

_____. **História do Paraná.** Curitiba: Grafipar, 1969. v. 1.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

BIGG-WITHER, T. P. **Novos caminhos no Brasil meridional**: a província do Paraná, três anos em suas florestas e campos (1872/75). Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2003. 149p.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

_____. **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Esboço de uma teoria da prática**: precedido de três estudos de etnologia cabila. Oeiras: Celta Editora, 2002.

_____. **Esboço para uma autoanálise.** Lisboa: Edições 70, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 1996.

BRASIL. Decreto n. 10.408, de 13 de julho de 2006. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 134, p. 19, 13 jul. 2006.

BRASIL. Decreto n. 4.340, de 22 de junho de 2002. Regulamenta atos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 ago. 2002.

BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 fev. 2007.

BRASIL. Lei n. 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção n.169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 abr. 2004.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, Parágrafo 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 jul. 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigos 215 e 216, Parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, dispõe sobre as expressoes culturais e sua proteçao. Brasília, 20 de outubro de 1988.

CAMPOS, N. J. **Terras de uso comum no Brasil**: um estudo de suas diferentes formas. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CAPRA, F. **O ponto de mutação.** São Paulo: Ed. Cultrix, 1982.

CARNEIRO DA CUNHA, M. **Antropologia do Brasil**: mito, história e etnicidade. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CARVALHO, H. M. **Da aventura à esperança**: a experiência autogestionária no uso comum da terra. Curitiba, 1984. Mimeo.

_____. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2005.

_____. **Tecnologia socialmente apropriada**: muito além de uma questão semântica, Documento n. 4, IAPAR. Ago. 1982.

CASTRO, E; ACEVEDO, R. Terra, etnicidade e representações sobre a natureza entre remanescentes de quilombos. In: **Negros do Trombetas**: Guardiães de Matas e Rios. 2. ed. Belém: CEJUP, 1998.

CHANG, M. Y. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988. 121f. (Boletim Técnico, 22).

CUNHA, L. A. G**. Os faxinais como territórios sociais.** In: I ENCONTRO DOS POVOS FAXINAIS, 2005, Irati: IAP. No prelo.

DIEGUES, A. C. S*. O mito moderno da natureza intocada. **3. ed. São Paulo: Hucitec, 2000. 169p.***

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo. Ed. Martin Claret, 2002.

_____. **Da Divisão do Trabalho Social.** Tradução: Eduardo Brandão. Coleção Tópicos. Editora: WMF Martins Fontes, Lisboa, 2008.

EMATER- PR; SEAB; SEPLAN. **Cadastro sobre os Faxinais no estado do Paraná.** Curitiba, 1994. Mimeo.

FERNANDES, J. C. Faxinais não vão para o céu. **Gazeta do Povo**, p. 6, 15 jul. 2007.

FERREIRA, P. **Estudo sobre os Faxinais Lageado de Baixo e Lageado do Mello-PR**: a construção de conhecimento a partir da ecologia social como subsídio para um projeto de turismo comunitário. 123p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2008.

FOUCAULT, M. **A arquelogia do saber.** Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1987.

_____. **Microfísica do poder.** 15. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. 223p.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Petrópolis – RJ. Ed. Vozes. 2001.

GEVAERD, J. L. Perfil histórico-jurídico dos faxinais ou compáscuos - análise de uma forma comunal de exploração da terra. **Revista de Direito Agrário e Meio Ambiente**, Curitiba, ITCF, p. 44-69, 1986.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais** - paradigmas clássicos e contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.

GONÇALVES, M. T. **Plantações e a política florestal no Brasil**: análise da formação e da institucionalização das demandas (1960-2000). SOBER, 2006.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa.** Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUBERT, F. A. O Faxinal: estudo preliminar. **Doutrina agrária**, p. 32-40, 1987.

HABERMAS, J. **Teoria da ação comunicativa**, Rio de Janeiro. Nobel, 1981.

HARDIN, G. The tragedy of commons. In: HARDIN, G; BADEN, J. (Orgs.). **Managing the commons**. W.H. Freeman, USA: Science, 1968. p. 16-29.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional. São Paulo: Hucitec, 1962.
IBGE. **Microrregiões do Paraná/Brasil.** 1992. (Série caderno estatísticos).

IFT. **Cadastro dos Faxinais no Paraná.** Curitiba, PR. 1995.

IPARDES. Fundação Édison Vieira. **O Paraná reinventado**: política e governo. Curitiba. Convênio IPARDES/SEPL/FUEM, 1989.

KONDER, L. **O que é Dialética.** 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. (Col. Primeiros Passos, n. 23).

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** Tradução de C. Iperoig. São Paulo. Ed. Proposta, 1980.

LAVALLE, A. M. **A madeira na economia paranaense.** Curitiba: Grafipar/SECE, 1981.

LENIN, V. I. **O Capitalismo na Agricultura**: O Livro de Kautsky e o artigo do Sr. Bulgakov. Tradução de Sandra Brizolla. In: GRAZIANO DA SILVA, J. STOLCKE, V. (Orgs). **A questão agrária**. São Paulo. Brasiliense, 1981.

LINHARES, T. **História econômica do mate.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

_____. **Paraná vivo.** Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. (Coleção Brasil diferente).

LITTLE, P. E*. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil****: por uma antropologia da territorialidade. Brasília, 2002. 31p. (Série antropologia, n. 322).***

LOUSADA, M. T. **A extensão rural no Brasil**: um projeto educativo para o capital. São Paulo: Ed. Loyola, 1985.

LÖWEN SAHR***, C. L.*** **et al.** *Pela defesa de terras e povos de faxinal****: reflexões sobre uma ação extensionista.*** Extensão (UFSC), Florianópolis, 2005. No prelo.

LÖWEN SAHR, C. L.; IEGELSKI, F. **O sistema Faxinal no município de Ponta Grossa**: diretrizes para preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e das identidades das comunidades e dos espaços faxinalenses. Ponta Grossa: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, 2003. 108p. (Relatório técnico).

MACHADO, B. P. **Formação da estrutura agrária tradicional nos campo gerais**. In: Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. Curitiba: UFPR, Boletim da Universidade do Paraná, n. 3, 1963.

MARQUES, C. L. G. **Levantamento preliminar sobre o sistema faxinal no estado do Paraná.** Guarapuava: Instituto Ambiental do Paraná, 2004. 192p. (Relatório técnico).

MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, A. R. **História do Paraná**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber).

_____. **Terra e gente do Paraná.** Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber).

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1983.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MOTTA, L. T. **As** *guerras dos índios Kaingang**: a história épica*** dos ***índios Kaingang no Paraná***, ***1769-1924***. Maringá: Ed. da Univ. Est. de Maringá, 1994. 285p.

NADALIN, S. O. **Paraná**: ocupação do território, população e migrações. Curitiba: SEED, 2001.

NERONE, M. M. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal**: Rebouças – 1950-1997. 286f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Assis, 2000.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco.** São Paulo: Editora Bom Tempo, 2003. 150p.

OLIVEIRA, D. A. Os **Faxinais no Município de Prudentópolis – PR**: Potencialidades e Perspectivas para o Turismo Rural. Dissertação de Mestrado 124f. UNIVALE. Balneário Camboriú, SC. 2008.

ORREDA, J. M. **Irati.** Irati: EDIPAR, 1972.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica. In: **Encontros com a civilização brasileira**, n. 11, 1979.

_____. Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização, fluxos culturais. In: **A viagem de volta**: etnicidade, política, reelaboração cultural do nordeste indígena. Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 1999.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1970.

PARANÁ. Decreto Estadual n. 3.446, de 25 de julho de 1997. Cria as áreas especiais de uso regulamentado – ARESUR no estado do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 5067, 14 ago. 1997.

PARANÁ. Lei n. 15.673, de 11 de novembro de 2007. Dispõe que o estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 7597, 12 nov. 2007.

PARANÁ. **Relatório DIBAP/ ICMS ecológico por biodiversidade**: processos de Faxinais no IAP em 2007.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Editora Fundação da Unesp, 1998.

RITTER, M. L. As sesmarias do Paraná no século XVIII. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense**, Curitiba, 1980. (Estante Paranista).

SAINT-HILAIRE, A. **Viagens na comarca de Curitiba - 1820.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. (Coleção Farol do Saber).

SANTOS, B. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências revisitado. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

_____ (Org.). **Reconhecer para libertar**: os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SEAB/PR. **Cartilha PRO-RURAL** - Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural, 1980.

SEAB/PR. Paraná 12 Meses. **Boletim informativo**, Curitiba, v. 1, n. 1, 1998.

SEAB/PR. **Programa de microbacias.** Curitiba, PR. 1990.

SHIRAISHI, J. O direito dos povos dos faxinais. In: **Terra de Faxinais.** Manaus: Editora da Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2009. (Coleção tradição e ordenamento jurídico, Projeto Nova Cartografia Social. v. 4).

SILVA, O. H. **A foice e a cruz**: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Editora Rosa de Bassi, 2006.

SOUZA, R. M. **Transformações econômicas e sociais e trajetória na agricultura familiar**: estudo de caso sobre a desconstrução da autonomia da agricultura familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo, PR. 135f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Santa Maria, 2001.

TAUNAY, V. **Curiosidades naturaes do Paraná e excursão no rio Iguassu.** Rio de Janeiro: Typ. Laemmert, 1890.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais no Paraná**: terras de uso comum. 751f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2008.

TEICH, D. H. 50 Milhões de árvores nos vagões da ferrovia - maior serraria da América do Sul derrubou grande parte da floresta de araucárias. **O Estado de S. Paulo**, Três Barras-SC, p. B9, 6 mar. 2005. (Caderno de Economia).

VALVERDE, O. **Estudos de geografia agrária brasileira.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

VANDRESEN, D. **Estudo da realidade brasileira a partir dos grandes pensadores, para entender a história da expropriação da terra dos índios, negros e posseiros da região centro do Paraná.** Monografia (Curso de Realidade Brasileira) - UFMG, 2007.

VARGAS, T. **A última viagem do Barão do Serro Azul**. Curitiba: Ed. Juruá, 2004.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento agrícola** - uma visão histórica. São Paulo: Edusp: Hucitec, 1991.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária.** Estudo do processo de penetração numa área da transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VINHAS DE QUEIROZ, M. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. (Brasil diferente).

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil.** 2. ed. anotada. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ZAEYEN, A. **Estrutura e desempenho do setor de papel e celulose no Brasil.** 99f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 1986.

ANEXOS

MAPEAMENTO FAXINAIS NO PR

Antonio Michel Kuller Meira[1]
José Carlos Vandresen[2]
Roberto Martins de Souza[3]

N.°	*Nome do Faxinal*	*Município*	*Região APF*	*Situação*[4]	*N.º famílias faxinalenses*[5]	*GPS*[6]	*Conflitos com Agronegócio e Poder Público*	*Violência contra faxinalenses e seus bens*[7]	*Conflitos de acesso e uso RN*[8]
1	Espigão, Lagoa dos Gomes e Pedra Preta	Mandirituba	Curitiba	2	80	665893 7133506	Chacreiros	AC	F
2	Meleiro	Mandirituba	Curitiba	2	50	665940 7136154	Chacreiros	ACV	F
3	Barco	Mandirituba	Curitiba	4	25	660231 7129845	Chacreiros	CV	FD
4	Rio da Várzea	Mandirituba	Curitiba	4	20	660697 7129911	Chacreiros	CV	FD
5	Avencal	Mandirituba	Curitiba	4	20	660741 7129910	Chacreiros	CV	F
6	Gavião	Mandirituba	Curitiba	3	5	667386 7136244	Chacreiros	CV	F
7	Lagoa dos Ferreiras	Mandirituba	Curitiba	4	10	668224 7137877	Chacreiros	CV	FDN

[1] Geógrafo – Coordenador Eixo Povos Tradicionais, IEEP.
[2] Filósofo – Coordenação da CEMPO, Secretário Executivo da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais.
[3] Sociólogo – Coordenação Geral do Projeto de Mapeamento Social dos Faxinais, Assessor da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais.
[4] A APF identificou 4 categorias de faxinais baseada na relação entre dois critérios: a) Existência de práticas de uso comum das pastagens nativas e b) Autopercepção dos conflitos de uso dos recursos naturais referidos a territórios tradicionalmente ocupados em diferentes processos de territorialização: 1) Faxinal uso comum – "criador comum aberto"; 2) Faxinal uso comum –"criador comum cercado"; 3) Faxinal uso comum restrito – "criador com criação grossa"; e 4) Faxinal sem uso comum – "mangueirões" e "potreiros". Nesta classificação, a quarta modalidade foi considerada a forma predominante, não obstante numa mesma comunidade se apresentarem áreas individualizadas e em comum.
[5] Este dado foi coletado junto a informantes das comunidades visitadas. Refere-se à estimativa do número de famílias que compõem "unidades de mobilização" em defesa do uso comum.
[6] Por falta de equipamento de GPS e escassos recursos financeiros, alguns faxinais incluídos neste mapeamento não foram registrados com GPS, apesar de visitados e receberam a sigla VSP – Visita Sem Ponto.
[7] Nesta categoria enquadram-se as 4 principais formas de violência observadas contra os faxinalenses e seus bens, provocadas por conflitos contra seus antagonistas: A – ameaça contra lideranças; H – homicídio; C – danos, matança e roubo de criação animal; V – violação dos acessos ao criador comum, incorrendo em destruição, remoção ou colocação litigiosa de mata-burros e/ou portões.
[8] Foram considerados 4 principais conflitos de acesso e uso dos recursos naturais provocados por conflitos contra seus antagonistas: F – fechos; D – desmatamento florestal; E – Estradas e N – nascentes contaminadas ou destruídas.

8	Tronco	Mandirituba	Curitiba	4	14	672349 7131194	Chacreiros	CV	F
9	Ilha	Mandirituba	Curitiba	4	16	672722 7131905	Chacreiros	C V	F
10	Campestre dos Paulas e Mato Branco	Mandirituba	Curitiba	2	100	661893 7142195	Chacreiros e Granjeiros	ACV	FDN
11	Guapiara	Mandirituba	Curitiba	4	20	668224 7137883	Chacreiros	C V	F
12	Paraguai	Mandirituba	Curitiba	4	15	662152 7134429	Chacreiros	C V	F
13	Rio Várzea Borges	Mandirituba	Curitiba	4	30	0668950 7131983	Chacreiros e Plantio de Pinus	A C V	F E N
14	Santo Antonio	Mandirituba	Curitiba	4	20	668950 7131983	Chacreiros	C V	F
15	Caí de Cima	Mandirituba	Curitiba	4	200	657533 7136948	Chacreiros, Plantio de Pinus e Eucaliptus	C V	FDEN
16	Água Clara de Cima	Quitandinha	Curitiba	2	100	659570 7127537	Chacreiros, plantio de Pinus e Eucaliptus	C V	FDN
17	São Gabriel	Quitandinha	Curitiba	3	30	646013 7138652	Chacreiros, Plantio de Pinus e Eucaliptus	A C	FN
18	Barro Branco	Quitandinha	Curitiba	4	55	639478 7139125	Chacreiros	A C V	FN
19	Salso	Quitandinha	Curitiba	2	34	651586 7135663	Chacreiros	A C V	FDN
20	Caizinho	Quitandinha	Curitiba	2	60	0657866 7138672	Chacreiros e Plantio de Pinus	A C V	FDN
21	Reis	Quitandinha	Curitiba	3	50	0649813 7143695	Chacreiros	C V	F
22	Doce Grande e Quisse dos Ribas	Quitandinha	Curitiba	2	140	657176 7121070	Chacreiros, Plantio de Pinus e Eucaliptus	A C V	F
23	Lagoa Verde	Quitandinha	Curitiba	2	25	0502379 7211316	Chacreiros e Granjeiros	C V	FNE
24	Quissé dos Alves	Quitandinha	Curitiba	3	25	653000 7125246	Plantio de Pinus e Eucaliptus	C	FN
25	Cerrinho	Quitandinha	Curitiba	2	30	651817 7127256	Chacreiros, Plantio de Pinus e Eucaliptus	C V	F
26	Pangaré	Quitandinha	Curitiba	4	10	502580 7214387	Chacreiros e Estado	C V	FE

27	Quebra Joelho, Água Clara de Baixo e Rio da Várzea	Quitandinha	Curitiba	2	85	659828 7127596	Chacreiros	C	F
28	Doce Fino	Quitandinha	Curitiba	4	5	655952 7126581	Chacreiros	C V	F
29	Postinho	Tijucas do Sul	Curitiba	4	20	VSP	Empresa de Pinus e Mineradora	C	FD
30	São João do Piraí	Tijucas do Sul	Curitiba	4	30	VSP	Empresa de Pinus e Mineradora	C	FD
31	Piraí	Tijucas do Sul	Curitiba	3	40	693446 7122694	Empresa de Pinus e Mineradora	C V	FD
32	Campestre	Tijucas do Sul	Curitiba	4	20	680242 7124985	Chacreiros e Empresa de Pinus	C V	FD
33	Cangoera	Tijucas do Sul	Curitiba	2	20	0684211 7123021	Chacreiros e Empresa de Pinus e Sojicultura	CV	FDN
34	Gama	Tijucas do Sul	Curitiba	4	35	677496 7131955	Chacreiros, Granjeiros e Wmpresa de Pinus	C	FD
35	Papanduva	Tijucas do Sul	Curitiba	4	28	686682 7122475	Chacreiros e Empresa de Pinnus	C V	FDN
36	Araçatuba	Tijucas do Sul	Curitiba	2	23	675015 7133815	Chacreiros	C V	FDN
37	Ximbuva	Tijucas do Sul	Curitiba	2	17	672394 7131194	Chacreiros e Empresa de Pinus	C V	FDN
38	Leão	Agudos do Sul	Curitiba	4	10	666252 7126523	Chacreiros	C V	FN
39	Riberãozinho	Agudos do Sul	Curitiba	4	10	667211 7127062	Chacreiros	C V	FN
40	Taboão	Agudos do Sul	Curitiba	4	25	663820 7126464	Chacreiros	C V	FN
41	Queimadas de Baixo	Agudos do Sul	Curitiba	4	60	664450 7123447	Chacreiros e Prefeitura	C V	FN
42	Taquara Lisa	Agudos do Sul	Curitiba	4	50	667952 7122766	Chacreiros e Empresa de Pinus	C V	FN
43	Pedra Branca e Palmital	Agudos do Sul	Curitiba	3	20	670263 7120976	Chacreiros, Granjeiros e Prefeitura	A C V H	FDN
44	Gramado	Piên	Curitiba	4	25	657006 7114125	Chacreiros	C	F
45	Poço Frio dos Moreiras	Piên	Curitiba	4	15	653069 7113963	Chacreiros e Empresas de Pinus	C V	F
46	Faxinal dos Rodrigues	Piên	Curitiba	3	45	654550 7118790	Plantio de Pinus	C V	F

47	Poço Frio	Piên	Curitiba	4	20	653584 7111968	Chacreiros e Granjeiros	C V	F
48	Dos Dias	Lapa	Centro-Sul	4	10	605687 7144251	Soja e Pinus	A C	FDN
49	Dos Fior	Lapa	Centro-Sul	4	10	0608512 7145382	Soja e Pinus	A C V	FDN
50	Segundo Castilhos	Lapa	Centro-Sul	4	50	0606091 7141926	Soja e Pinus	C	FDN
51	Água Azul	Lapa	Centro-Sul	3	30	VSP	Chacreiros e Granjeiros	C V	FEN
52	Carqueja	Lapa	Centro-Sul	3	50	592674 7142459	Chacreiros e Soja	C	FEN
53	Faxinal Dos Pretos	Lapa	Centro-Sul	4	30	622565 7139975	Soja, gado e Pinus	C V	FDEN
54	Paiquerê	Lapa	Centro Sul	4	15	0594516 7160173	Soja, Pinus e Prefeitura	C V	FEDN
55	Faxinal os Paio	Lapa	Centro-Sul	4	9	0611539 7155622	Soja e Pinus	C V	D N
56	Mato Queimado	Lapa	Centro-Sul	2	30	0584368 7148504	Soja	C	F
57	Palmital	Lapa	Centro-Sul	4	30	0587033 7149560	Chacreiros	C V	F
58	Canoeiro	Lapa	Centro-Sul	3	40	0581363 7146367	Chacreiros	C	F
59	Santo Amaro	Lapa	Centro-Sul	4	10	0611539 7155622	Chacreiros	C V	F
60	Floresta São João	Lapa	Centro-Sul	4	10	0586406 7154029	Pinus	C V	FDN
61	Polvinho	Lapa	Centro-Sul	4	25	VSP	Soja, Maça e Pinus	C	FD
62	Paiol	Lapa	Centro-Sul	4	33	VSP	Soja, Maça e Pinus	C V	F
63	Bonito	Lapa	Centro-Sul	3	30	VSP	Fumicultura e Pinus	C	F
64	Marcondes	Prudentópolis	Centro-Sul	2	50	0498038 7200666	Chacreiros, Gado e Soja	C V	F
65	Tijuco Preto	Prudentópolis	Centro-Sul	2	300	0491793 7192998	Soja	C	F
66	Santo Antonio / Guanabara	Prudentópolis	Centro-Sul	3	50	0497703 7196912	Soja	C	F
67	Taboaozinho	Prudentópolis	Centro-Sul	2	60	0496057 7194647	Soja	A, C	F

68	Ponte Nova	Prudentópolis	Centro-Sul	3	30	0501033 7194390	Soja	CV	F
69	Patos Velhos	Prudentópolis	Centro-Sul	3	40	0501962 7193887	Soja	CV	F
70	Paraná Anta Gorda	Prudentópolis	Centro-Sul	2	30	0491037 7222255	Soja	C	FD
71	Ivaí Anta Gorda	Prudentópolis	Centro-Sul	2	70	0495762 7221503	Soja	C	FD
72	Barra Bonita	Prudentópolis	Centro-Sul	2	450	0498471 7226700	Soja	C	FD
73	Manduri	Prudentópolis	Centro-Sul	2	150	0508175 7213925	Soja	C	F
74	São Pedro	Prudentópolis	Centro-Sul	2	160	0508270 7209077	Soja	CV	FD
75	Papanduva de Baixo	Prudentópolis	Centro-Sul	2	280	0511881 7204908	Soja	C	F
76	Papanduva de Cima	Prudentópolis	Centro-Sul	4	140	0519311 7200459	Soja	C	F
77	Barro Branco	Prudentópolis	Centro-Sul	3	40	0518943 7202647	Soja	C	FDN
78	Água Quente dos Meiras	Rio Azul	Centro-Sul	2	100	0514844 7167822	Chacreiros	CV	F
79	Lageado dos Mellos	Rio Azul	Centro-Sul	2	46	0523949 7143704	Madeireira e Soja	C	F
80	Taquari	Rio Azul	Centro-Sul	2	150	0509181 7169732	Madeireira e Soja	C	FN
81	Invernada	Rio Azul	Centro-Sul	4	75	0533000 7149279	Soja e Chacreiros	ACV	FD
82	Porto Soares	Rio Azul	Centro-Sul	3	40	0533001 7149275	Prefeitura, Chacreiros e Pinus	AVC	FD
83	Rio Azul dos Soares	Rio Azul	Centro-Sul	3	50	0527572 7149955	Fumicultura e Soja	AC	FD
84	Vila Nova	Rio Azul	Centro-Sul	2	35	0532248 7144928	Pinus e Prefeitura	CV	FDN
85	Emboque	São Mateus	Centro-Sul	2	50	0552186 7135466	Chacreiros e Soja	ACHV	FDN
86	Água Branca	São Mateus	Centro-Sul	2	23	0511334 7185596	Soja	CV	F

87	Taquaral do Bugre	São Mateus	Centro-Sul	3 e 4	20	0558922 71149484	Soja	V	FD
88	Paiol Grande	São Mateus	Centro-Sul	4	30	0559138 7142034	Soja, Pinus e Mineradora (Petrobras)	V	FD
89	Pirapó	Irati	Centro-Sul	4	20	514737 7176072	Soja	CV	FDN
90	Faxinal dos Mellos	Irati	Centro-Sul	3 e 4	45	515195 7184661	Soja	CV	FD
91	Faxinal Rio do Couro	Irati	Centro-Sul	2 e 3	65	514377 7183907	Soja e Pinus	CVH	FDN
92	Cachoeira do Palmital e Palmital	Irati	Centro-Sul	3 e 4	50	508923 7187836	Soja e Pinus	C	FD
93	Cadeado Grande	Irati	Centro-Sul	2	15	505088 7188597	Soja	C	FDN
94	Cadeado Santana	Irati	Centro-Sul	4	40	0503434 7186173	Soja	C	FDN
95	Itapará	Irati	Centro-Sul	2	60	495260 7182020	Pinus e Fumicultura	C	FDN
96	Monjolo	Irati	Centro-Sul	2	46	0529421 7173727	Soja	C	FDN
97	Faxinal dos Antonios	Irati	Centro-Sul	4	20	VSP	Chacreiros, Pinus e Soja	C	FD
98	Rio Corrente	Irati	Centro-Sul	4	15	0526587 7177244	Chacreiros	C	FE
99	Campina do Guamirim	Irati	Centro-Sul	3	25	0516067 7170330	Soja e Pinus	C	F
100	Rio Preto	Irati	Centro-Sul	4	10	0522554 7176619	Chacreiros e Soja	C	FE
101	Pedra Preta	Irati	Centro-Sul	4	20	0657006 7114121	Chacreiros e Soja	C	FD
102	Pinho de Baixo	Irati	Centro-Sul	3	10	VSP	Soja	C	FD
103	Papua	Imbituva	Centro-Sul	3 e 4	30	0537671 7192502	Soja e Chacreiros	C	FDN
104	Lagoa	Imbituva	Centro-Sul	3	40	0536602 7202388	Chacreiros e Soja	CV	FE
105	Faxinal dos Penteados	Imbituva	Centro-Sul	4	25	0533497 7205871	Soja	CV	FD
106	Arroio Grande	Imbituva	Centro-Sul	4	60	0535039 7204165	Soja	C	F

107	Pedra Lisa	Imbituva	Centro-Sul	4	10	0527230 7222316	Soja	C	FD
108	Água Suja	Imbituva	Centro-Sul	4	80	0525508 7219269	Soja	C	FD
109	Valinhos ou Mato Branco do Meio	Imbituva	Centro-Sul	3 e 4	50	0529680 7216234	Soja	CV	FDE
110	Alto do Tigre	Imbituva	Centro-Sul	4	30	0523995 7212668	Soja	C	F
111	Faxinal dos Stresser	Inácio Martins	Centro-Sul	1	20	0493619 7166091	Pinus e Chacreiros	C	FD
112	Colônia Dalegrave	Inácio Martins	Centro-Sul	3	20	0493821 7160094	Pinus	C	FD
113	Faxinal dos Matozo	Inácio Martins	Centro-Sul	1	3	0498703 4167975	Pinus	C	FD
114	Faxinal do Posto	Inácio Martins	Centro-Sul	1	30	0474893 7172899	Pinus	C	FD
115	São Pedro	Inácio Martins	Centro-Sul	1	20	0499268 7153893	Pinus	C	FD
116	São Miguel	Inácio Martins	Centro-Sul	1	17	0501069 7160105	Pinus	C	FD
117	Gavazone	Inácio Martins	Centro-Sul	4	20	0470168 7146014	Pinus	C	FD
118	São Domingos	Inácio Martins	Centro-Sul	3 e 4	25	0467120 7162215	Pinus	C	FD
119	Quarteirão dos Vieiras	Inácio Martins	Centro-Sul	3	50	0467162 7163018	Pinus	C	FD
120	Faxinal Mansani	Inácio Martins	Centro-Sul	2	20	0485007 7160609	Pinus	C	FD
121	Rio Pequeno	Inácio Martins	Centro-Sul	3	20	0491190 7168589	Pinus	C	FD
122	Campina Bonita	Inácio Martins	Centro-Sul	1	10	0480859 7165903	Pinus	C	FD
123	Bom Retiro de Baixo	Inácio Martins	Centro-Sul	1 e 4	35	0467763 7150199	Pinus	C	FD
124	Queimadas	Inácio Martins	Centro-Sul	3	8	0488762 7170084	Pinus	C	FD
125	Potinga	Inácio Martins	Centro-Sul	1	30	0489017 7155699	Pinus	C	FD

126	Matão	Inácio Martins	Centro-Sul	2	30	0472114 7154564	Pinus	C	FD
127	Rio Claro	Inácio Martins	Centro-Sul	3	30	0472570 7152056	Pinus	C	FD
128	Encruzilhada	Palmeira	Centro-Sul	3	20	495259 7182022	Soja	C	FD
129	Paiol do Fundo	Palmeira	Centro-Sul	4	30	586493 7184471	Soja	C	FD
130	Queimadas	Palmeira	Centro-Sul	4	20	576533 7182160	Soja	C	F
131	Vileiros	Palmeira	Centro-Sul	4	35	576708 7180235	Soja	C	FD
132	Correias	Palmeira	Centro-Sul	4	20	578306 7177452	Gado e Soja	C	FD
133	Poço Grande	Palmeira	Centro-Sul	4	50	580291 7164416	Soja	CV	FDN
134	Campestrinho	Palmeira	Centro Sul	4	30	0574180 7182244	Soja	CV	FDN
135	Guarauna das Tocas	Palmeira	Centro-Sul	3	20	0573503 7188328	Soja e Prefeitura Municipal	CV	FD
136	Tocas	Palmeira	Centro-Sul	4	20	0574309 7186687	Soja	C	FD
137	Guaica	São João do Triunfo	Centro-Sul	4	40	580316 7166278	Estado do PR	C	FE
138	Guaiaca dos Pretos, Bolo Grande, Rio dos Patos e Vila Palmira.	São João do Triunfo	Centro-Sul	2	100	583563 7164069	Soja e Prefeitura Municipal	CV	F
139	Coxilhão das Amexeiras	São João do Triunfo	Centro-Sul	3	40	582725 7158149	Soja e Pinus	CV	FD
140	Faxinal dos Andrade	São João do Triunfo	Centro-Sul	3	30	576846 7154404	Soja e Pinus	CV	F
141	Faxinal dos Ferreiras	São João do Triunfo	Centro-Sul	4	30	573390 7158848	Soja	C	F
142	Coxilhão do Meio	São João do Triunfo	Centro-Sul	4	50	573402 7161017	Soja	C	FE
143	Boa Vista	São João do Triunfo	Centro-Sul	3 e 4	60	579880 7166401	Soja	CV	F

144	Barra Bonita	São João do Triunfo	Centro-Sul	4	40	561129 7157043	Soja	C	F
145	Faxinal dos Rodrigues	São João do Triunfo	Centro-Sul	4	30	576111 7155280	Soja e Pinus	C	F
146	Faxinal dos Seixas	São João do Triunfo	Centro-Sul	2	23	0561901 7171801	Soja, Pinus e Eucaliptus	C	FDN
147	Faxinal dos Fabrício	São João do Triunfo	Centro-Sul	4	40	0559834 7170761	Soja, Eucaliptus e Pinus	C	FD
148	Faxinal dos Canudos	São João do Triunfo	Centro-Sul	4	10	VSP	Soja, Fumo e Área de Preservação (sequestro de carbono)	CV	F
149	São Lourenço	São João do triunfo	Centro-Sul	4	15	VSP	Soja e fumo	CV	F
150	Faxinal Estanci	São João do Triunfo	Centro-Sul	4	16	0564076 7154769	Prefeitura	CV	FDN
151	Rio Baio	São João do Triunfo	Centro Sul	4	80	VSP	Fumo e Soja	C	F
152	Cachoeira	São João do Triunfo	Centro-Sul	4	25	VSP	Fumo e Soja	C	F
153	Marmeleiro de Baixo	Rebouças	Centro-Sul	2	180	0546050 7159103	Soja	ACV	FDEN
154	Marmeleiro de Cima	Rebouças	Centro-Sul	2	43	0546610 7163373	Soja	ACV	FDN
155	Barro Branco	Rebouças	Centro-Sul	2	90	551786 7158269	Soja, Fumo e Pinus	CV	FDN
156	Salto	Rebouças	Centro-Sul	2	84	0545347 7166772	Soja	ACV	FDN
157	Barreirinho dos Beltrão	Rebouças	Centro-Sul	2	9	0534911 7153792	Soja e Prefeitura	C	FD
158	Faxinal dos Francos	Rebouças	Centro-Sul	4	30	0541628 7168716	Soja	C	F
159	Conceição de Cima	Rebouças	Centro-Sul	4	30	0542722 7158388	Soja	C	F
160	Saltinho	Rebouças	Centro-Sul	4	20	0535244 7159957	Soja	C	F
161	Barra dos Andrade	Rebouças	Centro-Sul	4	20	0539530 7161240	Soja	C	FDN

162	Faxinal dos Vieiras	Rebouças	Centro-Sul	4	10	0539106 7163500	Soja	C	FDN
163	Pântano Preto	Rebouças	Centro-Sul	4	5	0545467 7153024	Soja	C	FDN
164	Potinga	Rebouças	Centro-Sul	4	20	0526250 7166356	Plantio de Pinus, Criação e Gado e Soja	CV	FDN
165	Cachoeira dos Domingues	Rebouças	Centro-Sul	3	15	VSP	Soja e Pinus	CV	F
166	Água Quente dos Domingues	Rebouças	Centro-Sul	4	40	0522070 7168775	Soja e Pinus	C	FDN
167	Água Quente dos Luz	Rebouças	Centro-Sul	4	30	0522067 7169720	Soja e Pinus	CV	FD
168	Faxinal Lapeanos	Fernandes Pinheiro	Centro-Sul	2	2	0554915 7163526	Soja, Pinus e Batata	C	FDN
169	Faxinal Saruvas	Fernandes Pinheiro	Centro-Sul	3	15	0556480 7165274	Soja e Pinus	C	FDN
170	Faxinal Barreiro	Fernandes Pinheiro	Centro-Sul	2	12	0550749 7168730	Soja	C	FDN
171	Faxinal Santo Antonio	Fernandes Pinheiro	Centro-Sul	4	15	0557474 7171525	Soja e Fumo	C	FDN
172	Bituva dos Lopes	Fernandes Pinheiro	Centro-Sul	4	25	VSP	Soja e Gado	CV	FDN
173	Faxinal dos Mineiros	Teixeira Soares	Centro Sul	4	20	VSP	Soja, Gado e Fumo	CV	FDN
174	Faxinal Lajeado de Baixo	Mallet	Centro-Sul	2	12	0523278 7143129	Soja	C	FD
175	Faxinal Sete Saltos	Ponta Grossa	Centro-sul	2	50	628436 7211944	Soja e Pinus	C	FD
176	Água Amarela de Cima	Antonio Olinto	Centro-Sul	2	110	0591936 7134774	Morango e Chacreiros	AC	FDN
177	Fazenda Velha - Faxinal dos Ribeiro	Pinhão	Centro	4	80	VSP	Madeireira Zattar	AC	FD
178	Comunidade Avencal - Faxinal dos Ribeiro	Pinhão	Centro	4	50	VSP	Madeireira Zattar	AC	FD
179	Comunidade São Lucas – Faxinal dos Ribeiro	Pinhão	Centro	4	8	05131520 2548296	Madeireira Zattar	AC	FDN
180	Assentamento 1G – Faxinal dos Ribeiro	Pinhão	Centro	4	8	05131942 2549525	Madeireira Zattar	AC	FDN

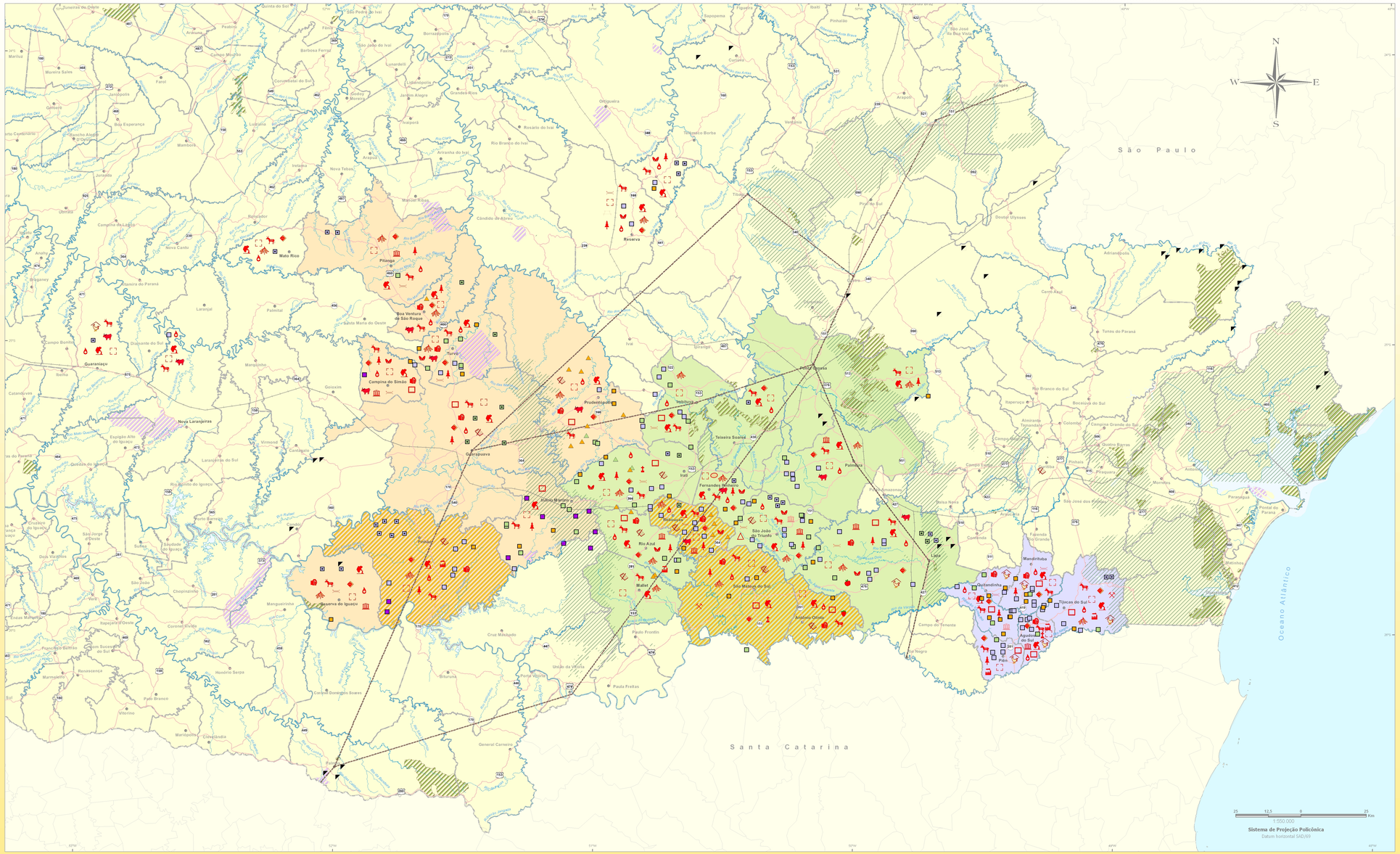
181	Faxinal dos Silvério	Pinhão	Centro	4	200	05131295 2544133	Madeireira Zattar	AC	FDN
182	Faxinal dos Albinos	Pinhão	Centro	4	80	VSP	Madeireira Zattar	AC	FD
183	Faxinal dos Ferreira	Pinhão	Centro	4	80	05129325 2542611	Madeireira Zattar	AC	FD
184	Faxinal do Poço Grande	Pinhão	Centro	4	70	VSP	Madeireira Zattar	AC	FD
185	Faxinal do Bom Retiro	Pinhão	Centro	2 e 4	12	0454519 7154265	Madeireira Zattar	ACV	FDN
186	Faxinal Taquara I	Pinhão	Centro	4	120	05133929 2552019	Madeireira Zattar	AC	FD
187	Faxinal Taquara II	Pinhão	Centro	4	20	VSP	Madeireira Zattar	AC	FD
188	Faxinal dos França	Pinhão	Centro	4	60	VSP	Soja	C	FD
189	Comunidade da Água Amarela – Faxinal dos Coutos	Pinhão	Centro	1	15	0422121 7133383	Madeireira Zattar	AC	FD
190	Comunidade São Roque – Faxinal dos Coutos	Pinhão	Centro	4	90	2551084 05146594	Madeireira Zattar	AC	FDN
191	Faxinal São Roquinho	Pinhão	Centro	1	28	2557057 05147049	Eucalipto	CV	FDN
192	Faxinal Nova Iguaçu	Reserva do Iguaçu	Centro	2	05	02558575 05159911	Prefeitura e Soja	ACV	FDEN
193	Faxinal dos Soares	Reserva do Iguaçu	Centro	4	40	VSP	Soja	C	F
194	Faxinal dos Serpa	Reserva do Iguaçu	Centro	4	10	VSP	Soja	C	FDN
195	Faxinal dos Telles – Comunidade Barro Preto	Pitanga	Centro	3 e 4	8	0425612 7258088	Prefeitura, Soja, Pinus	CV	FDEN
196	Faxinal dos Naiverth	Pitanga	Centro	4	15	VSP	Prefeitura	CV	FDEN
197	Comunidade Limeira	Pitanga	Centro	4	10	VSP	Soja	CV	FDN
198	Comunidade Corumbatá	Mato Rico	Centro	4	20	VSP	Soja	CV	FDN
199	Charqueado da Entrada	Imbaú	Centro	4	20	VSP	Pinus e Eucalipto	C	FDN
200	Charqueada de Cima	Imbaú	Centro	4	10	VSP	Pinus e Eucalipto	C	FDN
201	Charqueada de Baixo	Imbaú	Centro	4	15	VSP	Pinus e Eucalipto	C	FDN
202	São Pedro (Faxinal São Pedro ou Furnero)	Imbaú	Centro	4	30	0523902 7293636	Fumo e Pinus e Eucalipto	C	FDN
203	Charqueada dos Betin	Reserva	Centro	2	40	0523532 7291314	Soja	CV	FDN
204	Comunidade Gavião Bonito	Reserva	Centro	4	10	0514973 7277819	Soja	C	F

205	Faxinal Fino	Reserva	Centro	4	50	0511976 7284614	Fumo, Pinus, Eucalipto, Estrada de Ferro (RFFSA)	C	FDEN
206	Faxinal Saudade Santa Anita	Turvo	Centro	2	62	433685 7230172	Soja e Pinus	ACV	FDN
207	Faxinal dos Carriel	Turvo	Centro	2	52	455691 7239221	Soja e Pinus	CV	FDN
208	Faxinal dos Vidal	Turvo	Centro	3 e 4	30	VSP	DER – Governo Estadual	CV	FDEN
209	Comunidade Tamanduá – Faxinal dos Fiúza	Turvo	Centro	3	15	444037 7233020	Soja	CV	FDN
210	Comunidade Arvoredo	Turvo	Centro	3	40	449547 7233796	Soja	CV	FDN
211	Arroio Fundo dos Neuman – Faxinal dos Neuman	Turvo	Centro	4	28	449778 7223683	Soja e Pinus	CV	FDN
212	Comunidade Cachoeirinha	Turvo	Centro	2	31	430317 7225242	Soja e Pinus	CV	FDN
213	Comunidade Joaquim da Costa	Turvo	Centro	4	60	447388 7224514	Soja e Pinus	C	DN
214	Ilha da Bandeira	Turvo	Centro	4	50	441969 7220880	Soja e Pinus	C	DN
215	Curitibinha dos Morenos – Comunidade QUILOMBOLA	Turvo	Centro	3	12	437011 7222608	Soja, Gado de Corte e Pinus	ACV	DN
216	Faxinal Arroio Fundo dos Pupo	Turvo	Centro	3	35	449773 7223681	Pinus, Fumo e Soja	CV	DN
217	Faxinal Campina das Palmeiras	Turvo	Centro	3	21	450220 7220407	Soja e Gado de Corte e Leite	CV	DN
218	Faxinal Paiquere	Turvo	Centro	4	40	432079 7223882	Pinus e Gado de Corte e Leite	C	DN
219	Faxinal do Viana	Boa Ventura de São Roque	Centro	3 e 4	50	VSP	Soja	CV	FDN
220	Faxinal dos Kruger	Boa Ventura de São Roque	Centro	2	35	0436645 7249295	Soja, Pecuária Leiteira e Eucaliptus	ACV	FDN
221	Faxinal do Saltinho	Guarapuava	Centro	3 e 4	3	VSP	Chácaras	CV	FDN
222	Faxinal dos Elias	Guarapuava	Centro	3 e 4	20	VSP	Chácaras, Pinus	ACV	FDN
223	Faxinal do Rio das Pedras	Guarapuava	Centro	3	4	VSP	Chácaras, Pinus	CV	FDN
224	Soares – Comunidade Campina Redonda	Guarapuava	Centro	3	4	VSP	Plantio de Pinus	CV	FDN

225	Faxinal dos Araras	Campina do Simão	Centro	1 e 3	60	0412809 7220107	Pinus, Pecuária de Corte e Leite, Fumo, Eucalipto, Chácaras, Prefeitura	ACV	FDEN
226	Faxinalzinho - Borma	Guaraniaçu	Centro	4	10	VSP	Pecuária de Corte e Leite e Granjeiros	C	FDN
227	Monte Belo	Nova Laranjeiras	Centro	4	15	0338047 7235395	Fazendas de Gado de Corte	C	FDN

Quadro Resumo

Posição	Total
1	11
2	54
3	50
4	112
Total	**227**



Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná

Territorialidades Específicas e Conflitos Sócio-ambientais

Situação dos Faxinais

Faxinais visitados com coordenadas

- ARESUR uso comum - "criador comum cercado"
- ARESUR uso comum restrito - "criador com criação grossa"
- Faxinal uso comum - "criador comum aberto"
- Faxinal uso comum - "criador comum cercado"
- Faxinal uso comum restrito - "criador com criação grossa"
- Faxinal sem uso comum - "mangueirões" e "potreiros"

Faxinais visitados sem coordenadas

- Faxinal uso comum restrito - "criador com criação grossa"
- Faxinal sem uso comum - "mangueirões" e "potreiros"

Setores

- Setor Centro
- Setor Metropolitano
- Setor Sul

Dispositivos Jurídicos de Proteção dos Faxinais

- Lei municipal
- Lei municipal de auto-reconhecimento

Formas de Violência contra Faxinalenses e seus Bens

- Ameaça contra liderança
- Danos, matança e roubo de criação animal
- Homicídio
- Violação dos acessos ao criador comum, incorrendo em destruição, remoção ou colocação litigiosa de mata-burros e/ou portões

Conflitos de Acesso e Uso dos Recursos Naturais

- Desmatamento florestal
- Estradas
- Fechos
- Nascentes contaminadas ou destruídas

Conflitos com Agronegócio e Poder Público

- Chacareiros
- Granjeiros
- Madeireira
- Mineradora
- Plantação de pinnus e eucaliptus
- Pecuária de corte e leite
- Plantio de morango
- Plantio de maçã
- Plantio de fumo
- Plantio de batata
- Plantio de soja
- Ferrovia
- Prefeitura
- Estado
- Unidade de Conservação de Proteção Integral Particular

Unidades de Conservação da Natureza

- Proteção Integral
- Uso Sustentável

Grupos Étnicos

- Terra Indígena
- Comunidade Tradicional Remanescente de Quilombolas

- Rota dos Tropeiros
- Sede municipal
- Limite municipal
- Hidrografia
- Malha viária
- Ferrovia



Realização:
Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

Assessoria:
Centro Missionário de Apoio ao Campesinato - CEMPO
Instituto Equipe de Educadores Populares - IEEP

Equipe de Pesquisa:
Antonio Michel Kuller Meira
José Carlos Vandresen
Roberto Martins de Souza

Cartografia:
Claudia I. S. dos Santos

Agentes de Pesquisa da AP:
Hamilton José da Silva
Iones Noimann
Ismael Kloster
Ivan Collaço
Acir Tulio
Dimas Gusso
Vitor Iankoski
Olevi Pedroso
Tarciso Maistrovicz

Equipe de Colaboradores:
Wanderley Chafransfi
Luis Almeida Tavares
Leila Kleink
Fabiano Saraiva
Gabriel
Roberto Carlos dos Santos

Fontes:
SEMA (1999, Divisão Político-administrativa)
SEMA (1999, Hidrografia)
SETR-DER (2006, Malha Viária)
DIBAP / ICMS Ecológico (2006, ARESUR)
ITCG (2006, Comunidades remanescentes de Quilombolas)
Rede Puxirão (2008, Comunidades remanescentes de Quilombolas)
IAP (2005, Unidades de Conservação da Natureza)
Levantamento de campo - Mapeamento Social dos Faxinais do Paraná (2008)

Apoio:

Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil

Núcleo Sul

2008

Linha de corte